



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Eni Ferreira Teixeira

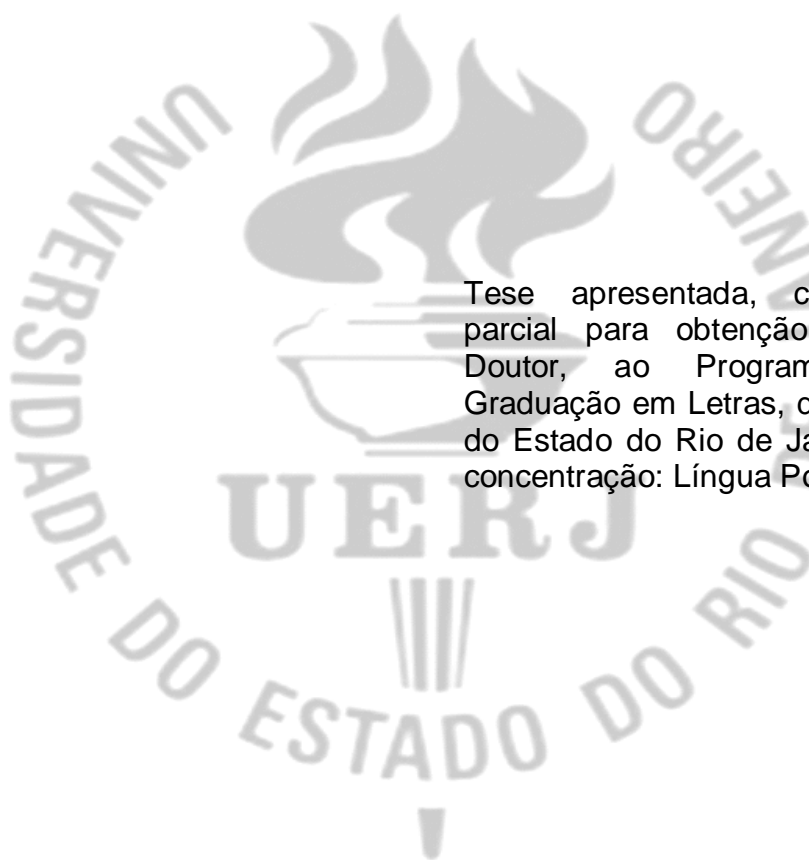
**“O Que Se não Deve Dizer”: um estudo sobre as atitudes e crenças
nas colunas de Cândido de Figueiredo**

Rio de Janeiro

2018

Eni Ferreira Teixeira

“O Que Se não Deve Dizer”: um estudo sobre as atitudes e crenças nas
colunas de Cândido de Figueiredo



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

T266 Teixeira, Eni Ferreira.
"O que se não deve dizer": um estudo sobre as atitudes e crenças
nas colunas de Cândido de Figueiredo / Eni Ferreira Teixeira.- 2018.
234 f.

Orientador: Helênio Fonseca de Oliveira.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa - Normalização – Teses 2. Norma
linguística – Teses. 3. Política linguística – Teses. 4. Figueiredo,
Cândido de, 1846-1925 – Crítica e interpretação – Teses. 5.
Sociolinguística – Teses. I. Oliveira, Helênio Fonseca de. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III.
Título.

CDU 806.90(07)

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Eni Ferreira Teixeira

“O Que Se não Deve Dizer”: Um estudo sobre as atitudes e crenças nas
colunas de Cândido de Figueiredo

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em 28 de março de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Lucia Deborah Ramos de Araujo
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Tania Maria Nunes de Lima Camara
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a Dra. Luciana Maria Almeida de Freitas
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Fernando Vieira Peixoto Filho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Para Francisco (*in memoriam*) e Elione, meus pais, meu marido Marcel e meu filho Erick. Sem o apoio, e o carinho, de vocês, eu jamais teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de coração, a todas as pessoas que participaram desta grande conquista pessoal e profissional. Em especial, agradeço:

A Deus por me guiar, me iluminar e dar tranquilidade para seguir em frente com meus objetivos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira, pela confiança, pelo apoio, pelas valiosas discussões e colaborações acadêmicas.

Aos meus professores do curso de pós-graduação *stricto sensu* Doutorado em Língua Portuguesa da UERJ, pelas contribuições valiosas à minha vida acadêmica e profissional.

À minha mãe, minha amiga de todas as horas, por ter dado o suporte que eu precisava em casa.

Ao meu filho, que mesmo sendo um bebezinho, se comportou muito bem durante a fase de elaboração da tese.

Ao meu marido Marcel, que me apoiou incondicionalmente e não deixou que eu desanimasse nos momentos de dificuldade.

À Prof^a. Dra. Inalda Alice Pimentel do Couto, pelo apoio, pela ajuda e incentivo.

À Carla Ferreira, da biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que gentilmente cedeu material para a pesquisa.

Aos meus colegas do Doutorado, pelas experiências trocadas.

À minha família e aos queridos amigos, que torceram por mim.

Às minhas amigas do grupo de leitura QML, pelas conversas animadas, pelas indicações de leituras e pelas contribuições relevantes para a pesquisa.

À CAPES, pela bolsa de Doutorado.

Não sou especialista em tratamento algum; mas tenho praticado no hospital das letras, e conheço um pouco as moléstias sintáticas, morfológicas, fonéticas, afóra as moléstias exóticas, nomeadamente as dos francêlhos.

Cândido de Figueiredo

RESUMO

TEIXEIRA, Eni Ferreira. “*O que se não deve dizer*”: um estudo sobre as atitudes e crenças nas colunas de Cândido de Figueiredo. 2018. 234f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta tese pretende analisar, sob uma perspectiva histórica e com base no conceito de imaginário sociodiscursivo de Patrick Charaudeau (2008), a obra escrita por Cândido de Figueiredo, “*O que se não deve dizer*”, que é composta por uma coletânea de colunas, de mesmo nome, publicadas no *Jornal do Commercio* entre o final do século XIX e início do XX. Foi escolhido como *corpus* de estudo o gênero consultório gramatical, que pode ser definido como texto de cunho metalinguístico, cuja característica principal mais significativa é presença do conjunto pergunta/resposta e do par enunciativo consultor/consultante. Durante a pesquisa, buscou-se realizar uma análise sobre como as crenças puristas, o normativismo e a evidente opção pela unidade da língua entre Brasil e Portugal influenciaram o imaginário de Cândido de Figueiredo acerca da língua portuguesa. A análise conduzida demonstrou que existem tanto um purismo saudável como um normativismo saudável e que ambos podem estar relacionados com o processo de política linguística. Além disso, foi realizada uma breve contextualização histórica sobre as propostas de simplificação ortográfica, bem como foi comentado a respeito da importância de uma política linguística que padronizasse a ortografia vigente. Como resultado, a pesquisa revelou que tanto as atitudes e crenças do colunista a respeito da língua portuguesa, como o ethos criado pelo autor foram fundamentais para influenciar, e cativar, os leitores da coluna.

Palavras-chave: Imaginário Sociodiscursivo. Consultório Gramatical. Cândido de Figueiredo. Política Linguística.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Eni Ferreira. “*O que se não deve dizer*”: a study about attitudes and beliefs written in the reportage columns of Cândido de Figueiredo. 2018. 234f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This thesis intends to analyze, from a historical perspective based on the imaginery sociodiscursive of Patrick Charaudeau (2008), the literary work written by Cândido de Figueiredo, “*O que se não deve dizer*”, that is composed by a collection of reportage columns, of the same name, published in *Jornal do Comercio* between the late nineteenth and early twentieth centuries. The concept was chosen as a *corpus* of study the genre grammatical consulting that could be defined as a metalinguistic text, whose main characteristic is the presence of group of question / answer set and the consultant/consultant pair. During the research, an attempt was made to analyze how the purist beliefs, normativism and the obvious option for the language unit between Brazil and Portugal influenced the imaginary of of Cândido de Figueiredo about the Portuguese language. The analysis conducted has demonstrated the healthy purism as healthy normativism and both can be related to the linguistic policy process. In addition, a brief historical context about the orthographic proposals, as well was commented the importance of a linguistic policy that could be standardized the current spelling. As a result, the research has revealed that the attitudes and beliefs of the columnist about the Portuguese language, and the ethos created by the author were fundamental to influence, and captivate, the readers of the column.

Keywords: Imaginery Sociodiscursive. Grammar Consulting. Cândido de Figueiredo.
Linguistic Policy.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	CÂNDIDO DE FIGUEIREDO E SUA OBRA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	14
1.1	A vida de Cândido de Figueiredo	14
1.2	A literatura e a imprensa: breve perspectiva histórica na imprensa do Rio de Janeiro	20
1.3	A Língua Portuguesa e a literatura: as transformações ocorridas entre os séculos XIX e XX	25
1.3.1	<u>A língua literária</u>	30
1.3.2	<u>A gramática no Brasil – período compreendido entre meados do século XIX e início do século XX</u>	33
2	A COLUNA: OS GÊNEROS E OS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO	38
2.1	Os Gêneros textuais encontrados na obra	38
2.2	O contrato de comunicação dos gêneros	40
2.2.1	<u>Princípios e fatos”: uma parte dedicada às reflexões sobre os fatos da língua</u>	40
2.2.1.1	O consultório gramatical	41
2.2.1.2	O artigo metalinguístico	42
2.2.2	<u>“Crítica Suave”: uma parte direcionada para as respostas</u>	44
2.2.2.1	O consultório gramatical destinado aos estudiosos da língua	44
2.2.2.2	A polêmica Linguística	45
2.2.2.3	A carta aberta	47
2.3	O tema central das colunas e os critérios utilizados pelo autor para dar autoridade aos seus argumentos	48
2.3.1	<u>A heterogeneidade de critérios em Cândido de Figueiredo</u>	50
3	O IMAGINÁRIO SOCIODISCURSIVO PROPOSTO POR PATRICK CHARAUDEAU	60
3.1	O conceito	60
3.2	As reflexões sobre ideologia	61
3.3	Sobre as representações sociais e os sistemas de pensamento	63

3.4	Os tipos de saber e os sistemas de pensamento	65
3.5	Os imaginários	67
3.5.1	<u>O imaginário social</u>	68
3.5.2	<u>O imaginário sociodiscursivo</u>	70
4	A VISÃO PURISTA DE CÂNDIDO DE FIGUEIREDO	72
4.1	O Purismo e a política linguística	72
4.2	As influências puristas na obra de Cândido de Figueiredo – neologismos e empréstimos linguísticos	80
5	O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO MUDIÁTICO E O ETHOS DE CÂNDIDO DE FIGUEIREDO NA CONSTRUÇÃO DO GÊNERO CONSULTÓRIO GRAMATICAL	91
5.1	O consultório gramatical: contrato midiático	91
5.1.1	<u>O contrato de comunicação</u>	91
5.1.2	<u>As características da situação de troca: dados externos</u>	92
5.1.3	<u>Os dados internos do discurso no gênero consultório gramatical</u>	96
5.2	O sujeito do discurso: identidade discursiva e estratégias de credibilidade e de captação	98
5.3	Breves considerações a respeito da construção do ethos de Cândido de Figueiredo	107
5.3.1	<u>O ethos segundo Dominique Maingueneau</u>	108
5.3.2	<u>O ethos segundo Patrick Charaudeau</u>	111
6	FIGUEIREDO E AS QUESTÕES ORTOGRÁFICAS	120
6.1	Breve contextualização histórica da ortografia	120
6.1.1	<u>Os três períodos da ortografia portuguesa</u>	122
6.1.2	<u>As propostas de simplificação da ortografia no Brasil e em Portugal</u>	125
6.1.3	<u>A ortografia nos países lusófonos: uma questão de política linguística</u>	130
6.2	As colunas e a opinião de Cândido de Figueiredo	132
6.2.1	<u>As incertezas a respeito da grafia</u>	133
6.2.2	<u>As heranças do período etimológico</u>	142
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	153
	ANEXO – Os consultórios gramaticais	162

INTRODUÇÃO

Atualmente existem muitos consultórios gramaticais, entretanto é provável que poucas pessoas saibam que esse gênero teve sua origem no final do século XIX e início do XX. Os consultórios gramaticais são textos de natureza metalinguística e sua característica mais significativa, permitida pelo contrato de comunicação, é a presença do par enunciativo consultor/consultante. Nele, observa-se que os interlocutores interagem por meio de pergunta e resposta.

Logo, notou-se que as perguntas são formuladas por um consultante e as respostas são elaboradas por um consultor, que assume o papel de autoridade no assunto tratado. Um dos primeiros consultores foi Antônio Cândido de Figueiredo, que se dedicou em corrigir o que julgava “erros vulgares” comuns no léxico, sintaxe, morfologia, prosódia, semântica e ortografia.

Por isso, em uma coluna intitulada “O Que Se não Deve Dizer”, Figueiredo empenhou-se em responder as dúvidas de pessoas leigas sobre fatos da língua. Os artigos fizeram tanto sucesso que o colunista resolveu publicá-los. Dessa maneira, reuniu os artigos em uma obra dividida em três volumes, designados *O que se não Deve Dizer: Bosquejos e notas de filologia portuguesa*, cuja a primeira edição data de 1903.

Dessa forma, a partir dos aspectos citados, surgiu o interesse de investigar, nos consultórios gramaticais, como as crenças puristas, o normativismo e a evidente opção pela unidade da língua entre Brasil e Portugal, observados na obra de Cândido de Figueiredo, influenciaram o imaginário sociodiscursivo sobre a língua portuguesa

Para isso, optou-se, nesse estudo, por tomar como base o conceito proposto por Patrick Charaudeau (2008) sobre o imaginário sociodiscursivo. Nele, o autor aponta que o imaginário é uma forma de assimilação do mundo que surge da mecânica das representações sociais. Ele constrói a significação dos objetos do mundo, dos fenômenos que nele se geram, dos seres humanos e do seu comportamento modificando a realidade em real significante.

À vista disso, entende-se que ele resulta de um processo afetivo e racional de simbolização do mundo por meio das relações entre vários indivíduos, depositando-

se na memória coletiva. Em conformidade com Charaudeau (2008) o imaginário possui uma dupla função, ou seja, ela cria valores e justifica as ações humanas.

O teórico trata a questão da representação social como um fenômeno cognitivo-discursivo, que produz sistema de saber, nos quais se distinguem os saberes de conhecimento e os de crença. E é justamente, a partir desses saberes, e sempre pelo viés da produção discursiva, que se organizam os sistemas de pensamento, segundo os princípios de coerência que criam, a partir deles, teorias, doutrinas ou opiniões.

Entretanto, o objetivo do teórico não era realizar um estudo aprofundado sobre essas teorias e doutrinas, mas determinar saberes de crença que circulam na sociedade, e ainda como se configuram, em variados imaginários sociodiscursivos.

Para desempenhar o papel identitário, os imaginários têm a necessidade de serem materializados. Esse processo de materialização, de acordo com o autor, pode ocorrer de maneiras variadas, como por exemplo, nos tipos de comportamento, atividades coletivas, que têm como efeito dar corpo aos imaginários. A materialização tem a necessidade de ser assegurada por uma racionalização discursiva. Conseqüentemente, os grupos sociais produzem discursos que interpretam essas materializações.

Assim, uns grupos se firmam em textos parcialmente imutáveis e transmitidos por gerações, isto é, doutrinas religiosas, manifestos literários, manifestos políticos. Outros discursos circulam sob composições variáveis, por vezes mais estáveis, como nos provérbios, máximas, ditados populares. Outras menos estáveis, como em frases circunstanciais.

Esses textos são apresentados de forma simples, para que sejam assimilados pelo maior número possível de pessoas, e podem desempenhar papéis de apelo, de manifesto, de acusação, de polêmica ou até de reivindicação. Conforme o teórico, vem daí o qualificativo “discursivo” para determinar esses imaginários sociais.

Segundo Charaudeau (2008), muitas vezes esses imaginários são instrumentalizados com a finalidade de persuasão, podendo ser usados de maneira consciente, como nos discursos políticos, ou de forma inconsciente, como nas crenças que circulam por uma comunidade social.

Tendo em vista os aspectos citados, optou-se pela realização de um estudo de base qualitativa, alicerçado pela hipótese de que existe tanto um normativismo

saudável quanto um purismo saudável, que podem estar diretamente relacionadas com o processo de política linguística.

Por fim, os dados analisados foram relacionados com a bibliografia reunida para a elaboração do texto ora apresentado. Convém ainda salientar que o *corpus* utilizado serviu como base para diversos estudos e a proposta inicial era apresentar uma perspectiva diferente das outras já abordadas.

Em virtude disso, o presente estudo se organiza em sete capítulos. No primeiro, foi realizada uma breve apresentação do filólogo Antônio Cândido de Figueiredo, além de uma contextualização histórica da imprensa e das transformações ocorridas na língua portuguesa e na literatura entre o final do século XIX e início do XX.

No segundo capítulo foram identificados os gêneros que constituíram a obra. Comentou-se, ainda, as características e os contratos de comunicação que regem os textos. Verificou-se, também, os critérios de correção em que Figueiredo se baseou para argumentar acerca de suas ideias linguísticas.

O terceiro, expõe teoricamente o conceito utilizado. Assim, será revisado o conceito de imaginário sociodiscursivo proposto por Patrick Charaudeau (2008), que serviu como base para esse estudo.

No quarto capítulo, verificou-se como as ideias puristas podem influenciar o processo de política linguística. Ademais, foi observado como Cândido de Figueiredo se posicionava frente às influências puristas no que se refere aos neologismos, empréstimos linguísticos e galicismos.

No quinto, foi observado, com base em uma identidade social cristalizada, como o contrato midiático do consultório gramatical influenciou na construção do ethos de Cândido de Figueiredo

No sexto, foi realizada uma breve contextualização histórica sobre as propostas de simplificação ortográfica, bem como comentou-se a respeito da importância de uma política linguística para a padronização da ortografia vigente.

O sétimo, e último capítulo, apresenta as considerações finais, além de apontar outras questões que precisam ser analisadas, abrindo caminho para novos estudos.

Fundamentado pelas informações anteriores, notou-se uma lacuna nos estudos linguísticos, que poderia ser preenchida com o presente estudo. Dessa maneira, a análise das atitudes e crenças dos leitores da coluna, poderá mostrar-se

relevante não só para pesquisadores da área, como para o trabalho do professor em sala de aula, uma vez que o objetivo do estudo também foi elaborar um trabalho consciente em relação à política linguística e aos critérios de correção.

1. CÂNDIDO DE FIGUEIREDO E SUA OBRA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo, como informado na introdução, tem por objetivo apresentar o filólogo António Cândido de Figueiredo e contextualizar historicamente a coluna escrita por ele, no *Jornal do Commercio*, intitulada “O Que Se Não Deve Dizer”, que serviu como *corpus* para o presente estudo. De acordo com Dela-Silva (2006), o periódico¹ foi o “mais antigo jornal diário em circulação ininterrupta em toda a América Latina” (DELA-SILVA, 2006, p. 213).

É importante ressaltar que, no final do século XIX e início do XX, o país enfrentava uma situação conflituosa, tanto político-economicamente, quanto linguisticamente. Por isso, foi fundamental contextualizar historicamente a importância dos periódicos da época, bem como a questão da linguagem literária e os estudos gramaticais.

1.1 A vida de Cândido de Figueiredo

De acordo com Cristóvão (2007), António Cândido Pereira de Figueiredo nasceu em Lobão da Beira, Concelho de Tondela, Portugal, em 19 de setembro de 1846. Na pesquisa bibliográfica de Gouveia (2007), consta a informação que as primeiras letras lhe foram ensinadas pelo primo, Padre Dinis, grande amigo do pai do menino, que também lhe ensinou latim.

Gouveia (2007) comunica que a primeira prosa do menino foi um texto sobre a sua Aldeia de Lobão. Ele, na época com 12 anos, enviou uma cópia para o Dr. Xavier Rodrigues Cordeiro, que residia em Lisboa e dirigia a revista *Almanaque de Lembranças*. Figueiredo, feliz com o seu feito, reuniu todas as economias resultantes da venda de piões (nas horas vagas fabricava o brinquedo em um torno

¹ O Jornal do Commercio, que atuava em versão *on line*, encerrou as atividades no dia 29/04/2016.

do pai e vendia por meio tostão para os amigos de escola) e comprou a revista por 12 vinténs.

Ademais, segundo Gouveia (2007), orgulhoso com a publicação, Figueiredo decidiu mostrar seu artigo para outros aldeões. Como seu pai trazia homens à adega para pisar uvas, resolveu ler para os trabalhadores seu texto. Um deles, que sabia ler, ao constatar a assinatura do menino, informou aos outros, que então o parabenizaram pela publicação. Seu contentamento foi tão grande que, mais tarde em suas memórias, o autor confessou que aquela foi a mais sincera das manifestações e que se recordaria por toda a vida, como pode ser observado no trecho a seguir:

E ainda menos se imagina a alegria, o triunfo, quase a vaidade, com que eu num belo dia de Outubro, pude ver em letra redonda, o estirado nome de Antônio Cândido Pereira de Figueiredo, a franjar a descrição da minha terra!

Li o artigo a minha mãe, a minhas irmãs, mas sentia necessidade de maior público, e á falta de mais numerosa e luzidia reunião, ocorreu-me que por baixo do sobrado da minha casa, andavam muitos homens pisando uvas. Abri o alçapão, desci a escada, encostei-me ao lagar, e apostrofei os homes:

- Vocês sabem o que é letra redonda?

- É a letra dos livros e dos jornais, pois não é isso? Responderam alguns.

-Exactamente. Saibam então que a nossa terra já é falada em letra redonda!

- Que diz o menino? Pode lá ser!

- Então oiçam...vem isto num livro de Lisboa.

Com a voz animada e clara, li a minha prosa, ouvida atentamente pelos homens, que se agrupavam perto de mim, suspendendo a pisa de uvas.

- Alguns de vocês sabe ler?

- Ali o Joaquim Meredas sabe alguma coisa.

- Então chega aqui ó Meredas e leia este nome:

E o Meredas leu em voz alta:

- Antônio Cândido Pereira de Figueiredo.

- Ah! Mas é o menino, exclamaram os homens – Ah!

Este ah, foi para mim uma corôa de glória e falo verdade se disser que nunca, em meu caminho, se me deparam aplausos, que mais fundamente me impressionaram (GOUVEIA, 2007, p.13).

Em 1861, de acordo com Gouveia (2007), Figueiredo, seguindo uma tradição de família, foi para o Seminário Episcopal de Vizeu (Liceu de Vizeu). Ainda segundo o autor, aos 18 anos concluiu o curso de Teologia no seminário Episcopal, sendo

premiado com “*accessit*” (mais que distinção) em todos os anos daquele curso (1863 – 1867). Em conformidade com Correia (1907), Figueiredo “concluiu o seu curso de Teologia, com a mais honrosa classificação, que, nesse tempo, se dava à inteligência a ao trabalho”. Apesar disso, sempre viveu envolvido com os estudos linguísticos. Entre os 18 e 21 anos, estabeleceu contato com D. António Alves Martins, que se mostrou um bom amigo e que lhe concedeu a sua primeira ordem de eclesiástico.

Aos 21 anos fundou a *Gazeta das Beiras* e fez amizade com o deputado e poeta Dr. Thomás Ribeiro. Cerca de seis meses depois, em 1867, escreveu seu primeiro livro em versos, intitulado “*Quadros Cambiantes*”. Segundo Figueiredo (1908),

Foram meus primeiros versos, versos de colegial, escritos dos 16 aos 20 anos. Recebidos todavia lisonjeiramente pelos homens de letras e pela crítica, reeditaram-se em 1874, tendo-se feito em 1868 a primeira edição, na imprensa de Universidade (FIGUEIREDO, 1908, p. 13).

Correia (1907) afirma também que Figueiredo escreveu e publicou *Um anjo mártir* (poema lírico) e *Os Pirilampos* (reunião de biografias, trechos históricos, folhetins, entre outros). Ainda de acordo o biógrafo, foi aconselhado por João Mendes e outros, “que viam aptidões nada vulgares no brioso estudante” (CORREIA, 1908, p. 7), e finalmente, aos 23 anos, abandonou a vida eclesiástica e matriculou-se na Faculdade de Direito de Coimbra (1869-1874).

Segundo Cabañas (2005), o livro *Quadros Cambiantes* foi bem aceito e, por esse motivo, João Mendes, que era um homem influente e rico, além de chefe do Partido Reformista do distrito, decidiu financiar os estudos de Figueiredo na Universidade de Coimbra, no curso de Direito, em 1869.

Em conformidade com Marcondes (2008), no segundo ano do curso, entretanto, Figueiredo enfrentou dificuldades financeiras, porque Mendes não pôde mais financiar seu curso na Universidade. A poetisa D. Maria Angélica de Andrade, no entanto, conhecedora e admiradora dos poemas de Figueiredo, decidiu dar continuidade ao financiamento. Segundo Marcondes (2008), Figueiredo e Mariana se tornaram amigos e confidentes. Vilar (2007) informa que os dois se

corresponderam durante anos. A poetisa o estimulou muito em sua atividade poética. Foi dessa troca de correspondências que nasceu uma paixão entre os dois.

Durante os anos de faculdade, segundo Cabañas (2005), Figueiredo publicou outro livro, *Poema de Miséria*. Dessa forma, divulgando obras relacionadas à língua, pôde manter-se próximo aos jornalistas e literatos. Além disso, colaborou com a *Revista Folha*, importante revista acadêmica da época. Nos três últimos anos de faculdade, Figueiredo fundou a *Revista*, órgão de uma corporação literária e científica, e assumiu a direção e a gerência do Instituto de Coimbra. Em 1871, foi nomeado sócio do Instituto.

Com o fim do curso em 1874, de acordo com Cristóvão (2007), como a vida clerical que a família lhe destinara não o agradava, Figueiredo conseguiu que o papa Leão XIX o dispensasse das ordens eclesiásticas. Após essa dispensa pontifícia, pôde enfim casar-se com Mariana Angélica de Andrade. Correia (1908) esclarece que “o Sr. Cardeal Vanutelli foi, de propósito, a Roma buscar a dispensa da ordem eclesiástica, para a realização do casamento” (CORREIA, 1908, p. 13). Gouveia (2007) informa que a poetisa era filha de Anselmo de Andrade, enteado de António Gonçalves da Silva e Cunha, professor na Universidade.

Em 1874, foi eleito sócio da Academia das Ciências de Lisboa (em 1915 foi designado sócio efetivo dessa mesma erudita agremiação). No mesmo ano, foi escolhido professor correspondente da Academia de Jurisprudência e Legislação de Madrid.

De acordo com Correia (1908), “deixou Coimbra, entrou na vida prática, mas não abandonou as letras” (CORREIA, 1908, p. 9). Figueiredo foi para Lisboa advogar em 1876 e abriu um escritório em parceria com Júlio Vilhena. Nunca abandonou, porém, nem as atividades literárias, nem as jornalísticas. Desempenhou, também, algumas comissões oficiais de instrução pública, como um compromisso com o ministério do reino, sendo selecionado como inspetor das escolas do distrito de Coimbra. Nesse mesmo ano, fundou, com Luciano Cordeiro, a Sociedade de Geografia. Em 1877, foi também designado conservador do Registro Predial da comarca de Pinhel, transferido depois para a fronteira e, em seguida, para Alcácer-do-sal, onde exerceu o cargo de presidente da Câmara Municipal.

Foi designado, em 1878, membro titular da Sociedade Asiática de Paris, recomendado pelos orientistas Julius Oppert e Adolfo Guiard. O orientalismo, segundo Said,

é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “ocidente”. Assim, um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, tem aceitado a distinção básica entre o Leste e Oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopeias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, “mentalidade”, destino e assim por diante (SAID, 2007, p. 29).

Em 1880, foi nomeado para fazer parte da comissão encarregada de rever a nomenclatura geográfica portuguesa e tornou-se membro do Congresso dos Orientalistas de Londres.

Conforme Marcondes (2008), entre 1874 e 1880, assumiu o cargo de arquivista do Ministério da Justiça e trabalhou na Direção Geral do Registro Civil e Estatística. Como jornalista, empregou-se no *Jornal da Noite* e substituiu um amigo na redação do *Jornal Correspondência de Portugal*. Fundou também a revista literária *Cenáculo*. Instituiu e dirigiu o periódico *A Capital* e o *Diário Globo*. Entrou em seguida para a redação do *Diário de Notícias*, local onde trabalhou durante anos. Publicou valiosas crônicas literárias, que assinava com o pseudônimo de Cedef. Ademais, colaborou na *Revista de Portugal e Brasil*, no *Ocidente*, entre outras. De acordo com Cristóvão (2007), colaborou ainda, nesse período, com diversos periódicos, como, por exemplo, *Panorama* (1856 a 1863), *Lusitano*, *Progresso*, *Notícias* (depois *Diário Popular*), *Tribuna Popular*, *Independência*, *Recreio Literário*, *Folha* e outros.

Posteriormente, em 1881, foi nomeado Secretário Geral da Bula da Cruzada e, no ano seguinte, professor provisório do Liceu Central de Lisboa. Passou depois a funcionário do Ministério da Justiça. Nesse cargo, subiu hierarquicamente até subdiretor geral. Após 40 anos de trabalho, se aposentou.

Durante a época do trabalho no Ministério da Justiça, algumas vezes exerceu provisoriamente as funções de Diretor Geral da Justiça. Além disso, foi governador civil de Vila Real no Ministério de Dias Ferreira. Na época em que foi ministro das Obras públicas, Bernardino Machado nomeou-o seu secretário particular.

Vilar (2007) afirma que D. Mariana Angélica faleceu no dia 14 de novembro de 1882 vítima de tuberculose pulmonar, deixando seu marido e duas filhas: Rosalinda, na época com 7 anos, e Corina, com 5 anos. Algum tempo depois, conforme a informação de Cabañas (2005), Figueiredo casou-se pela segunda vez

com Antónia Piedade Serrano e com ela teve mais quatro filhos (Flávia, Reinaldo, Octávio e Dora). No ano de 1887, o professorado de ensino livre o elegeu vogal do Conselho Superior de Instrução Pública.

Ainda escreveu a primeira edição do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, em 1899, e fez parte da comissão encarregada de fixar as bases da reforma ortográfica portuguesa em 1911. Depois da efetivação da reforma, o autor optou por elaborar uma segunda edição do dicionário, revista e ampliada, em 1913. Atualmente há uma versão transcrita dessa obra que pode ser consultada *on line*². A transcrição faz parte do projeto Gutenberg e foi realizada entre 2007 e 2010 com o objetivo de criar um dicionário aberto.

Na área jornalística, Figueiredo destaca-se por ter sido o primeiro a redigir os consultórios gramaticais. Em conformidade com Gouveia (2007), durante muitos anos dedicou-se às correções do que considerava “erros vulgares”, comuns na ortografia e na sintaxe. Cultivou, em Portugal e no Brasil, inúmeros seguidores, “os caturras” da pureza linguística, e tornou públicas suas críticas por meio de colunas jornalísticas. O vocábulo “caturra”, segundo o *Dicionário Houaiss* (2009), significa “aquele que é obstinado, agarrado a ideias e hábitos ultrapassados ou antigos; teimoso” e também “aquele que, por questões sem importância, tem o hábito de contradizer e questionar”.

De acordo com Dela-Silva (2006), os registros iniciais dos textos de Figueiredo na imprensa portuguesa, sob o pseudônimo de João Caturra Júnior, datam de setembro de 1890. Ainda segundo a autora, no Brasil, as primeiras colunas datam de abril de 1900 e foram publicadas no *Jornal do Commercio* com o título de “O que se não deve dizer”. Segundo Correia, Figueiredo manteve “correspondência bissemanal na secção literária do Jornal” (CORREIA, 1908, p.12). Em dezembro do mesmo ano, passou a redigir, em Portugal, uma coluna intitulada “Escrever e Falar”, no *jornal Diário de Notícias*. Ademais, trabalhou como correspondente literário, colaborando com “uma crônica semanal” (CORREIA, 1908, p. 12) no *Diário do Estado de São Paulo*.

Em 1902 tornou-se membro da Real Academia Espanhola. Além disso, o congresso jurídico do Rio de Janeiro premiou Figueiredo com a medalha de honra. No mesmo ano foi premiado com o “Palmas de ouro” em um concurso poético da

² Pode ser acessado por meio do site: <http://www.dicionario-aberto.net/estaticos/about.html>

Academia Montreal de Toulouse. Foi também condecorado com o grau de cavaleiro da Ordem da Cruz Branca de Itália. Ademais, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras graças a seus escritos sobre a Língua Portuguesa. Em 1908, o Governo português conferiu-lhe a Carta de Conselho por distintos serviços públicos.

Fez parte da comissão encarregada de fixar as bases da ortografia em Portugal, juntamente com os professores Carolina Michaelis, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes, entre outros, no ano de 1911. Foi também Vice-cônsul do México em Lisboa.

Além do exercício da advocacia e do jornalismo, da presidência da Academia de Ciências e da publicação de livros em prosa e de poesia, Cândido de Figueiredo redigiu algumas obras relevantes no campo dos estudos linguísticos. De acordo com Marcondes (2008), no final do século XIX e início do século XX, Cândido de Figueiredo publicou diversos livros que versavam sobre os usos da norma culta. Alguns desses livros, que tiveram diversas edições, são: *Lições de Língua Portuguesa*, *Problemas da linguagem*, *O que se não deve dizer*, *Estrangeirismos*, *Falar e escrever*, *A ortografia no Brasil*, *O problema da colocação dos pronomes e Vícios da linguagem médica*.

É necessário ressaltar que, apesar das obras relevantes para os estudos linguísticos, Figueiredo era muito mais um estudioso das questões linguísticas, do que propriamente um pesquisador renomado, mesmo que assim o tivessem designado.

Importa saber que o jornalista escreveu sobre os fatos da língua no momento em que os estudos linguísticos estavam começando a surgir. Muitos escreviam sobre o assunto sem ter formação específica na área. O primeiro filólogo da Língua Portuguesa, Adolfo Coelho (1847-1919), começou a publicar estudos linguísticos um pouco antes de Figueiredo. Não ser totalmente dedicado aos estudos linguísticos, portanto, não tira a importância de Figueiredo no que diz respeito aos estudos gramaticais, filológicos e às questões vernáculas.

Figueiredo faleceu em 26 de setembro de 1925 em Lisboa.

1.2 A literatura e a imprensa: breve perspectiva histórica na imprensa do Rio de Janeiro

Conforme Sodré (1967), uma das grandes forças da sociedade carioca, que influenciaram a imprensa em meados do século XIX, foi o comércio. Faziam parte desse grupo seletivo muitos estrangeiros, principalmente portugueses, ingleses e franceses. A título de exemplo, o historiador citou alguns jornais conhecidos na época, tais como *Courrier du Brésil*, que discutia abertamente os problemas do país de uma posição reacionária; *The Rio Herald*, mantido pelos ingleses e que defendia seus interesses, mas sempre tentando não se envolver nos problemas partidários internos que constituíam o alimento quase único da imprensa da época; e o *The Rio Packet*, cujas reportagens também não se imiscuíam em tais questões.

Foi esse cenário que Pierre Plancher, após sair de seu país por motivos políticos, encontrou ao chegar no Brasil, trazendo sua oficina tipográfica. Resolveu se estabelecer na cidade do Rio de Janeiro e principiou seu negócio, imprimindo folhetos, folhinhas e papéis, além de vender livros e calendários. Devido a suas aptidões jornalísticas, Plancher começou a redigir um periódico intitulado *Spectados*, sob o pseudônimo de “Hum francês brasileiro”. Mais tarde, em 1º de outubro de 1827, criou o *Jornal do Commercio*.

O jornal não se destinava somente a informar de maneira mais abrangente e melhorar a divulgação das notícias comerciais (preços, informações sobre exportação e importação, entre outros assuntos mercantis), mas também a abordar o quadro político da época. Tinha como editores, além do próprio Plancher, Emil Seignot, João Francisco Sigaud, Júlio César Muzzi, Francisco de Paula Brito e Luís Sebastião Fabregas Surigué. Quando Plancher precisou regressar à França, deixou o jornal sob os cuidados de Emil Seignot. Após sucessivas vendas, em 1890, Villeneuve e Picot tornaram-se seus donos.

É importante ressaltar que o momento político e os diversos conflitos pelos quais o país passava (fim da escravidão, fim do regime monárquico e início da República, etc.), influenciaram na modernização dos jornais. Por esse motivo, jornais pequenos perderam força e espaço nas cidades e as grandes empresas jornalísticas surgiram com equipamentos gráficos mais modernos.

Com o nascimento dos grandes jornais nas capitais, não havia mais espaço para a imprensa artesanal, que acabou por predominar em áreas mais rurais. Além disso, a relação com a política e com os leitores passava por uma transição. As mudanças afetaram não somente o plano de produção e o da circulação, mas

também as relações do jornal com o anunciante e com os leitores. Essa transição começa antes do final do século XIX e fica ainda mais marcada no início do novo século.

Além da mudança estrutural dentro dos jornais e dos tipos de reportagens, os anúncios também sofreram diversas modificações. Em conformidade com Sodré (1967), os antigos jornais anunciavam, basicamente, remédios milagrosos, venda de escravos, virtudes dos barbeiros e chegadas de navios. Na segunda metade do século XIX, porém, os jornais começaram a elaborar melhor sua publicidade e passaram a contar “com a qualidade literária emprestada por alguns escritores” (SODRÉ, 1967, p. 322). Dessa forma, nomes importantes como Olavo Bilac, Emílio de Menezes, Hermes Fontes e muitos outros trabalharam nos jornais, produzindo anúncios demasiadamente rebuscados.

Esse novo estilo das propagandas ocasionou um rigor mais formal com a língua escrita. Sodré (1967) afirma que:

o noticiário era redigido de forma difícil, empolada. O jornalismo feito ainda por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido. As chamadas informações sociais – aniversários, casamentos, festas – aparecem em linguagem melosa e misturam-se com correspondência de namorados, doestos a desafetos pessoais e a tôrva catilinária dos *a pedidos*. (SODRÉ, 1967, p.323) (Grifo do autor).

Além das mudanças linguísticas, influenciadas principalmente pelo crescimento das empresas jornalísticas, as mudanças em relação à política, foram marcantes. É importante ressaltar que apenas parte da população sabia ler, por isso o público que comprava e lia os jornais era bem seleto. Alguns jornais, nesse momento histórico do final do século XIX, assumiram uma postura mais conservadora, como é o caso do *Jornal do Commercio*, que nesse período já tinha mais de 70 anos de existência. Seu público leitor era composto por homens da classe alta, políticos, funcionários graduados, entre outros. De acordo com Sodré, “tratava-se de uma empresa sólida que apenas acentuou o traço de apoiar todos os governos” (SODRÉ, 1967, p. 324).

Da mesma forma, outros jornais ganharam corpo e destaque na sociedade. Eles foram igualmente importantes e cada um deles apresentava visões diferentes em relação ao momento político da época. Entre eles estavam o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias*, *A Tribuna*, *A Notícia*, *A cidade do Rio*,

entre outros. De acordo com o autor, “a passagem ao jornalismo de empresa era, entretanto, etapa historicamente necessária; significava avanço; o jornalismo individual é que estava superado” (SODRÉ, 1967, p. 330).

Em conformidade com o autor, alguns fatores, como o domínio oligárquico, a política estagnada, a pausa no desenvolvimento do país, traços da consolidação republicana, trouxeram uma fase de repouso, de empobrecimento e improdutividade das letras, e isso também se refletiu nos estilos de época que surgiram após o Romantismo literário.

Como imprensa e literatura se confundiam, logo, impactos na área jornalística foram inevitáveis. Além de um conjunto de obras de baixa qualidade se destacar nos periódicos, o momento não era favorável para as criações brasileiras, muitas vezes devido à dificuldade que os autores não consagrados encontravam para publicar suas obras, como também pela baixa qualidade dos textos, ou até mesmo pela fraca repercussão das obras, entre outros motivos. À vista disso, os autores buscavam encontrar nos jornais aquilo que não encontravam nos livros, ou seja, a notoriedade, em primeiro lugar, e, se possível, algum dinheiro.

Assim, observou-se que na imprensa, no final do século XIX e início do XX, os principais periódicos possuíam, como coluna fixa, artigos sobre as questões linguísticas e contratavam escritores renomados que exerciam diversas funções. Alguns desses jornais já davam destaque às letras desde 1884. As principais seções permanentes e assinadas, segundo Sodré (1967), são, “no *Jornal do Commercio*, ‘ver, ouvir, e contar’, em que Jaime Séguier substitui o barão de Sant’Ana Neri; as ‘Dominicais’, de João Luso; ‘Dia-a-Dia’³, de Constancio Alves” (SODRÉ, 1967, p.335).

Há também as colaborações estrangeiras que vinham do Italiano Vincenzo Grossi e do português Cândido de Figueiredo, que, de acordo com o mesmo autor, polemiza em uma seção de bem escrever.

Dela-Silva (2006) afirma que as colunas de Figueiredo surgiram como uma tentativa de aumentar o campo de atuação dos periódicos. Fato esse que se liga diretamente ao crescimento do número dos grandes jornais nas capitais. A autora afirma que “a repercussão das colunas de Figueiredo faz com que outros jornais adotem a mesma prática” (DELA-SILVA, 2006, p.214). Como é o caso do *Correio da*

³ Manteve-se a o hífen de dia a dia que estava no original de Sodré (1967).

Manhã, que publicava duas colunas relacionadas aos conselhos gramaticais: uma assinada por Cândido Lago e a outra por Heráclito Graça.

Conforme declara Cardoso,

Foi por essa época que os consultórios de mazelas da linguagem conheceram o fastígio. Firmas lusitanas fortemente acreditadas, como a de Cândido de Figueiredo, aqui inauguraram filiais, e as que por cá se instalavam, como a de Cândido Lago, eram, desde o nome, arremedo das primeiras, com a mesma aparelhagem e semelhante fim. Um traço comum as identificava: o aspecto policial coercitivo de *O Que se não Deve Dizer*, mais preocupado com a exibição do erro do que com a lição do certo, e a inflexibilidade dogmática de *O que é correto*, totalmente imune a qualquer torneio de expressão que não tresandasse ao bafio de antanho. Dir-se-ia que os filólogos do tempo se inspiravam na balada de Villon (CARDOSO, 2006, p. 40).

Para Sodré (1967), a imprensa que vivia de literatura da mesma forma estimulava a polêmica. Verificam-se alguns desafetos como o de Cândido de Figueiredo e Heráclito Graça, que debatiam, no jornal, fatos que apareciam nas colunas de um e outro e com os quais não concordavam. Conforme Dela-Silva, esse tipo de discussão, ao abordar a língua portuguesa, confere certa notoriedade à imprensa mesmo que se tornassem necessários filólogos ou estudiosos que fizessem circular sentidos sobre a polêmica. A autora afirma ainda que

Com a publicação das colunas sobre língua portuguesa redigida por filólogos, a imprensa, enquanto instituição, produz, formula e coloca em circulação um dizer sobre a língua portuguesa, participando assim de uma etapa de consolidação do idioma nacional (DELA-SILVA, 2006, p.214).

É importante salientar que o suporte jornalístico foi relevante para a circulação de saberes e debates a respeito da língua portuguesa, principalmente porque, segundo Dela-Silva (2006), havia uma relação de proximidade e distanciamento entre Brasil e Portugal no que se refere à língua. Observa-se que

Esta relação de proximidade e distanciamento entre o Brasil e a Europa, de forma mais evidente, Portugal, manifesta-se na definição da língua nacional e nos conflitos entre uma visão de incentivo ao purismo da língua portuguesa, pela aproximação com os clássicos, e de valorização às particularidades do falar brasileiro, marcadas enquanto brasileirismos na língua. A oposição entre a escrita dos clássicos e o falar do dia-a-dia é abordado nas colunas analisadas na próxima seção deste trabalho como o conflito entre o bem e o mal falar, entre o uso consagrado e as “invenções da imprensa (DELA-SILVA, 2006, p.215).

Além disso, de acordo com Orlandi (2002), algumas instituições também foram responsáveis pela circulação das ideias linguísticas. Para a autora, a Companhia de Jesus pode ser considerada a primeira dessas instituições, já que participou ativamente da catequização dos índios no período colonial.

As escolas, da mesma forma, são consideradas instituições. Para Orlandi, elas funcionam “como lugares de conhecimento legítimo, da garantia da unidade linguística (nacional) e de domínio da ‘boa língua’, da ‘boa retórica’, da ‘boa escrita’” (ORLANDI, 2002, p.179). Em conformidade com Dela-Silva, é facilmente compreensível que as escolas sejam instituições detentoras de responsabilidades, não se restringindo à circulação do saber linguístico, mas atuando, também, como participantes no processo.

Nesse aspecto, a imprensa jornalística, segundo Dela-Silva (2006), fundamenta-se como uma instituição, ao fazer circular o conhecimento linguístico, anteriormente restrito aos estudiosos da língua, gramáticos e filólogos, entre um público não-especializado, provocando interpretações específicas sobre a língua nacional e o saber metalinguístico. Assim, é essa atitude que permite o surgimento das colunas relativas à língua nacional.

1.3 A Língua Portuguesa e a literatura: as transformações ocorridas entre os séculos XIX e XX

O período entre os séculos XIX e XX foi bastante significativo no que diz respeito aos estudos da língua. De acordo com Guimarães, “Os estudos do português no Brasil vão tomar corpo num movimento geral das ideias que se desenvolve a partir da segunda metade do século XIX” (GUIMARÃES, 2004, p. 23).

Muitas transformações sociais, políticas e econômicas ocorreram no período compreendido entre o final do século XIX e início do XX. Silva (1990) aponta alguns fatos significativos, tais como o crescimento da indústria brasileira, o desenvolvimento da indústria cafeeira, o fim da escravidão, o início da imigração, o incentivo ao trabalho assalariado e a proclamação da República. Além disso, houve

um grande crescimento e modernização das cidades, o que ocasionou um profundo desenvolvimento das camadas sociais urbanas.

Essas transformações são marcas da identidade da população brasileira. Para Charaudeau (2016), a identidade de um grupo é feita daquilo que seus membros compartilham e que constituem um vínculo social, ou seja, opiniões, valores, conhecimentos, gostos. É isso que faz com que os indivíduos se reconheçam como pertencentes ao conjunto, a uma mesma entidade, é o que norteia a vida em sociedade. Para o teórico, o grupo social se constrói segundo fatores de ordem social, que constituem uma identidade social, e fatores culturais, que constituem uma identidade cultural.

Ainda de acordo com Charaudeau (2016), a identidade social e cultural de um grupo é frágil e deve ser constantemente defendida, reforçada, lembrada, já que tende a se enfraquecer.

Em virtude disso, a partir do final do século XIX, notou-se, na população brasileira, uma inclinação ao distanciamento da metrópole portuguesa em diversos aspectos, sobretudo no concernente à língua nacional.

Outro aspecto relevante para os estudos linguísticos no período diz respeito à gramática histórico-comparativa. Azeredo afirma que

O estudo da linguagem humana assumiu o caráter de uma verdadeira ciência no curso do século XIX sob o rótulo de gramática Histórico-Comparativa e como tal contou com muitos adeptos no Brasil. Os estudos gramaticais então realizados entre nós beneficiaram-se dessa reorientação científica, mas nem por isso abandonaram as motivações normativas de sua origem greco-romana. (AZEREDO, 2008, p.32).

Para Martellota (2011), a gramática histórico-comparativa pode ser definida, em linhas gerais, “como a proposta de comparar elementos gramaticais de línguas de origem comum a fim de detectar a estrutura da língua original da qual elas se desenvolveram” (MARTELOTTA, 2011, p. 47). O autor afirma que essa nova abordagem dos fenômenos da linguagem apareceu a partir da constatação da semelhança do sânscrito, língua antiga da Índia, com o latim, o grego e grande quantidade de línguas europeias.

O teórico aponta que essa tendência marca o início da Linguística, uma vez que, pela primeira vez, um grupo de cientistas se interessou por analisar

características inerentes às línguas naturais, sem interesses filosóficos ou normativos, mas observando critérios puramente linguísticos.

A gramática histórico-comparativa desprezou os princípios que regiam a tradição gramatical de base grega. Ela não foi um movimento unificado, como geralmente ocorre com as escolas científicas. Pode-se dizer, assim, que essa escola teve importância ao desenvolver um método empírico de comparação entre estágios de língua e ao propor conceitos básicos a respeito do funcionamento da linguagem, sendo alguns adotados ainda hoje.

O rompimento com a tradição aristotélica, que dominava os estudos linguísticos até o século XVIII, para Martellota (2011), demonstrava que os comparatistas ressaltavam o caráter mutável das línguas. Essa atitude fez com que os cientistas acreditassem que uma análise histórica seria mais adequada do que uma abordagem filosófica. Segundo o teórico, os comparatistas restringiam seu ponto de vista a uma abordagem histórica do funcionamento gramatical, vendo-o como resultado de mudanças linguísticas regulares. Assim, deixavam de lado a descrição do funcionamento da língua como um fenômeno sincrônico, isto é, como um sistema de comunicação utilizado, em um momento específico, por falantes que aparentemente não conhecem a evolução histórica que utilizam, mas que, ainda assim, comunicam-se perfeitamente entre si.

Apesar de a gramática histórico-comparativa produzir conhecimento a partir da história das línguas, buscar observá-las e trazer avanços em termos metodológicos, ela não chegou, porém, a construir uma teoria consistente sobre a estrutura e o funcionamento das línguas. Assim, de acordo com o autor, a corrente colocou a mudança linguística no âmbito do indivíduo, mas não explicou, de maneira mais sistêmica, como os contextos de comunicação poderiam interferir no uso individual, limitando-se a descrever processos de analogia e empréstimo.

Ademais, como Saussure mais tarde viria a enfatizar, os comparatistas analisavam a língua em elementos isolados, ocupando-se em seguir suas transformações sem analisar o funcionamento dos sistemas linguísticos de que faziam parte. Para Saussure, não levar em conta que o valor do elemento depende do papel que desempenha o sistema da língua, levou os comparatistas a conclusões precipitadas. É importante ressaltar que a obra póstuma do linguista Ferdinand de Saussure, *Curso de linguística Geral* [1916], é considerada como o ponto de partida, como método histórico-comparativo, para os estudos científicos da linguagem.

Assim, com base nessas ideias, surgiram inúmeras gramáticas importantes na história da língua e alguns nomes merecem destaque, como: Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, Manuel Said Ali, João Ribeiro, Sousa da Silveira, Mário Pereira de Souza Lima, Eduardo Carlos Pereira, entre outros.

De acordo com Azeredo (2008), desde as primeiras décadas do século XIX, a língua portuguesa tem sido um tema bastante controverso e amplamente debatido entre dois grupos: os tradicionalistas, que eram movidos por um ideal purista e defendiam um modelo de escrita padrão uniforme entre Brasil e Portugal; e os progressistas, que defendiam o direito à diferença e à inovação. Por mais que as ideias progressistas defendessem as inovações, não abandonavam, entretanto, os exemplos clássicos.

Azeredo, no entanto, afirma que na primeira metade do século XX, um raciocínio determinista circulava entre os membros da sociedade. Por isso, muitos autores estavam convencidos de que a língua portuguesa se transformaria em língua brasileira. Segundo o autor,

não só brasileiros nacionalistas acreditavam nesse fatalismo; portugueses e brasileiros lusófilos temiam de tal sorte os efeitos da irrefutável mudança histórica, que trataram de exercer cautelosa e contínua vigilância sobre o uso brasileiro, denunciando os desvios e perseguindo as inovações (AZEREDO, 2008, p.539).

No que diz respeito ao português do Brasil no século XIX, a abordagem do tema língua falada *versus* língua escrita estava afetada pelo viés político-ideológico que opunha progressistas e puristas. Assim, observou-se, nesse período, uma significativa importância do português escrito frente ao falado e a predominância do ponto de vista conservador. Para Azeredo,

a escrita é encarada como uma espécie de formato em que se petrifica o uso da língua para fins solenes em espaços intelectualmente prestigiosos, enquanto a fala seria uma atividade trivial, praticada sem outro objetivo que a satisfação de interesses circunstanciais da comunicação social mais espontânea. Segundo essa concepção, a fala seria fragmentária e desprovida de regras de gramática, e só por meio da elaboração escrita uma língua poderia atingir sua forma perfeita e verdadeira (AZEREDO, 2008, p. 539).

Dessa forma, constatou-se que o português escolar estava desconectado da língua falada pelo povo, porque a maioria da população era analfabeta. Isso refletia

a escrita dos autores do período em questão. Em conformidade com Martins (1988), a formação dos escritores do século XIX mostra um ensino humanístico, ou seja, a gramática, a literatura e a retórica tiveram destaque.

Conforme informa Orlandi e Guimarães,

A gramatização brasileira dividida entre o específico brasileiro e o modelo português chega ao final do século XX afirmando – no nível da política linguística oficial – que malgrado séculos de mudanças e de diferenciação há unidade linguística entre Brasil e Portugal (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 33).

Uma proposta de renovação da expressão escrita para a literatura brasileira só será observada no movimento modernista de 1922. Além desse fato, uma importante mudança nos estudos linguísticos pôde ser constatada quando Sousa da Silveira, na sua antologia escolar, *Trechos Seletos* [1919], optou por utilizar exemplos de autores brasileiros, como Machado de Assis, juntamente com autores lusitanos. De acordo com Silva (2015),

Sousa da Silveira está entre os primeiros linguistas a darem a devida importância aos autores brasileiros e de incluí-los nas antologias entre os “clássicos” (no sentido de modelos da boa linguagem). Em *Trechos Seletos* (1919) e nas *Lições de Português* (1921-1923), são numerosas as citações de autores brasileiros em abono das formas lexicais e das construções sintáticas estudadas: veja-se mais que nas *Lições* o autor mais citado é Machado de Assis (437 vezes), e não um autor português como Luís de Camões (133 vezes), o que contrariava a atitude dos gramáticos antigos, apegados à ideia de que o modelo a ser seguido pelos escritores brasileiros era o do uso lusitano. Deve-se registrar que, em atenção a críticas que lhe foram feitas em relação à edição de 1919 de *Trechos Seletos*, ao publicar a segunda edição de 1935 procurou Sousa da Silveira aumentá-la com textos que refletissem mais notavelmente “a nossa natureza, as coisas do nosso meio e da nossa vida”; e na antologia passaram a preponderar os autores brasileiros: com efeito, se na primeira edição eram 14 portugueses e 7 brasileiros, passaram a ser na segunda edição 29 brasileiros e 17 portugueses, uma mudança altamente significativa. Além disso, nessa edição de 1935 aparece o texto “Um Mal Para a Nossa Terra” de Lima Barreto como o primeiro da antologia, escolha muito expressiva, pois o autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* ainda era injustamente apontado como escritor incorreto e medíocre, indigno portanto de figurar numa antologia escolar (SILVA, 2015, p.16).

Clare afirma ainda que:

É importante reconhecer o pioneirismo de Sousa da Silveira, que, desde a 1ª edição de sua obra, opôs-se ao “dogmatismo da corrente purista”, como afirmou em seu prólogo, e defendeu a necessidade de se recorrer a autores contemporâneos brasileiros, sem que, por esse motivo, se desprezassem os clássicos portugueses. Assim, por exemplo, Machado de Assis é mais

citado do que Camões. Também reconheceu a variabilidade linguística, atribuindo certa importância tanto às variedades diastráticas quanto às diatópicas (CLARE, 2003, p. 11).

1.3.1 A língua literária

Os anos compreendidos entre os séculos XIX e XX podem ser considerados como um período de renovações literárias. Martins (1988) dividiu o período em duas fases:

- a) De 1840 a 1880, em que temos o florescimento do Romantismo, com valiosas inovações e busca de uma expressão linguística brasileira;
- b) De 1880 a 1920, na qual se desenvolvem correntes estéticas quase simultâneas (Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo), com certa reaproximação do padrão linguístico português e intensa preocupação formal. (MARTINS, 1988, p.14).

No Brasil, a renovação da língua literária nacional torna-se marcante no Romantismo, que foi desenvolvido no século XIX com influências francesas. O desejo de libertação dos limites traçados pela poética neoclássica e a independência política inspiraram o anseio de rompimento com as tradições portuguesas, principalmente na literatura.

Assim, nota-se que os escritores aspiravam à renovação linguística, porque, como já visto, o país saía de um período de submissão política, cultural e literária. Nesse aspecto, os autores românticos encontraram um ambiente propício para o desenvolvimento da afirmação nacional. A literatura romântica apresenta algumas características estéticas e temáticas como tendências básicas, como valorização da natureza, dos nativos, do nacional (em detrimento ao estrangeiro); religiosidade; desejo de liberdade; apelo emocional; paixões; idealismo (traduzida na fuga da realidade); e a adoção de uma linguagem mais popular, mais simples. Nota-se, também, que os escritores românticos abandonaram o tom lusitano de uma linguagem mais rebuscada em favor de um estilo mais próximo de um português com mais características brasileiras, tanto no vocabulário, quanto nas construções sintáticas. Esse é o caso do romancista José de Alencar, que foi acusado de utilizar uma linguagem demasiadamente popular e cheia de neologismos. Esse assunto será observado no quarto capítulo deste estudo.

Nas duas últimas décadas do século XIX, o quadro político no Brasil era conflituoso, uma vez que o país passava por um momento de transição do regime imperial para o regime republicano. Dessa forma, influenciadas pelas transformações pelas quais o país passava, surgem novas tendências literárias: o Realismo (e o Naturalismo), o Parnasianismo e o Simbolismo.

Constituindo uma oposição aos ideais românticos, surge o Realismo, na prosa, com a proposta de uma representação da vida humana mais realista, fiel e objetiva. O romance era visto como uma maneira de criticar as instituições sociais e a prosa realista lutava contra uma literatura sentimental em prol de enfoque mais objetivo.

Nessa fase, no entanto, encontram-se autores com atitudes diferentes, temáticas interioranas, ousadias linguísticas, que antecipavam movimentos ainda por vir. Esse é o caso de Monteiro Lobato, que, de acordo com Bosi (2015), “foi, antes de tudo, um intelectual participante que empunhou a bandeira do progresso social e mental de nossa gente” (BOSI, 2015, p. 228). Para o teórico, Lobato, depois de Euclides da Cunha e Lima Barreto, soube melhor que ninguém “apontar as mazelas físicas, sociais e mentais do Brasil Oligárquico e da Primeira República, que se arrastava por trás de uma fachada acadêmica e parnasiana” (BOSI, 2015, p. 229). Mesmo com características moralistas e didáticas que o afastavam do Modernismo de 1922, a obra de Lobato acabou sendo uma preparação para o movimento Modernista.

Na poesia, o Parnasianismo surgiu para rejeitar a linguagem coloquial e a linguagem declamatória do Romantismo. Segundo Bosi, o movimento tinha por características “o gosto da descrição nítida (a mímese pela mímese), concepções tradicionalistas sobre metro, ritmo e rima e, no fundo, o ideal da impessoalidade que partilhavam com os realistas do tempo” (BOSI, 2015, p. 233).

Assim, pode-se observar nas obras parnasianas uma valorização do discurso rebuscado originário das eras clássicas da literatura. Essa escola literária tinha por característica o cuidado com a forma que, frequentemente, prejudicava a qualidade da expressão poética em busca da perfeição linguística.

Cardoso afirmou em seu estudo que

o certo é que o Realismo, com o culto da forma, que os parnasianos elevaram ao paroxismo, acabou por reabrir o sarcófago do exemplário unificado. Cumpria sacrificar à deusa Forma, e, como não havia norma

brasileira formalizada, força era ir buscá-la na norma portuguesa (CARDOSO, 1979, p. 39).

No final do século XIX, surgiu o Simbolismo, que apresentava uma leve aproximação com o Romantismo, por sua subjetividade e sua musicalidade, porém tinha como principal diferença a forma, trabalhada linguisticamente, de modo bem mais detalhado. Os poetas simbolistas utilizavam um vocabulário mais litúrgico e religioso, o que dava aos textos um ar de misticismo, diferente daquele do Romantismo.

Mesmo com a novidade que o Simbolismo expressava, esse movimento, entretanto, não foi capaz de ofuscar o Parnasianismo, uma vez que, de acordo com Bosi (2015),

o parnasianismo é o estilo das camadas dirigentes, da burocracia culta e semiculta, das profissões liberais habituadas a conceber a poesia como 'linguagem ornada' segundo padrões já consagrados que garantam o bom gosto imitação (BOSI, 2015, p. 249).

À vista disso, tais características possibilitaram que esse tipo de linguagem literária fosse assumido como língua literária oficial no Brasil.

Em conformidade com Azeredo (2003), diversas obras foram concebidas para ensinar a escrever de acordo com o espírito conservador e não se fazia, então, distinção entre escrever obras literárias e obras de ensaísmo em geral. Assim, a expressão "língua literária" era levada ao pé da letra, o que a tornava modelo para toda a escrita, inclusive a jornalística.

Sobre a língua literária, Câmara Junior, um dos autores que tratava língua padrão⁴ como língua literária, afirma que

Há um arejamento de ideias, uma melhor compreensão da língua como instrumento de comunicação, que precisa ser maleável e flexível para ser plenamente eficiente.

[...] concorreu para isso o estabelecimento do ensino universitário de letras e da língua materna, com a criação das chamadas Faculdades de Filosofia [Ciências e Letras]. Elas propiciaram um estudo mais objetivo e desinteressado, sem as preocupações, inevitáveis na escola [...], de um treinamento pragmático dos estudantes.

[...] Já se nota [...] uma melhor compreensão da legitimidade, em sua esfera própria, da língua coloquial em face da literária [no sentido de "língua padrão"] (CÂMARA JUNIOR, 1969, p. 35-36).

⁴ De acordo com Oliveira (2004), a língua padrão é variedade culta formal do idioma.

Foi nesse contexto de rompimento com o Romantismo e de aparecimento do Realismo que os consultórios gramaticais passaram a compor as páginas dos periódicos da época. Para Cardoso,

os consultórios de gramática se prendem ao que significou para a história da cultura brasileira o choque observado entre as concepções estéticas – e consequentemente linguísticas – do Romantismo e do Realismo (CARDOSO, 1979, 39).

1.3.2 A gramática no Brasil – período compreendido entre meados do século XIX e início do século XX

Cavaliere (2012) afirma que o marco do avanço da gramaticografia brasileira foi a publicação do *Epítome de gramática portuguesa* (1806), elaborada por Antônio de Morais Silva. Antes disso, pouquíssima produção linguística se destacava no país, uma vez que não havia “obras escritas no Brasil por autores brasileiros ou estrangeiros, tendo em vista a situação de extremado atraso socioeconômico da colônia portuguesa até a chegada da corte de D. João VI em 1808” (CAVALIERE, 2012, p.218). Segundo Cavaliere (2012), foram poucas as obras linguísticas escritas nos três primeiros anos da colonização, dentre elas alguns textos destinados à doutrinação de pagãos, estudos linguísticos e dicionários.

No século XIX, vêm a público alguns volumes que tratavam da descrição sistêmica do vernáculo, principalmente o *Compêndio da gramática portuguesa*, de 1829, escrito pelo padre Antônio da Costa Duarte. Um pouco antes dessa data, segundo Cavaliere (2012), surgiram dois estudos sobre a língua vernácula que demonstravam uma renovação das questões ortográficas: o *Tratado de eloquência* e o *Breve compêndio de gramática portuguesa*, ambos escritos por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. O modelo de descrição contava com nomes expressivos, dentre eles Jeronymo Soares Barbosa, que publicou a *Gramática Filosófica* em 1822. Segundo Teixeira (2014), “Jeronymo Soares Barbosa seguiu a tradição dos

estudos filosóficos, cujas principais ideias são encontradas na *gramática de Port-Royal* (TEIXEIRA, 2015, p. 62).

De acordo com Martellota (2011), a tradição dos estudos de base filosófica se iniciou na Grécia antiga. Os filósofos se interessaram por estudar linguagem, porque queriam, entre outros motivos, entender aspectos associados à relação entre linguagem, realidade e pensamento. O que melhor caracteriza essa tradição, entretanto, é a visão, inaugurada por Aristóteles, de que existe relação entre linguagem e lógica.

Assim, desenvolveu-se a partir daí a tendência de considerar a gramática um estudo relativo à disciplina filosófica da lógica. De acordo com essa visão, a linguagem é um reflexo da organização interna do pensamento humano. Para Aristóteles, a lógica seria o instrumento que precede o exercício da linguagem e do pensamento, possibilitando meios para realizar o conhecimento e o discurso. Atrelado a essa preocupação de caráter filosófico, a gramática grega apresentava uma preocupação normativa, isto é, assumia o dever de ditar padrões que refletissem um ideal da língua grega.

Segundo Martellota (2011), a *Gramática de Port-Royal*, publicada em 1660, retoma de forma intensa a visão aristotélica da linguagem como reflexo da razão e busca construir, com base na lógica, um esquema universal de linguagem, que estaria subjacente a todas as línguas do mundo. A visão de base aristotélica perde força com o surgimento dos primeiros linguistas no século XIX. De acordo com Teixeira (2015), “A gramática de Port-Royal era fortemente influenciada pelos pensamentos de René Descartes” (TEIXEIRA, 2014, P. 62). Autores renomados foram inspirados pela obra, como Chomsky, que chegou a escrever um livro intitulado *Linguística cartesiana* e Eduardo Carlos Pereira.

Na segunda metade do século XIX aumenta, consideravelmente, o número de gramáticas. É nesse período que os estudos gramaticais assumem um caráter científico. Conforme Azeredo, surgiram obras relevantes “sob um rótulo de Gramática Histórica-Comparativa” (AZEREDO, 2008, p.32) que contaram com muitos adeptos no Brasil. Muitos estudos se beneficiaram dessa reorientação científica, mas não abandonaram os estímulos normativos de sua origem clássica.

Sendo assim, entre meados do século XIX e início do século XX o cenário da produção de gramáticas significativas aumentou. Segundo Cavaliere, o período historiográfico surge com “uma geração de professores que passam a trabalhar as

teses histórico-comparativistas, que renderiam extensa e qualificadíssima bibliografia sobre o português no Brasil” (CAVALIERE, 2012, p.219).

Destacam-se, em meados do século XIX, alguns nomes que serão relevantes para o cenário dos estudos gramaticais. Tais autores eram homens de grande erudição, atualizados com a ciência linguística de seu tempo e imprimiam a esse saber certo sentimento nacionalista. Segundo Azeredo,

Era como se a proclamação da república, coroando o processo da autonomia política e cultural desencadeado ao longo do século XIX, propiciasse à nação a definitiva legitimidade para construir seu futuro e ratificar, sem sentimento de vassalagem, um padrão de uso literário ‘à altura da melhor tradição da língua’. Esta expressão vai aqui entre aspas para deixar claro que traduz o sentimento da corrente mais conservadora do tempo, a qual, movida por um ideal purista de língua, defendia um modelo de escrita padrão uniforme entre Brasil e Portugal (AZEREDO, 2008, p.33).

Mesmo que no país se destaquem posições puristas, há os que, com outras influências, opõem-se às gramáticas portuguesas. De acordo com Orlandi e Guimarães (2001),

o argumento do “novo” coloca no plano da língua a questão da diferença entre a língua falada no Brasil e em Portugal. No final do século XIX, os títulos das gramáticas e o desenvolvimento dos estudos gramaticais se inscrevem em um processo de gramatização que criou o espaço da diferença com a língua de Portugal sem, no entanto, atentar contra a unidade com Portugal (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001, p. 26-27).

Orlandi e Guimarães (2001) informam que Júlio Ribeiro (1881), autor da *Grammatica Portuguesa* (1881), foi um dos iniciadores da gramatização brasileira do português. Nessa obra, Ribeiro se afasta das influências portuguesas e busca inspiração no gramático americano Whitney, muito embora os exemplos utilizados na obra fossem extraídos de autores clássicos literários. Apesar dos protestos renovadores do Romantismo e do anticlassicismo, o culto aos autores clássicos continuava. Martins afirma que, de maneira geral, as gramáticas que “se escrevem no século XIX e princípios do XX não refletem a língua que então se escrevia e falava, mas a de séculos idos, considerando-se os modelos clássicos o ideal absoluto” (MARTINS, p. 1988, p. 10).

Guimarães (2004) afirma que diversas gramáticas terão impacto direto no Programa de Português para os Exames Preparatórios. Entre elas destacam-se a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de Pacheco Leão e Lameira de Andrade, a *Grammatica Portuguesa*, de João Ribeiro, a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de

Alfredo Gomes e a *Grammatica Analytica*, de Maximino Maciel (todas de 1887). Maciel modificou e reeditou a primeira edição e a lançou em 1894 com o nome de *Grammatica Descriptiva*.

Para o autor, embora os estudos da linguística histórico-comparativa afetassem e modificassem a concepção de gramática, esse fato foi deveras importante na gramatização brasileira do português. A gramática filosófica permanece no Brasil, sendo utilizada como suporte para os puristas da época, dentre elas, destacam-se a *Grammatica Philosophica Portugueza*, de Ernesto Carneiro Ribeiro (1881) e a *Grammatica Analytica da Língua Portuguesa*, de José de Noronha Napoles Massa, de 1888, ano posterior à criação do Programa de Português para os Exames Preparatórios.

Segundo Orlandi e Guimarães,

Um fato decisivo neste processo de gramatização brasileira do português é o 'Programa de Português para os Exames Preparatórios'⁵ organizado em 1887 por Fausto Barreto, professor do Colégio Pedro II, por solicitação do Diretor Geral da Instrução Pública, Emídio Vítório. Uma série de gramáticas aparece como resposta e dizem querer romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 25).

É nesse contexto que surge uma atividade muito comum na história de exaltação do idioma, as colunas de especialistas na imprensa. Nesse tipo de colunas há também os que defendam os purismos da língua, como a do *Jornal do Commercio*, assinada por Cândido de Figueiredo, e os que são mais progressistas (aqueles que se opõem ao excesso de purismos na língua), como a do jornal *Correio da Manhã*, assinada por Mário Barreto.

Oliveira (2004b) ressalta que o combate à influência estrangeira na língua é uma questão de política do idioma e pode ser acertada ou não, dependendo do contexto histórico. Por isso, pode haver um purismo saudável.

Assim, o planejador linguístico, em princípio, não estimula ou rejeita o recurso do empréstimo. Ele, de acordo com cada caso específico, opta em rejeitar ou aceitar o empréstimo. Esse processo pode ser classificado como um "purismo inteligente".

Logo, Mário Barreto assumiu um papel de planejador linguístico, uma vez que optava por aceitar ou não o recurso do empréstimo, dependendo das circunstâncias.

⁵ Os exames preparatórios "eram uma condição para a entrada nos cursos universitários" (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 25).

Diante disso, a posição de Barreto é bastante razoável. Os casos em que ele rejeita formas, que hoje são aceitáveis, se explicam pelo fato de que o emprego dessas formas era polêmico, porque não havia o consenso que existe hoje. Oliveira informa que o princípio geral que defendia assemelha-se ao que afirmam hoje linguistas e sociolinguistas.

Com base nesses aspectos, serão apresentadas no capítulo 2 as principais características das colunas redigidas por Cândido de Figueiredo, bem como os critérios de correção em que o autor se baseou para corrigir o que ele considerava erros da língua portuguesa.

2. A COLUNA: OS GÊNEROS E OS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

A finalidade deste capítulo é apresentar a obra que serviu como *corpus* para o presente estudo, isto é, comentar a respeito das características dos gêneros que foram encontrados nos três volumes, explicar e descrever o contrato de comunicação que os regula, além de verificar os critérios de correção em que Figueiredo se baseou para argumentar sobre suas ideias linguísticas.

Convém destacar ainda que, apesar dos tipos variados de gêneros encontrados no *corpus*, foram somente utilizados, para a análise, os consultórios gramaticais, uma vez que refletem o imaginário sociodiscursivo de um grupo social leigo no que diz respeito aos estudos linguísticos.

2.1 Os Gêneros textuais encontrados na obra

Como visto anteriormente, a partir de 1900, Cândido de Figueiredo redigiu uma coluna que discutia somente os fatos da língua. Algum tempo depois, o jornalista reuniu os textos em uma obra dividida em três volumes, denominados *O que se não Deve Dizer: Bosquejos e notas de filologia portuguesa*, que tiveram sua primeira edição em 1903. A maioria dos artigos foi publicada no *Jornal do Commercio*. Entretanto, alguns deles foram retirados de outro periódico português, bem como informa o autor no prefácio do volume I intitulado “Em vez de Prefácio”,

O que se não deve dizer tem sido, e talvez continue a ser, o título genérico de vários e numerosos artigos, por mim estampados na imprensa periódica de Portugal e Brasil. (FIGUEIREDO, 1922, p.5 – volume I) (Grifo do autor) (ANEXO A).

O volume I é dividido em duas partes distintas: “Princípios e fatos” e “Crítica suave”. Na primeira foram identificados dois gêneros diferentes: o consultório gramatical e o que Marcondes (2008) convencionou denominar “artigos metalinguísticos”.

Na segunda parte foram encontradas críticas direcionadas a outros estudiosos da língua, dentre elas estavam: o gênero consultórios gramaticais, que diferentemente dos consultórios presentes na primeira parte eram direcionados a pessoas comuns, que aparentemente possuíam algum conhecimento linguístico, e o gênero polêmica linguística, cuja temática é a linguagem, além do subgênero do gênero epistolar, carta aberta. Convém ressaltar que os volumes II e III são constituídos, em sua totalidade, pelos consultórios gramaticais.

Verificou-se que esses gêneros possuem um ponto em comum: persuadir os interlocutores a utilizarem as formas linguísticas que o colunista considerava mais adequadas. Convém destacar que, embora os textos tratem do uso da norma culta da língua portuguesa e pertençam ao mesmo domínio jornalístico, possuem características estruturais bastante peculiares, isto é, cada um deles tem seu próprio contrato de comunicação. Portanto, assim como Marcondes 2008, optou-se, nesse estudo, em apresentá-los como gêneros distintos.

O contrato pode ser definido “como um conjunto de ‘regras’ discursivas que determinam o que é e o que não é ‘permitido’ no ato de produzir e de interpretar textos (orais e escritos)” (OLIVEIRA, 2003, p.87). Segundo Oliveira (2007), cada gênero se associa a um contrato de comunicação, ou seja, a um conjunto de “direitos” e “deveres” do produtor do texto e do indivíduo que o interpreta.

Assim, o gênero, de acordo com o contrato a que é subordinado, aceita determinada temática, macroestrutura textual, certas estruturas sintáticas, de vocabulário, e rejeita outras. Um conceito muito utilizado a respeito dos gêneros é aquele proposto por Bakhtin (2010), entretanto Oliveira (2007) optou por correlacionar o que foi proposto pelo filósofo citado com os conceitos propostos por Charaudeau (1992) e Marcuschi (2002).

Bakhtin (2010) declara que, no gênero discursivo, o seu conteúdo temático, seu estilo e sua construção composicional, “estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (BAKHTIN, 2010, p. 262). Para Oliveira (2007), o conteúdo temático próprio de um gênero é o conjunto dos prováveis temas abordáveis nos textos a ele pertencentes, conforme o contrato de comunicação que o orienta. O conteúdo está relacionado ao espaço em que se inserem as situações comunicativas possíveis e em como o gênero é produzido. Dessa maneira, entende-

se que há temas adequados e inadequados para cada gênero, ou seja, o que é aceitável em uma palestra, não é em uma carta.

O estilo, em conformidade com Bakhtin, é a “seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (Bakhtin, 2010, p. 261). Oliveira (2007) afirma que essa definição, conforme o filósofo emprega o termo, equivale a escolhas realizadas dentre as opções oferecidas pelos sistemas linguísticos, e aceitáveis, dentro do contrato de comunicação de cada gênero, além de relacionar ao que é permitido ou interdito em um ato de linguagem. A autora aponta que “um contrato de comunicação pressupõe sempre determinada *situação comunicativa*” (OLIVEIRA, 2003, p. 34. Grifo da autora).

Para Charaudeau e Maingueneau, a situação comunicativa é empregada:

de diversas maneiras e frequentemente, é equivalente a contexto. (...) De maneira geral, sem se opor, no momento, ao “contexto”, esse termo refere-se ao conjunto de condições que organizam a emissão de um ato de linguagem (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.450) (Grifo do autor).

E, por fim, a construção composicional, exigida pelo contrato de cada gênero, é o conjunto de macroestruturas textuais permitidas também pelo contrato. É o que se costuma denominar “superestrutura” do gênero. Em outras palavras, o que é interdito ou permitido na produção e na interpretação de textos desse gênero constitui seu contrato de comunicação. Cabe ressaltar que Bakhtin (2010) utilizou a nomenclatura *gêneros discursivos*. Entretanto, nesse estudo, assim como em Oliveira (2004c), optou-se pela nomenclatura adotada por Marcuschi (in DIONÍSIO, MACHADO e BEZERRA 2012), *gêneros textuais*.

2.2 O contrato de comunicação dos gêneros

2.2.1 “Princípios e fatos”: uma parte dedicada às reflexões sobre os fatos da língua

A primeira parte do livro, intitulada “princípios e fatos”, é dedicada às reflexões a respeito da língua portuguesa. Durante a análise, foram observados dois gêneros: o consultório gramatical e o artigo metalinguístico.

2.2.1.1 O consultório gramatical

Os consultórios gramaticais são gêneros de cunho metalinguístico, cuja característica mais significativa, permitida pelo contrato de comunicação do gênero, é a presença do conjunto **pergunta/resposta** e do par enunciativo **consultor/consulente**. Pode-se definir o vocábulo **consultor**, de acordo com o *Dicionário Houaiss* (2009), como “1. Aquele que dá conselho; 2. Aquele que tem a função de dar parecer, fornecer subsídios, sugerir, aconselhar” e **consulente**, segundo a mesma fonte bibliográfica, como “1. aquele que consulta; 2. que pede conselhos a outrem sobre algo”.

Nesse sentido, as **perguntas** são formuladas por um **consulente** e as **respostas**, conseqüentemente são concebidas pelo **consultor**, que é autoridade no assunto. Dessa forma, hierarquicamente, o leitor já parte da premissa que o consultor sabe mais do que o consulente.

Apesar de vários profissionais, como os advogados, por exemplo, realizarem consultas, os termos “consultório gramatical”, “consultor” e “consulente”, em conformidade com Marcondes (2008), são fundamentados “em uma metáfora médica, a de que ‘a língua portuguesa está doente, sofrendo, e precisando de cuidados’” (MARCONDES, 2008, p. 34).

A seguir, pode-se constatar como é composto um consultório gramatical:

De Caturra-Mór:
 -- “Monte-Mór, ou Montemór?” –
 Nenhuma destas fórmulas é errada, mas a primeira é pretensiosa, inusitada e inútil. É como se escrevêssemos *Monte-Negro*, em vez de *Montenegro*, *Valle-Bom* em vez de *Valbom*, água-ardente, em vez de aguardente, ante-ver, em vez de *antever*...
 Portanto, *Montemór*.
 (FIGUEIREDO, 1922, p.29 – volume II) (grifo do autor) (ANEXO B).

Alpha deseja saber se *tafulo* é palavra portuguesa; e, sendo o mesmo que *Taful*, qual é o plural.

Tafulo é uma variante popular de *taful*, e, pelo menos, serviu-se dela o Garrett e o Camilo, (*Cancioneiro Alégra*, pág.301).

Quanto ao plural, isso agora não parece sério. É questão de instrução primária: *taful, tafuis; tafulo, tafulos...* Estes meninos de bigode costumam mais aturar que os meninos de bibe. (FIGUEIREDO, 1922, p.45 – volume II) (Grifos do autor) (ANEXO C).

A partir da análise dos fragmentos, verificou-se que Figueiredo redigiu o consultório de duas formas diferentes. No primeiro trecho, o jornalista utilizou a maneira clássica de exposição textual, ou seja, pergunta do consulente e resposta do consultor. No segundo, ele elaborou o texto sob a forma de paráfrase. Dessa forma, concluiu-se que é dessas duas maneiras que os textos aparecem na obra.

No que diz respeito ao conteúdo, constatou-se que as questões contidas no consultório gramatical de Cândido de Figueiredo, em conformidade com Teixeira (2014), “consistem ‘no bom uso’ da norma padrão da língua” (TEIXEIRA, 2014, p. 7). Sendo assim, as dúvidas relacionavam-se tanto aos textos escritos quanto aos orais:

De *Um teimoso*:

--- “*Em vez de ver-se-ão, não se poderá escrever verão-se?*”

Poderia. E até Camões, segundo parece, escreveu este verso:

“*Verá-se em fim toda a Índia conjurada.*”

Mas não se usa; e já San-Vicente de Lélis afirmava que *é verdade o que se diz sempre e em toda a parte*. Vamos com os santos, que não vamos mal. Se *Teimoso* não quiere ir para o diabo. Se for, escreva de lá. (FIGUEIREDO, 1922, p.79 – volume II) (Grifo do autor) (ANEXO D).

Ponderações de um curioso:

--- “*Oiço dizer --- eu se fosse a ti, em vez de --- eu, no teu lugar...*

Parece-me asneira.”

Será; mas é forma popular, autorizada por Gil Vicente e outros. Depois de eu têr visto no fundador do teatro português a fôrma “Porque tal fui coma ti.” Também o Sr. Júlio Moreira, no seu recente e interessante livro *Estudos da Língua*, (pag. 17 e seguintes), coligiu novos e numerosos exemplos clássicos daquele dizer popular, como --- *eu, se fosse a ti; eu, se fosse a vós*. É hoje sintaxe anormal, mas é popular... (FIGUEIREDO, 1922, p. 21 – volume II) (Grifo do autor) (ANEXO E).

2.2.1.2 O artigo metalinguístico

O artigo metalinguístico é um gênero de caráter argumentativo. Nele, o autor expõe seu posicionamento diante dos mais variados assuntos. No caso das colunas redigidas por Figueiredo, observou-se que todos os assuntos tratados estavam

relacionados com os fatos da língua. Notou-se ainda que o colunista assumiu uma postura mais teórica, uma vez que debatia com leitores de mesmo nível acadêmico.

É importante salientar que mesmo que assuma um papel relevante na obra, esse gênero aparece com menor frequência frente aos consultórios. Convém evidenciar que a nomenclatura, artigo metalinguístico, é uma convenção que Marcondes (2008) utiliza e que foi adotada nesse estudo.

No trecho a seguir, observa-se como é organizado o artigo metalinguístico:

Duas letras fatais

Se a prática de se escrever Z em lugar do s medial obedecesse a um plano de ortografia sônica, inda essa prática se poderia sustentar, por meia hora, ao menos; mas, no estado actual da língua portuguesa, a sônica é um ideal intangível, e nem pensam nela os que escrevem Brazil, empreza, atraz, etc., porque, ao mesmo tempo escrevem, e bem, coisa, casa, fuso, etc., e perpetram até a generalizada incorreção de rasão e civilizar, á francesa, (raison, civiliser).

Portanto, as incorreções como Brazil não derivam de um sistema, mais ou menos defensável, mas do hábito, em que os nossos escritores se comparam, de se não importar da razão do que escrevem, e ainda da prática, que chegou a generalizar-se no século XVIII e no princípio do XIX, de se escrever sempre z em lugar do s medial: caza, couza, roza, Ázia, Brazil...

Eu, já por mais de uma vez, sustentei e provei que a ortografia correcta e exacta é Brasil, e não Brazil: a etimologia da palavra, a sua fôrma no latim bárbaro Brasile), e sua fôrma em todas as línguas cultas, não deixam dúvida de que o tal z é uma intrusão injustificável, que a imprensa portuguesa e brasileira deviam têr expurgado há muito (...)(FIGUEIREDO, 1922, p. 41 – volume I) (Grifo do autor) (ANEXO F).

Ainda com base nos aspectos analisados, pode-se dizer, portanto, que o gênero segue o contrato de comunicação dos artigos de opinião, visto que, de acordo com Melo, o gênero pode ser definido com “uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião” (MELO, 2003, p. 123).

Martín (1973) complementa a asserção informando que a significação do gênero está compreendida no ponto de vista do escritor. Além disso, notou-se no exemplo, que o autor faz afirmações mais aceitáveis e defensáveis no artigo metalinguístico, do ponto de vista dos estudos da linguagem, do que nos consultórios.

2.2.2 “Crítica Suave”: uma parte direcionada para as respostas

Foram encontrados, no volume I, na segunda parte da obra intitulada por “Crítica Suave”, dois gêneros diferentes compostos por respostas às críticas, direcionadas a Cândido de Figueiredo, feitas por estudiosos e por falantes comuns que, aparentemente, possuíam algum conhecimento linguístico. Além de um subgênero do gênero epistolar: carta aberta.

2.2.2.1 O consultório gramatical destinado aos estudiosos da língua

Um dos gêneros encontrados no capítulo é o consultório gramatical. Em uma primeira análise não foram verificadas diferenças na organização textual entre esses e os outros consultórios da obra. No entanto, no que se refere ao par enunciativo consultor/ consulente, foi constatada uma distinção em relação aos outros consultórios analisados, ou seja, os consulentes que formulavam as questões eram pessoas comuns, que aparentemente, possuíam conhecimentos linguísticos. E, como resultado, as respostas do consultor, ao que tudo indica, tinham um teor um pouco mais teórico. Um claro exemplo disso pode ser observado no consultório a seguir:

Me melem...

Um advogado de Piracicaba, (Brasil), pondera-me, com amável cortesia, que, perante a sua gramática, não acha justificção para a seguinte locução minha: “Me melem, se eu compreendo...”

Acha êle que a colocação daquele pronome *me* destôa da colocação geral dos pronomes.

Aparentemente, é fundado o reparo. Mas eu me explico.

Na língua portuguesa, maiormente em linguagem familiar, há locuções especiais, *idiotismos*, que brigam aparentemente com as *regras gerais* da gramática, mas que nem por isso deixam de sêr portuguesas.

Eu não conheço nem tenho agora tempo para investigar a *genealogia* daquela locução “me melem”, mas talvez não seja difícil entrever a razão dela.

Seguramente, é fôma elíptica, em que, por abreviatura ou por eufemismo, terá desaparecido o sujeito: “Demónios me melem”.

Será isto? O que eu sei é que “me melem” é expressão familiar, autorizada pelo grande clássico, o povo português (1)

- (1) Também na linguagem familiar, reproduzida em livros de Camilo, há, em princípio de frase, esta expressão análoga:

--“T’arrenego...”—

E contudo é evidente a eplise: --Eu te arrenego.

CF. C. de Figueiredo, *Problemas da Linguagem*, vol, III, cap.3.
(FIGUEIREDO, 1922, p. 297. Volume I.) (Grifos do autor) (ANEXO AE)

2.2.2.2 A polêmica Linguística

Ainda no que concerne aos gêneros encontrados na segunda parte da obra, foi verificado que havia colunas compostas por respostas a críticas feitas pelos estudiosos da época e que foram direcionadas ao consultor.

Nesse gênero, que pode ser nomeado de polêmica linguística e cuja temática é a linguagem, constavam debates a respeito dos assuntos linguísticos. Assim, os estudiosos da época, quando não concordavam com algum comentário, argumentavam a respeito do tema. Conseqüentemente, o colunista que foi criticado respondia às críticas com base nas suas crenças a respeito da língua.

Para Gradim (2000), a polêmica jornalística é uma forma de atrair leitores. Porém, de acordo com a autora, esse gênero deve ser administrado com cautela, para que não acabe em insulto entre as partes do debate. Ela afirma ainda que, se bem fundamentada, pode ser considerada socialmente útil.

É importante ressaltar que esses embates linguísticos, muito recorrentes no final do século XIX e início do XX, foram protagonizados por muitos estudiosos renomados da época.

Nos fragmentos abaixo é possível observar como esses gêneros eram caracterizados:

Repêso – Surpresar – Reprimenda – Tige

Numa revista literária do Rio-de-Janeiro, a *Aspiração*, o Sr. Professor Mário Barreto faz-me a mercê de consagrar alguns períodos amáveis aos meus estudos sobre a língua portuguesa, descontando na sua cativante amabilidade o desacordo em que está comigo, a respeito de algumas palavras que eu não considerarei vernáculos.

As palavras aludidas são: o adjetivo *repêso*, o verbo *surpresar*, e os substantivos *reprimenda* e *tige*.

À cerca de *repêso*, dizem as minhas *Lições Práticas*, vol. I.

--“*Repêso*, como sinónimo de *arrependido*, usa-se, mas não me consta que seja locução autorizada...; nunca a subscreverei.” –

Contestando, alega o Sr. Barreto que o Camilo usa várias vezes do adjetivo *repêso*.

Quanto a *surpresar*, disse eu no mesmo livro que, onde se lia *surpresado*, deveria lêr-se *surpreendido*.

Opõe o sr. Barreto que *surpresar* é de formação vernácula; que o trazem os léxicos, e que usa o Camilo.

De *reprimenda*, lê-se nas *Lições Práticas*, vol. II, que não é termo português.

Observa porém o citado professor que a palavra *se pode nacionalizar*, e que o Camilo se serviu dela.

Quanto a tige, ficou dito nas mesmas *Lições Práticas* que é palavra extremamente francesa, e que só por grande audácia e grande autoridade virá a têr foros de expressão vernácula.

Contestação do Sr. Barreto: Camilo serviu-se da palavra.

Há sobre tudo isto uma meada de equívocos, que não desconvém desemaranhar.

Vejamos. (...) (FIGUEIREDO, 1922, p.224. Volume I) (Grifos do autor) (ANEXO AF)

Resposta a um crítico

Um dos provados amigos que eu conto no Brasil enviou-se dois nº de um diário fluminense, em que se faz a crítica de algumas afirmações minhas.

A aludida remessa era acompanhada das seguintes informações, que me dispuseram bem para a leitura e apreciação da crítica:

-- “O autor é advogado conceituado e foi deputado no tempo do império. Não sabia eu que êle se ocupasse de vernaculismo; comoporém é filho do Maranhão, a terra de Sotero, Odorico Mendes, Lisboa e Gonçalves Dias, e talvez com eles convivesse, não admira essa predileção..... Como verá, é cortês e polido na discussão...” –

Com efeito, nos dois artigos, a que meu amigo se refere, e que são firmados pelo Sr. Heráclito Graça, não só se me revela mais um sisudo conhecedor da língua portuguesa, o que felizmente não é raro em terras do Brasil, se não também um crítico sensato que, para evidenciar o seu desacordo com o criticado, não recorre á indelicadeza e á má fé, como sucede ás vezes com vários críticos da minha terra. Aos deste estofo, se acaso, se acaso me surgem de frente, claro é que os não discuto nem lhes respondo, porque com a mocidade foi-se-me o prazer e a pachorra de deslombiar justiceiramente a ignorância petulante e a prosápia grosseira; mas a quem discute como o Sr. Heráclito Graça, com conhecimento do assunto, com as melhores intenções, fàcilmente entrevistas, e com a demonstração de haver tomado chá em pequeno, nunca eu rejeitaria combate, pronto sempre a ceder-lhe lealmente terreno, quando as suas armas sejam de melhor têmpera que as minhas, ou a repelir correctamente o assalto, se me reconheço em terreno mais firme.

E assim é que, antes de mostrar ao Sr. Graça que não posso concordar com a maior parte das suas alegações, começarei, no introito do torneio, por cumprimentar o adversário, fazendo-lhe uma concessão, demonstrativa da minha boa fé e do apreço em que tenho a destreza do meu inesperado e hábil contendor.

Dos centenaes de questões, mais ou menos importantes, e mais ou menos ligeiramente tratadas nos três volumes das *lições práticas*, há até agora, que eu saiba, quatro, a respeito das quais o Sr. Heráclito da Graça contesta o que afirmei.

Aquelas quatro questões têm por objeto quatro expressões, que o Sr. Graça supõe rejeitadas por mim, como opostas ou estranhas á linguagem vernácula: *aceite*; *afazer*; *afuzilar*; *amiúdo*.

Mas antes de lhe fazer a concessão, a que há pouco me referi, examinaremos o corpo de delito, começando por *afuzilar* (...) (FIGUEIREDO, 1922, p.299. Volume I) (Grifos do autor) (ANEXO AG)

2.2.2.3 A carta aberta

Por fim, foi encontrado também um subgênero do gênero epistolar: a carta aberta. Esse gênero tem por característica textos escritos em forma de carta e que são redigidos com o objetivo de serem enviadas para um destinatário ou não.

A carta aberta, por sua vez, pode ser caracterizada como um texto dissertativo-argumentativo, que faz referências a assuntos de interesses coletivos. Ela permite que o remetente exponha em público suas opiniões ou suas reivindicações a respeito de assuntos diversos. Constatou-se também que, além do caráter argumentativo, a carta aberta possui elementos persuasivos, dado que a intenção do emissor é convencer o interlocutor com relação a suas ideias.

A única carta aberta da obra foi direcionada ao crítico literário José Veríssimo (1857 – 1916), que atuou intensamente na imprensa do início do século XX, e versa sobre um assunto muito comentado na época: a simplificação ortográfica. Assim, pode-se observar a seguir um fragmento da carta:

A questão ortográfica (Carta aberta ao Sr. J. Veríssimo)

Exmo. Sr. E meu ilustrado confrade. – Apenas o nosso bom e querido Ramalho Ortigão me comunicou hoje em conversa, na Academia das Ciências, que V. Ex.^a publicára no *Jornal do Comércio* (1) dois interessantes e largos artigos á cerca da ortografia portuguesa, a natureza do assunto e o bom nome de V. Ex.^a levaram-me a tratar logo de obter os respectivos números daquela folha, convencido de que á leitura dos aludidos artigos eu deveria pelo menos alguns momentos de prazer e porventura algum oportuno ensinamento.

De facto, acabo agora mesmo de me deliciar com a desejada leitura, e a esse prazer me restringiria, sem expansões de qualquer espécie, se da simples leitura daqueles artigos não pudesse deduzir-se que divergimos essencialmente em muita coisa, quando a verdade é, que na imprensa de Portugal e do Brasil, raramente se me terá deparado publicista que mais unissonamente preconize comigo a nossa anarquia ortográfica e a necessidade e vantagens da ortografia fonética. Quaisquer divergências fortuitas, entre o meu modo de vêr e o de V. Ex.^a, são tão adiaforas, que mal servem de pretexto a uma simples palestra epistolar.

E é tal a nossa concordância sobre a simplificação da ortografia que, durante trinta anos, e em algumas dezenas de volumes que tenho atirado ao mercado, nunca pratiquei senão a ortografia fonética, excepto em algumas publicações escolares e oficiais, porque o mundo oficial tem a irrisória pretensão de que possui ortografia sua.

Claro é que, como as reformas se não fazem de salto, e um só homem dificilmente faria uma reforma ortográfica, tenho transigido *provisòriamente* com a duplicação de consoantes, até porque dois // ou dois *pp* não sôam mais nem menos do que um só.

Mas o que eu nunca escrevi *espontaneamente* foram palavras com *ph* em vez de *f*, *th* em vez de *t*, *ch* em vez de *q*, *ao* em vez de *au*, *ae* em vez de *ai*, *eo* em vez de *eu*, *escripto* em vez de *escrito*, *y* em vez de *i*, etc.

Desde 1869, em que se publicou o meu primeiro livro, e em que pouquíssima gente pensava a sério em tais questões, até o terceiro volume das *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, recentemente publicado, todos poderão têr visto a insistência, a sinceridade e, diga-se, a coragem de pugnar, quase só, pelo *desideratum* de V.Ex.^a.

Nos últimos déz ou doze anos, se tanto, a Filologia começou a têr distintíssimos cultores em Portugal, os quais, em nome ciência e do bom senso, se converteram em outros tantos paladinos da simplificação ortográfica. Tal é Gonçalves Viana, o primeiro poliglota e foneticista português; Vasconcelos Abreu, erudito orientalista e lente de sânscrito, no Curso Superior de Letras; Gonçalves Guimarães, lente de Filosofia na Universidade, latinista e helenista de mérito excepcional; e inda outros.

Alude, porém, V. Ex.^a aos supostos reformadores da ortografia portuguesa, e cabe-me a honra de sêr citado por V. Ex.^a, ao lado de mais um apenas, Ribeiro de Vasconcelos, catedrático da Universidade. Por êle, creio poder dizer que a sua *Gramática* não representa precisamente o seu ideal ortográfico, porque, se o representasse. Não seria admitida nas escolas oficiais; e de mim, -- embora eu me não compraza em tratar de coisas e ideias minhas sem necessidade, -- mais alguma coisa vou dizer, em vista da obsequiosa referência que V. Ex.^a faz ao sistema ortográfico do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*.(...)

- (1) O Sr. J. Veríssimo, um dos mais notáveis publicistas brasileiros, publicou os aludidos artigos no Jornal do Comércio do Rio-de-Janeiro de 29 de Outubro e 5 de Novembro de 1900. Posteriormente, tratou do mesmo assunto, em carta a mim dirigida, e inserta no seu livro estudo de Literatura Brasileira, 1903, edição da Casa Garnier, do Rio.
(FIGUEIREDO, 1922, p.313 – volume I) (Grifo do autor) (ANEXO AH).

2.3 O tema central das colunas e os critérios utilizados pelo autor para dar autoridade aos seus argumentos

No que concerne à obra e ao título dos volumes, Figueiredo comenta que:

Com efeito, nos últimos quinze anos, a minha atenção de estudioso e de publicista tem recaído especialmente nas mais vulgares incorreções ou delitos de linguagem, isto é, no que se não deve dizer, falando ou escrevendo (...). O subtítulo *notas de filologia* justifica-se pela variedade e

natureza despretensiosa dêstes estudos. (FIGUEIREDO, 1922, p.5 – volume I) (Grifo do autor) (ANEXO A).

Como já mencionado, as colunas expuseram comentários a respeito dos fatos da língua que se consideravam erros gramaticais. Teixeira (2014) aponta que o autor associava os “erros” aos escritores e à imprensa da época, e para “corrigir” o que julgava incorreto utilizava, entre outros argumentos, os estudos etimológicos e justificava suas respostas com exemplos retirados das obras clássicas.

No capítulo “Palestra prévia”, Figueiredo (1922) ratifica que nos três volumes corrigiu como pôde as incoerências encontradas na imprensa e na linguagem comum, na construção de frases, prosódias, ortografia etc. Como afirma Oliveira (2015), a coluna tinha uma função inibidora, além disso, para ele, Figueiredo era considerado “o terror de jornalistas, escritores, políticos, enfim de todos os que cometiam o que ele considerava erros de português” (OLIVEIRA, 2015, p. 485).

Para o teórico, atualmente, existem algumas matérias publicadas na mídia impressa que, às vezes exerce a mesma função inibidora das colunas escritas por Figueiredo. Para ele, a diferença entre o saudável e o esclarecimento de dúvidas, além do terrorismo psicológico, se dá pela modalização e pelas escolhas lexicais.

Alguns autores contemporâneos consideram que essa característica peculiar da obra de Figueiredo é considerada preconceito linguístico. Entretanto, é importante evidenciar que nem todo discurso normativo é preconceituoso, existe um normativismo saudável, assim como existe um purismo saudável. No caso de Figueiredo, é preciso levar em consideração que a época em questão estava passando por diversas transformações e, nesse caso, estabelecer critérios para a correção seria essencial para a difusão da língua portuguesa.

Leite (2005) aborda a questão de preconceito linguístico de outra maneira em suas pesquisas, ela opta por utilizar a expressão “intolerância linguística”. Para a autora, os vocábulos preconceito e intolerância, à primeira vista podem parecer quase sinônimos, como se observa nas definições retiradas do *Dicionário Houaiss* (2009):

Preconceito:

1 - qualquer opinião ou sentimento concebido sem exame crítico

- 1.1 - ideia, opinião ou sentimento desfavorável formado sem conhecimento abalizado, ponderação ou razão
- 2 - sentimento hostil, assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio; intolerância
- 3 - conjunto de tais atitudes
- 4 - qualquer atitude étnica que preencha uma função irracional específica, para seu portador (DICIONÁRIO HOUAISS ELETRÔNICO DA LÍNGUA PORTUGUESA 2009).

Intolerância:

- 1 - qualidade de intolerante
- 2 - falta de tolerância, de condescendência
- 3 - intransigência com relação a opiniões, atitudes, crenças, modo de ser que reprovamos ou julgamos falsos
- 4 - comportamento daquele que reprime por meio da coação ou da força as ideias que desaprova (DICIONÁRIO HOUAISS ELETRÔNICO DA LÍNGUA PORTUGUESA 2009).

Entretanto, com uma análise mais aprofundada, a autora afirma que o preconceito é uma discriminação silenciosa que um sujeito pode gerar em relação à linguagem do outro, isto é, trata-se de um *não-gostar*, achar feia ou errada uma língua ou um uso dela.

Contrariamente a isso, a intolerância é explícita, exatamente por se manifestar por um discurso metalinguístico, modelado por dicotomias em contrários, “como, por exemplo: *tradição x modernidade, conhecimento x ignorância, saber x não-saber*, e outras congêneres (LEITE, 2005, p. 84) (Grifo da autora).

Em vista disso, optou-se, nesse estudo, em utilizar o termo intolerância linguística em vez de preconceito linguístico, por conta dos comentários de Figueiredo em suas colunas. É importante destacar que essas características são relevantes para a construção do ethos do autor. As questões sobre o assunto serão discutidas no capítulo 5.

2.3.1 A heterogeneidade de critérios em Cândido de Figueiredo

Levando-se em consideração a configuração político-econômica a qual o país atravessava, no final do século XIX e início do século XX, é relevante comentar que as questões linguísticas não só eram, como ainda são, motivo de divergências.

Ademais, nesse período destacavam-se duas correntes uma mais tradicionalista e uma mais progressista.

Figueiredo, que fazia parte da corrente mais tradicionalista, era movido por um ideal purista e defendia um modelo de escrita padrão uniforme entre Portugal e Brasil. Por esse motivo, notou-se, em seus escritos, a adoção de uma postura normativista (prescritivista), ou seja, o colunista redigia a respeito do que considerava linguisticamente correto e incorreto.

De acordo com Pinto (2005), a gramática prescritiva coloca-se em defesa da língua padrão para validar variados enunciados, além de priorizar uma atitude conservadora em relação às mudanças que ocorrem na língua. Por isso, as noções de erro e de correção sempre foram motivo de polêmicas linguísticas.

Contudo, a postura adotada pelo colunista não deve ser considerada ruim, pois as pessoas que não eram leigas em gramática possuíam dúvidas práticas a respeito dos fatos da língua e só queriam saber qual era, afinal, o certo a se utilizar.

Oliveira (2015) aponta que costuma-se rejeitar a noção de erro de linguagem com a justificativa de que essa atitude é anticientífica. Isso envolve subjetividade e implica transferir para determinada variedade da língua o prestígio e o desprestígio do grupo que a utiliza. Para o teórico, de fato, admitir que existem erros de linguagem implica transferir para a linguagem de determinados falantes o desprestígio do grupo a que pertencem, pelo menos no que se trata do que Oliveira (1999) denomina por erros em termos absolutos.

Normalmente, nos outros países, o aprendizado da variedade formal, de acordo com Oliveira (1999), se dá progressivamente e é justamente na fase de aquisição, que o aluno comete erros. No Brasil existe ainda um fator complicador, que consiste na distância entre o formal e informal e que é bastante acentuada.

Dessa forma, se existe erro de linguagem, é pedagogicamente desejável que seja corrigido. Para o teórico, a denominação de correto, corresponde aos hábitos linguísticos que o professor leva o aluno a cultivar, e incorretos, os que precisam de correção. Para ele, termos como erro e seus afins (correto, incorreto, incorreção etc.), apesar de portadores de conotações preconceituosas culturalmente imitáveis, podem ser operacionais desde que sejam redefinidas.

À vista disso, de acordo com Oliveira (1999) a busca de critérios consistentes e pedagogicamente úteis para a distinção entre o correto e do incorreto, nesse novo

sentido, acabou resultando em uma nova tipologia dos erros de comunicação, ou seja, o erro em termos relativos e o erro em termos absolutos.

O erro em termos relativos, conforme Oliveira (1999), consiste no uso do registro informal em situações formais ou vice-versa. Os erros relativos estão relacionados com os conceitos de adequação e inadequação. Um exemplo claro disso pode ser observado em algumas situações como, por exemplo:

(numa carta comercial, num relatório técnico ou num artigo acadêmico), de *ele* como objeto direto, de *em* com o verbo *ir*, de *ter* no sentido de “existir” etc. Num texto que “pede” o registro formal, espera-se que sejam empregadas construções como “devolveram-no”, “o funcionário chegou atrasado à reunião”, “houve três devoluções” etc., ao passo que numa situação comunicativa mais informal se esperariam as formas “devolveram ele”, “o funcionário chegou atrasado na reunião” e “teve três devoluções” etc. – tradicionalmente dadas como incorretas (OLIVEIRA, 2015, p. 478).

Em oposição a esse tipo, os erros em termos absolutos são incorreções que ocorrem independentemente de preconceitos contra o registro informal ou contra dialetos estigmatizados. Oliveira (1999) afirma que estes erros constituem-se de formas incorretas em si mesmas, em qualquer contexto situacional. É o que acontece, por exemplo, com o erro ortográfico que, como informa o autor, é inaceitável em qualquer gênero. Logo, para o teórico:

Não é verdade que a grafia seja saber num texto formal e caber num e-mail dirigido por um estudante a um colega. Quanto ao chamado “internetês” (“pq”, “vc”, “bj” etc.) é necessário e aceitável em certas situações de uso da internet, não podendo ser considerado uma incorreção ortográfica propriamente dita (OLIVEIRA, 2015, p. 478).

Por isso, de acordo com Oliveira (2015), é fundamental o estudioso entender que existem bons e maus critérios de correção. Assim, costuma-se rejeitar a noção de erro de linguagem com o argumento de que é um conceito anticientífico, que envolve subjetividade ou serve para desprestigiar um determinado grupo.

Logo, com base no que foi apresentado, é importante levar em consideração que gramáticos e estudiosos se apoiam em critérios e princípios para argumentarem, em seus estudos, sobre os melhores critérios de correção para aceitar ou rejeitar os enunciados.

Desses princípios, destacam-se alguns critérios em que os gramáticos se baseiam para construir seus argumentos linguísticos. Como bem informa Oliveira

(2004-2005), existem diversos critérios, dentre os quais se destacam os de *prestígio*, *autoridade dos gramáticos*, *autoridade dos literatos*, *democrático*, *diacrônico-normativo*, o da *pureza*, o *lógico*, o *do uso*, o *estético* e o próprio *idioleto do autor da prescrição*. Em vista disso, com base nos estudos de Oliveira (2004-2005) e de Pinto (2005), foram selecionados os critérios mais utilizados nas colunas redigidas por Figueiredo.

O primeiro deles diz respeito aos argumentos utilizados pela corrente purista, trata-se do critério da pureza. Esse critério consiste na rejeição dos vocábulos de origem estrangeira ou oriundos das camadas mais desprestigiadas da sociedade, por isso, por vezes, é utilizado para justificar a intolerância aos neologismos por empréstimos e brasileirismos. No trecho a seguir observa-se como Figueiredo abordou o tema:

Um Leitor ainda tem dúvidas sobre se deve dizer *através os tempos* ou *através dos tempos*...

É que realmente os nossos adoráveis francesistas não fazem por aí senão *através os tempos*..., exactamente como um francês. Mas o português é outra coisa. Em português, nunca se disse, em tempo e nenhum, senão *através dos tempos*, *através do campo*, *através da janela*...

Os nossos reformadores do ensino público ainda, infelizmente, se não lembraram de incluir nas suas reformas este §:

- Fica proibido, durante vinte anos, o ensino do francês nas escolas de Portugal.-

Seria um dos meios mais seguros de voltarmos todos a falar português às direitas.

De outra fôrma, é o sarrabulho⁶ e a burundanga⁷ que se vê.

Bom proveito. (FIGUEIREDO, 1922, P.98, VOLUME II) (Grifos do autor) (ANEXO G).

Constatou-se que o autor é tão intolerante às influências francesas que até propôs que se proibisse o ensino do francês nas escolas. Para Oliveira (2004-2005), essa atitude não significa que o purismo seja, necessariamente, um erro de política idiomática, existe um purismo saudável. Embora haja polêmica a respeito de tema, esse tipo de purismo não é completamente condenável, já que ajuda a solidificar a língua do país⁸.

⁶ FIG Mistura de muitas coisas, sem ordem; bagunça, confusão, bate-boca agressivo, briga. (MICHAELIS DICIONÁRIO on line, 2017).

⁷ 1. Palavreado confuso, difícil de entender; algaravia: Tudo o que se ouvia eram bruzundangas, ditas em voz baixa. 2. Falta de ordem; barafunda, caos, confusão. (MICHAELIS DICIONÁRIO on line, 2017).

⁸ Esse tema será aprofundado no capítulo 4.

Ainda no que diz respeito ao fragmento verificou-se que Figueiredo afirmou ser mais seguro utilizar o português sem os empréstimos linguísticos ou estrangeirismos. Assim, para reforçar seu argumento usa o termo “às direitas”, que provavelmente está relacionada com a expressão “às avessas”, a fim de indicar que o sentido de ser correto. Alegou também que o motivo de a língua estar confusa era o uso excessivo de estrangeirismos.

Entretanto, demonstrando a instabilidade de seus argumentos, observou-se que muitas vezes o colunista nega esse critério em favor da língua portuguesa:

Ao tratarem do imperador da Rússia, é vulgar emprega-se uma destas quatro designações: *csar, czar, tsar, tzar*.

Todas elas andam em uso, mas nem todas são legítimas em português.

Em tal caso, a investigação da legitimidade depende de se conhecer e de se observar o tronco, donde bracejou o vocábulo.

O tronco é a língua russa; e lá o vocábulo pronuncia-se *tçári*, tendo igual pronúncia no polaco. O som do i final é brando, quase imperceptível.

Não podemos orientar-nos pela ortografia russa, porque os respectivos caracteres diferem dos nossos; mas podemos e devemos orientar-nos pela fonética, que é a base capital da escrita.

Ora, das quatro fórmulas indicadas, a única, que se aproxima do valor fonético do termo russo é *tsar*, que melhor se representaria por *tçar*.

(FIGUEIREDO, 1922, p. 177 – volume I) (Grifos do autor) (ANEXO H).

Ainda no que concerne a esse exemplo, notou-se uma nova quebra de critério. O consultor alegou que não se deve utilizar a ortografia russa, pois os caracteres da língua russa diferem dos nossos. No entanto, o colunista afirma que apesar dessa diferença o leitor pode se orientar pela fonética.

Apesar dessas instruções, observou-se que Figueiredo, no ANEXO F, orienta os leitores a agirem de outra maneira:

Se a prática de se escrever Z em lugar do s medial obedecesse a um plano de ortografia sônica, inda essa prática se poderia sustentar, por meia hora, ao menos; mas, no estado actual da língua portuguesa, a sônica é um ideal intangível, e nem pensam nela os que escrevem Brazil, empresa, atraz, etc (...) (FIGUEIREDO, 1922, p. 41 – volume I) (Grifo do autor) (ANEXO F).

Constatou-se nesse exemplo que, para o consultor, não interessava a ortografia sônica, somente a etimologia da palavra. É importante salientar que essa é uma questão já consolidada e atualmente não seria motivo de polêmica.

Outro critério bastante perceptível e frequentemente encontrado é o da autoridade dos literatos. Dessa forma, o jornalista utilizava como modelos de bom

uso da língua, e de correção, exemplos de autores clássicos como: Camilo Castelo Branco, Luís de Camões, Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, António Feliciano de Castilho, entre outros.

Conforme o estudo de Oliveira (2004-2005), esse critério “tem relação com o princípio do prestígio. No caso do português, os autores que se tomavam originariamente por modelo eram os clássicos, representantes de uma época prestigiosa” (OLIVEIRA, 2004-2005, p. 66). No fragmento abaixo, se constata um exemplo de como Figueiredo utilizava o critério citado:

Admirador e Triângulo estranharam que o superlativo *coisíssima* apareça em letra redonda.

Que se lhes há de fazer? Eles confundem o estilo grave e irresponsável com o *faceto* ou *burlesco*, que admite todas as formas populares. *Coisíssima, verdadíssima*, etc. São formas estranhas às normas gramaticais, mas admitem-se em dadas conjunturas, e Garrett, Júlio Dinis, Camilo, etc., assim o entenderam e executaram. (FIGUEIREDO, 1922, p.101, VOLUME II) (Grifos do autor)(ANEXO I).

Além disso, notou-se, durante a análise, a utilização do critério da autoridade dos clássicos em detrimento das gramáticas, ou seja, Figueiredo argumentou que é mais proveitoso o aprendizado da língua portuguesa com a leitura dos clássicos em vez de consultas frequentes às gramáticas:

(...) Confesso que não é sem alguma repugnância que contribuo com uma pedra para o edifício interminável das *regras gramaticais*. Porque a verdade é que, se alguma coisa conheço da língua do meu país, não o devo aos compêndios de gramática; e mal avisados andam os que supõem ficar sabendo português, depois de conhecer e estudar todas as *Gramáticas* desta língua. (...)

Em geral, os meus contemporâneos não têm pachorra para compulsar alfarrábios bolorentos, que são às vezes bons repositórios da lídima linguagem portuguesa. Mas nem por lhes escassear pachorra para estudar velharias, eles ficariam privados de saber português, se tal saber os interessasse devéras.

Os que nem sequer têm a coragem e o bom gosto de ler e reler, ao menos, Camões, Tomé de Jesus, Bernardes, Souza e Vieira, podem, em alguns escritores do século findo, colher lição proveitosíssima. A questão é que eles queiram ler, com *olhos de ver*, as obras de Castilho, de Herculano, de Latino e a maior parte das de Camilo. Quem conhecer devéras estes escritores póde gabar-se de conhecer a sua língua, e póde dispensar todas as Gramáticas existentes e possíveis. Será muito difícil conhecer ao menos quatro escritores? (FIGUEIREDO, 1922, p. 70 - 71, VOLUME I) (Grifos do autor) (ANEXO J).

Entretanto, por vezes, o consultor repelia o uso dos clássicos e utilizava como referência de bom uso linguísticos obras de sua autoria. Um claro exemplo pode ser observado nos anexos 11 e 12:

O Sr. J, M. T., do Rio-de-Janeiro, tem visto pretenção e pretensão, mas não sabe qual é a fôrma exacta ou preferível, e bate-me á porta.

Talvez não fosse a lenda e segundo os Lusíadas, tinha sempre á cabeceira a Iliada de Homero. Os tempos mudaram: e hoje, aquém e àlém-mar, em África, na Arábia, Pérsia e Etiópia, não há ninguém que se preze, que não tenha á cabeceira uma obrinha em três volumes, chamada Lições Práticas da Língua Portuguesa, sem ofensa para os manes de Alexandre e de Homero.

Pois no volume I dessa obrinha, pág. 201 da 4ª edição, tem o Sr. T. meia dúzia de palavras, que lhe dispensariam a consulta. (...) (FIGUEIREDO, 1922, p.207, VOLUME II) (ANEXO K).

Almeara não é a forma exacta: deve preferir-se *almiara*, como se registrou no meu *Dicionário*, o único em que aparece tal vocábulo. Veio êste do árabe *almiiar*, o que mostra *almeara* não é fôrma correcta, embora o arabista Dozy tivesse consignado *almeaar*. (FIGUEIREDO, 1927, p. 67 – vol.III) (Grifos do autor) (ANEXO L).

Verificou-se, portanto, que ele dispensa o uso dos clássicos a seu próprio favor. De acordo com Faraco (2002), é

Interessante observar que, naqueles momentos de acirrada polêmica, ficou claro que, para os cultores do código normativo, a autoridade dos clássicos só valia efetivamente quando seus usos sustentavam as regras inventadas pelos gramáticos. De outro modo, estes não tinham pejo algum em lhes imputar erro – o que mostra bem a complexidade cultural e política da questão do padrão (FARACO, 2002, p.53).

Constatou-se ainda que ele não era modesto, uma vez que no primeiro fragmento, ele cita duas obras de sua autoria: *Lições Práticas* (1929 e 1930) e no segundo, ele cita o *Dicionário da Língua Portuguesa*, cuja primeira edição data de 1899. Trata-se, portanto, do critério de idioleto do autor da prescrição.

Como informa Oliveira (2004-2005), “às vezes os próprios lexicógrafos e gramáticos tomam por base suas preferências linguísticas, sem se dar conta disso” (OLIVEIRA, 2004-2005, p. 207). No entanto, foi constatado, no exemplo anterior, que Figueiredo utilizava esse artifício de forma proposital, possivelmente por sentir-se demasiadamente seguro como consultor da coluna que redigia.

Outro critério recorrente nos consultórios é o democrático⁹. Em diversos momentos o autor cita o povo como referência de modelo para uma escrita simples e usual:

Um Seringador, que escreve adjetivo com acento agudo na antepenúltima sílaba, como se aquilo fosse palavra esdrúxula, pergunta-me se seria admissível o neologismo *marenato*, para designar indivíduo nascido em viagem marítima.

Talvez; mas *marinato* seria mais explicável, não obstante os conhecidos hibridismos de *marégrafo* e *marémetro*. Em todo caso, não lhe vejo probabilidade de êxito, porque não conheço palavra composta, em que o primeiro elemento seja substantivo, e o segundo o adjetivo *nato*, (do latim *natus*), salvo ao admitirmos a fôrma *mortinato*, corresponde ao francês *mort-né*. E depois não basta construir palavras, para que o público as aceite: importa que o neologismo seja realmente preciso e que os entendidos o apadrinhem.

E quem não tem padrinho... (FIGUEIREDO, 1927, p. 214 - 215 – volume III) (Grifos do autor) (ANEXO M).

Curiosamente, em observação ao trecho, notou-se que a utilização desse critério vai totalmente contra as ideias puristas de Figueiredo. Já que aqui, ele declara que, se o povo aceitar o neologismo, será um uso democrático, mas, se não o aprovar, o novo vocábulo não será válido. Segundo Oliveira (2004-2005),

Parte da premissa de que ‘quem faz a língua é o povo’, o que é muito vago, porque não sabemos que ‘povo’ é esse. Não confundir este princípio com a crença na inexistência do erro. O critério democrático prescreve determinadas formas – e proscreev outras – em nome de um ‘povo’ abstrato e vago. (OLIVEIRA, 2004-2005, p. 67).

Ocasionalmente Figueiredo recorre, também, ao critério de uso¹⁰ para admitir ou rejeitar alguns enunciados, que afirma serem adquiridos pelos costumes linguísticos populares. De acordo com Oliveira, esse critério consistiria, em teoria, na “aceitação de tudo o que existe no uso coletivo e na rejeição de tudo o que nele não existia” (OLIVEIRA, 2004-2005, p. 68).

Em uma de suas colunas, Figueiredo teceu comentários a respeito de alguns vocábulos considerados invenções modernas. Esse aspecto novamente vai contra as ideias puristas, já que ele afirma que o novo vocábulo é totalmente aceitável. A afirmação pode ser verificada no trecho a seguir:

⁹ Termo adotado de Jespersen (democratic standard) por Oliveira. (JESPERSEN, apud OLIVEIRA, 2004-2005, p. 67).

¹⁰ De acordo com Oliveira (2004-2005), o critério de uso é uma variedade do critério democrático.

O termo “sanatório”, embora de invenção moderna, é perfeitamente aceitável e de grande afinidade morfológica com purgatório, crematório, preparatório, parlatório, peditório, conservatório, etc. (FIGUEIREDO, 1927, p. 175 – vol.III) (ANEXO N).

Por fim, há consultórios em que o jornalista utiliza o critério estético para justificar sua intolerância aos vocábulos que considerava inadequados para o uso, como se verifica no trecho selecionado:

De A. Oliveira:
 - “Os do norte dizem banána, os do sul banâna. Quem diz bem?”
 Eu nunca oivi banána, mas tenho ouvido Cândido, tempo, câma...
 Como pronúncia regional, (Minho e Doiro), não há que dizer. A modulação das vogais impõe-se a um homem, mas não se impõe a uma região.
 A ortoépia normal é Cândido, Têmpo, âno, cama, banâna...
 Até o Venceslau Policarpo Banana¹¹ é da mesma opinião (FIGUEIREDO, 1927, p. 147 – Vol. III) (Grifos do autor) (ANEXO O).

Para Pinto (2005) esse é um critério muito subjetivo, já que cada falante escolhe a forma que lhe é mais agradável, e conseqüentemente, mais correta. De acordo com Oliveira (2004-2005),

há uma tendência no sentido de ‘racionalizar’ como critério estético o que na realidade é uma questão de prestígio. É o caso do usuário comum do idioma, quando diz que uma forma estigmatizada ‘não soa bem’, ou que determinado dialeto é ‘feio’ (OLIVEIRA, 2004-2005, p. 68).

Figueiredo, como se vê, oscila entre diversos critérios. Oliveira (2004-2005) afirma que essa não era uma característica pontual, uma vez que toda uma geração de autores prescritivistas publicou diversos estudos a respeito do que é linguisticamente correto ou incorreto, sem nunca estabelecer um critério coerente de correção. O teórico afirma que tampouco admitia, de maneira explícita, que a autoridade dos gramáticos poderia, em casos de hesitação relativo a fatores idiossincráticos do léxico, basear-se em critérios relativamente arbitrários, sem grandes problemas.

Além disso, os autores dessa geração, em conformidade com Oliveira (2004-2005), “afirmavam ou sugeriam que uma doutrina coerente é necessária (e que suas

¹¹ Segundo Andrade (1999), Venceslau Policarpo Banana é pseudônimo do Dr. Artur Bivar (1881-1946). DEPARTAMENTO DE CIENCIAS E PATRIMÔNIO; DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA (Org) (2006) informa que o Jornalista colaborou na área, através de variados pseudônimos, nos mais importantes órgãos da imprensa católica.

prescrições se baseavam em tal doutrina), sem nunca a explicitarem satisfatoriamente” (OLIVEIRA, 2004-2005, p. 69).

Portanto, entende-se que a atitude discursiva assumida por Cândido de Figueiredo na elaboração de seus textos, segundo Charaudeau (2009)¹², se construiu “com base nos modos de tomada da palavra, na organização enunciativa do discurso e na manipulação dos imaginários sociodiscursivos”. Por isso, pode-se dizer que o filólogo fazia circular as ideias e as crenças, a respeito da língua por meio de suas colunas publicadas. E é sobre esse conjunto de crenças que o próximo capítulo será fundamentado.

¹² Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>

3. O IMAGINÁRIO SOCIODISCURSIVO PROPOSTO POR PATRICK CHARAUDEAU

No primeiro capítulo foram apresentados Cândido de Figueiredo e suas ideias linguísticas, além da contextualização histórica da época em que as colunas foram publicadas. No segundo capítulo foram observadas as principais características dos gêneros encontrados na obra, além dos critérios de correção utilizados pelo colonista, que contribuíram para a circulação das crenças a respeito da língua.

Esse conjunto de crenças é chamado de imaginário sociodiscursivo. No caso, trata-se de um imaginário sociodiscursivo sobre a língua ou “imaginário linguístico”. Muitos autores debatem essa questão, como, por exemplo, Anne-Marie Houderbine-Gravaud, especialista no conceito de imaginário linguístico. Por isso, torna-se relevante, neste capítulo, revisitar a obra de Patrick Charaudeau (2008) para contextualizar o conceito de imaginário utilizado como base ao longo deste estudo.

3.1 O conceito

Inicialmente, Charaudeau (2008) afirma que, em um ato discursivo, o propósito é tudo aquilo de que se fala, isto é, o projeto que se tem em mente ao se tomar a palavra, o que é proposto. Ele corresponde ao tema do discurso, como quando se fala do assunto ou tema de uma discussão.

Mesmo que se fale com o objetivo de estabelecer um diálogo entre indivíduos, com o propósito de persuadir ou seduzir, esse processo, no entanto, não teria sentido sem a experiência que se traz do mundo, sem o conhecimento que se tem da realidade e os julgamentos que fazemos dela.

Todos os conhecimentos de que as pessoas dispõem sobre o mundo e o julgamento que é feito sobre ele são variados. Por esse motivo, torna-se necessário dividi-los, classificá-los e ordená-los. Conseqüentemente, para que esse processo

aconteça, cada sociedade determina os objetos de conhecimento, agrupa-os em domínios de experiência e lhes atribui valores. Para o autor,

Isso se faz mediante a atividade de linguagem que *tematiza* esses objetos e esses domínios, *problematiza* a maneira como se deve considerá-los, precisa o *posicionamento* daquele que fala: dizer do que se trata, qual questão se coloca e eventualmente o que responder (CHARAUDEAU, 2008, p.188) (Grifo do autor).

Como assegura Charaudeau (2008), o sujeito falante, entretanto, não está totalmente livre para tematizar o discurso, porque depende da situação de comunicação na qual se encontra quando enuncia, a qual impõe, a ele e ao interlocutor, certo número de restrições. Uma dessas restrições é o propósito comunicativo. Consequentemente,

toda situação de comunicação determina de antemão, em seu dispositivo, um campo temático, uma espécie de 'macrotema' que lhe é próprio e que impede que esta situação seja confundida com outra (CHARAUDEAU, 2008, p. 188).

3.2 As reflexões sobre ideologia

A necessidade de significar a realidade é inerente ao homem, assim como a realidade necessita do homem para ser significada. Para Charaudeau (2008), o homem é comandado por um mundo que se impõe a ele, mas é pelos sistemas de representação que ele o capta. Ao sentir a realidade, o homem é motivado por suas experiências, ou seja, ele constrói seu saber sujeito à realidade, porque não pode pensar a si próprio a não ser diante das representações que ele se dá.

Nas ciências sociais, simultaneamente a essa ideia, surgiu a necessidade de estudar a maneira como o homem representa o mundo com a finalidade de compreendê-lo. Segundo Charaudeau,

Proliferam-se, assim, estudos e teorias para tentar dar conta desses sistemas de representações, particularmente das representações coletivas, diversamente nomeadas segundo as disciplinas e os pontos de vista: sistemas de conhecimento, sistemas de crenças, sistemas de ideias, sistemas de valores e ainda: teorias, doutrinas, ideologias etc. (CHARAUDEAU, 2008, p. 191).

Nesse âmbito, duas posições se enfrentam. A primeira contempla o mundo da vida social como o lugar no qual os indivíduos vivem, agem e se comportam motivados pelo inconsciente. Esse seria o lugar do real. Esses indivíduos, no entanto, sentem a necessidade de produzir discursos mais racionais para explicar as razões de ser desse real e do seu funcionamento. Produzir-se-ia, assim, um segundo lugar de coerência significativa que ocultaria o primeiro. Por esse motivo, em conformidade com Charaudeau,

Por meio desses discursos de representação os indivíduos se reconheceriam como pertencentes a um grupo-classe por um jogo de identificação e de exclusão, e desse modo construiriam para si próprios uma “consciência social” que seria alienada pelos discursos dominantes que provêm de diversos setores da atividade social (direito, religião, filosofia, literatura, política etc.), constituindo uma *ideologia dominante*. (CHARAUDEAU, 2008, p. 192) (Grifo do autor).

De acordo com essa interpretação, entende-se que a ideologia se articula entre significação e poder.

A outra posição crítica o princípio da divisão social em dois sistemas significantes e indica que, atrás da construção discursiva racionalizante, se encontra o real único, pré-construído, que tem sua verdade própria.

Pensando nisso, o próprio Charaudeau questiona se “o próprio papel social não é uma construção simbólica, uma representação” (CHARAUDEAU, 2008, p.192). Assim, o conhecimento social passaria, obrigatoriamente, por sistemas de representação que construiriam o real. Seria preciso, portanto, que fossem estudados os processos de ideologização ao final dos quais se elabora uma simbolização do social de maneira local e fragmentada.

Para o que realmente importava em seu estudo, Charaudeau (2008), porém, se ateve à questão de noção de representação social como fenômeno cognitivo-discursivo geral, produtor de sistemas de saber, nos quais se distinguem os saberes de conhecimento e os de crença.

3.3 Sobre as representações sociais e os sistemas de pensamento

O conceito de representação social é relativamente novo no cenário das ciências sociais e filosóficas. A perspectiva da Análise do Discurso define a expressão “representações sociais” como:

um mecanismo de construção do sentido, que molda, formata a realidade, transformando-a em real significante, produzindo desse modo formas de conhecimento da ‘realidade social’. Nessa perspectiva, as representações sociais são um mecanismo de produção de saberes e de imaginários (CHARAUDEAU, 2007, p.4, tradução nossa)¹³.

Por esse motivo, Charaudeau (2008) optou por discutir alguns pontos que considerou importantes. A princípio foi necessário ao autor aceitar uma lógica natural, além da lógica formal. Posteriormente, ele questionou o esquema estímulo-resposta do behaviorismo, que predominou na psicologia até a década de 50 para explicar comportamentos. Como é sabido,

O behaviorismo é uma teoria mecânica que descreve o comportamento observado como uma resposta previsível à experiência. Embora a biologia estabeleça limites para o que as pessoas podem fazer, os behavioristas consideram a influência do ambiente muito maior. Eles sustentam que os seres humanos, em todas as idades, aprendem sobre o mesmo modo que os outros organismos: reagindo a condições ou aspectos do ambiente que consideram agradáveis, dolorosos ou ameaçadores. A pesquisa behaviorista concentra-se na *aprendizagem associativa*, quando um vínculo mental é formado entre dois eventos. Os tipos de aprendizagem associativa são o *condicionamento clássico* e o *condicionamento operante* (PAPALIA E FELDMAN, 2013, p. 63) (Grifo das autoras).

Esse esquema, entretanto, foi considerado ultrapassado para comportamentos humanos, porque explicava de maneira insuficiente a defasagem entre os processos de transmissão de informação e os resultados do aprendizado. Essa defasagem, de acordo com Charaudeau, seria decorrente do fato de o aprendizado depender de saberes adquiridos ao longo da socialização do sujeito e da dependência dos conhecimentos prévios. Consequentemente, bastaria que os

O trecho correspondente em francês é: “un mécanisme de construction du sens qui façonne, formate la réalité en réel signifiant, engendrant des formes de connaissance de la “réalité sociale”. Dans cette perspective, les représentations sociales ne sont pas un sous-ensemble des imaginaires ou des idéologies comme d’autres le proposent, mais une mécanique d’engendrement des savoirs et des imaginaires, ce que nous allons voir par la suite”. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Les-stereotypes-c-est-bien-Les,98.html>.

saberes se modificassem para que os resultados se alterassem. Já seria possível supor, então, que,

a ideia de que entre a realidade e o potencial de percepção que o sujeito dela tem existe um processo de interpretação pelo qual a realidade é construída em função da posição do mesmo sujeito e das condições de produção que provêm do contexto social em que ele se encontra” (CHARAUDEAU, 2008, p. 194).

Em vista disso, produziram-se diferentes pontos de vista: o dos teóricos marxistas da ideologia para quem as representações produzem crenças que se materializam na linguagem e executam o papel de encobrir a realidade, sobrepondo o sujeito completamente); outro mais subjetivista (oriundo de uma ideologia que se questiona sobre as representações que podem desempenhar um papel de orientação das formas que a comunidade assume para explicar as resistências dos grupos sociais à mudança ou sua oposição às inovações); e um terceiro cognitivista, iniciado por Piaget e seguido por Moscovici (composto pelas modalidades de conhecimento e que visa a mostrar que o sujeito se constitui pelas representações com a finalidade de adaptação ao meio em que vive e de comunicação com o outro).

Charaudeau (2008) esclarece que muitos outros enfoques foram assumidos e que optou por limitar-se a alguns pontos dessas diferentes perspectivas para integrá-los em uma problemática do discurso. Por isso, ele centrou a discussão em alguns assuntos.

Conforme o primeiro ponto de vista, o indivíduo está preso entre práticas sociais concretas (nas quais é motivado a fazer trocas com outros) e em uma atividade de conceituação que torna o mundo compreensível ao lhe atribuir valores. Essa atividade de conceituação fundamenta-se ao mesmo tempo sobre uma consciência afetiva, que se forma da relação de *desejabilidade* que o sujeito mantém com os objetos do mundo, e sobre uma consciência racional, resultante dos discursos de justificação relativos à experiência de mundo que ele produz, baseando-se em julgamentos herdados e adquiridos. Para Charaudeau,

é aqui que as representações sociais comportam tripla dimensão: cognitiva (organização mental de percepção), simbólica (interpretação do real) e ideológica (atribuição de valores que desempenham o papel de normas societárias) (CHARAUDEAU, 2008, p. 195).

No segundo ponto de vista, o autor afirma que não se podem separar as representações sociais de uma teoria do sujeito. O sujeito individual ou coletivo é sobre determinado (em parte) pelas representações do grupo ao qual pertence ou tenciona pertencer. Dessa forma, todo ato de comunicação, sendo uma troca entre dois ou mais sujeitos, cria um elo social que parte de normas comportamentais e estabelece representações partilhadas. Logo, segundo Charaudeau (2008), isso explica por que as representações podem variar de um grupo a outro e mudar no interior de um mesmo.

Em uma terceira perspectiva, o autor aponta que as representações são formadas pelo conjunto de crenças, conhecimentos e opiniões partilhado e produzido pelos indivíduos de um mesmo grupo social¹⁴. Assim, as representações sociais organizam mecanismos de julgamento e classificações de um grupo social, ou seja, primeiro os indivíduos do grupo depreendem da experiência um conjunto de informações previamente selecionadas, para logo depois descontextualizá-las. Após esse processo, constroem uma significação global que assegura o enraizamento dessas representações em um sistema preexistente. Esse comportamento permite ao grupo exibir-se por meio de rituais, de signos simbólicos e estilizações de vida.

3.4 Os tipos de saber e os sistemas de pensamento

Charaudeau (2008) atesta que a psicologia social, por tradição ou por prudência, parece reduzir o alcance das representações ao caso do “conhecimento do sentido comum”¹⁵ (CHARAUDEAU, 2008, p. 196) pelo grupo que as produz a propósito de um dado objeto social. Se por um lado é complicado estabelecer uma ruptura entre o que é e o que não é comum, por outro, o mecanismo dessas representações mostra que elas têm um alcance mais geral, porque dependem da organização mental de interpretação do mundo e suas relações com o sujeito.

O autor, portanto, utilizou-se de um substrato cognitivo a partir do qual são construídos os sistemas de saber. É possível que as representações tenham campos de aplicações diferentes, por isso, Charaudeau (2008) formulou a hipótese

¹⁴ Guimelli (1999).

¹⁵ Ver mais em Guimelli (1999)

de que “essas representações constituem *maneiras de ver* (discriminar e classificar) e de *julgar* (atribuir valor) o mundo, mediante discursos que engendram *saberes*” (CHARAUDEAU, 2008, p.197). É importante levar em consideração que é com esses últimos que são elaborados sistemas de pensamento, mistura de conhecimentos, de afeto e de julgamento.

Nesse sentido, Charaudeau afirmou que

os saberes não são categorias abstratas da mente, mas *maneiras de dizer* configuradas pela e dependentes da linguagem que ao mesmo tempo contribuem para construir sistemas de pensamento (CHARAUDEAU, 2008, p.197) (Grifo do autor).

Os sistemas são classificados em dois tipos: os saberes de conhecimento e os saberes de crença. Os saberes de conhecimento determinam uma verdade sobre os fenômenos do mundo. Logo, são oferecidos além da subjetividade do sujeito, porque o que estabelece essa verdade é algo exterior ao homem. Esses saberes integram-se a uma razão científica que funda uma representação da realidade que vale pelo conhecimento do mundo. Infere-se, assim, que, nesse tipo de saber, se constrói um discurso que não pertence à pessoa, mas sim a um terceiro de maneira impessoal (ciência ou algo que ocupe esse lugar) que é independente de todo o ato de comunicação pessoal.

Segundo Charaudeau, os saberes de crença tencionam sustentar um julgamento sobre o mundo. Dessa forma, referem-se aos valores que lhe atribuímos e não ao conhecimento sobre o mundo, que é uma maneira de explicação centrada e que, aparentemente, não depende de julgamentos humanos. Esses saberes são precedentes de um movimento de avaliação, no qual os indivíduos determinam seu julgamento a respeito dos fatos.

Nesse sentido, Charaudeau afirma que “todo juízo de crenças está fundado sobre uma partilha, pois se pode dizer que ele tem também uma função identitária” (CHARAUDEAU, 2008, p. 198), fato esse que não é observado no saber de conhecimento. Assim, pode-se dizer que os saberes de crença e conhecimento estruturam as representações sociais.

À vista disso, entende-se que os sistemas de pensamento são uma consequência de determinado ordenamento de saberes em sistemas de conhecimento e crenças, com o propósito de explicar de maneira total o mundo e o

ser humano. Segundo Charaudeau (2008), se forem adotados como base os tipos de saber sobre os quais se organizam os sistemas de pensamento, pode-se diferenciar teorias, doutrinas e ideologias.

Teorias são constituídas dos chamados saberes científicos, ou seja, caracterizam-se por uma forma de discurso centrado no núcleo de certezas, isto é, de valores pré-estipulados que dependem de conceitos e de modos de raciocínio. Nesse aspecto, de acordo com o autor, “lidamos com um saber fechado sobre ele mesmo” (CHARAUDEAU, 2008, p. 199).

Distintamente das teorias, as doutrinas mesclam saber de conhecimentos e crenças. Para Charaudeau (2008), trata-se de um saber que é “maquiado como saber de conhecimento e que termina por tomar o lugar deste” (CHARAUDEAU, 2008, p. 199). Cabe salientar, ainda, que as doutrinas se autolegitimam, fazendo menção a uma palavra transmitida pela oralidade ou sendo registrada “nos textos que têm valor mais ou menos sagrado” (CHARAUDEAU, 2008, p. 199). Segundo Teixeira (2013, p.18), entretanto, “encontramos uma versão menos sagrada, como no Marxismo em sua versão mais endurecida”, fundamentada na Teoria do Aparelho do Estado (ALTHUSSER, 1985).

As ideologias, por sua vez, integram um conjunto de representações sociais combinadas em um sistema de ideias genéricas, ou seja, a alienação social gera o senso comum da sociedade. Pode dizer-se que esse senso comum resulta de uma elaboração intelectual que descreve o mundo com base no ponto de vista da classe dominante. Em conformidade com Chauí, “essa elaboração intelectual incorporada pelo senso comum é a ideologia” (CHAUÍ, 1997, p. 174). As ideologias participam das crenças cuja rejeição ou aceitação devem ser realizadas em grupos.

Por fim, o autor afirma que seu objetivo não foi realizar um estudo aprofundado sobre teorias, ideologias ou doutrinas, mas, sim, determinar os saberes de crença que circulam na sociedade e como esses saberes se configuram em diversos imaginários sociodiscursivos.

3.5 Os imaginários

Segundo Charaudeau (2008), a definição e a classificação dos sistemas de pensamento não dependem, exclusivamente, da análise do discurso. Apesar de outras disciplinas, tais como filosofia, antropologia social, sociologia e psicologia social, contribuírem significativamente cada qual com sua parte. Ele confirma que o papel da Análise do Discurso é exatamente o de organizar saberes. Esses saberes, enquanto representações sociais que constroem o real como universo de significação de acordo com o princípio da coerência, serão denominados “imaginários”. Levando em consideração que esses imaginários são reconhecidos como enunciados linguageiros, semanticamente reagrupáveis e produzidos de diferentes formas, eles serão identificados nesse estudo como “imaginários sociodiscursivos”. Em suma, os imaginários que circulam no interior de um grupo social, estabelecendo-se em normas de referência por seus membros, serão chamados de imaginários sociodiscursivos. De acordo com Charaudeau,

O imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce da mecânica das representações sociais e que, como dissemos, constrói a significação dos objetos do mundo, dos fenômenos que nele se produzem, dos seres humanos e do seu comportamento, transformando a realidade em real significante [isto é, em real portador de significado] (CHARAUDEAU, 2007, tradução nossa)¹⁶.

3.5.1 O imaginário social

Segundo Charaudeau (2008), o imaginário social, contrariamente ao seu emprego no uso corrente e significação no dicionário, não é aquilo que se opõe à realidade, fictício, irreal, inventado ou fabuloso. O imaginário é verdadeiramente uma imagem da realidade, que a interpreta e que a faz entrar em um universo de significações. Assim sendo,

Ao descrever o mecanismo das representações sociais, aventamos com outros a hipótese de que a realidade não pode ser aprendida enquanto tal,

O trecho correspondente em francês é: “L’*imaginaire* est un mode d’appréhension du monde qui naît dans la mécanique des représentations sociales, laquelle, on l’a dit, construit de la signification sur les objets du monde, les phénomènes qui s’y produisent, les êtres humains et leurs comportements, transformant la réalité en réel signifiant”. On line: disponível na Internet via <http://www.patrick-charaudeau.com/Les-stereotypes-c-est-bien-Les,98.html>

por ela própria: a realidade nela mesma existe, mas não significa. A significação da realidade procede de uma dupla relação: a relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência, e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação. A realidade tem, portanto, necessidade de ser percebida pelo homem para significar, e é essa atividade de percepção significativa que produz os imaginários, os quais em contrapartida dão sentido a essa realidade. (CHARAUDEAU, 2008, p. 203-204).

É importante ressaltar que o conceito de imaginário foi discutido, inicialmente, por Cornelius Castoriadis, entre os anos 60 e 70, na obra *A instituição imaginária da sociedade* (1982). Nesse estudo, Castoriadis, a princípio, opõe o imaginário ao “percebido” e ao “racional” como constituindo um conjunto de significações, sempre admitindo que existe uma “relação íntima” entre esses três conceitos. Posteriormente, termina por uni-los em uma mesma noção, visto que o imaginário não desempenha unicamente a função do racional. Do extenso estudo de Castoriadis (1982), Charaudeau (2008) destacou dois pontos que considerou relevantes. O primeiro informa que o imaginário social é um conjunto de significações fundador de identidades do grupo, na medida em que é o “cimento que mantém unidos os elementos do sistema triádico¹⁷ da fantasia” (CASTORIADIS, 1982, p. 348). No segundo, ainda em conformidade com Castoriadis (1982), o sentido investido no imaginário não é verificável ou falsificável, verdadeiro ou falso, em relação aos verdadeiros problemas e à sua verdadeira solução.

Entretanto, segundo Charaudeau (2008)

Aqui está o paradoxo do imaginário -, como considerar que o homem construiria percepções significantes sobre o mundo se ele não as tivesse por verdadeiras? Isso nos faz, portanto, acrescentar às proposições de Castoriadis que o o imaginário não pode não pretender testemunhar uma verdade e que, conseqüentemente, todo imaginário é um *imaginário de verdade* que essencializa a percepção do mundo em um saber (provisoriamente) absoluto. O imaginário resulta de uma dupla interação: do homem com o mundo, do homem com o homem (CHARAUDEAU, 2008, p.204-205) (Grifo do autor)

Desse cruzamento, dessa dupla informação, produzem-se conseqüências complexas em que as práticas, os atos, as representações se mesclam e se instruem mutuamente. Isso levou Charaudeau (2008) a refletir que nem todos os imaginários são conscientes. Alguns podem ser traduzidos como discursos-texto que

¹⁷ “sujeito-objeto-outro” (Castoriadis, 1982, p.348).

circulam nas instituições (como na religião, escolas, constituições de Estados, entre outros), lugares de ensino desses imaginários com fins identitários. Existem outros imaginários que circulam nas sociedades de maneira não consciente, podendo ser encontrados em julgamentos implícitos, maneiras de falar, rituais sociolinguageiros, julgamentos de ordem ética, estética etc., e que funcionam de forma natural, como uma certeza partilhada por todos. De acordo com Charaudeau,

Esses imaginários podem ascender à consciência quando uma situação parece questioná-los e, sobretudo, quando se trata de defini-los em relação ao outro estrangeiro: a confrontação com a alteridade provoca sempre uma tomada de consciência (CHARAUDEAU, 2008, p. 205).

Há ainda outros imaginários, ainda imersos no que se chama inconsciente coletivo, porque foram tecidos ao longo da história, organizando uma memória coletiva de longo prazo que, na prática, é reconhecida apenas por uma abordagem histórica e antropológica.

3.5.2 O imaginário sociodiscursivo

Imaginário sociodiscursivo é um conceito proposto por Charaudeau (2008) para integrar a noção de imaginário ao quadro teórico da Análise do Discurso. Para desempenhar integralmente o papel de espelho identitário, esses imaginários, citados anteriormente e, que por hora estão fragmentados, têm necessidade de serem materializados.

O autor atesta que esse processo de materialização pode ocorrer de diferentes maneiras, como, por exemplo, nos tipos de comportamentos, atividades coletivas (manifestações, cerimônias), que têm por efeito dar corpo aos imaginários; na produção de tecnologias que dão ao grupo a sensação de dominar o mundo (“A televisão e a internet dão impressão de dominar o espaço e o tempo” - CHARAUDEAU, 2008, p. 206); na criação de símbolos (bandeiras, insígnias, *slogans*, entre outros) que “objetualizam”¹⁸ e que, segundo Charaudeau,

¹⁸ Ver mais em Bourdieu (1982).

...exibem até a exaltação e, às vezes, até mesmo o fetichismo, os valores identitários aos quais os membros do grupo aderem por assunção mais ou menos involuntária (as bandeiras, as insígnias, os *slogans*, como a foice e o martelo, a cruz gamada, o 'black is beautiful' etc.) (CHARAUDEAU, 2008, P. 206) (Grifo do autor).

A materialização, em conformidade com o autor, tem a necessidade de ser assegurada por uma racionalização discursiva, sem que se saiba realmente quem precede quem, ou se essa racionalização desempenha papel de justificação ou promoção dessa materialização. Os grupos sociais produzem discursos que interpretam essas materializações. Assim, uns grupos se firmam em textos escritos mais ou menos imutáveis e transmitidos por gerações (doutrinas religiosas, manifestos literários, manifestos políticos). Outros discursos circulam sob configurações variáveis, muitas vezes mais estáveis (provérbios, máximas, ditados populares), outras menos estáveis (como as utilizadas em frases circunstanciais, mas cuja variedade não altera seu sentido de base).

Esses textos, ditados, *slogans*, de acordo com Charaudeau (2008), são apresentados de forma simples para que sejam entendidos pelo maior número possível de pessoas, e desempenham papéis de apelo, de manifesto, de acusação, de polêmica ou de reivindicação. Conforme o autor, vem daí o qualificativo “discursivo” para determinar esses imaginários sociais. Assim:

Os imaginários sociodiscursivos circulam, portanto, em um espaço de interdiscursividade. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais. (CHARAUDEAU, 2008, p.207).

Por fim, Charaudeau (2008), afirma que, muitas vezes, os imaginários são frequentemente instrumentalizados com fins de persuasão, podendo ser usados de maneira consciente (como em discursos políticos) ou inconscientemente (como em crenças que circulam por determinada comunidade social).

Figueiredo foi muito influenciado pelo imaginário que circulava na época sobre a língua portuguesa. Sendo assim, a partir desses esclarecimentos sobre o imaginário sociodiscursivo será observado como as crenças puristas, normativistas e de simplificação ortográfica refletiram suas ideias e como elas persuadiram os leitores por meio de suas colunas publicadas no *Jornal do Commercio*.

4- A VISÃO PURISTA DE CÂNDIDO DE FIGUEIREDO

Como visto anteriormente, existiram duas correntes que assumiram diferentes posturas frente à língua portuguesa: uma mais conservadora e outra mais progressista. Cândido de Figueiredo integrava uma corrente mais conservadora, movida por um ideal purista, isto é, mostrava a preocupação em manter a pureza do léxico, evitando influências estrangeiras. Outra característica evidente do autor era opção pela unidade da língua entre Brasil e Portugal.

Sendo assim, tratar-se-á neste capítulo de questões sobre o purismo e a política linguística. Além disso, será observado como Figueiredo se posicionava frente às influências puristas no que diz respeito aos neologismos, empréstimos linguísticos e galicismos.

Convém destacar ainda que será utilizado para a análise o sentido mais amplo do conceito de neologismo, isto é, serão classificados como neologismos os vocábulos recém-criados e as palavras, ou expressões estrangeiras.

4.1 O Purismo e a política linguística

O purismo, como dito anteriormente, prezava por um modelo de língua a ser seguido, isto é, um modelo com base na gramática normativa, em uma língua unificada entre Brasil e Portugal, livre de influências estrangeiras, como a francesa. Muitas são as definições desse fenômeno linguístico e, para que seja melhor compreendido, tomar-se-á como base a definição proposta por Mattoso Câmara Junior:

PURISMO: Atitude de extremado respeito às formas linguísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Daí, a hostilidade aos estrangeirismos, aos neologismos e a todas as formas linguísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional. Essa atitude, adotada rigidamente, cerceia a capacidade expressiva. A linguística ora vê o purismo literário com desconfiança, como um elemento de perturbação no manuseio espontâneo

da língua (como acontece com a escola linguística norte-americana), ora aconselha “um purismo inteligente, adaptado às evoluções necessárias” (Dauzat, 1930, 8) (como é a orientação das escolas francesa, italiana e espanhola modernas) (CÂMARA JUNIOR, 2011, p. 252).

De acordo com a definição acima, esse conceito é um fenômeno que está relacionado à língua padrão. Para Câmara Junior, o uso do purismo reflete-se na língua literária. É importante ressaltar que o autor trata, nesse caso, língua literária no sentido de língua padrão.

Cabe ressaltar ainda que, até o Modernismo, o contrato de comunicação da literatura implicava em respeitar a gramática normativa, isto é, dizer língua literária era o mesmo que dizer língua padrão. Por isso, entre o final do século XIX e início do XX, a língua utilizada na imprensa se misturava à língua literária e Figueiredo apregoava a utilização variedade formal do idioma em seus consultórios gramaticais. Por esse motivo, pode ser considerado como um purista por autores atuais. A necessidade de uma padronização das variedades da língua entre Brasil e Portugal influenciou, ademais, a rejeição, como citado por Câmara Junior, de estrangeirismos, neologismos e empréstimos linguísticos.

Para Leite (2006), a inovação do conceito apresentado por Câmara Júnior (2011) está no fato de ele tratar o purismo como fenômeno de interesse da política linguística, o “purismo inteligente” como o do francês, do italiano ou do espanhol. Nota-se que, nesses países, a rejeição a estrangeirismos e neologismos apresenta-se até hoje. Segundo Leite, “os meios usados para obstruir a entrada de estrangeirismos, nesses casos, são burocráticos” (LEITE, 2006, p. 41). Assim, de acordo com Calvet, há uma intervenção na forma da língua, isto é, políticas linguísticas de “fixação de uma escrita, enriquecimento do léxico, luta contra as influências estrangeiras (‘purificação’), padronização etc.” (CALVET, 2007, p.87).

A França, para defender sua língua, segundo Calvet (2007), mantém estruturas antigas, como na Academia Francesa, e estruturas mais recentes, como na Delegação Geral para a Língua Francesa, e intervém, fundamentalmente, no domínio da terminologia. Essas intervenções se manifestam em textos legislativos, decretos ou leis.

Segundo Leite (2006), os primeiros registros de aparecimento dessa questão linguística datam de 1530, quando Geoffroy Tory refutou a pobreza da língua vulgar e afirmou que o francês era tão bem talhado para a escrita quanto o latim.

Muitos outros autores teceram considerações a respeito do assunto, porém a identificação da pureza em relação ao uso linguístico na corte teve lugar depois da publicação das *Remarques sur la Langue Française*, de Vaugelais, em 1647. De acordo com Leite (2006), essa tese “fecundou e ganhou ressonância durante o século XVII, porque a escolha do ‘bom uso’ linguístico calcada em motivos políticos ainda hoje vigora” (LEITE, 2006, p. 20). De acordo com Vaugelais (1647), somente a corte poderia legislar sobre a língua, isto é, estudiosos, gramáticos e eruditos poderiam opinar em caso de dúvida.

No final do século XVII, a corte já não exercia tanta influência quanto a de Luís XIV e se mostrava inerte para se pronunciar acerca de questões culturais (livros, peças teatrais). Assim, notou-se que o polo cultural migrou da corte para a cidade e tanto corte, como cidade, representam um uso falado mais dinâmico e renovador.

No século XVIII, entretanto, essa atitude linguística foi considerada conservadora pelos seguidores da orientação de Voltaire, uma vez que para eles o bom uso da língua deveria ser extraído apenas de grandes escritores. O padrão linguístico, portanto, mudou do oral para o escrito.

No século XIX, segundo Leite (2006), com a perda da hegemonia político-cultural, a língua francesa deixou de influenciar a cultura de outros países. Segundo a autora,

a partir do século XIX, houve uma grande reação ao poderio que a França impusera durante o império napoleônico. A reação nacionalista romântica portuguesa e brasileira mostra isso muito bem, no que diz respeito à rejeição à linguagem que reproduzia a França (LEITE, 2006, p. 22).

A autora continua suas reflexões, afirmando que com a língua portuguesa brasileira a situação foi diferente. O primeiro motivo diz respeito à colonização, porque, embora Portugal tenha conseguido uma vasta conquista territorial no século XVI, exerceu pouquíssima influência cultural em suas colônias. O Brasil, mesmo com a chegada dos portugueses, continuou sendo um país rural por trezentos anos até a chegada da família real em 1808 ao Rio de Janeiro. O segundo motivo é que o português não foi uma língua tão estudada quanto a francesa. Oliveira (2011a) afirma que “o combate aos galicismos acirra-se a partir do século XVIII, tendo sido reforçado, na primeira metade do século XX, pelo antianglicanismo” (OLIVEIRA,

2011a, p.178). Segundo o autor, essa “neologia defensiva” (OLIVEIRA, 2011a, p.179) não foi um fato exclusivo dos países de língua portuguesa.

Em relação ao século XIX, Leite (2006) menciona que o combate aos galicismos, causador da metalinguagem purista do século anterior, continua em vigor, entretanto o cenário político-cultural era outro. Galicismo, segundo Pinto, “é uma denominação dada aos empréstimos linguísticos de origem francesa em consequência de sua dominação cultural, econômica e política no fim do século XVIII até o segundo quartel do século XX” (PINTO, 2005, p. 25).

Na literatura, o Romantismo trouxe à tona o nacionalismo, que linguisticamente se caracterizou por valorização do vernáculo e utilização de uma linguagem regionalista.

Um grande número de empréstimos franceses, de acordo com Oliveira (2004b), era observado no português, justamente pela influência que a França exercia sobre o mundo. Esse fato mexia com o amor-próprio dos puristas, que queriam preservar o idioma da dominação francesa. O autor afirma que o antigalicismo brasileiro, embora sendo um eco de Portugal, foi intenso.

Segundo Faraco (2002),

A matriz de referência do combate aos “hereges” da língua era uma espécie de código normativo que foi se criando, artificialmente, no mundo da lusofonia (como, de resto, em outros pontos do mundo românico), sob inspiração do trato aristocrático da língua fixado e difundido pela Academia Francesa. Os gramáticos foram construindo esse código, combinando gostos e preferências pessoais (transmudados em regras gramaticais) com o apelo ao uso de autores tomados como clássicos da língua. (FARACO, 2002, p. 52-53).

De acordo com Ilari e Basso (2006), alguns escritores foram além de uma atitude programática e usaram uma linguagem literária em que brasileirismos assumiam na obra um papel considerável. Assim, as polêmicas giraram em torno de José de Alencar, acusado de utilizar uma linguagem descuidada e recheada de neologismos e galicismos. Para Ilari e Basso (2006), a obra *Iracema* (1865), embora se apresentasse como um romance, apresentava todas as características de um longo poema em prosa. Segundo Teyssier (2001),

É com o Romantismo — que se estendeu no Brasil até depois de 1870 — que a questão da língua realmente se coloca para os escritores, O

romancista José de Alencar (1829-1877), quando da publicação de *Iracema* em 1865, foi alvo de críticas do escritor português Pinheiro Chagas e de outros censores dos dois países, que o acusaram de escrever numa língua incorreta. O famoso problema da colocação dos pronomes átonos irritava sobremaneira esses rigoristas acerbos. A defesa de Alencar ficou celebre. Sem jamais pretender escrever numa língua diferente do português europeu, ele reivindica o direito a uma certa originalidade. O que recusa é o purismo mesquinho e estéril; o que procura é uma expressão nova, autêntica e viva (TEYSSIER, 2001, p.111) (Grifo do autor).

Ribeiro (2003) afirma que o escritor Pinheiro Chagas, no que diz respeito a *Iracema*, elogia o valor literário e a força no estilo, porém lamenta “a incorreção da linguagem e a preocupação de fazer do brasileiro uma língua diversa do Português” (RIBEIRO, 2003). O autor cita que Henriques Leal, um defensor da pureza da linguagem, fez comentários em que, ao mesmo tempo em que elogia a obra de Alencar, faz breve o reparo à língua. Esse comentário provocou a resposta de Alencar no famoso pós-escrito¹⁹ de *Iracema*. Leal, ainda em uma tentativa de argumentar, escreve um artigo no qual tentou mostrar problemas no emprego de pronomes átonos, falta de uniformidade na ortografia, entre outros.

Tanto brasileiros quanto portugueses tomaram partido nessa questão. Leite afirma que

Em verdade, o centro das atenções era Portugal e a produção linguística brasileira era toda voltada para lá e, portanto, o que escapasse à norma clássica portuguesa era duramente criticado. Diga-se, ainda, que os brasileiros eram mais rígidos que os próprios portugueses, pois queriam deixar patente sua erudição e provar não serem provincianos (LEITE, 2006, p. 27).

Deve-se salientar, de acordo com Melo (1972), que Alencar reagiu ao purismo exagerado, mas não defendeu uma língua brasileira, sempre se referiu à língua portuguesa, apenas discorreu sobre um dialeto brasileiro e o abasileiramento da língua. Mesmo com todas as críticas, notou-se que José de Alencar não se afastou tanto da norma culta, apenas utilizou-se de recursos expressivos oriundos de uma linguagem mais cotidiana.

Atualmente ainda é constatado esse tipo de resistência à aceitação de neologismos e estrangeirismos. Observa-se o aportuguesamento de vocábulos que estão devidamente dicionarizados na forma como entraram no léxico do país, como é o caso de *tuitar*, em vez de *twittar*, ou *emeio*, em vez de *e-mail*. Há também o

¹⁹ Alencar (1991)

curioso projeto de lei (PL 1967/1999) do político Aldo Rebelo, que propõe restringir o uso de estrangeirismos como forma de proteção e defesa da Língua Portuguesa.

Segundo Oliveira (2004b), esse combate à influência do estrangeirismo na língua não é algo que se possa classificar como certo ou errado. Trata-se de uma questão de política linguística e a aceitação dos empréstimos pode ou não ser sensata e prudente, dependendo do objetivo visado ou do contexto histórico. Como bem informou Câmara Junior (2011), a linguística, portanto, ora condena, ora aconselha o purismo inteligente, caso que ocorreu em relação à língua francesa. À vista disso, segundo Oliveira (2004b), pode haver um purismo saudável.

Essa questão, além de estar relacionada com políticas linguísticas, está muito próxima da língua padrão de um país. Embora esse tema gere polêmica, porque parece estigmatizar os dialetos sociais, não é totalmente condenável, uma vez que ajuda na solidificação da língua do país, mostrando uma língua madura e uma gramática estável.

De maneira mais aprofundada, de acordo com Oliveira (2004), a língua padrão é caracterizada, inclusive, por sua relação inseparável com o conceito de nação. Essa característica está “expressa numa conhecida frase²⁰ de Max Weinrich – apud ROSA (2000:23) – a qual, numa tradução adaptada, seria: ‘uma língua é um dialeto com exército, marinha e aeronáutica’”(OLIVEIRA, 2004, p.90).

Ainda segundo Oliveira (2011a), em diversos lugares do mundo ocorrem manifestações puristas, algumas são malsucedidas e outras não. Assim, o purismo não pode ser considerado necessariamente um erro de política linguística. Para o autor, pode haver um purismo saudável. De acordo com Haugen (1972), o planejador linguístico, em princípio, não estimula ou rejeita o recurso do empréstimo, usa os neologismos de acordo com a circunstância.

Para Calvet (2002), as línguas mudam sob o efeito de estruturas internas, de contatos com outras línguas e de atitudes linguísticas. É possível, entretanto, intervir, modificar sua forma. Essa ação sobre a língua pode ter diversos objetivos, como a modernização (no léxico e na escrita), defesa e purificação.

O autor cita alguns exemplos, destacando-se a padronização da língua da Noruega. Este país teve uma experiência bem-sucedida no campo da política

²⁰ “A frase original é: ‘*a shprakh iz a diyalekt mit an armey un a flot*’ (‘uma língua é um dialeto com exército e marinha’) (OLIVEIRA, 2004, p. 90)

linguística de padronização da língua, quando, ao se tornar independente da Dinamarca, passou a utilizar uma variedade linguística livre da antiga língua padrão com base no dinamarquês de Copenhague. Esse tipo de política, de acordo com Calvet (2002), “pode ter uma função simbólica e ideológica forte: na Noruega, trata-se, essencialmente, de apagar na língua os traços da dominação linguística a existência de uma nação norueguesa” (CALVET, 2002, p. 154).

Ainda no que concerne à questão do purismo saudável, convém citar o caso da língua na Malásia. Quando a Indonésia alcançou a independência nos anos 40, foi decidido que a Malásia adotaria, como língua nacional, o malaio, uma língua comercial utilizada principalmente para facilitar o entendimento em portos e mercados. Porém, de acordo com Calvet (2002), “a língua mais falada do arquipélago era então, de longe, o javanês e se encontravam na Malásia mais de duzentos falares diferentes, agrupados em dezessete conjuntos dialetais” (CALVET, 2002, p.154). A escolha do malaio evitaria polêmicas e possíveis conflitos étnicos.

Assim, para que a proposta pudesse ter sucesso, era preciso que o malaio, rebatizado “*bahasa indonésia*, ‘língua indonésia’” (CALVET, 2002, p. 155) (Grifo do autor), tivesse um vocabulário adequado às novas funções. Por isso, segundo Calvet (2002),

Decidiu-se uma estratégia de “asiatização” do léxico: escolher prioritariamente um termo já existente em *bahasa indonesia*, escolher um termo de outra língua do arquipélago se ele não existisse em *bahasa*, ou escolher um termo de qualquer outra língua asiática. A solução consistia em só escolher um termo de uma língua internacional europeia em última instância (CALVET, 2002, p. 155) (Grifo do autor).

É importante ressaltar que, assim como no caso da Noruega, a neologia tinha fortes conotações ideológicas. Para Oliveira (2011a), esse é um bom exemplo de política linguística bem-sucedida.

Um cenário mais recente de uso de política linguística que ainda está sendo implantado e trabalhado é o caso do Timor-Leste, localizado no Sudeste Asiático. Segundo Carneiro (2010), esse país se destaca por ser o único colonizado por portugueses na Ásia e por ter a língua portuguesa como língua oficial em uma região onde predominam diversas línguas regionais. Além disso, é preciso levar em consideração que grande parte da população se comunica em inglês.

A escolha da língua portuguesa como língua oficial vai além dos fatores sócio-históricos. Para Carneiro (2010), a adoção de outras línguas como a inglesa foi

descartada, porque, segundo o autor, a língua inglesa tende a suplantar, pelo seu prestígio, línguas locais, causando nos falantes um complexo de inferioridade em relação à língua materna. Esse fato geraria uma política linguística de desvalorização das variadas línguas locais.

Essa complexidade sociolinguística fez com que o governo adotasse uma política linguística para a reintrodução gradual da língua oficial do país, de maneira que não entrasse em conflito direto com as línguas maternas de parte da população. Sendo assim, a melhor maneira para essa reinserção é o investimento na educação escolar em todos os níveis.

Assim, neste momento de transição, o país investiu no treinamento dos professores. Brasil e Portugal ficaram como os responsáveis pela reintrodução da língua. Professores foram enviados ao Timor-Leste com o objetivo de atuarem, principalmente, na formação de professores, ministrando cursos independentes de língua. Também foi inserido um projeto de alfabetização comunitária para que as comunidades também fossem alfabetizadas em Língua Portuguesa.

Carneiro (2010) informa que, na escola, crianças e jovens têm aulas de português e de tétum. No ensino superior, criaram-se, em parceria entre o Instituto Camões e a Universidade Nacional do Timor, cursos em língua portuguesa. No meio acadêmico, entretanto, houve resistência ao idioma, porque o ensino passou a ser multidisciplinar e muitos professores utilizavam outros idiomas para ministrar suas aulas. É importante salientar que esse é um processo lento e que, ainda hoje, o ensino de língua portuguesa no Timor esbarra nas variadas línguas locais que resistem no país.

No caso do Brasil, no final do século XIX e início do século XX, foi observado que o processo de adoção de uma nova língua padrão não teve sucesso, porque a corrente que defendia a “Língua Brasileira” não conseguiu vencer o que já tínhamos assumido com língua nacional. Mesmo com o movimento nacionalista ocorrido no Romantismo e com todas as mudanças significativas ocorridas no Modernismo, segundo Oliveira (2011b), a tese não obteve êxito político, no sentido de que não prevaleceu oficialmente. Dessa forma, Oliveira (2004b) afirma que “o simples fato de alguém a defender já demonstra a inseparabilidade dos conceitos de nação e padrão idiomático” (OLIVEIRA, 2004, p.91).

4.2 As influências puristas na obra de Cândido de Figueiredo – neologismos e empréstimos linguísticos

Percebem-se, com o passar dos anos, mudanças significativas na língua, principalmente no léxico. No processo de renovação lexical surgem novas palavras e novos significados de acordo com a necessidade dos falantes. Tal fenômeno linguístico é chamado neologismo. Segundo Valente, “neologismo é a palavra nova, inventada não dicionarizada” (2011, p.11). Essa definição, entretanto, nem sempre é usual, visto que existem palavras novas que foram consideradas neologismos há algum tempo atrás e hoje já não podem ser assim consideradas. É o caso da palavra “selfie”, que teve seu significado amplamente divulgado pelo uso constante nas mídias sociais. Outro fator que pode influenciar nessa questão, por exemplo, é a faixa etária: o que é bastante comum a um jovem, pode ser totalmente novo para um senhor da terceira idade.

Para Correia e Almeida (2012), a neologia “traduz a capacidade natural de renovação do léxico de uma língua pela criação e incorporação de unidades novas” (CORREIA E ALMEIDA 2012, p. 17). Além disso, também pode ser entendida como um estudo das novas criações que vão surgindo na língua.

Cardoso (2013, p. 16) afirma que “o estudo da possibilidade de criação de novos vocábulos, por meio de aproveitamento das regras de produção lexical apresentadas por uma língua, constitui a chamada neologia”. De acordo com a autora, “o neologismo é uma lexia virtual” (CARDOSO, 2013, p.16) e qualquer sujeito é capaz, linguisticamente, de criar novas palavras. Além disso, esse neologismo é decorrente de um processo dinâmico, que “vai do momento da criação neológica até o da desneologização” (CARDOSO, 2013, p.16).

Esse processo dinâmico pode ser esclarecido a partir dos exemplos retirados da obra de Cândido de Figueiredo (1922 e 1927), que foram considerados pelo autor neologismos e, atualmente, têm seu significado dicionarizado. Os usos, tanto na linguagem coloquial, quanto na linguagem culta, foram, de certa maneira, responsáveis pelo processo de *desneologização* das palavras.

É importante ressaltar que as opiniões de Cândido de Figueiredo refletem o imaginário dos estudiosos defensores do purismo da língua. De acordo com Teixeira,

os imaginários circulam pela sociedade e, dada a grande quantidade dos membros, geram um julgamento compartilhado, assumindo uma função identitária. Isso significa dizer que as identidades construídas estão diretamente ligadas às práticas discursivas (TEIXEIRA, 2013, p.21).

Em relação à classificação dos neologismos, Henriques (2007) considerou a existência de dois tipos: neologismos lexicais (ou formais) e estrangeirismos (caso especial de neologia lexical ou formal); e é exatamente nesse último tipo que o estudo será centrado.

No que se refere ao conceito geral de neologismo, Figueiredo dedicou um espaço no periódico para escrever uma coluna metalinguística. Nota-se nela, além da definição, uma visão bastante particular sobre o que é aceito como neologia no léxico:

São hoje vulgares os neologismos *em primeira mão*, e natural é que os leitores pouco experientes ou mais inescrupulosos hesitem na aceitação ou rejeição dessas criações vocabulares. Para que elas se aceitem, é mister que não representem meros caprichos ou pruridos de novidade; isto é, deverão satisfazer, pelo menos, os seguintes requisitos: 1º. – A necessidade de exprimir um invento ou uma ideia nova, que ainda não tenha expressão usual; 2º- Formação ou derivação, em harmonia com a índole da língua, sem híbridos e sem arbítrios morfológicos; 3º.- Que a nova forma não seja repelida pelos que têm voto e autoridade no assunto. (FIGUEIREDO, 1922, p. 271 - 272, Volume II) (ANEXO P).

O autor tenta impor ao texto um discurso neutro, entretanto, na primeira frase, ressalta que alguns leitores ficam hesitantes quanto aos usos das criações vocabulares. Em seguida, tenta instruí-los a fim de que saibam reconhecer, aceitar ou rejeitar o novo vocábulo criado. Assim, de acordo com Figueiredo (1922), só se devem aceitar os neologismos que estiverem de acordo com as condições que ele cita, isto é, que obedeçam aos critérios pré-estabelecidos: necessidade de exprimir uma ideia nova ou invento; formação ou derivações sem invenções morfológicas e, por fim, o critério do prestígio.

Como bem lembra Oliveira (2011a), entretanto, existem diversos neologismos em desacordo com a regra que foram bem-sucedidos, isto é, que foram consagrados pelo uso. É o caso do adjetivo *vendável*, introduzido no português no

século XVI por influência da palavra francesa *vendable*²¹. O autor informa que a forma correta seria *vendível*, já que *vender* pertence à segunda conjugação, mas o uso consagrou *vendável*.

No primeiro tópico da coluna, observa-se um comentário coerente, porque as palavras são criadas a partir da necessidade do uso dos falantes. Oliveira (2011a, p.169) se refere ao que hoje podemos classificar como um neologismo necessário, ou seja, aquele que “se refere a uma pessoa, coisa, processo, atributo etc. que os vocábulos disponíveis no léxico da língua até aquele momento não sejam capazes de exprimir”.

Na regra seguinte, há uma menção aos neologismos bem formados, que, ainda segundo Oliveira,

são aqueles que estão de acordo com as regras de formação de palavras da língua, não necessariamente da gramática escolar, embora a escola sistematize muitas delas, com relação às quais, portanto, as duas “gramáticas” passam a convergir (OLIVEIRA, 2011a, P.169).

Ainda no que diz respeito ao ANEXO P, observou-se que o colunista não reconhecia os critérios morfológicos, isto é, desconsiderava aceitar a formação de palavras híbridas, embora sua existência fosse comum. Além disso, desconhecia também a criação de palavras que estivessem em desacordo com as regras morfológicas. Destaca-se ainda que Figueiredo classificou como “arbítrios morfológicos” o que Oliveira (2011a, p.169) especificou como neologismo “malformado”, isto é, aquele que não está de acordo com regra de formação de palavras.

Há também uma nítida contradição na opinião de Figueiredo, já que, para ele, um neologismo bem formado teria necessariamente de obedecer aos três critérios estabelecidos no ANEXO P. É interessante ressaltar ainda que alguns tipos de neologismo, embora não sigam as regras de criação morfológica, surgem em diversos gêneros jornalísticos e funcionam muito bem na mídia contemporânea.

Na terceira condição estipulada por Figueiredo, pode-se observar comentário muito particular. O autor afirma que a criação neológica deve ser aceita pelos que têm autoridade no assunto, porque nem todo purismo é condenável. Levando-se em consideração as questões da política linguística, esse critério, se bem utilizado, pode

²¹ CUNHA (2007, p. 814)

ser útil, como foi no caso da escolha de uma língua nacional na Malásia em 1940 (CALVET, 2002, P.154).

Em outro artigo, Figueiredo faz considerações a respeito dos empréstimos. Certamente revela predileção pelos vocábulos com recursos da própria língua, entretanto estava apto a aceitar empréstimos com as devidas adequações ao idioma, respeitando-se as regras de formação de palavras:

Nenhuma língua culta é estacionária. O seu enriquecimento progressivo depende necessariamente da adaptação de vocábulos estranhos, da criação de vocábulos novos, que correspondam a novas ideias e a novos inventos, e das derivações que se operam dentro da própria língua. Êste último recurso é geralmente preferido pelos mais escrupulosos escritores: no conceito das pessoas bem governadas, os recursos da casa são sempre preferíveis aos empréstimos e aos subsídios de fazenda alheia. Sucede, porém, que nem sempre o processo das derivações, adoptado pelos que delas precisam, está de acôrdo com a índole da língua e com os preceitos da morfologia. (FIGUEIREDO, 1922, P.121. Volume I) (ANEXO Q).

Foram verificadas, nos artigos escritos por Figueiredo, várias questões a respeito dos neologismos encontrados em periódicos da época, livros e até mesmo nas criações populares. Nota-se que havia preocupação, por parte dos leitores, quanto ao uso adequado na norma padrão, principalmente em virtude da grande instabilidade linguística da época.

Dessa forma, o filólogo assumia o papel de estudioso da língua, apto a indicar o que poderia ser considerado aceitável ou não nos usos do idioma, ou seja, nesse caso ele justificava ou não o uso do neologismo. Constatou-se também que Figueiredo utilizou-se dos mais variados tipos de justificativa para expressar sua opinião. Porém nem todas eram coerentes, já que o colunista oscilava entre diversos critérios de correção.

Como já observado, um assunto recorrente nas colunas de Figueiredo, e muitas vezes combatido, eram os neologismos por empréstimos. Havia por parte do filólogo uma tendência em não aceitar esse tipo de neologismo. E se não fossem galicismos, aceitava-os mais facilmente mediante adequação ao idioma. Azeredo afirma que as adequações ocorrem quando a palavra estrangeira “se submete à morfologia do português” (2008, p. 401).

Segundo Pinto,

nota-se em seu discurso verdadeira aversão aos vocábulos de origem francesa, enquanto aos empréstimos vindos de outras línguas limitou-se em corrigir ou aporuguesar os vocábulos sem, contudo, esquecer dos

franceses. Não nega a necessidade de renovação linguística, mas defende-a em discursos enfáticos e fervorosos (PINTO, 2005, p.29).

Uma maneira de inserção da palavra no léxico do português, e muito utilizada pelos puristas da época, era uma adequação ao idioma, isto é, um aportuguesamento da palavra. Por vezes, o vocábulo era considerado como um tipo de galicismo dispensável, visto que já existiam palavras correspondentes na língua portuguesa. É relevante ressaltar que atualmente esse tema não seria polêmica, uma vez que consensual.

O uso dos estrangeirismos fazia com que muitos leitores nutrissem diversas dúvidas em relação aos usos na Língua Portuguesa. Esse fato, possivelmente, estava relacionado à excitação e à polêmica que se criava em torno das questões linguísticas. Tudo isso motivava os leitores a procurarem ajuda de um especialista, um consultor, que pudesse esclarecer o que era adequado ou não no idioma.

Como primeiro exemplo, foi selecionado o vocábulo *óndula*. O consulente questionou se o vocábulo era de origem portuguesa ou não, porque o havia lido em um “jornal lisboeta”. Em resposta, Figueiredo afirma:

Quanto a *óndulas*, não lhe direi que é português autorizado, porque só agora o vejo. Mas é neologismo perfeitamente aceitável, no sentido de pequena onda, ou ondina. No latim, há *unda*, que é a etimologia da nossa *onda*; e há o diminutivo *undula* que, aportuguesado, produz naturalmente *óndula*. Em suma, *óndula* é filha legítima dos Latinos, é nova e não feia (FIGUEIREDO, 1927, p. 104. Volume III) (grifos do autor) (ANEXO R).

Trata-se de um empréstimo linguístico lexical totalmente adaptado à língua (HENRIQUES, 2007, P.141) e, pelo tipo de questionamento, nota-se que a palavra não tinha alcançado frequência entre os falantes (CARDOSO, 2013, p. 19). Além disso, observa-se que Figueiredo só aceita tal neologismo por empréstimo por ser adaptação de uma palavra latina. Essa era uma visão bem tradicionalista e purista, já que o latim vulgar originou a Língua Portuguesa.

Atualmente essa palavra está totalmente inserida no léxico e dicionarizada. Segundo o *Dicionário Houaiss* (2009), trata-se de um diminutivo irregular de *onda*. Quanto à etimologia, o Dicionário afirma tratar-se do latim *undŭla*. Assim, pode-se afirmar que o vocábulo, em seu aspecto atual, é classificado como um empréstimo lexical adaptado ao idioma no aspecto fonológico-ortográfico.

A mesma aceitação não ocorre com o vocábulo *lunch*. De acordo com *Cambridge Dictionaries On line* (2006), *lunch* pode ser entendido como: “a meal eaten in the middle of the Day or food prepared for this meal” (refeição para ser comida no meio do dia ou alimento preparado para essa refeição). Então, a dúvida era se a palavra poderia ser considerada um sinônimo de *merenda*. A princípio, esse vocábulo era utilizado pela população na forma original. Em resposta, Figueiredo escreve que:

Poderia, mas não substitui. Em primeiro lugar, porque a legítima merenda é posterior ao jantar e o lanche é anterior; e, depois, o lanche aclimatou-se e já o não podemos reexportar. (FIGUEIREDO, 1922, p.144, Volume II) (grifos do autor) (ANEXO S).

Mesmo com a justificativa de que não substitui *merenda*, sabe que a palavra já estava em processo de aclimatização na língua e que não há como renegá-la.

Aclimatado ele, como creio que está, temos de lhe dispensar a forma inglesa, (*lunch*), e escrever à portuguesa, lanche. Mas o curioso é que inda há gente que, entre nós, escreve *lunch*, e fez o verbo *lunchar*, para ler lanchar, como se o *u* português valesse a!” (FIGUEIREDO, 1922, p.144 - 145, Volume II) (Grifos do autor) (ANEXO S).

E finaliza a consulta com uma crítica aos que utilizam a forma *lunchar*: “Com perdão de suas senhorias, não passam de deixa-gatos²²” (FIGUEIREDO, 1922, p.144, volume II) (ANEXO S).

A princípio, o filólogo afirma que, por ser uma palavra totalmente aclimatada, não poderíamos reexportá-la, isto é, não há mais como ignorar que o vocábulo já está sendo utilizado pela população.

Ele defendia que, para ser incorporada ao léxico, deveria sofrer adequação ao idioma, ou seja, ser aportuguesa para *lanche*. Esse processo faria com que ela fosse totalmente adaptada ao léxico da língua (cf. Henriques, 2007, p. 141). Figueiredo acreditava que a palavra questionada não poderia ser considerada como sinônimo de *merenda* por questões semânticas.

²² Após muita procura, a única informação a respeito desse coloquialismo veio através de uma conversa com amigas. Uma delas, fez uma breve pesquisa com a família e descobriu que o coloquialismo *deixa-gatos* se refere a pessoa que é malandra, arruaceira. A expressão faz alusão ao animal gato, que popularmente, é conhecido por ser um animal noturno e arruaceiro.

Em consulta ao *Dicionário Aurélio* (2008) e ao *Dicionário de sinônimos e antônimos Michaelis*, Polito (2009), foi observado, que mesmo não existindo sinônimos perfeitos, ambos consideram os vocábulos *merenda* e *lanche* como vocábulos sinônimos:

Lan.che - s.m 1. Merenda 2. Refeição pequena (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2008, p.507).

Lanche – s.m merenda. (POLIDO, 2009, p.380).

Me.ren.da – sf. 1. Refeição leve, entre almoço e jantar. 2. O que os alunos levam para comer na escola (POLIDO, 2009, p. 549).

De acordo com o *Dicionário Houaiss*, a palavra *lanche*, datada de 1858 e etimologicamente derivada da palavra inglesa *lunch*, ganha novo sentido, diferentemente do valor semântico original da palavra inglesa. Em uma breve pesquisa com amigas de diversas regiões do país, pude verificar que, no português urbano do país, os vocábulos citados são utilizados de diversas formas.

A maioria entende que as palavras têm significados semelhantes, mas optam pela utilização de uma (*lanche*) em detrimento da outra (*merenda*) para indicarem pequenas refeições do meio da manhã ou final da tarde, em casa ou no trabalho. Essas pessoas só utilizam *merenda* ao se referirem ao horário na escola em que os alunos, geralmente do Ensino Fundamental I, têm um intervalo entre uma aula e outra para uma breve refeição. É importante ressaltar que o Governo do país também utiliza o vocábulo *merenda*, nos sites oficiais, nesse sentido.

Pude constatar também, como experiência pessoal, que a palavra *merenda* é substituída pela palavra *recreio*, quando os alunos ingressam no Ensino Fundamental II e Médio. Em algumas regiões de São Paulo, os mais jovens, em sua maioria, nunca utilizaram a palavra *merenda* em qualquer situação.

Minas Gerais é o local em que foram encontradas mais divergências. Algumas regiões não utilizam quaisquer das duas e, em outras, a população utiliza somente o vocábulo *lanche*. Alguns falantes disseram que utilizam *merenda* para indicar a refeição principal (almoço) nas escolas públicas de período integral. E uma moradora da região centro-oeste informou que, em sua cidade, os falantes utilizam apenas a palavra *merenda*, nunca utilizam *lanche*, para nomear a pequena refeição do final da tarde.

Assim, constatou-se que, apesar de os dicionários informarem que as palavras são sinônimas, não é dessa forma que os falantes do português urbano as utilizam.

Para finalizar a “consulta”, Figueiredo comenta sobre o derivado *lunchar*, que muitas pessoas utilizavam na época. Tal vocábulo não era aceito pelo colunista, visto que era derivado²³ da palavra *lunch* e não de uma palavra portuguesa. Para que estivesse de acordo com as regras que ele expos anteriormente, o substantivo “lanche” é que deveria servir como matriz morfológica para derivar o verbo “lanchar.” As matrizes morfológicas, de acordo com Valente, “são moldes ou bases para a criação de palavras e explicam não só as existentes na língua, mas também os neologismos” (VALENTE, 2011, p.70).

É importante ressaltar que as colunas analisadas fazem parte de um livro editado em 1903 e que atualmente esse tipo de discussão não é mais relevante, já que esse é um tema bem delimitado semanticamente.

Outra questão surgiu a respeito do vocábulo *wolfram* (o mesmo que sal do ácido túngstico ou ânion dele derivado, usado em anteparos de proteção contra fogo, raios X etc.; volframato, wolframato²⁴). Figueiredo assume a mesma postura: a de adequação ao idioma. Propõe, inclusive, uma maneira de aportuguesamento da palavra: *volfrão*. Ele afirma que uma palavra na forma estrangeira não é aceitável no léxico da língua:

Há de perdoar, mas wolfram ainda não entrou nem póde entrar nos domínios da nossa língua. Aquele *W* não é de cá, nem o póde ser, apesar da embirração dos Wenceslaus, que não dispensaram o *W* para alemão ver. Quando o wolfram se aportuguesar, será volfrão. Mas talvez nem isso seja preciso, porque wolfram é sinônimo de tungstênio, e já cá temos este termo, para designar um metal escuro, duríssimo e pesado, descoberto em 1780. O wolfram só serviria para Wenceslaus, e para os ditos lusíadas, que desconhecem vagão e escrevem totalmente wagon....para inglês ver. Perdoai-lhes, Senhor... (FIGUEIREDO, 1927, p. 85 - 86, Volume III) (ANEXO T).

O estrangeirismo que circulava na época poderia ser classificado como lexical e era utilizado sob a forma original no aspecto fonológico-ortográfico (HENRIQUES, 2007, p. 141). Essa palavra, entretanto, não foi encontrada no *Dicionário Houaiss* sob essa forma, nem sob a forma proposta por Figueiredo (*volfrão*). O vocábulo encontrado estava totalmente adaptado à grafia da língua portuguesa: *wolfranato*, ou

²³ “O processo de derivação se caracteriza pela junção de um afixo (sufixo ou prefixo) a uma base para a formação de uma palavra” (BASILIO, 1999, p. 26).

²⁴ *Dicionário Houaiss* por D. Houaiss.

seja, foi acrescido à forma primitiva um sufixo da língua portuguesa *-ato*. Além de outros usos, o sufixo *-ato* é utilizado como formador de nomes técnicos na ciência.

No *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, VOLP, on-line, foram encontrados os seguintes vocábulos: *wolframatos*, *wolfrâmios*, *wolframitas*, *wolfrânicos*. Todos com a letra *-w* no início da palavra. Além disso, foi realizada uma pesquisa em um sítio mais popular, *Wikipédia* (2016), para observar como a palavra está sendo grafada. Verificou-se que o vocábulo poderia ser grafado de duas maneiras: *wolfram* e *volfram*.

É importante enfatizar que mesmo não sendo uma fonte tão confiável, a *Wikipédia* serviu como fonte para pesquisar como a palavra está sendo grafada. Assim, dessa maneira, concluiu-se que em meios não oficiais houve um aportuguesamento da grafia.

Outra questão relevante em relação ao vocábulo é o fato de que o leitor mostra relutância na aceitação de neologismos extrínsecos (de importação estrangeira). Figueiredo destaca a posição do falante da seguinte maneira: “Fralgope revolta-se contra a introdução de vocábulos estrangeiros, e, a esse propósito, diz que tem visto *wolfran*, e pede esclarecimento sobre o termo” (FIGUEIREDO, 1927, p. 85, Volume III) (ANEXO T). Esse comentário expressa como o imaginário mais purista da época impactava a rejeição ao que não era de origem portuguesa em parte da população.

Um assunto bastante delicado e muito presente nessa época era a rejeição aos galicismos. A forte influência francesa presente então na sociedade implicava diversas dúvidas em relação a esse tipo de neologismos. Oliveira afirma que

Nos últimos anos do século XVIII e início do XIX, grande número de empréstimos franceses invadiram o português, em consequência da liderança francesa sobre o mundo, não só no plano intelectual (haja vista a influência do enciclopedismo, da Revolução Francesa e do Romantismo sobre o pensamento ocidental), mas também nos aspectos político, econômico e – no período napoleônico – militar. (OLIVEIRA, 2004, f.2).

Segundo Valente, “os hábitos dos franceses despertavam – e ainda despertam – admiração de muitos brasileiros e pautavam o estilo de vida de boa parte de nossa sociedade” (2011, p.69).

Assim, para exemplificar a rejeição de Figueiredo a respeito do assunto, foi selecionado o galicismo *etiquetar*. O leitor, nessa consulta, questiona: “*etiquetar*,

(pôr etiquetas), é palavra portuguesa?” (FIGUEIREDO, 1922, p. 87. V.II). A resposta do filólogo foi a seguinte:

Se *etiqueta* fosse bom português, no sentido de rótulo, justificava-se o *etiquetar*, e os Brasileiros empregam isto. Mas *etiqueta*, naquele sentido, é galicismo inútil. Em vez dele, há rótulo, letreiro... (FIGUEIREDO, 1922, p. 87. Volume II) (ANEXO U).

Nesse caso tem-se um tipo de empréstimo lexical totalmente adaptado que foi incorporado ao léxico da língua exatamente com essa grafia. De acordo com o *Dicionário Houaiss*, o vocábulo primitivo *etiqueta* provém de *étiquette*, que etimologicamente deriva do substantivo *etiqueta* + *ar*, isto é, o substantivo *etiqueta* serviu como matriz morfológica para a formação do verbo *etiquetar*. Há um verbo em francês, no entanto, que possui o mesmo sentido de rotular: *étiqueter* – *etiquetar*, *rotular* (DICIONÁRIO LAROUSSE FRANCÊS/PORTUGUÊS, PORTUGUÊS/FRANCÊS, 2008, p.136). Nada impede, portanto, que esse verbo tenha inspirado o vocábulo *etiquetar* como sinônimo de *rotular*.

A recusa em aceita-lo como neologismo é nítida. Figueiredo afirma que é um galicismo desnecessário, já que existe outra palavra que pode perfeitamente assumir o valor semântico que *etiquetar* exprime. De acordo com Oliveira (2011a), um neologismo desnecessário é o que se cria mesmo que existam vocábulos disponíveis no léxico que expressem aquele sentido. Cabe aqui salientar que “será sempre polêmica a discussão da ‘necessidade’ de um neologismo” (OLIVEIRA, 2006, p.54).

A partir do que foi exposto, nota-se que, no final do século XIX e início do XX, havia ainda muita rejeição aos vocábulos de origem estrangeira. Observa-se que era mais aceitável o vocábulo que sofria as devidas adaptações ao nosso idioma. Os galicismos, entretanto, não eram tolerados, nem mesmo quando aportuguesados.

Vale destacar, enfim, que, independentemente da época, a frequência do uso entre os falantes é o que faz esse tipo de neologismo ser incorporado ou não ao léxico do idioma. Para Oliveira (2004b), em relação à validade ou não de interferir no curso natural da língua, o ideal seria assumir uma boa política do idioma, isto é, uma atitude moderadamente normativa, nem o *laissez-faire* total – “mito romântico da espontaneidade da língua, segundo o qual não se deveria interferir no comportamento linguístico do estudante” (OLIVEIRA, 1999, p.65) –, nem o excessivo

policiamento da língua – “prescritivismo tradicional, fundado na crença em uma língua homogênea e monolítica, segundo o qual o que não é português formal culto não é português” (OLIVEIRA, 1999, p.65).

5 O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO MIDIÁTICO E O ETHOS DE CÂNDIDO DE FIGUEIREDO NA CONSTRUÇÃO DO GÊNERO CONSULTÓRIO GRAMATICAL

Foi constatado, no *corpus* analisado, que o gênero consultório gramatical segue o contrato de comunicação midiático. Mais especificamente, o da mídia impressa. Esse contrato visa informar o leitor e para isso, utiliza algumas estratégias importantes para a elaboração do discurso.

Em face disso, é preciso considerar que as estratégias utilizadas para a estruturação do texto são essenciais para a construção da imagem do autor, isto é, do ethos. Sendo assim, foi apresentado nesse capítulo, com base em uma identidade social cristalizada, como o contrato midiático influencia na construção do ethos de Cândido de Figueiredo.

5.1 O consultório gramatical: contrato midiático

5.1.1 O contrato de comunicação

Para Charaudeau (2010a), o discurso, de maneira geral, depende de condições específicas da situação de troca para a construção de interesses sociais. A situação de comunicação compõe assim um quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam o processo da comunicação.

Entretanto, o sujeito falante, como afirma Charaudeau (2008), não é totalmente livre para tematizar o discurso, porque depende da situação de comunicação na qual se encontra quando enuncia. Ela impõe, a ele, e ao interlocutor, certo número de restrições da qual faz parte o propósito comunicativo. Essas restrições se estabelecem por um jogo de regulação das práticas sociais, estabelecidas pelos indivíduos de uma comunidade, e pelos discursos de representação, produzidos para justificá-las com a intenção de valorizá-las.

Dessa forma, o sujeito que deseja comunicar-se com seu interlocutor deve considerar o campo temático que é determinado pela situação comunicativa. Esse fato não o impede de introduzir no discurso outros temas, mas com a condição de que esteja relacionado ao tema imposto pela situação, a menos que ele queira transgredi-lo. Da mesma forma, o locutor também deve supor que seu interlocutor tenha a capacidade de reconhecer essas mesmas restrições.

Vale ressaltar que não somente o locutor deve submeter-se às restrições, mas também o interlocutor, que espera ver tratado o assunto conforme a situação na qual se encontra. Para Charaudeau (2010a), esse conhecimento recíproco das restrições pelos parceiros do discurso, significa afirmar que eles estão ligados por um tipo de acordo prévio, ou seja, seguem um contrato de comunicação.

Em suma, o contrato de comunicação é o resultado das características próprias à situação de troca (dados externos) e das características discursivas resultantes (dados internos).

5.1.2 As características da situação de troca: dados externos

Os dados externos são compostos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que realizam trocas, bem como pelas constantes que caracterizam essas trocas e que permanecem estáveis por um período. Conforme Charaudeau (2010a), essas regularidades e constantes são reconhecidas por discursos de representação, que lhes atribui valores e determinam o quadro convencional no qual os atos de linguagem fazem sentido.

Para o teórico, esses dados são semiotizados, pois equivalem a índices que apresentam uma convergência, justamente por serem retirados dos comportamentos sociais, configurando uma constante. Dessa maneira, os dados são reagrupados em quatro categorias, cada uma delas corresponde a um tipo de condição de enunciação da produção linguageira: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo.

A situação de comunicação, conforme Charaudeau (2004), é o local em que se instituem as restrições que determinam a expectativa da troca comunicativa.

Essas restrições são provenientes ao mesmo tempo da identidade dos parceiros e do lugar que eles ocupam na troca, da finalidade que os religa em termos de visada, isto é, do propósito que pode ser requisitado e das circunstâncias materiais nas quais se realiza a troca.

Então, quando um conjunto de situações partilha as mesmas características, significa que ele se encontra em um mesmo domínio de comunicação, no caso desse estudo, nos consultórios gramaticais. Cada uma dessas condições se relaciona com a pesquisa de alguma maneira, por isso torna-se relevante aprofundar um pouco mais o assunto.

Assim sendo, a identidade dos parceiros envolvidos na troca de comunicação, em conformidade com Charaudeau (2010a), “é a condição que requer que todo ato de linguagem dependa dos sujeitos que aí se acham inscritos” (CHARAUDEAU, 2010a, p. 68). O teórico afirma que ela se define por meio de respostas para perguntas como: “quem se dirige a quem?” ou “quem fala com quem?” (CHARAUDEAU, 2010a, p.69). Por isso, que deve se levar em conta traços personológicos de idade, sexo, etnia etc, traços que indiquem o *status* social, econômico e social ou ainda o estado afetivo dos parceiros da comunicação.

No entanto, os traços só podem ser levados em conta se estiverem em uma relação de pertinência com o ato de linguagem, assim, para Charaudeau (2008, p.69), “o fato, para um locutor, de ser jornalista, será assimilado como traço pertinente numa situação de comunicação como a da entrevista radiofônica, mas não o será numa situação de pedido de informações no guichê de um banco”. Por esse motivo, nessa condição, é importante salientar que os traços identitários interferem diretamente no ato de comunicação.

Tais considerações apontam para a análise do gênero abordado neste estudo. Assim, pode se observar que as transformações ocorridas no período foram fundamentais tanto para a formação de uma identidade social, quanto para a circulação de atitudes e crenças a respeito da língua no grupo social, uma vez que, todos os envolvidos na troca comunicativa discutiam a respeito da língua portuguesa.

A finalidade, de acordo com o teórico, é a condição que propõe que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo. Para Charaudeau (2010a),

Ela se define através da expectativa de sentido em que se baseia a troca, expectativa de sentido que deve permitir responder à pergunta: “Estamos aqui para dizer o quê?”. A resposta a essa questão, numa problemática da influência, se dá em termos de *visadas*, pois na comunicação linguageira o objetivo é, da parte de cada um, fazer com que o outro seja incorporado à sua própria intencionalidade. (CHARAUDEAU, 2010a, p.69) (Grifo do autor).

Convém salientar que, de todos os componentes, o que ganhará destaque é o da finalidade, porque é ele que, escolhendo um tipo de visada, determina a orientação discursiva da comunicação.

As visadas, conforme explica Charaudeau (2004), equivalem a uma intencionalidade “psico-sócio-discursiva” (CHARAUDEAU 2004) que definem a expectativa do ato de linguagem do sujeito que enuncia, e conseqüentemente da troca linguageira. Logo, é essencial que os participantes da troca comunicativa possam recorrer a elas.

O teórico informa ainda que as visadas correspondem às atitudes enunciativas de base que se encontram nos atos comunicativos reagrupados sob a responsabilidade de sua orientação pragmática. São variados os tipos de visada e elas podem ser definidas por um duplo critério: “a intenção pragmática do *eu* em relação com a posição que ele ocupa como enunciador na relação de força que o liga ao *tu*; a posição que da mesma forma *tu* deve ocupar” (CHARAUDEAU, 2004).

Dessa maneira, cada situação de comunicação seleciona uma ou várias visadas, das quais uma (muitas vezes duas) é dominante. Do mesmo modo, uma situação de comunicação midiática pode requisitar diversas visadas. Nesse sentido, foram observados, no *corpus* analisado, a presença de duas visadas dominantes e uma secundária.

As duas visadas dominantes identificadas foram a de instrução e a de informação. A primeira ocorre quando o **eu** se encontra, ao mesmo tempo, em posição de autoridade de saber e de legitimação para transmitir o discurso; e o **tu**, está na posição de saber o que deve fazer, ou seja, ele segue o modelo proposto pelo enunciador.

Nesse caso, nota-se que Figueiredo assume a postura de autoridade no saber linguístico ao mesmo tempo em que atesta autenticidade na sua argumentação e o público leitor assume a posição de seguidor do modelo de língua proposto pelo colunista.

Já na segunda visada dominante encontrada, o **eu** legitima sua posição de saber e o **tu** assume a posição de querer esse conhecimento. Figueiredo, à vista disso, assume a posição de saber no momento em que responde às questões dos leitores, com base nos conhecimentos linguísticos; e o leitor, ao acompanhar a coluna, procura e aceita esse conhecimento.

Convém salientar que, segundo Charaudeau (2004), a finalidade, e a visada que ela seleciona, não é o todo da situação de comunicação, mas um dos elementos primordiais que se unem a outros componentes: identidade dos participantes, o propósito, e sua estruturação temática, e as circunstâncias que determinam os materiais da comunicação.

Além das visadas dominantes foi identificada uma secundária: a da demonstração. Nela, o **eu** deseja estipular a verdade e mostrar provas de acordo com uma posição de autoridade de saber (estudioso, cientista, expert). Em contrapartida, o **tu**, nessa visada, encontra-se em posição de ter de receber e ter de avaliar uma verdade, para então ter a capacidade para fazê-lo. Assim, Figueiredo, a autoridade no assunto, por meio de suas respostas aos consulentes, tenta estabelecer o que ele considera correto a respeito dos conhecimentos linguísticos, além de mostrar argumentos que embasem suas ideias. O leitor, nessa visada, encontra-se na função de receber os conhecimentos transmitidos, assumi-los como verdades e colocá-los em prática.

Voltando às concepções iniciais das categorias da condição de enunciação, destaca-se o propósito. Conforme Charaudeau (2010a), essa condição “requer que todo ato de comunicação se construa em torno de um domínio de saber, uma maneira de recortar o mundo em ‘universos de discursos tematizados” (CHARAUDEAU, 2010^a, p. 69). O propósito se define por meio da resposta à questão: “Do que se trata?” (CHARAUDEAU, 2010a, p. 69).

Para o teórico, ele corresponde ao universo do discurso dominante ao qual a troca deve reportar-se, isto é, uma espécie de macrotema que deve ser aceito antecipadamente pelos parceiros da troca, sob pena de atuarem fora desse propósito. Logo, no que diz respeito ao *corpus*, o macrotema identificado é discussão a respeito da língua. Então, qualquer assunto que não tenha relação com esse não está apto a ser publicado no jornal.

O propósito impede que uma situação se confunda com outra. Assim, a situação de comunicação determina, por meio das características dos seus

componentes, condições de reconhecimento e produção dos atos de comunicação, isto é, condições de enunciação sob seu aspecto externo.

Por fim, pode-se dizer que o dispositivo é a condição que “requer que o ato de comunicação se construa de uma maneira particular, segundo as circunstâncias materiais em que se desenvolve” (CHARAUDEAU, 2010a, p.70). Ele define-se por meio da resposta às perguntas: “Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?” (CHARAUDEAU, 2010a, p. 70).

Ele constitui o ambiente, o suporte físico da mensagem, mas não se trata de um mero vetor indiferente ao que ele vincula. Dessa forma, todo dispositivo formata a mensagem, e com isso, contribui para lhe atribuir um sentido. O teórico declara que o dispositivo é um componente do contrato de comunicação sem o qual não existe interpretação das mensagens, da mesma maneira que uma peça teatral não faria muito sentido sem seu dispositivo cênico.

Observou-se, com base no *corpus* de análise, que o canal utilizado para divulgação do consultório gramatical era o jornal. É importante ressaltar que a imprensa escrita, no período analisado, tinha um papel muito importante como meio de comunicação. Era a época em que os grandes jornais estavam se estabelecendo no país, então, conseqüentemente, o número de pessoas que lia o jornal era alto.

Cabe salientar que nesse tipo de mídia, para Charaudeau (2010a), a conceitualização é mais analítica do que na oralidade, como no rádio, ou na iconicidade da mídia televisiva. De acordo com o teórico,

o leitor põe em funcionamento um tipo de compreensão mais discriminatória e organizada que se baseia numa lógica ‘hierarquizada’: operações de conexão entre as diferentes partes de uma narrativa, de subordinação e de encaixe dos argumentos, de reconstrução dos diferentes tipos de raciocínio (em árvore, em contínuo, em paralelo etc.). A escrita desempenha o papel de prova para a instauração da verdade, o que não é possível para a oralidade, não recuperável e aparentemente mais efêmera (CHARAUDEAU, 2010a, p. 113)

5.1.3 Os dados internos do discurso no gênero consultório gramatical

Os dados internos, conforme Charaudeau (2010a), são os propriamente discursivos e estão diretamente relacionados à maneira de dizer. Assim, uma vez delimitados os dados externos, basta saber como devem ser os comportamentos dos parceiros da troca, isto é, suas maneiras de falar, os papéis languageiros que devem assumir e as formas verbais que devem utilizar, em função das instruções contidas nas restrições situacionais.

Esses dados, conforme explica Charaudeau (2010a), constituem as restrições discursivas de todo o ato de comunicação, isto é, são o conjunto dos comportamentos languageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, compreendidos e reconhecidos. Eles se dividem em três os espaços de comportamentos languageiros: o espaço de locução, o de relação e o de tematização.

O primeiro espaço, o da locução, define-se pela “tomada da palavra” do sujeito falante. Nesse sentido, deve-se justificar o motivo da “tomada da palavra” e impor-se como sujeito falante e identificar, ao mesmo tempo, o destinatário (interlocutor) ao qual se dirige.

No que diz respeito ao *corpus* do estudo, observou-se que, pela estrutura do gênero consultório gramatical, os papéis do consultor e do consulente são bem delimitados, visto que os consulentes questionam e o consultor responde. Logo, a autoridade da língua sempre será de Figueiredo, porque que ele detém o poder de argumentar em favor do que acredita.

É nesse âmbito que entra o espaço da relação. Nele, o sujeito falante, ao construir sua própria identidade de locutor e de seu destinatário, pode estabelecer relações de força ou de aliança, de exclusão ou inclusão, de conivência ou agressão com o interlocutor. Nesse espaço, pode-se dizer que está diretamente ligado à construção ethos do consultor e do consulente. Dessa forma, se estabelecem as relações de saber, isto é, quem é o detentor do saber e quem recebe esse saber.

Já no espaço da tematização são tratados e organizados os domínios do saber, isto é, os temas das trocas, sejam eles predeterminados por instruções contidas nas restrições ou introduzidas pelos participantes da troca comunicativa. No caso do *corpus* de análise, o tema das trocas comunicativas é a língua portuguesa.

Dessa maneira, o sujeito falante deve não somente tomar posições com relação ao tema imposto pelo contrato escolhendo a maneira de intervenção, deve

também definir o modo de organização do discurso²⁵ (narrativo, descritivo, argumentativo) para esse campo temático em função das instruções contidas nas restrições situacionais. Conforme Charaudeau (2004), as restrições situacionais do ato de comunicação só existem porque têm a finalidade de construir o discurso.

Em síntese, em conformidade com Charaudeau (2010b), todo ato de linguagem, do ponto de vista discursivo, ocorre em uma situação de comunicação normatizada, composta pela expectativa de troca comunicativa e pela presença das restrições de encenação, isto é, do contrato de comunicação e das instruções discursivas. Esta situação se define pela posição de legitimidade dos sujeitos falantes.

5.2 O sujeito do discurso: identidade discursiva e estratégias de credibilidade e de captação

Charaudeau (2010b) afirma que não existem relações sociais que não estejam marcadas por relações de influência. Elas se encenam na linguagem conforme um princípio de alteridade, isto é, não existe um **eu** sem um **tu**. A consequência disso é que a tomada da consciência de si, como sujeito da comunicação, depende da possibilidade de reconhecer a existência do outro a partir da sua diferença identitária de sujeito falante.

Além disso, se entende que essa diferença representa, para cada um dos sujeitos da comunicação, uma ameaça possível, o que implica no uso de estratégias de resolução desse problema pela rejeição do outro.

Bock (1999, p.203) aponta que “a identidade permite uma relação com os outros, propiciando o reconhecimento de si”. Assim, conforme Charaudeau (2009),

a identidade é o que permite ao sujeito tomar consciência de sua existência, o que se dá através da tomada de consciência de seu corpo (um estar-aí no espaço e no tempo), de seu saber (seus conhecimentos sobre o mundo), de seus julgamentos (suas crenças), de suas ações (seu poder fazer). A identidade implica, então, a tomada de consciência de si mesmo. (CHARAUDEAU, 2009).

²⁵ Charaudeau (2009).

Por esse motivo, verifica-se que a forma de construção da identidade pode ser percebida pelas atitudes dos falantes, e verificadas de diversas formas. No caso deste estudo, como o *corpus* está diretamente ligado às questões linguísticas, observou-se que as atitudes dos estudiosos da época se mostraram por meio da elaboração de estudos, obras literárias, gramáticas entre outros.

No caso de Figueiredo, notou-se que a construção da identidade começou a partir da elaboração das colunas publicadas no periódico, pois o assunto tratado nos consultórios seguia as ideias tradicionalistas e puristas do autor. Observou-se que as opiniões, que se baseavam no purismo, muitas vezes refletiam a intolerância de Figueiredo em aceitar galicismos e estrangeirismos²⁶. Além de mostrar, em diversos momentos, um discurso com ideias bastante estigmatizadas. O estigma, para Bock (1999), se refere às marcas-atributos sociais que um indivíduo, grupo ou povo carregam e cujo valor pode ser negativo ou pejorativo” (BOCK, 1999, p.29). Ademais, o fato de escrever em um jornal de grande circulação permitiu que Figueiredo atraísse um público que partilhasse os mesmos ideais.

A partir disso, foi possível constatar que circulavam muitos imaginários e crenças a respeito da língua portuguesa na sociedade da época. Esses imaginários ocasionaram um julgamento compartilhado a respeito do que seria adequado e inadequado para a língua nacional e assumiram também uma função identitária.

Convém destacar que as identidades construídas estão diretamente ligadas às práticas discursivas e, conseqüentemente, muitas delas tornaram-se cristalizadas, o que as aproximava do conceito de “estereótipo”. Charaudeau (2009) informa que:

O estereótipo tem principalmente uma função de proteção, constituindo uma arma de defesa contra a ameaça que o outro, pela sua diferença, representa para o eu. (CHARAUDEAU, 2009)

Assim, é perfeitamente compreensível a maneira como Figueiredo expõe sua opinião na coluna, já que a função de seus argumentos, em favor da língua, tinha por objetivo “protegê-la” do que ele considerava impróprio.

Charaudeau (2009) aponta que a identidade se constrói sobre um princípio de alteridade que coloca os sujeitos em uma relação de afinidade e rejeição, que se

²⁶ Mais sobre o assunto no capítulo IV desse estudo.

auto identificam de modo dialético. Isso ocorre de maneira idêntica para os grupos sociais, que ora se refugiam em si mesmos, ora se abrem às influências exteriores.

Dessa maneira, tanto o indivíduo quanto o grupo constroem suas identidades seja por meio de seus atos, seja por meio das representações que são provenientes de seus atos. Essas representações aprimoram-se em imaginários coletivos que demonstram valores que os indivíduos compartilham, valores que se reconhecem e que constituem uma memória identitária.

Esse tipo de identidade é o que Charaudeau (2009) denomina por identidade discursiva. Para que ela se construa é necessário que tenha uma identidade social como base. E é com a combinação delas que se constrói o poder de influência do sujeito falante.

A identidade social, em conformidade com o teórico, “tem como particularidade a necessidade de ser reconhecida pelos outros. Ela é o que confere ao sujeito seu ‘direito à palavra’, o que funda sua legitimidade” (CHARAUDEAU 2009). A identidade discursiva, por sua vez,

tem a particularidade de ser construída pelo sujeito falante para responder à questão: ‘Estou aqui para falar como? Assim sendo, depende de um duplo espaço de estratégias: de ‘credibilidade’ e de ‘captação’ (CHARAUDEAU, 2009)

A estratégia da credibilidade está diretamente ligada à necessidade que o sujeito falante tem de que se acredite nele, nas suas asserções, no que ele pensa. Charaudeau e Maingueneau (2008) informam que:

ela resulta, pois, de um julgamento feito por alguém sobre o que vê ou ouve e, por consequência, sobre a pessoa que fala, que é desse modo julgada ‘confiável’ (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2008, p. 143).

Para que isso ocorra, o falante pode adotar diferentes atitudes discursivas, como: *neutralidade* (atitude que leva o sujeito do discurso a apagar qualquer vestígio de julgamento ou avaliação pessoal em seu discurso), *distanciamento* (aquela que leva o sujeito falante a adotar uma atitude fria e controlada de especialista que age com razão e não com paixão) e *engajamento* (atitude que leva o sujeito a optar, de maneira mais ou menos consciente, por uma tomada de posição na escolha dos argumentos). Logo, a intencionalidade do autor em provocar as atitudes tem por

objetivo assegurar-se de que o seu parceiro, na troca comunicativa, compartilhe de suas opiniões.

Ao observar o *corpus* constatou-se que Figueiredo não aplicou a estratégia de neutralidade ao seu discurso, já que em diversos momentos de sua argumentação deixou clara a sua opinião a respeito do que concordava.

No que diz respeito à atitude de distanciamento, constatou-se que, para mostrar-se como especialista no assunto tratado na coluna, Figueiredo utilizou autores clássicos em suas argumentações. Entretanto, de acordo com Marcondes (2008), esse distanciamento era aparente, uma vez que citava gramáticos e estudiosos que tinham ideias linguísticas próximas ao que ele acreditava.

A autora afirma que nos consultórios era mais comum a persuasão por engajamento que por distanciamento, pois notou-se que as opiniões do jornalista buscavam persuadir seus interlocutores a partilharem das suas ideias linguísticas.

Em conformidade com Charaudeau (2009), a atitude de engajamento induz o sujeito a optar, de maneira mais ou menos consciente por uma tomada de posição na escolha dos argumentos ou por uma modalização avaliativa. O uso dessa atitude no discurso destina-se a construir uma imagem de “ser de convicção” (CHARAUDEAU, 2009).

A modalização avaliativa, em conformidade com Nascimento (2005), além de revelar um sentimento de emoção do locutor em função do enunciado, indica uma avaliação da proposição pelo falante, emitindo juízo de valor e indicando como o falante quer que essa proposição seja lida. Portanto, essa imagem de “ser de convicção”, citada por Charaudeau (2009), se reflete diretamente no modelo de escrita assumida por Figueiredo.

Um exemplo claro disso pode ser verificado no trecho do prefácio do livro “O que se não deve dizer”, intitulado de “Em vez de prefácio”:

Não os recomenda certamente o nome nem os méritos do autor: recomenda-os a fôma ligeira, despreocupada a às vezes humorística, a sua variedade e oportunidade, e talvez um pouco de patriotismo, inerente a todos os esforços em prol da linguagem nacional (FIGUEIREDO, 1922, p. 7) (ANEXO A).

O colunista informa que, possivelmente, o leitor recomenda a obra pela forma ligeira e despreocupada e não pelo nome ou méritos do autor. Ademais, ele procurou mostrar para o leitor que sua obra não era específica para estudiosos, mas

era direcionada para um público leigo que não dominava as regras da gramática normativa. Além disso, destacou o diferencial dos escritos: o humor e a variedade de temas. Essas características contribuem para que um leitor, pouco familiarizado com os estudos linguísticos, leia um texto de fácil compreensão textual e assimile o conteúdo de maneira despreocupada e divertida.

No que se refere à organização estrutural dos textos, notou-se que os gêneros encontrados na obra de Cândido de Figueiredo são apresentados no jornal sob a forma de coluna. Rabaça e Barbosa (1978) apontam que a coluna é uma:

Seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade e geralmente assinada, redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum. Compõe-se de notas, sueltos, crônicas, artigos ou textos-legendas, podendo adotar, lado a lado, várias dessas formas. As colunas mantêm um título ou cabeçalho constante e são diagramadas costumeiramente em posição fixa e sempre na mesma página, o que facilita sua localização imediata pelos leitores habituais (RABAÇA; BARBOSA, 1978, p.102).

Marcondes (2008) informa que nos textos em forma de coluna a assinatura é opcional. Entretanto, assinar é uma estratégia interessante. Martín (1973) afirma ainda que a opinião omitida dentro do artigo está vinculada à assinatura do jornal, pois o leitor procura a assinatura exatamente para saber como pensa o articulista a respeito do assunto tratado no texto. Ademais, a assinatura reforça a credibilidade do autor do texto.

A credibilidade, para Charaudeau (2009), se liga à necessidade do sujeito de que se acredite nele tanto em suas asserções, quanto em sua verdadeira opinião. Conseqüentemente, o sujeito falante deve defender uma imagem de si mesmo. Essas atitudes estão a serviço de uma atitude demonstrativa, a qual determina um modo de raciocínio que o outro deve aceitar sem discussão, visto que a verdade é apresentada de uma maneira que não se pode escapar. Logo, persuadir o outro, nesse caso, é a mesma coisa que colocá-lo em um universo de verdades que exclui a possibilidade de discussão.

Outro fator relevante refere-se às estratégias de captação. Charaudeau (2009) declara que elas “surgem quando o Eu-falante não está, para com seu interlocutor, numa relação de autoridade” (CHARAUDEAU, 2009). A Captação advém da necessidade de o sujeito assegurar-se que seu parceiro de troca

comunicativa compartilhe de suas opiniões e seus valores. Dessa forma, será necessário tentar seduzir ou persuadir o outro.

Para que a mensagem tenha esse efeito, Charaudeau e Maingueneau (2008) declaram que o sujeito falante tem de escolher entre alguns tipos de atitude discursivas, dentre elas a da sedução, a polêmica e a de dramatização.

Na atitude de sedução, segundo Charaudeau (2009) há, por parte do interlocutor, um imaginário no qual ele desempenha um papel de herói beneficiário. Essa atitude surge quase sempre por meio de um relato no qual os personagens podem funcionar como suporte de identificação ou de rejeição para o interlocutor.

O colunista utilizava-se muito desse artifício. Ele acreditava ser uma espécie de “salvador” do que ele considerava ser o bom uso do idioma. Além disso, a própria metáfora médica que influenciou o nome do gênero, consultório gramatical, que indica que a língua merece cuidados, já espelha esse imaginário de herói beneficiário da Língua Portuguesa que o autor quer passar para os seus leitores.

A atitude polêmica leva ao questionamento de valores defendidos pelo interlocutor ou até mesmo questionar a própria legitimidade do parceiro de comunicação, os valores defendidos pelo interlocutor ou por terceiro. De acordo com Charaudeau (2009) trata-se de desarticular o adversário questionando suas ideias ou até mesmo a sua pessoa.

Marcondes (2008) aponta que os consultores do início do século XX utilizavam a atitude polêmica para sensibilizar os parceiros da troca comunicativa, pois questionavam valores defendidos por seus interlocutores e a legitimidade desses para aprimorar alguns assuntos linguísticos.

Ainda de acordo com a autora, Figueiredo utilizava a atitude polêmica sob a forma crítica, isto é, o consultor criticava o consulente por meio de suas questões. Para ela, o consultor era direto e menos polido em seu discurso. No entanto, durante a análise do *corpus* observou-se que o colunista só tinha esse tipo de atitude com aqueles que discordavam do que ele acreditava ser o modelo de idioma a ser seguido.

Convém salientar que, como forma de suavizar a atitude polêmica, em alguns textos, o jornalista utilizava a ironia para a construção de sua argumentação. Em conformidade com Maingueneau (2013), a enunciação irônica tem por característica a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante em que é enunciada. Classifica-se esse fenômeno como um caso de polifonia,

uma vez que esse tipo de enunciação pode ser analisado como uma espécie de encenação em que o enunciador expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula que falasse seriamente e do qual ele se distancia, pela entonação e pela mímica, no instante mesmo em que lhe dá a palavra. (MAINGUENEAU, 2013, p. 222).

Outro artifício utilizado por Figueiredo era apresentar uma postura autoritária e taxativa, porque seu objetivo era passar uma imagem de especialista da língua nacional. Esse posicionamento espelhava a intolerância linguística do consultor frente ao que se distanciava do que ele via como modelo de escrita.

Deve-se salientar que esse posicionamento, frente às indecisões e conflitos linguísticos que ocorriam na época, não deve ser considerado uma atitude condenável, pois a maioria das pessoas nutriam muitas dúvidas a respeito da língua. É preciso considerar que, na época em que os consultórios foram publicados, não havia uma reforma ortográfica elaborada.

Ainda sobre as atitudes discursivas, se destaca a atitude de dramatização. Nela, o sujeito a descreve fatos que pertencem aos dramas da vida. Notam-se, nos textos, relatos feitos por meio de analogias, comparações, metáforas entre outros. Charaudeau (2009) informa que a forma de contar apoia-se em valores afetivos, crenças, que são partilhados socialmente, pois fazem o outro sentir certas emoções.

Marcondes (2008) reitera que Figueiredo fazia uso dessa estratégia mediante o uso de termos e provérbios populares, jogos de palavras e ironia nos enunciados. O uso desses recursos, em textos de linguagem mais formal, como era o caso das colunas, servia como estratégia para se fazer mais próximo do leitor. Essa “pseudo-popularização” (MARCONDES, 2008, p.57) dos enunciados fazia com que os interlocutores se identificassem.

Ela informa também que “o uso de palavras de cunho popular, feito por consultores gramaticais, também tinha por objetivo a atenuação do tom agressivo e contundente de seus enunciados” (MARCONDES, 2008, p.57). É importante destacar que essa postura não era somente observada na coluna de Figueiredo, mas também nas obras de autores prescritivistas da época.

Duas das estratégias utilizadas merecem destaque: o uso dos provérbios e da ironia. Segundo Maingueneau (2013) os provérbios são fundamentalmente polifônicos, pois “o enunciador apresenta sua enunciação como uma retomada de

inumeráveis enunciações anteriores, as de todos os locutores que já proferiram aquele provérbio (MAINGUENEAU, 2013, p.215).

Não se trata, portanto, de apenas enunciar o provérbio, mas de fazer com que seja entendido por intermédio de outra voz, no caso, a sabedoria popular. Dessa maneira, o enunciador não precisa explicitar a fonte do enunciado. Cabe a ela identificar o provérbio apoiando-se apenas nas propriedades linguísticas do enunciado recorrendo à própria memória.

O provérbio, em conformidade com Maingueneau (2013) é proferido com um tom sentencioso que contrasta com o fluxo habitual da interação oral. Para o teórico, ele tem um valor pragmático característico. O provérbio é uma asserção sobre a forma como as coisas funcionam, como o mundo funciona, dizendo se é verdadeiro ou não. Conseqüentemente, o enunciador se apoia nessa asserção para introduzir uma situação particular em quadro já preestabelecido, conferindo ao coenunciador a função de determinar a relação existente entre os dois.

Para Marcondes (2008), dos autores que escreviam consultórios no início do século XX, Figueiredo foi o que mais utilizou provérbios populares em suas consultas²⁷.

No que diz respeito à ironia, Maingueneau (2013), afirma tratar-se de um tipo de subversão do discurso. Nesse caso, refere-se a uma subversão sem que haja contestação de um texto preexistente, isto é, o enunciador subverte a sua própria enunciação.

A ironia, para Marcondes (2008), era utilizada, nos enunciados de Figueiredo, como forma de persuadir os interlocutores a aceitar como justas as críticas que ele fazia às gramáticas e aos consulentes, bem como partilhar os valores e as emoções, presentes nos enunciados.

Ademais, foi constatada durante a análise, uma preocupação do autor em demonstrar o humor, além de mostrar uma linguagem que se julgava ser mais próxima da população letrada da época. É provável que Figueiredo tenha feito isso como uma estratégia para mostrar-se mais próximo do leitor.

No fragmento a seguir, pode-se observar um claro exemplo de como Figueiredo utilizou essa característica discursiva em sua argumentação:

²⁷ Para mais detalhes sobre o assunto ver Marcondes (2008)

De A. Oliveira:

-- "os do norte dizem banána, os do sul banâna. Quem diz bem?

Eu nunca ouvi banána, mas tenho ouvido *Cândido, têmpo, câma...*

Como a pronúncia regional, (Minho e Doiro), não há que dizer. A modulação das vogais impõe-se a um homem, mas não se impõe a uma região. A ortoépia normal é *Cândido, têmpo, âno, câma, banâna...*

Até o Venceslau Policarpo Banana é da mesma opinião. (FIGUEIREDO, 1927, p.147 – VOLUME III- Grifos do autor) (ANEXO O).

Nota-se que o consultor fez uma analogia da dúvida do consulente com o nome de um jornalista da época. Possivelmente, com o intuito de cativar os leitores utilizando o recurso do humor. Para Marcondes (2008), Figueiredo também fazia uso dessa estratégia como forma de atenuar suas críticas ao consulente. Ela também afirma que como forma de seduzir os leitores Figueiredo fazia diversas brincadeiras em forma de piada com os consulentes.

Ainda no que se refere ao uso das estratégias, Charaudeau (2010b) comenta que, do ponto de vista discursivo, todo ato de linguagem acontece numa situação de comunicação normatizada, construída pela expectativa da troca e pela presença das restrições de encenação (contrato de comunicação e instruções discursivas). Essa situação também define a posição de legitimidade dos sujeitos falantes. Como a legitimidade não é a totalidade do ato de linguagem, é necessário que os sujeitos falantes ganhem credibilidade e saibam captar o interlocutor ou o público.

Charaudeau (2010b) comenta que o sujeito é levado a se utilizar da influência se valendo de estratégias discursivas em quatro vertentes: 1) modo de estabelecimento de contato com o outro sujeito e modo de relação instaurada entre eles; 2) a construção da imagem do sujeito falantes (ethos); 3) persuadir ou seduzir o outro utilizando-se do afeto (pathos) e 4) modos de organização do discurso para explicar e descrever o mundo de acordo com os princípios da veracidade (logos). Convém ressaltar também que a estratégia de captação está ligada ao lado afetivo, a emoção, isto é, ao phatos. Já a estratégia da credibilidade está ligada ao ethos.

No que diz respeito à primeira vertente, o teórico declara que entrar em contato com o outro resulta na razão pela tomada da palavra, já que tomar a palavra é um ato impositivo da presença do sujeito falante frente ao seu interlocutor. Isso ocorre ao mesmo tempo em que se legitima a tomada da palavra, estabelecendo, portanto, um tipo de relação com o outro no qual se assegura a ele um lugar no discurso.

Em relação ao ethos, Charaudeau (2010b) informa que a construção da imagem está relacionada à necessidade de ser reconhecido como uma pessoa digna de ser ouvida, por ser crível, carismática ou por merecer a confiança do interlocutor. Trata-se de um processo de identificação que exige do sujeito falante a construção para si mesmo de uma imagem que tenha um certo poder de atração sobre os interlocutores.

Por outro lado, para comover o outro, o sujeito falante recorre a estratégias discursivas que focam na emoção, dessa forma ele consegue seduzir o outro ou até provocar medo. Trata-se de um processo de dramatização, isto é, um tipo de armadilha discursiva destinada a aprisionar o outro pelos sentimentos. Essa problemática, que foi discutida anteriormente, refere-se ao pathos.

Por fim, no que concerne à quarta vertente, Charaudeau (2010b) declara que falar é organizar a descrição do mundo que é proposto ao outro. Essa apresentação do mundo pode ser descrita, narrada ou explicada. Para realizar este fato, o sujeito falante recorrerá aos modos de organização discursiva seguindo uma retórica narrativa e argumentativa. Tal fato equivale a um processo de racionalização ligada ao logos, que se aplica aos outros processos, fazendo com que o discurso se construa em um tipo de jogo de vai e vem entre esses elementos.

Todas essas estratégias discursivas são muito importantes para o processo de comunicação, entretanto, nesse estudo, será abordado, de maneira mais aprofundada o conceito de ethos, que se mostrou fundamental para a construção tanto das colunas, quanto da imagem do consultor.

5.3 Breves considerações a respeito da construção do ethos de Cândido de Figueiredo

O conceito de ethos origina-se na retórica antiga com os estudos de Aristóteles. Em conformidade com Charaudeau (2008), Aristóteles propõe os meios discursivos que influenciam o auditório em três categorias: o Logos (que está ligado ao domínio da razão), além do ethos e do pathos (que pertencem ao domínio da emoção).

Para o filósofo, a argumentação é fundamentada nessa tríade: ethos, pathos e logos. Assim, o ethos é fundamentado no caráter do orador, isto é, diz respeito à boa imagem que o orador quer passar de si mesmo para o auditório. O pathos, por sua vez, apela para os sentimentos e emoções. Então, tem como base o estado emocional do auditório. E o logos, que é representado pela argumentação propriamente dita, ou seja, pelo uso do raciocínio lógico.

À vista disso, os argumentos são garantidos pelo caráter, de forma a fazer quem enuncia merecer a confiança dos interlocutores. Esse processo deve resultar dentro do próprio discurso, e ser assegurado por intermédio dos interlocutores sempre que o discurso despertar neles emoções, já que as diferentes emoções (medo, angústia, alegria) resultam em diferentes julgamentos.

Charaudeau (2008) aponta que as características da tríade aristotélica foram abandonadas por muito tempo e substituídas pela estilística. No entanto, essas noções foram retomadas recentemente, principalmente a noção de ethos, que foi redefinida por diversos pesquisadores, entre eles, Émile Benveniste (nas análises linguísticas) e Oswald Ducrot (na pragmática).

No entanto será observado, no presente estudo, o conceito de ethos pela Análise do Discurso, com base nas obras de Dominique Maingueneau (2013) e de Patrick Charaudeau (2008).

5.3.1 O ethos segundo Dominique Maingueneau

Dominique Maingueneau retomou conceito de ethos da retórica e adaptou-o para uma visão sócio discursiva. O autor afirma que “além da persuasão por argumentos, a noção de ethos permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva” (MAINGUENEAU, 2016, p.68).

Para o teórico, esse processo é especialmente evidente quando se analisam discursos na publicidade, na política, na filosofia, que diferentemente dos gêneros funcionais (manuais, formulários, entre outros) não têm por objetivo uma adesão imediata, mas necessitam conquistar um público que tem o direito de ignorá-los.

Assim, observa-se que um texto é sustentado por uma voz, a de um sujeito situado além do texto. De acordo com Maingueneau (2013), o tipo de enunciação pode revelar a personalidade do enunciador. Isto é, o enunciador mostra para o outro uma imagem do que ele construiu. Nesse caso, não importa se ele foi sincero ou não. Deve-se salientar que não se trata de uma característica explícita no texto, mas de um artifício que esse enunciador usa para causar boa impressão no seu interlocutor.

A noção de ethos, para o teórico, compreende não só características orais, mas também as físicas e psíquicas ligadas pelas representações coletivas à personagem do fiador, isto é, o enunciador do discurso. Dessa forma, o leitor constrói a imagem do enunciador pelos indícios textuais.

São atribuídos ao fiador um **caráter**, que corresponde a uma série de traços psicológicos, e uma **corporalidade**, que corresponde a uma constituição física, maneira de vestir e de se movimentar nos espaços sociais. Conforme o autor,

o ethos implica, com efeito, uma disciplina do corpo apreendido por intermédio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apoia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las. Esses estereótipos culturais circulam nos domínios mais diversos: literatura, fotos, cinema, publicidade etc. (MAINGUENEAU, 2013, p. 108)

À vista disso, o universo de sentido ocasionado pelo discurso impõe-se tanto pelo ethos quanto pelas ideias que transmite. De fato, as ideias se apresentam por intermédio “de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, à participação imaginária em uma experiência vivida” (MAINGUENEAU, 2013, p. 108).

O autor informa que o poder de persuasão de um discurso resume-se, em parte, em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo acometido de valores socialmente especificados. Assim, entende-se que o ethos remete à imagem desse fiador que, por meio do seu discurso, confere a si uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado.

Para Maingueneau (2016), se o ethos está diretamente ligado ao ato de comunicação, não se pode ignorar que o público constrói representações do ethos do enunciador antes que ele fale. Dessa forma, é preciso distinguir o que seria ethos discursivo e ethos prévio. O primeiro refere-se a imagem que o locutor constrói de si durante o evento enunciativo, já o segundo diz respeito a imagem que o enunciador

tem no seu espaço social e as representações que circulam sobre ele antes mesmo que ele inicie seu discurso.

Charaudeau e Maingueneau (2008) estabelecem que:

O ethos discursivo mantém relação estreita com a *imagem prévia* que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a ideia que este faz do modo como seus alocutários o percebem. A representação da pessoa do locutor anterior a sua tomada de turno- às vezes denominada ethos prévio ou pré-discursivo-está frequentemente no fundamento da imagem que ele constrói em seu discurso: com efeito, ele tenta consolidá-la, retificá-la, trabalhá-la ou atenuá-la (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.221) (Grifo dos autores).

A cena de enunciação, conforme Charaudeau (2013), engloba, de fato, três cenas: cena englobante, cena genérica e cenografia. Charaudeau e Maingueneau (2008) explicam que a noção de cena em análise do discurso é constantemente empregada em concorrência com a de situação de comunicação.

Porém, referir-se à cena de enunciação, reforça o fato de que a enunciação ocorre em um espaço instituído pelo gênero de discurso e sobre a dimensão construtiva do discurso, que se coloca em cena instaurando seu próprio espaço de enunciação. Maingueneau (2016) declara que:

a cena englobante corresponde ao tipo de discurso; ela confere ao discurso seu estatuto pragmático: literário, religioso, filosófico...A cena genérica é a do contrato assumido a um gênero, a uma "instituição discursiva": o editorial, o sermão, o guia turístico, a visita médica...Quanto a cenografia, ela não é imposta pelo gênero, ela é construída pelo próprio texto: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética etc. (MAINGUENEAU, 2016, p.74).

O teórico declara também que existem gêneros que têm maior possibilidade de ocasionar cenas que se afastam de um modelo preestabelecido. Dessa forma, ele divide os gêneros em uma linha contínua que teria dois extremos: de um lado estão os que não admitem cenografias variadas (listas telefônicas, receitas médicas, entre outras, por serem gêneros utilitários) e do outro, os gêneros que, por natureza, necessitam a escolha da cenografia (é o caso dos gêneros filosóficos, publicitários, literários entre outros). Segundo o autor, esses gêneros "mobilizam cenografias variadas uma vez que, para persuadir seu coenunciador, devem captar seu imaginário, atribuir-lhe uma identidade invocando uma cena de fala valorizada" (MAINGUENEAU, 2016, p.76).

Além disso, entre esses extremos situam-se gêneros sujeitos a cenografias diversas e que podem assumir uma cena genérica rotineira, como é o caso dos manuais universitários. Entretanto, o autor informa que sempre existe a possibilidade de enunciar e se afastar dessa rotina. A cenografia, portanto, para Charaudeau e Maingueneau (2008), “não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, mas instituída pelo próprio discurso” (CHARAUDEAU; MAIGUENEAU, 2008, p.96).

5.3.2 O ethos segundo Patrick Charaudeau

Patrick Charaudeau (2008), que discute a noção de ethos pela visão da semiolinguística do discurso, afirma que existem duas vertentes, desde a antiguidade, para classificar o conceito de ethos. De um lado estão os adeptos de Cícero, de Isócrates e de outros retóricos da idade clássica, que acreditavam que o ethos era fruto de um discurso prévio, e de outro estão os seguidores da vertente aristotélica, que acreditavam em uma concepção discursiva que inscrevia o ethos no ato da enunciação, ou seja, no próprio dizer do sujeito que enuncia.

Dessa divergência de ideias, ou seja, entre os partidários que defendem o ethos prévio (pré-discursivo) e os que defendem o ethos discursivo, surge a questão do sujeito linguageiro: ele é feito de discurso ou somente um ser social empírico? Em conformidade com Charaudeau (2008), para tratar um ethos, é preciso considerar os dois aspectos:

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2008, p, 115).

Assim, para o autor, o ethos é o resultado de duas partes. Em uma delas, o sujeito falante mostra-se com uma identidade social de locutor. Ela funda a legitimidade do ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos na situação de comunicação.

Na outra, o sujeito aparece, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e ao mesmo tempo, mostra-se por meio da

identidade discursiva que ele construiu para si. Dessa maneira, o *ethos* é o resultado da fusão das identidades social e discursiva.

Isso não significa que o sujeito falante ignora que possa jogar com a identidade social, e com a sua discursiva, ou que ele se privaria de fazê-lo. Nem que o interlocutor seria ludibriado pela identidade discursiva não vendo que a identidade social estava escondida atrás dela. Ou ainda que o interlocutor possa interpretar o discurso recebido apenas em função da identidade social que conheceu sendo sensível ao que foi dito.

Charaudeau (2008) aponta que o *ethos* não é totalmente voluntário, isto é, grande parte dele não é consciente. Também não é necessariamente coincidente com o que o destinatário percebe, reconstruído ou construído. Para o teórico, o destinatário pode construir o *ethos* do locutor, que este não desejou, como por diversas vezes ocorre na política.

Charaudeau (2008) afirma que:

O *ethos* encontra-se no centro desse paradoxo que sustenta a filosofia contemporânea, que, mesmo sabendo que o sujeito não é *um* (Nietzsche), que ele é dividido (Lacan), quer fazer como se fosse ele fosse de fato *um* todo. (CHARAUDEAU, 2008, p.116) (Grifo do autor).

Ele conclui que essa é uma concepção idealizada da existência do sujeito, que pode ser utilizada ao sujeito do discurso e que orienta a comunicação social na qual se constrói um *ethos*.

No entanto, é preciso salientar que a questão da identidade do sujeito passa por representações sociais, isto é, o sujeito falante não possui outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são concebidos como imaginários sociodiscursivos.

Além disso, segundo Charaudeau (2008), quando Dominique Maingueneau retoma a noção de tom e propõe uma concepção mais sólida do *ethos*, como atributo do que ele chama de fiador de um caráter e de corporalidade subjetiva, é ainda de representação social que se trata, uma vez que a visão que a sociedade tem do corpo depende dos imaginários coletivos que o sujeito constrói para si. Esse seria o *ethos* coletivo.

Há também a possibilidade de grupos julgarem outros grupos com base em algum traço de sua identidade. Em virtude de sua filiação, os indivíduos do grupo

partilham com outros membros características afins que, quando vistos de fora, causam a impressão de que esse grupo é uma entidade homogênea. Assim, mais uma vez ele é reduzido à sua essência por um olhar exterior, fato que gera estereótipos. De acordo com Charaudeau (2008)

O *ethos* é bem o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem. 'As ideias são construídas por maneiras de dizer que passam por maneiras de ser' afirma Maingueneau. É preciso acrescentar a recíproca, que diz que as maneiras de ser comandam as maneiras de dizer, portanto, as ideias. (CHARAUDEAU, 2008, p.118) (Grifo do autor).

O teórico informa que não se pode dizer que existam diferentes tipos de *ethos* e nem que se pode separar o *ethos* das ideias, pois a forma de apresentá-las tem o poder de construir imagens. Dessa forma, separar as ideias do *ethos* é um *álibi* que impede de ver que aquelas ideias não valem senão pelo sujeito que as divulga. Por isso, é necessário que seja verossímil e seja um suporte de identificação para a sua pessoa. A partir disso, se desenvolvem duas figuras identitárias do discurso, que se reagrupam em duas categorias de *ethos*: o da credibilidade, fundado no discurso da razão, e o de identificação, fundado no discurso de afeto.

A credibilidade é a consequência da construção da identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de forma que os outros possam julgá-lo digno de crédito. Esse sujeito, então, deve traçar uma estratégia para ser aceito e fabricar uma imagem que corresponda a essa qualidade.

Charaudeau (2008) declara que o indivíduo pode ser julgado digno de credibilidade sempre que houver condições de verificar que aquilo que foi dito corresponde ao que ele pensa e que ele tem meios de pôr em prática aquilo que promete ou anuncia. Se algo der errado o sujeito será revelado como incapaz de realizar suas promessas ficando desacreditado por parte de seus interlocutores. Essas condições podem variar conforme o que está em jogo em cada situação de comunicação.

O autor comenta que no caso midiático, o sujeito informante tem a necessidade de credibilidade, pois o desafio é transmitir a mensagem da maneira clara, visto que o público espera que informação seja autêntica e transparente.

No que se refere ao discurso científico, a questão da credibilidade não se coloca, porque o pesquisador, teoricamente, expõe uma verdade e sua credibilidade

é previsível. Porém, alguns pesquisadores são julgados pela qualidade de seus escritos.

Dessa maneira, de acordo com Charaudeau (2008), “dito de outra forma, a credibilidade repousa sobre um *poder fazer*, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder” (CHARAUDEAU, 2008, p.119) (Grifo do autor).

A credibilidade é fundamental, porque consiste no tentar persuadir o próximo. Entretanto, é um fenômeno complexo, pois deve obedecer a três condições: a de sinceridade (que em um discurso obriga a dizer a verdade), a de performance (que obriga a cumprir o que promete) e a eficácia (que obriga a provar que o sujeito tem meios para fazer e que os resultados serão positivos).

Charaudeau (2008) aponta que para responder essas questões, o sujeito procura construir para si o ethos de sério, de virtuoso ou de competente. O autor informa também que “o ethos da credibilidade se constrói em uma interação entre identidade social e identidade discursiva, entre o que o sujeito quer parecer e o que ele é em seu ser psicológico e social” (CHARAUDEAU, 2008, p. 137).

No que se refere aos consultores do início do século XX, Marcondes (2008) informa que além de utilizarem discurso autoritário e categórico em suas obras para se apresentarem como autoridades no discurso metalinguístico, também buscavam maior credibilidade por meio do modo com que se posicionavam em seus enunciados.

Por vezes, para demonstrar cientificidade, os consultores distanciavam-se dos fatos linguísticos como forma de analisá-los como especialistas, em outras, engajavam-se defendendo ideias linguísticas para apresentarem discursos de convicção. A forma mais comum de distanciamento, como visto anteriormente, era a utilização dos critérios de correção²⁸.

No que concerne ao ethos de identificação, Charaudeau (2008) afirma que as imagens são extraídas do afeto social. Assim, no caso desse estudo, o leitor, “mediante processo de identificação irracional” (CHARAUDEAU, 2008, p.137), funda sua identidade na do colunista. À vista disso, entende-se que Figueiredo constrói sua imagem de forma a tocar o maior número possível de interlocutores.

²⁸ Para ver mais sobre o assunto consultar o capítulo 2 desse estudo.

Tentar descrever os tipos de imagem que caracterizam o ethos de identificação, para Charaudeau (2008), é uma questão delicada, pois essas questões são destinadas a tocar o maior número de indivíduos. Entretanto, “esse maior número” é heterogêneo e vago, por isso é necessário que se utilize estratégias de convencimento. Então, por exemplo, quem usa essas estratégias pode, ao mesmo tempo, se mostrar inteligente e humilde. Segundo o teórico essa duplicidade, pode parecer negativa a priori, no entanto, ela pode ser considerada positiva se a virmos como um dos traços que pode caracterizar os detentores de poder.

Durante a análise do *corpus* de estudo, observou-se que o prefácio da obra é o melhor exemplo para verificação das estratégias utilizadas pelo colunista:

**Em vez de prefácio
(Da 1ª edição)**

O que se não deve dizer tem sido, e talvez continue a sêr, o título genérico de vários e numerosos artigos, por mim estampados na imprensa periódica de Portugal e do Brasil.

Êste livro porém não é a compilação desses artigos, não só porque eles abrangeriam muitos volumes, senão também porque muitas das páginas, que se seguem, só agora aparecem subordinadas ao aludido título.

Ê título, a final, que quadraria a qualquer dos volumes que tenho publicado em matéria de linguagem portuguesa, - afóra o *Dicionário*, é claro. Com efeito, nos últimos quinze anos, a minha atenção de estudioso e de publicista tem recaído especialmente nas mais vulgares incorreções ou delitos de linguagem, isto é, no que se não deve dizer, falando ou escrevendo. Mas, concluída uma série de *Lições Práticas*, o volume imediato teve já outro título, *Estrangeirismos*, e o de agora outro título vai têr, que poderia competir a todos eles, mas que ficará pertencendo a um só, para que o leitor ingênuo não considere os meus livros dependentes uns dos outros, e os possa adquirir pela ordem que mais lhe provér²⁹.

O subtítulo notas de filologia justifica-se pela variedade e natureza despreziosa destes estudos. Um ou outro capítulo daria, só por si, matéria para volume; mas o escopo do autor não é fazer dissertações eruditas, nem escrever para os sábios, aos quais aliás não poderia dar novidades: é difundir, pelos meios mais eficazes e em benefício da língua nacional, o que os sábios e a experiência lhe ensinaram. Ora, aquele benefício será tanto mais sensível, quanto mais numerosos forem os leitores; e é sabido que o número destes está sempre na razão directa da simplicidade da fôrma, da estreiteza da exposição e da variedade do assunto. Nem de outra fôrma se explica e excepcional e lisonjeira aceitação e procura dos meus modestos trabalhos sobre linguagem portuguesa. Não os recomenda certamente o nome nem os méritos do autor: recomenda-os a fôrma ligeira, despreocupada a às vezes humorística, a sua variedade e oportunidade, e talvez um pouco de patriotismo, inerente a todos os esforços em prol da linguagem nacional.

²⁹ Nota do autor: “Actualmente, (1916), *O que se não deve dizer* é o título de uma série de 3 volumes. (Nota da 3ª edição)” (FIGUEIREDO, 1922, p.6) (Grifos do autor).

Pela própria natureza dos assuntos, são naturais as divergências e as discussões em matéria de linguagem. Por isso, tenho discutido serenamente opiniões alheias e replicando á contestação das minhas, por fôrma que a segunda parte deste livro, contendo algumas discussões e críticas, é complemento da primeira, visto como a discussão apresenta em maior espaço e sob vários aspectos uma ou outra afirmação, que ficou feita sucintamente.

Claro é que não aparece em público resposta minha a todas as divergências que a letra redonda me tem oposto. Por dever de dignidade literária e dignidade pessoal, não costumo responder aos que não sabem discutir sem ofender o adversário, e aos que, ignorando os mais simples rudimentos de filologia e história da língua, julgam poder têm opinião assente em questões de linguagem. Com a audácia da ignorância e com a grossaria de escrevedores lapuzes, mal avisado andaria eu, se gastasse tempo e tinta. Discutindo por homens de juízo claro e boca limpa, honra-me a discussão e não fujo a ela, antes de convencido pelos que mais sabem.

Vai nisto resposta a uns, que ainda não sabem porque deixo impunes tais ou tais asnidades, que uns *quidans*, anônimos ilustres, me atiram ao caminho.

Não curemos deles, que não seria airoso fazer concorrência ás moscas; e trataremos de coisas limpas, como homens de bem e de tino (FIGUEIREDO, 1922, p. 5-9. Volume I) (Grifos do autor) (ANEXO A).

Observou-se que Figueiredo cita suas obras mais relevantes, além do tempo de experiência que tem no campo temático, provavelmente, com o intuito de mostrar credibilidade aos seus leitores. Essa atitude também justificaria o nome dado à coluna, e ao livro, uma vez que somente uma autoridade no saber poderia discutir sobre a língua.

Essas atitudes levam a crer que o colunista estava tentando criar um ethos de *credibilidade*. Para Charaudeau (2008), ele é resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal forma que as pessoas sejam conduzidas a julgá-lo como digno de crédito e aceitá-lo.

Com relação ao subtítulo da obra “Bosquejos e Notas de Filologia Portuguesa”, o consultor comenta que se se justifica pela variedade de temas e pela natureza despretensiosa dos estudos. Ele utilizou um adjetivo interessante: despretensioso, que remete a modesto, simples.

Verifica-se que o subtítulo já denota que Figueiredo queria passar para o público que não eram estudos muitos aprofundados, pois esses textos seriam como notas, ou seja, “breve comunicação escrita” (DICIONÁRIO HOUAISS, 2009) e bosquejos, uma “descrição vaga ou genérica de qualquer coisa, síntese, resumo” (DICIONÁRIO HOUAISS 2009), a respeito da língua Portuguesa.

Figueiredo alega que fazia colunas mais curtas e sucintas, pois seu objetivo era difundir conhecimentos a respeito da língua nacional para um público que não

dominava a descrição dos fatos da língua. Dessa maneira, para que ele atingisse o maior número possível de leitores, subentende-se que deveria escrever de forma simples e direta.

Ao que tudo indica, o colunista tinha plena convicção de que essa imagem que ele queria passar de autoridade no assunto tinha sido bem-sucedida, uma vez que declarou ter tido uma grande aceitação por parte de público. Sugere, inclusive, que o leitor recomenda seu trabalho, não pelo nome ou méritos do autor, mas pela forma ligeira, despreocupada e pelas ideias linguísticas que mostra em suas colunas.

Essa atitude transmite para os leitores um ethos de *inteligência*. Segundo Charaudeau (2008), esse ethos de identificação pode provocar admiração e respeito dos indivíduos por aquele que mostra tê-lo e assim os faz aderir a ele. Para o teórico, a inteligência é uma característica difícil de ser definida, mas ele, nesse contexto, a trata como um imaginário coletivo que testemunha a forma como os membros do grupo social a concebem e a valorizam. Esse ethos de identificação, que se construiu a partir dos consultórios gramaticais, ajudou a criar um imaginário de detentor de conhecimento.

Charaudeau (2008) declara também que outra característica difícil de ser identificada é a malícia. Essa aptidão denota um saber jogar com o ser e o parecer, isto é, saber dissimular certas intenções, fazer crer que se têm certos objetivos para atingir seus meios.

No caso de Figueiredo, essa característica pode ser percebida por meio da forma como optou em redigir as colunas, pois se utilizou de uma escrita mais simples e com a presença de humor com o objetivo de cativar os leitores.

Ainda no que concerne à análise do prefácio, constatou-se que o jornalista destaca suas influências puristas e tradicionalistas. Um exemplo claro disso mostra-se no trecho: “talvez um pouco de patriotismo, inerente a todos os esforços em prol da linguagem nacional” (FIGUEIREDO, 1922, p. 7). Claramente, é esse imaginário que o consultor quer passar para seus leitores.

Além disso, o colunista entende que, pela própria natureza dos assuntos, era natural que surgissem divergências e discussões a respeito do assunto tratado. Por esse motivo, dedicou uma parte, do primeiro volume da obra, intitulado *Crítica suave*, para publicar respostas às críticas feitas tanto por leitores comuns, que

possuíam conhecimento linguístico, quanto por estudiosos da época. Convém destacar que nos outros volumes não foram observados textos dessa natureza.

O colunista declarou que não respondia críticas em tom ofensivo ou daqueles que não dominavam as questões linguísticas, por dignidade pessoal e literária. Constatou-se que ele utilizou o substantivo “dignidade” como forma de reforçar sua imagem de homem digno e respeitável, isto é, mostrar seu ethos de *sério* e de *caráter*.

Afirmou ainda que responder aos escritores grosseiros e sem delicadeza seria perda de tempo, por isso admite que só debatia com os críticos que considerava tão honrados quanto ele. Verificou-se, também, que os substantivos e adjetivos que utilizou nesse trecho do prefácio remetem a uma imagem de seriedade e dignidade.

Além disso, argumenta que já deixou de responder às críticas que considerou disparates vindos de anônimos ilustres. Ele os caracterizou por *quidans*, isto é, indivíduos sem importância. Notou-se que ele grafou o vocábulo provavelmente como uma forma de advertência ou talvez como uma forma de intimidar quem ele não considerava digno de resposta. Nesse sentido, verificou-se, novamente, que ele refletiu uma imagem de inteligência, pois afirmou que as críticas seriam disparates.

Finaliza o prefácio, usando um imperativo negativo “não curemos deles” (FIGUEIREDO, 1922, p. 9) e a expressão “às moscas”, como uma forma de alertar aos leitores a não darem importância a esses tipos de crítica que ele julga estarem abandonadas. É provável que o uso do imperativo, nesse caso, reforce a ideia de autoridade do saber frente às críticas contrárias à sua opinião, mostrando novamente o ethos de *inteligência*.

Ademais, como forma cativar e manter-se próximo ao leitor, o inclui no discurso, como honrado e do bem, por meio do uso da terceira pessoa do plural: “e trataremos de coisas limpas, como homens de bem e de tino” (FIGUEIREDO, 1922, p. 9). Possivelmente tenha pretendido mostrar um ethos de *humanidade*, na medida em que em que se incluiu junto aos seus leitores.

Vale ressaltar ainda que o colunista assumiu também um papel de formador de opinião. Para Charaudeau (2016), “a opinião pública se constrói um saber coletivo de crença a respeito dos interesses da vida em sociedade e de seu ordenamento político” (CHARAUDEAU, 2016, p.37).

Segundo o teórico a opinião pública não é homogênea, ela é fragmentada pela diversidade dos grupos sociais. Diante dessa diversidade, as instâncias tanto

do mundo político, como no do midiático, dedicam-se a homogeneizá-las por meio de pesquisas, declarações, comentários, como é o caso dos consultórios.

6 FIGUEIREDO E AS QUESTÕES ORTOGRÁFICAS

Dando continuidade às observações anteriormente feitas neste estudo, foi constatado na leitura dos escritos que, além de questões referentes ao purismo da língua e do ideal de unidade linguística entre Brasil e Portugal, havia preocupação com assuntos relacionados à ortografia.

Para entender essas dúvidas que atualmente parecem tão simples, é preciso considerar que o final do século XIX e início do XX foi um período de diversos conflitos ideológicos a respeito da língua e de seus usos, por isso era aceitável que dúvidas relativas à língua surgissem na sociedade da época.

À vista disso, neste capítulo será realizada uma breve contextualização histórica sobre as propostas de simplificação da ortografia, acordos ortográficos e política linguística, além da análise das atitudes e crenças de Cândido de Figueiredo a respeito do assunto.

6.1 Breve contextualização histórica da ortografia

As normas ortográficas só se fixaram, no Brasil e em Portugal, no início do século XX. O avanço da escolarização obrigatória e propagação dos meios de comunicação de massa tornou vital que em cada país se estabelecesse uma forma unificada de escrever a língua portuguesa.

Assim, para Aguiar (2007), alguns fatores sociais e políticos, como a abolição da escravatura, a independência do Brasil e a instauração da República, influenciaram a valorização do nacional. Por isso, nesse contexto, surgem as primeiras manifestações ligadas à política de um idioma nacional em busca da identidade linguística brasileira.

A corrente menos conservadora, representada pelos pensamentos românticos de uma língua nativa, procurava uma identidade linguística, isto é, uma língua diferente da falada em Portugal. Esse fator intensificou a busca de uma identidade nacional.

Essa heterogeneidade linguística, segundo Fiorin (2008), se deve ao fato de os escritores afirmarem que não bastava somente uma independência política, era necessário que se estabelecesse uma independência cultural. Dessa forma, a proposta de independência linguística avançou pelo século XIX e chegou até o Modernismo.

De acordo com Aguiar (2007), por isso muitos defenderam a existência de duas línguas: uma portuguesa e outra brasileira. Para Oliveira (2011b), apesar de ter havido defensores de uma “língua brasileira” no Romantismo e depois no Modernismo, essa proposta não teve êxito político, isto é, não prevaleceu oficialmente.

Em 1946, o governo do Brasil pós-guerra solicitou que uma comissão de filólogos decidisse qual deveria ser o nome da língua nacional. Daí surgiu o relatório de Sousa da Silveira, que, com base em estudos sincrônicos e diacrônicos, concluiu que se fala no Brasil a variedade brasileira da língua portuguesa. Esse parecer, veio publicado na obra *Lições de Português*, de Sousa da Silveira, a partir de 1946, no apêndice “Denominação do idioma nacional do Brasil”.

Segundo Oliveira (2004), “cada variedade da língua é, em princípio, um código, com seus elementos e regras, por maior que seja a semelhança entre esses códigos” (OLIVEIRA, 2004, p.84). Isso, porém, não é tão simples como parece, porque não existe uma fronteira rígida entre elas. Assim, aparentemente, poder-se-ia considerar que duas variedades da mesma língua nunca são completamente iguais. Entretanto, entre elas, há mais semelhanças do que diferenças.

Para o teórico essa assertiva poderia estar correta em termos estruturais, entretanto é preciso considerar um fato sociolinguístico: se um falante empregar, por exemplo, um misto do português do Rio de Janeiro com o do Paraná, não será considerado “estrangeiro” em nenhuma das regiões. Dessa forma,

O carioca e o paranaense, embora NÃO usem o mesmo código, falam a mesma **língua**, porque se consideram membros da mesma **comunidade linguística** e, supondo-se que tenham certo grau de escolaridade, utilizam, na comunicação escrita formal, a mesma variedade dessa língua, que é a sua forma **padrão**. Portanto, embora existam várias “línguas” portuguesas como códigos, há um e somente um português como **instituição social** (OLIVEIRA, 2004, p. 85) (Grifos do autor).

Tendo em vista esse fato, seria preciso um pouco mais para considerar o português como uma língua brasileira, uma vez que o grau de clareza mútua entre duas variedades da mesma língua, segundo Oliveira (2011b), é o menos importante dos critérios para caracterizar a existência de uma ou das línguas. Assim,

Podemos estar diante de uma só língua, mesmo com um baixo grau de compreensão mútua entre os falantes na comunicação oral e, ao contrário, pode-se tratar de línguas diferentes, apesar do alto grau de semelhança estrutural e de compreensão mútua (OLIVEIRA, 2011b).

Diante desse contexto, é importante salientar que, no caso de polêmicas a respeito da língua como essa, a solução, de acordo com o teórico, será sempre política e não linguística. Por isso, em política linguística, as posições governamentais têm grande peso, e, no caso do Brasil, o governo, em 1946, não foi favorável à denominação do português como brasileiro.

Observou-se ainda que, mesmo nesse período quando as questões do nacionalismo estavam afloradas, muitos autores defendiam uma manutenção linguística como um legado português. Existia uma corrente mais conservadora, que, além de pregar ideias puristas, buscava a unificação da língua escrita entre Brasil e Portugal. Dessa maneira, segundo Bechara (2008),

Desde muito Portugal e Brasil vêm tentando, primeiro, aperfeiçoar os seus sistemas convencionais de ortografia para chegar a resultados satisfatórios. A tarefa inicial, a partir do século XX, foi passar de uma rígida tradição etimológica a um sistema simplificador fonético que mais aproximasse a escrita da realidade da pronúncia (BECHARA, 2008, p.75).

Apesar de as questões ortográficas irem muito além de uma tentativa de simplificação e fixação da ortografia, principalmente pelas diferenças de pronúncia entre as variedades de Brasil e Portugal, como afirma Aguiar (2007), muitos estudiosos do final do século XIX e início do século XX concordavam que deveria haver uma simplificação ortográfica na escrita da língua portuguesa.

6.1.1 Os três períodos da ortografia portuguesa

Os historiadores dividem a história da ortografia em três períodos distintos: o fonético (que vai de 1196 até o século XV); o pseudoetimológico (que se estende de 1489 até os primeiros anos do século XX); e o histórico-científico (que vai de 1911, data da oficialização do formulário ortográfico em Portugal, até a atualidade).

Fiorin (2009) afirma que o período mais complexo foi o fonético, porque procurava-se grafar as palavras de acordo com a pronúncia, ou seja, não existia uma coerência na maneira de grafar os vocábulos. Consequentemente, nesse período, era comum a mesma palavra ser grafada de várias maneiras diferentes. O segundo período, pseudoetimológico, foi instaurado no Renascimento, mais precisamente em 1489, “data do primeiro documento impresso em língua portuguesa, o *Tratado de Confissom*, que já mostra as características que predominariam a partir do século XVI” (HENRIQUES, 2009, p. 1) (Grifo do autor).

Conforme Heitlinger (2007), O *Tratado de Confissom*, que era um manual para instrução do clero na tarefa de ministrar o sacramento da penitência aos fiéis cristãos, é o primeiro livro conhecido impresso em língua portuguesa, muito embora o *Sacramental* possa ter sido impresso antes, em 1488

Ainda no que concerne ao período pseudoetimológico, Henriques (2009) afirma que o desenvolvimento dos estudos humanísticos acarretou o eruditismo na língua escrita, ou seja, o Renascimento influenciou uma volta aos clássicos gregos e latinos, que se tornaram objetos passíveis de reprodução.

Por esse motivo, na ortografia, há a tentativa de aproximar a grafia das palavras portuguesas da grafia das latinas e gregas. Muitos estudos a respeito do assunto surgiram nos séculos XVI, XVII e XVIII, nos quais autores como Duarte Nunes do Leão, Álvaro Ferreira de Vera, João Franco Barreto, Madureira Feijó, Luís Monte, entre outros, propuseram uma ortografia rebuscada, contrária aos princípios de evolução linguística.

Para Henriques (2009):

A transcrição de palavras de origem grega, por exemplo, encontrava campo fecundo para demonstrações eruditas: o *ph* (*philosophia, nympa, typho*), o *th* (*theatro, Athenas, estheta*), o *rh* (*rhombo, rheumatismo*), o *ch* com som de [k] (*chimica, cherubin, tecnico*), o *y* (*martyr, pyramide, hydrophobia*) passaram a assolar a escrita portuguesa. O mesmo ocorreu com a duplicação de consoantes intervocálicas (*aproximar, abbade, gatto, bocca*, etc.), que já haviam se reduzido na evolução do idioma (HENRIQUES, 2009, p. 3) (grifo do autor).

Logo, devido à grande quantidade de grafias equivocadas, contrariando, muitas vezes, a própria etimologia da palavra, esse ciclo é chamado de pseudoetimológico. Oliveira (2011b) afirma que o prefixo *pseudo* se explica pela fragilidade dos conhecimentos de etimologia da época, que levava à adoção incorreta de consoantes mudas e de consoantes dobradas historicamente imotivadas, *h* sem motivo (hombro); de eliminações do *h* etimológico, do uso do *y* icônico pelos escritores românticos e simbolistas em palavras como *lyrio* e *lagryma*, meramente pela justificativa de que a forma da letra *y*, na primeira palavra, lembrava o formato da flor designada e, na segunda, uma lágrima escorrendo pela face de alguém.

O teórico afirma ainda que essa falta de padronização da ortografia medieval poderia levar a uma falsa ideia de que nesse período havia um consenso ortográfico. Assim, o que se pode afirmar é que a ortografia pseudoetimológica é relativamente mais homogênea que a da Idade Média, uma vez que a invenção da imprensa criava a necessidade de regras claras, que começavam a se esboçar.

Convém ressaltar que uma nova fase estava por vir, no século XVIII, em 1789, com a criação da Academia de Ciências de Lisboa. Essa instituição tinha como propósito incentivar e estimular a pesquisa acadêmica e o estudo da língua e da literatura portuguesa, além de promover o estudo da história e das relações com outros países.

Pinto (2005) reitera que, nessa fase, ocorreu um notável interesse na defesa do purismo e no desenvolvimento do idioma nacional português tendo como eixo os estudos lexicográficos e metalinguísticos. Destacou-se, como obra mais relevante do período para os estudos da língua, o *Dicionário da Academia Real das Ciências*, cuja primeira publicação é datada de 1793. Para Verdelho (2002), o *Dicionário da Academia* é o mais significativo projeto da exercitação da Língua Portuguesa, porque surgiu em um momento de alto teor nacionalista e de teorização linguística intensa.

Em 1868, estudos relativos à língua portuguesa, precursores das mudanças nesse período, foram concluídos por Francisco Adolfo Coelho. As mudanças mais significativas, contudo, ocorreram em 1885, quando o romanista Aniceto dos Reis Gonçalves Viana e o orientalista e sanscritista Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu estabeleceram princípios para uma radical reforma ortográfica:

- a) eliminação completa de todos os símbolos para representar fonemas gregos: *th, ph, ch* [= *k*], *rh* e *y*;
- b) redução das consoantes dobradas a simples, com exceção do *rr* e do *ss*, que têm valores fonéticos próprios;
- c) eliminação das consoantes nulas que não tenham influência na pronúncia da vogal precedente;
- d) regularização da acentuação gráfica. (FIORIN, 2009, p.11) (Grifo do autor).

Essas propostas foram fundamentais para o novo período, o chamado Histórico Científico ou Simplificado, que se iniciou em 1911 com a oficialização do *Formulário Ortográfico* em Portugal. É interessante ressaltar ainda que esse formulário foi inspirado na obra *Ortografia Nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*, elaborado por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana e publicado em 1904.

No Brasil, destaca-se como importante marco para os novos estudos da ortografia a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, que, em conformidade com Guimarães (2004), tinha a “finalidade de cuidar da cultura da língua e da literatura nacional” (GUIMARÃES, 2004, p 29). Machado de Assis foi eleito presidente da Academia e autores renomados, como Olavo Bilac, Rui Barbosa e Medeiros e Albuquerque, faziam parte do grupo de 30 membros que integravam a ABL³⁰.

6.1.2 As propostas de simplificação da ortografia no Brasil e em Portugal

No final do século XIX, a grafia da língua continuava complexa, devido ao período etimológico, porque, de acordo com Pinto (2005), cada especialista desenvolvia uma teoria e, como consequência, surgiram novas maneiras de grafar os vocábulos. Esse fato desencadeou nos estudiosos uma busca pela simplificação e uniformização da língua portuguesa. Dentre eles, Cândido de Figueiredo, que exerceu um papel relevante no período.

³⁰ Academia Brasileira de Letras.

O processo de simplificação da ortografia percorreu caminhos diferentes em Portugal e no Brasil. Segundo Aguiar (2007), em Portugal, duas propostas foram significativas para a simplificação da ortografia: uma delas chama-se *Considerações sobre a Orthographia Portugueza* (ortografia fonética), elaborada por José Barbosa de Leão, em 1875, e a outra foi a obra *Ortografia Portuguesa*, elaborada por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana e Guilherme de Leão, em 1885, que teve maior importância no processo da reforma ortográfica.

Ainda de acordo com Aguiar (2007),

Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu e Zófimo Consuigliere Pedroso editaram uma coleção científica de grande divulgação chamada *Enciclopédia de ciência, arte e literatura* – Biblioteca de Portugal e Brasil, da qual o primeiro volume, *A literatura e a Religião dos Árias na Índia*, escrito por Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, foi publicado em 1885. Devido a essa publicação, os dois autores julgaram ser necessária a criação do opúsculo *Bases da Ortografia Portuguesa*, em 1885, que tinha por objetivo explicar quais princípios ortográficos adotaram para escrever a Coleção, visto que se tratava de uma grafia diferente daquela que vinha sendo usada até aquele momento. Nessa obra, ao contrário do que fizeram os ortógrafos anteriores, Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu optaram por não denominar sua proposta ortográfica, fonética ou etimológica, mas simplesmente “Ortografia Portuguesa”. Vê-se, desse modo, que os autores tentaram conciliar os dois sistemas (AGUIAR, 2007, p.15) (Grifos da autora).

Para a autora, apesar da tentativa de equilíbrio entre etimologia e fonologia, tentou-se declarar a escrita baseada em estudos históricos. Esse era um posicionamento justificado pela influência assimilada na linguística histórico-comparativa.

Os princípios de Gonçalves Viana e de Vasconcelos tiveram grande repercussão em Portugal. Por isso, segundo Oliveira (2011b), o governo português nomeou, em 1911, uma comissão liderada por Gonçalves Viana para elaborar um estudo sobre as bases da reforma ortográfica. Os grandes nomes envolvidos nas pesquisas linguísticas, como Cândido de Figueiredo, Carolina Michaelis, Júlio Moreira, Adolfo Coelho, entre outros, propuseram a adoção do sistema de Gonçalves Viana, com algumas pequenas alterações.

Convém salientar que não houve, por parte do governo português, qualquer consulta ao Brasil sobre a reforma. Bechara (2008) afirma que “o erro político dessa reforma foi esquecer a participação do Brasil, num diálogo da Academia das Ciências de Lisboa com a Academia Brasileira de Letras” (BECHARA, 2008, p. 76).

Dessa forma, em 1º de setembro de 1911, foi oficializada, pelo Governo Português, uma nova ortografia. A referida reforma, de acordo com Aguiar (2007), pouco se distanciou da proposta de simplificação apresentada pela ABL, no Brasil, em 1907, pelo menos em essência.

Oliveira (2011b) esclarece que essa comissão optou pela adoção de um sistema menos etimologizante que o pseudoetimológico. Cabe ressaltar, contudo, que esse sistema não estava totalmente isento dos etimologismos. Para o autor, se justificavam pela mentalidade historicista do final do século XIX e início do século XX, quando a única perspectiva científica da linguagem era diacrônica, ficando o estudo sincrônico restrito aos manuais didáticos sem interesse científico.

No Brasil, de acordo com Pinto (2005), as primeiras moções para a simplificação da ortografia surgem nos registros da Academia Brasileira de Letras, em 1901, quando Medeiros e Albuquerque propôs fixar uma ortografia para a instituição. Assim, foi formada uma comissão composta pelo próprio Medeiros e por Silva Ramos para discutir as propostas, que em diversos pontos aproximavam-se da obra de Gonçalves Viana.

Para Pinto (2005), a principal diferença entre as ideias “estava na ordem de abrangimento” (PINTO, 2005, p.7), ou seja, a proposta de Gonçalves Viana visava à grafia nacional em Portugal e a de Medeiros e Albuquerque, a uma grafia que seria utilizada na ABL. Aguiar (2007) alega que era fundamental a elaboração de uma proposição que atingisse o maior número de adeptos. Por isso, em 1907, após muitas discussões na ABL, Medeiros e Albuquerque apresentou o projeto de simplificação.

Silva (2014) afirma que, em consequência a esse processo, ocorreram diversos embates e discordâncias com a divulgação das novas propostas nos periódicos cariocas. Logo, criaram-se argumentos contrários e favoráveis à nova proposta acadêmica. Ainda segundo o autor,

se por um lado Medeiros e Albuquerque, José Veríssimo e outros intelectuais saíam em defesa da reforma simplificadora, por outro lado Coelho Neto, Augusto de Lima, Carlos de Laet e outros atacavam-na incondicionalmente, revelando um posicionamento acintosamente contrário às modificações, ainda que, muitas vezes, por meio de um discurso de fundo pessoal em relação às regras propostas – como é o caso de um Euclides da Cunha (que lamentava a troca do *y* pelo *ï*), de um Gilberto Amado (que condenava a substituição do *k* pelo *qu*) ou de um Antônio Torres (que reprovava a mudança do *ph* pelo *f*) –, todos eles lançassem

mão de argumentos subjetivos para defender seus pontos de vista. (SILVA, 2014, p.547).

Aguiar (2012) reitera que a proposta foi estimulada, também, por uma discussão na Academia Real das Ciências, realizada em 29 de abril de 1898, que considerou a possibilidade da elaboração de um projeto de uniformização e simplificação da ortografia entre as duas Academias (a portuguesa e a brasileira). Fato que acabou não se concretizando.

Dessa maneira, em 17 de agosto de 1907 foi aprovada a redação final da reforma ortográfica de Medeiros de Albuquerque, após muitos expedientes e muitas discussões na Academia. Em setembro de 1907, o então ministro da Justiça declarou que a simplificação ortográfica aprovada pela academia deveria ser aceita nos exames preparatórios.

A questão da reforma permanece em discussão e, em 1911, foram aprovados alguns adendos. Em 1915 a ABL julga a necessidade de realizar outra modificação. Após diversas discussões, Silva Ramos foi nomeado para conduzir a questão. Ele propôs a adoção da ortografia decretada em Portugal. Essa sugestão não agradou aos nacionalistas e ocasionou fortes reações às decisões tomadas.

A implantação do modelo luso, para Aguiar (2007), era somente uma questão de tempo, uma vez que os responsáveis em formar novos usuários linguísticos já adotavam um sistema simplificado. No ano de 1919, a ABL revogou a sua resolução de 1915.

Em 22 de abril de 1924, a ABL resolveu adotar a ortografia de Laudelino Freire organizada para *A Revista de Língua Portuguesa*. Em 1929, no entanto, a ortografia retornou ao modelo aprovado em 1907. Somente em 1931, devido a um acordo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, Brasil e Portugal tiveram, por pouco tempo, uma unificação ortográfica.

De acordo com Oliveira (2011b), a situação brasileira tornou-se confusa a partir de 1911, porque ocorreram várias idas e vindas no processo de adoção da “ortografia mais simplificada” pelo governo brasileiro, que só a implantou em caráter definitivo na década de 1940.

Para Bechara (2008),

elaborados os vocabulários ortográficos das duas Academias, o português em 1940 e o brasileiro em 1943, verificaram-se divergências, para cuja unificação foi proposto, por Portugal, o Acordo de 1945. Esta proposta, que

mais atendia aos hábitos fonéticos e ortográficos dos lusitanos, foi rejeitada no Brasil, que preferiu continuar com as bases estabelecidas no seu vocabulário de 1943. Deste episódio resultou a cisão dos dois sistemas oficiais: o Brasil, com as bases de 1943, e Portugal, acompanhado pelos africanos, com as bases de 1945 (BECHARA, 2008, p. 77).

Desde então, muitas tentativas de unificação da ortografia foram propostas. Ainda segundo Bechara (2008), esse fracasso não acabou com as esperanças dos especialistas e das duas Academias de alcançarem uma unificação ortográfica. Nessa perspectiva, por ocasião do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, ocorrido em 1967, em Coimbra, foram apresentadas algumas propostas para acabar com os inconvenientes resultantes da diversidade ortográfica entre os dois países.

Bechara (2008) afirma que nesse Simpósio cinco propostas foram estabelecidas. Delas, duas séries de divergências ortográficas, mesmo sendo de menor importância, foram solucionadas pelos dois países. Assim, o Brasil eliminou, em 1971, o excesso do emprego de acentos circunflexos para a distinção de homógrafos não homófonos (*êle, nêle*, etc.); o trema nos hiatos átonos (*vaídade, saüdade*); e os acentos circunflexo e grave que marcavam a sílaba subtônica dos vocábulos derivados mediante o sufixo *-mente* ou sufixos iniciados por *z* (*cortêsmente, somente, sòzinho*). Em 1973, ainda de acordo com o autor, Portugal elimina os acentos gráficos empregados nesses três últimos casos.

Em 1975, as duas Academias elaboraram um texto que diminuía ainda mais os desacordos entre as bases de 1943 e 1945, com maior favorecimento desse último. Os textos, porém, não chegaram a ser fixados devido à situação política que Portugal enfrentava.

Finalmente, em maio de 1986, conforme declara Bechara (2008), representantes de sete instituições que têm a língua portuguesa como veículo de expressão oficial, juntamente com os representantes governamentais, reuniram-se para darem início aos trabalhos que resultaram nas bases do *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*.

O texto, que foi publicado no mesmo ano, sofreu emendas e correções. Dele resultou, em 1990, um documento elaborado em conjunto pelas Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, além das delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, com adesão da delegação de observadores da Galiza.

Ainda de acordo com o teórico, em Portugal, o *Acordo Ortográfico* de 1986 provocou reação contrária de especialistas, políticos portugueses e escritores. Os argumentos foram reunidos na obra *A Demanda da ortografia portuguesa*, publicada em 1987 pela Edições João Sá da Costa, em Lisboa. No Brasil, há registros de críticas na publicação de 1993, *Análise Crítica do Projeto da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa*, de Edmilson Monteiro Lopes, com um suplemento em 1999.

Desse modo, o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990) entraria em vigor em 1º de janeiro de 1994. Como apenas Portugal (em 1991), Brasil (em 1995) e Cabo Verde ratificaram o documento, sua entrada em vigor ficou pendente. Em 17 de julho de 1998, na cidade do Cabo Verde, foi assinado um Protocolo Modificativo ao Acordo, que retirou do texto original a data para a sua entrada em vigência. Esse protocolo também precisava da ratificação de todos os subscritores. Mais uma vez, apenas Portugal, Brasil e Cabo Verde aprovaram o protocolo.

Ainda conforme Bechara (2008), em 2004, os chefes de Estado e de governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos em São Tomé e Príncipe, aprovaram um Segundo Protocolo Modificativo, que, além de aprovar a adesão do Timor-Leste como participante, previa que seria suficiente apenas a ratificação de três membros da CPLP para que o Acordo entrasse em vigor. O Brasil ratificou o Segundo Protocolo Modificativo em 2004, Cabo Verde em 2005, São Tomé e Príncipe em 2006, e Portugal em maio de 2008.

O processo de implementação nos países que assinaram o acordo está em estágios completamente diferenciados. Alguns já ratificaram, outros não. Em Portugal, o processo de implementação foi finalizado e entrou em vigor em 13 de maio de 2015. No Brasil, o acordo, que deveria ter entrado em vigor em 1º de janeiro de 2009, só foi implantado em caráter definitivo, após diversas discussões, em 1º de janeiro de 2016.

6.1.3 A ortografia nos países lusófonos: uma questão de política linguística

Os grupos tradicionalistas e os progressistas tinham opiniões diversas a respeito da língua. Era nítida, no entanto, a diferença entre o português falado pelo

povo, de maioria analfabeta, e o português escolar. Muitas propostas de renovação da expressão escrita foram observadas na literatura desde o final do século XIX até a Semana de Arte Moderna.

Em paralelo a isso, na escrita ainda eram observadas heranças do período pseudoetimológico na ortografia portuguesa, que vai de 1489 até 1911 em Portugal e até a década de 1940 no Brasil.

Por esses motivos, a simplificação da ortografia era imprescindível e até o grupo tradicionalista concordava que ela deveria ser realizada. Era necessária uma política linguística que padronizasse a ortografia. Assim, como forma de padronização, foram apresentadas algumas propostas de ortografia até a implantação em caráter oficial.

Em Portugal, como já observado, optou-se por um sistema menos etimologizante que o pseudoetimológico, conhecido como histórico-científico. No caso do Brasil, de acordo com Oliveira (2011b), mesmo com o apoio de muitos intelectuais, como Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Mário Barreto, a ortografia ficou com o sistema pseudoetimológico até a situação se definir na década de 1940.

Nesse período, a Academia das Ciências de Lisboa publicou o seu vocabulário ortográfico, em 1940, e a Academia Brasileira de Letras fez o mesmo em 1943. Em 1945, Brasil e Portugal assinam um acordo ortográfico luso-brasileiro. Mais uma vez a tentativa de padronização fracassou, porque Portugal adotou o sistema e o Brasil voltou ao seu Formulário de 1943.

Constatou-se, então, que todas as propostas de simplificação da ortografia pseudoetimológica foram tentativas de ações planejadas para a padronização do idioma. As ações planejadas sobre a língua (ou línguas), segundo Calvet (2007), remetem ao esquema:

consideram-se uma situação sociolinguística inicial (S1), que depois de analisada é considerada como não satisfatória, e a situação que se deseja alcançar (S2). A definição das diferenças entre S1 e S2 constitui o campo de intervenção da *política linguística*, e o problema de como passar de S1 e S2 é o domínio do *planejamento linguístico*. (CALVET, 2007, p. 61)

Nesse caso, o planejamento linguístico consistia em organizar as regras de ortografia. Desse modo, conseqüentemente, na língua portuguesa coexistiram, desde a década de 40, dois sistemas ortográficos: um que vigorava no Brasil e outro

que vigorava em Portugal e colônias (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Timor Leste).

De acordo com Faraco (2009), as diferenças entre as duas ortografias não eram substanciais, portanto não impediam a compreensão dos textos grafados numa ou noutra ortografia. A duplicidade ortográfica, no entanto, impedia uma difusão internacional do português. Testes de proficiência em português – língua estrangeira, documentos das organizações que têm o português como língua oficial e edições de livros, por exemplo, precisavam aparecer em duas versões.

Esse fato provoca um aumento nos custos gerais, por exigir sempre duas equipes de redação, e também um aumento de custos editoriais, no caso dos livros, visto que o mesmo conteúdo, para circular em todos os territórios da lusofonia, precisava, em geral, de duas impressões diferentes.

Então, para efeitos de difusão internacional e de implantação de uma política linguística comum, a unificação era de suma importância. Com todos os motivos mencionados e mesmo com o acordo já implementado, entretanto, em alguns países ainda existem grupos sociais que resistem ao acordo.

6.2 As colunas e a opinião de Cândido de Figueiredo

As colunas de Figueiredo, como já mencionado, foram redigidas em um momento de grande conflito entre os que defendiam uma simplificação da ortografia e os que preferiam a escrita complexa, herança do período pseudoetimológico.

Constatou-se que o colunista, mesmo fazendo parte do grupo tradicionalista, era favorável às ideias de simplificação ortográfica. Consequentemente, sua coluna influenciava diretamente os leitores do consultório.

Em uma primeira análise verificou-se que o número de colunas com dúvidas sobre ortografia era maior que o de outros assuntos da gramática normativa. Isso se deve ao fato de que as primeiras colunas foram redigidas a partir de 1900 e a primeira edição da obra data de 1903, antes, portanto, da elaboração dos manuais ortográficos. Como os primeiros estudos a respeito da ortografia só foram publicados pouco tempo antes, possivelmente a população desconhecia esse fato, o que justificaria a quantidade de dúvidas sobre o tema. Esse fato também fortalece a

suposição de que Figueiredo influenciava os consulentes com suas ideias a respeito da língua.

Embora as edições analisadas fossem de 1922 e 1927, respectivamente, durante a leitura percebeu-se que as dúvidas persistiram. Sendo assim, como base para a análise do *corpus*, optou-se pela escolha dos textos que influenciaram diretamente Figueiredo e o contexto histórico no qual ele e seus leitores estavam inseridos, isto é, a proposta de Gonçalves Viana e Guilherme Leão³¹; a reforma ortográfica de 1907, aprovada pela ABL; e o Formulário Ortográfico de 1911, elaborado em Portugal.

À vista disso, foram selecionados alguns consultórios para uma análise mais detalhadas do assunto em questão. É interessante ressaltar que todas as questões ortográficas apresentadas neste capítulo já estão consolidadas na língua e atualmente não são mais consideradas questões polêmicas como eram no final do século XIX e início do XX.

6.2.1 As incertezas a respeito da grafia

Uma dúvida recorrente na época concerne ao uso das letras *-ç* e *-s* no início do vocábulo. Isso se deve ao fato de que muitos estudiosos utilizaram o *-ç* em substituição a letra *-s*. Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu (1885), por exemplo, estabeleceram em sua proposta que:

5.º Escrevem-se com *_ç_*, ou com *_c_*(*_e, i_*), inicial as sílabas em que a sibilante é dental dura, e só é supra-alveolar nas partes do país onde não há outra sibilante dura inicial: *_peço*, *ciência*, *concelho*, *poço*, *doçura*, *preço*, *çapato*, *çarça*, *cárcere*, etc. Determinação histórica e comparação. (VIANA e ABREU, 1885, P. 10).

Pelo fragmento a seguir, é perceptível que Figueiredo partilhava da mesma opinião e a divulgava para os leitores da coluna:

³¹ Além da informação bibliográfica, o site *Domínio Público* também dispõe da obra para consulta, que pode ser encontrada no endereço eletrônico:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/my000048.pdf>

J.C.F. deseja saber se aquela palavra é oxítone ou paroxítone, visto que muitos a escrevem *Sahara*, sem acentuação gráfica.

Mas os que assim escrevem, copiam a forma francesa; e, como esta não precisa acentuação para ser oxítone, induzem os ingênuos em erro de pronúncia.

Em português, a pronúncia exacta é *Sahará*; mas a escrita rigorosa não é precisamente esta. Os filólogos e os arabistas modernos mostram que deveríamos escrever *Çahará*. Em quanto porém os nossos escrevedores não puseram de lado a repugnância que lhes causa o ç em princípio de vocábulos, e em quanto a maioria deles escrever *salema*, *sapato*, *sarça*, etc., em vez de *çarça*, *çapato*, *çalema*, etc., que são as formas exactas, iremos escrevendo *Sahará*, por amor à rotina e aos Franceses. (FIGUEIREDO, 1922, p.159 – volume II) (grifo do autor) (ANEXO V)

Observou-se que a dúvida do consulente estava relacionada à acentuação. Após responder ao questionamento, Figueiredo, no entanto, chamou a atenção para a ortografia da palavra. Essa atitude demonstrava preocupação do consultor em orientar seus consulentes de acordo com suas convicções.

Dessa forma, iniciou seu argumento afirmando que essa não era a maneira correta de grafar o vocábulo. E reforçou a ideia de que os filólogos e arabistas renomados grafavam a palavra iniciando por -ç. Além disso, apontou que alguns “escrevedores” ainda rejeitavam o uso dessa letra no início dos vocábulos. Observou-se durante a análise que o vocábulo “*escrevedores*” foi empregado de maneira pejorativa, uma vez que, em consulta ao MICHAELIS DICIONÁRIO, constatou-se que a palavra com esse sentido é utilizada para nomear escritores de pouco mérito literário, isto é, que apresentam texto medíocre, sem qualidades.

Figueiredo afirmou ainda que essa maneira de escrita faz parte da rotina, já que, para ele, as pessoas reproduziam o que viam em outros lugares. Finalizou a consulta, afirmando que a palavra continuará a ser escrita da maneira que ele considera incorreta pelo hábito e por influências da língua francesa.

Mesmo compartilhando das ideias de Viana e Abreu (1885) no que diz respeito ao uso do -ç no início das palavras, constatou-se que nas reformas ortográficas de 1907 e de 1911 foi aprovada a substituição da consoante inicial -ç por -s. Embora a edição do livro pesquisado seja de 1922, não foi encontrada nenhuma nota a esse respeito.

Deparou-se, no entanto, com outra questão a respeito do uso das letra -ç e -s:

O Sr J, M. T., do Rio de Janeiro, tem visto *pretenção* e *pretensão*, mas não sabe qual é a forma exacta ou preferível, e bate-me à porta.

Talvez não fosse preciso vir tão longe. Alexandre Magno, segundo a lenda e segundo os *Lusíadas*, tinha sempre à cabeceira a *Ilíada* de Homero. Os tempos mudaram: e hoje, aquém e além-mar, em África, na Arábia, Pérsia e Etiópia, não há ninguém que se preze, que não tenha à cabeceira uma obrinha em três volumes, chamada *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, sem ofensa para os manes de Alexandre e de Homero.

Pois no volume I dessa obrinha, pág 201 da 4ª edição, tem o Sr. T. meia dúzia de palavras, que lhe dispensariam a consulta.

Mas, já que se incomodou em vir de tão longe, não quero que se vá sem resposta, e acrescentarei àquelas palavras mais algumas, elucidativas e porventura oportunas.

Se me não engano, os nossos velhos clássicos conheceram pouco ou nada o vocábulo *pretenção* ou *pretensão*. Vemo-lo, porém, já registrado na Prosódia de Bento Pereira, sob a forma errônea de *pertensão*, por influência talvez de *pertencer*, além da metátese vulgar de *pré* e *per*: *perguntar* e *preguntar*, *percalço* e *percalço*, *perfeito*, *perfeito*, *precisão* e *perçisão*...

Veio depois o Bluteau, veio o Moraes, e começou-se a ver que o verbo *pretender* não deveria escrever-se *pertender*, porque o latim dis *praetender*; e entreviu-se que *pretensão* ou *pretensão*, sendo substantivo verbal de *pretender*, não devia têr *per*..., mas *pré*...

Ficava, porém, a dúvida: *ção*, ou *são*?

Os dicionários mais modernos revelam divergências e hesitações curiosas.

Adolfo Coelho, no seu *Dicionário Etimológico*, por culpa sua ou do seu revisor, faz uma salgalhada dos demônios: registra *pretensão*, e dá-lhe como etimologia o latim hipotético *praetentio*. Mas, evidentemente, não pôde ser. O latim *praetentio* só podia dar *pretenção*, e nunca *pretensão*. Compare-se o latim *ratio* e o português *razão*, o latim *navigatio* e o português *navegação*, etc.

Mas, ao mesmo tempo, Adolfo Coelho registra *preteneioso*, o que não faz sentido com *pretensão*. Donde eu concluo que ele teria escrito *pretensão*, e que os seus revisores, - porque os teve, - trocaram o *ç* por *s*.

Caldas Aulete, (leia-se Santoz Valente), no seu *Dicionário Contemporâneo*, dá-nos *pretensão*, alundindo ao radical do latim *praetentus*.

Eu fiz pròximamente a mesma coisa, sobretudo pela razão de que a forma *pretenção* se vulgarizou mais do que a outra, *pretensão*.

Mas eu tive ainda outro fundamento.

O latim *praetendere* não tem substantivo verbal, que nos servisse de etimologia ou fonte pròxima. Tem, porém, dois participios passivos, *praetentus* e *praetensus*. Dêste derivámos nós o participio irregular *pretensio*, que poderia abonar, até certo, a forma *pretensão*; mas o latim *praetensus* era raríssimo, ao passo que *praetentus* é vulgar na literatura latina, parecendo-me, portanto, que a base mais sólida do nosso substantivo seria o latim *praetentus*, que mais depressa daria *praetentio*, do que *praetensus* daria *praetensio*.

Em suma: *pretensão* explica-se; mas a forma *pretenção* é mais segura e generalizada. (FIGUEIREDO, 1922, p.207 a 209 – VOLUME II) (Grifos do autor) (ANEXO W).

O jornalista, com seu humor característico, inicia a consulta afirmando que se o consulente tivesse a obra *Lições Práticas*, de sua autoria, não necessitaria fazer uma consulta como aquela, já que poderia ter realizado uma breve pesquisa a respeito do vocábulo.

Para referir-se à própria obra, utilizou o diminutivo “obrinha”, o que, à primeira vista, poderia ser visto como uma atitude depreciativa, mas, por ser obra dele próprio, fica caracterizado que o diminutivo foi utilizado para expressar efeito e significação de afetividade.

Observou-se também que o consultor cita a página e a edição em que o consulente poderia ter encontrado o vocábulo citado: “Pois no volume I dessa obrinha, pág 201 da 4ª edição, tem o T. meia dúzia de palavras, que lhe dispensariam a consulta” (FIGUEIREDO, 1922, p.207 a 209).

Durante a pesquisa ao *corpus*, foi consultada a informação citada por Figueiredo. Na oitava edição (edição consultada), a nota esclarecedora que ele cita encontra-se na página 203 e dá, apenas, exemplos de autores clássicos, sem nenhuma explicação aprofundada sobre o assunto: “ ‘*Descansavam* ali as cinzas...’ ” (Latino Coelho); “ ‘*Descanse*, dou-lhe minha palavra de honra...’ ” (Garrett) (FIGUEIREDO, 1930, p.203) (Grifo do autor).

Outro fato que o consultor aponta é que na época não havia estudos concretos que respaldassem as discussões a respeito do vocábulo “pretensão”. Por esse motivo, forneceu um panorama geral sobre o que se sabia a respeito do assunto. Comentou estudos referentes ao tema, como, por exemplo, a forma errônea encontrada na prosódia de Bento Pereira do Carmo, e a forma mais coerente com a latina encontrada no *Diccionario da Língua portugueza* (1789), elaborado pelo padre D. Raphael Bluteau e por Antônio de Moraes Silva.

Após mostrar a breve discussão sobre esses estudos mais antigos, direcionou o consultório para os estudos mais modernos e utilizou como base para a sua argumentação o *Diccionario etimológico*, do filólogo Francisco Adolfo Coelho, para construir uma crítica ao autor. Nesse estudo, o vocábulo *pretensão* é grafado com -s e tem como etimologia o latim *praetentio*. Figueiredo, ironizando o estudo, atribuiu o equívoco ao revisor que possivelmente grafou incorretamente a palavra.

Ainda como forma de reforçar sua opinião, citou que Adolfo Coelho registrou *pretencioso*, que não fazia sentido com *pretensão*. O autor alegou novamente que a incorreção era culpa dos revisores do texto que trocaram o -ç por -s.

Em contrapartida, citou que Francisco Julio de Caldas Aulete e Antonio Lopez Santoz Valente, no *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*, apresentaram *pretensão*, aludindo ao radical do latim *praetentus*. Figueiredo afirmou ter feito o mesmo, principalmente pela razão de que a forma *pretenção* se vulgarizou

mais do que *pretensão*. O autor concluiu sua consulta, afirmando que a forma *pretensão* explica-se, no entanto, é melhor utilizar o vocábulo *pretenção* por ser mais seguro e difundido.

Após essa longa exposição a respeito do vocábulo, verificou-se uma nota de rodapé do editor a respeito do vocábulo na edição analisada:

É o que se dizia na 1ª edição. Posteriormente, modificou-se o parecer do autor, em favor de *pretensão* com s, e mais de acordo com Gonçalves Viana. (nota da 3ª edição) (FIGUEIREDO, 1922, p. 209 e 210 – VOLUME II) (Grifos do autor) (ANEXO W).

Com essa nota, observou-se que Figueiredo mudou sua atitude em relação ao vocábulo. Como concordava com os escritos de Gonçalves Viana (1885), passou a finalmente concordar com a grafia *pretensão*.

Outra questão polêmica na época relacionava-se ao uso das letras -s e -ss. Viana e Abreu (1885) afirmavam que a regra utilizada deveria ser de acordo com o fonema. Dessa forma, seria grafado com -s, inicial, ou com -ss, entre vogais, a palavra em que a sibilante fosse alveolar ou dental:

4.º Escrevem-se com s inicial, ou com ss entre vogais, as sílabas em que a sibilante dura é ou dental, ou supra-alveolar, conforme os dialectos: _saber, classe, diverso, sessão, conselho, sossêgo, sossêgo_, etc. Determinação histórica e comparação. (VIANA E ABREU, 1885, p. 10).

O *Formulário Ortográfico* de 1911 também não era tão específico quanto ao uso das letras:

VII consoante duplas – nenhuma consoante se duplicará no interior ou fim de vocábulo, senão quando a pronúncia assim o exija, o que só acontece com rr, ss, mm, nn, como nas seguintes palavras: *carro, cassa, emmalar, ennegrecer*.

X A consulta ao VOCABULÁRIO é indispensável para decidir da escolha. Como regra geral, *ce, ci, -ç-* correspondem *ace, ci, ti* latinos, a *ce, ci, za, zo, zu* do castelhano actual, a ss arábicos, ou pertencem a vocábulos de origem americana indígena, transcritos pelos autores peninsulares (FORMULÁRIO DE 1911).

A reforma de 1907, proposta pela ABL, não fez menção específica às letras. A respeito da letra -s, somente ficou estipulado que substituisse o -ç inicial de palavras.

Com base nesses aspectos, foram selecionados dois consultórios com dúvidas acerca do tema:

1) De Artero:

-“Asetinar ou assetinar?”

A fôrma usual e correcta é assetinar. Embora venha de *setim*, que tem um só *s*, também *sopro*, *sócio*, *sombro*, *senhor*, etc., têm só um *s*, e escrevemos *assenhorear*, *assombrar*, *associar*, *assoprar*, com dois. Com um só, haveria o risco de nos pormos a dizer *azoprar*, *azombrar*, *azociar*, etc., como há quem diga *prezervar*, por ver só um *s* intervocálico em preservar.

Por isso, já o Castilho entendia, e entendia bem, que devíamos escrever *ressentir*, *pressentir*, *ressurgir*, etc. Todos vêem a vantagem do alvitre, e não há nada como escrever claro.

Se não queremos enganar os outros. (FIGUEIREDO, 1927, p. 30 – volume III) (Grifos do autor) (ANEXO X).

2)“Se *presentir* e *presago* é boa escrita, também o devia ser *maniroto*...”

Certamente. *Maniroto* não é disparate, mas dobrar-se-lhe o *r* por causa das dúvidas, como se há dobrar o *s* em *pressago*, *pressentir*, *ressurreição*. Assim aconselhava Castilho, assim prática o nosso Gonçalves Viana e outros, e assim será. (FIGUEIREDO, 1922, p. 61 – volume II) (Grifos do autor) (ANEXO Y).

No ANEXO X, notou-se que o jornalista utilizava o mesmo critério de Viana (1885). Figueiredo afirmou, no consultório, que a grafia correta da palavra seria *assetinar*, argumentando com o étimo *setim*. Para o colunista, grafar o vocábulo somente com a letra -s implicaria o risco de, no momento da leitura, pronunciar a palavra empregando o fonema /z/ em vez do fonema /s/.

Como forma de reforçar seu argumento com o critério de autoridade, citou o escritor português António Feliciano de Castilho. Convém ressaltar que, atualmente, essa questão não seria motivo de polêmica, visto que a grafia do vocábulo, pelas atuais regras ortográficas, é *acetinar*.

No ANEXO Y, observou-se que grafias diferentes para a mesma palavra geram confusão nos leitores, já que eles não sabem ao certo qual forma utilizar. Esse consulente, por exemplo, usa como fundamento para grafar as palavras a comparação com outras que ele julga serem semelhantes.

Nessa consulta, o jornalista não foi tão explícito e apenas utilizou o argumento de autoridade de Gonçalves Viana e Antonio Feliciano de Castilho para justificar o uso de -ss e -rr nos vocábulos citados. Mais uma vez, como forma de esclarecimento, é pertinente afirmar que essa não é mais considerada uma controvérsia, uma vez que as grafias atuais das palavras são *pressentir*, *pressago* e *manirroto*.

Ainda no que diz respeito ao uso do -s, outro quesito que motivava incertezas era o uso das letras -s e -z. No *Ortografia Portuguesa*, Vianna e Abreu (1885) apresentavam a seguinte proposta:

6.º Escrevem-se com s entre duas vogais (uma final da sílaba a que pertence a sibilante, outra final da sílaba precedente) as sílabas em que a sibilante é branda dental ou, segundo o dialecto, supra-alveolar: _posição, coser_ (consuere), _precioso, preso_ (prehensum, cf. _prezo_), _preciso, pêso, péso_, etc. Determinação histórica e comparação.

7.º Escrevem-se com Z inicial as sílabas em que a sibilante é dental branda em todo o país, à excepção daqueles pontos em que se não profere sibilante inicial senão supra-alveolar: *azedo, azedo, azebre, razão, cozer, prezo* (c.f. *preso*), etc. Determinação histórica e comparação.

8.º Escrevem-se com z final os vocábulos que nos seus derivados são escritos com c (e,i) correspondente à sibilante final deles. Assim o determina a etimologia, evidente na derivação, e a pronúncia dialectal. Exemplos: *infeliz, infelicidade; símplez, símplexes, simplicidade; ourívez, ourivezaria*; etc.

Corolário.- Escrevem-se com Z infixos os diminutivos e aumentativos – zito, -zinho, -zão, etc., e os sufixos (derivados do latino –tia) –eza, -ez; bem como os sufixos de verbos, -izar, e de nomes, -ização.

Escólio.- Os plurais dos nomes diminutivos formam-se do tema do plural do nome fundamental e do plural do sufixo. Dão testemunho os dialectos. Assim, pois, escreveremos: *homemzinho, homemzinhos, não homemsinhos; acçãozinha, acçõezinhas, não acçõesinhas; pãozinho, pãezinhos, não pãesinhos; mãozinhas, mãozinhas; aneizinhos*; etc.(VIANA e ABREU, 1885, p. 9-10).

Na reforma elaborada pela ABL encontra-se a seguinte proposta:

11ª proposição- Substitua-se sempre por Z a letra S quando o Z tiver o som, como acontece entre vogais (aprovada)

12ªproposição- Excessão feita dos pronomos pessoais Nós e vós e dos tempos dos verbos (amarás, preferis, etc.) e do plural das palavras agudas em a, e, i, o e u, escreveram-se com Z os finais agudos(oxítonos) das palavras em az, ez, iz, oz e uz (exemplos: rapaz, pedrez, Luiz, noz, arcabuz). Aprovada com a devida retificação na sessão de 18 de julho de 1907. (RIBEIRO, 1885, p.208)

Após alguns aditamentos na proposta da ABL, Ribeiro (2011) afirma que, em agosto de 1907, foram aprovadas as seguintes regras: “A. Regra do -z no lugar do -s. Restrições - Adota-se o -s dos prefixos des, trans, e bis: desamor, desacompanhado, transeunte, bisavô, bisannual” e “As palavras estrangeiras, inclusive gregas e latinas, não aportuguesadas, conservam a ortografia: jus (e não juz) (...), bis (e não biz)”. (RIBEIRO, 1885, p. 209)

No *Formulário Ortográfico* de 1911, apenas o trecho a seguir faz referência ao assunto:

O emprêgo acertado das letras *ce, ci*, alternando com *(s)se, (s)si*, ou no interior do vocábulo o de *ç*, alternando com *ss*, depende da origem dêsses vocábulos e do valor que as ditas letras indicavam, quando a pronúncia delas diferia, como ainda hoje difere dialectalmente em várias regiões do norte de Portugal. A consulta ao VOCABULÁRIO é indispensável para decidir da escolha. Como regra geral, *ce, ci, -ç-* correspondem *ace, ci, ti* latinos, a *ce, ci, za, zo, zu* do castelhano actual, a *ss* arábicos, ou pertencem a vocábulos de origem americana indígena, transcritos pelos autores peninsulares (FORMULÁRIO DE 1911).

Constatou-se que a argumentação da proposta portuguesa era mais fonética, sendo assim, era necessária uma consulta ao léxico para determinar qual seria a forma mais adequada de utilização. Uma resolução mais específica somente pôde ser observada na reforma de 1931.

Acerca do assunto, foi seleccionado o seguinte consultório:

I., com sua grave perpendicularidade, pergunta:

- "Braz ou Brás?"-

Não gaste tempo com isso, que lhe podem desacatar a perpendicularidade.

Em todo caso, irei dizendo, *obliquamente*, que a escrita *recta* é *Brás*.

Braz é como, nos tempos modernos, tem pintado este nome quase toda a gente. Por uma razão, principalmente: como as velhas tipografias curavam de acentos gráficos ainda menos que as modernas, convencionaram *portuguez, Thomaz, Luiz, Braz, etc.*, fórmulas que estão muito longe de ser portuguesas. Português direito é *Luís, português, Thomás ou Tomás, Brás...*

Os mestres antigos, exemplo o *Brás Garcia*, autor do *Viriato Trágico*, nunca escreveram *Braz*. E tinham razão: o latim eclesiástico *Blassius*, o castelhano *Blas*, o francês *Blaise*, etc., nunca autorizariam senão *Brás*.

Mas os sábios modernos de quotilique³² enveredaram pelo *chemin des ânes*³³, e toda a gente foi atrás dêles.

Se I. quiser, vá também. Ou vai-te deitar, Basílio. (FIGUEIREDO, 1922, p. 131 – volume II) (Grifos do autor) (ANEXO Z).

O primeiro aspecto percebido na análise foi a maneira como o consultor caracterizou o consulente pela retidão da questão. É provável que tenha feito isso como forma de mostrar-se próximo do leitor. Em relação à consulta, Figueiredo aconselhou o leitor a não perder tempo com essa questão, porque uso do *-z* no final do vocábulo não faz parte da língua portuguesa. Para ele, o emprego do *-s* no final da palavra era aceitável, mas não o do *-z*.

Não foi verificada nenhuma regra específica com a qual o colunista pudesse fundamentar sua opinião. Ele apenas justificou que o uso da letra *-z*, no final da palavra *Brás*, era fruto das limitações das tipográficas da época. Como algumas tipografias não conseguiam grafar o acento, a solução foi substituir o *-s*, de palavras

³²“Pessoa ou coisa sem importância” (MICHAELIS DICIONÁRIO, 2017).

³³ Tradução livre do francês: caminho dos burros.

como *português*, *Thomás* etc., pelo -z. Assim, o vocábulo que sem o acento seria classificado como paroxítono, voltaria a ser oxítono com o uso do -z, uma vez que todas as palavras com final -z são oxítonas por natureza.

É possível também que Figueiredo tenha levado em consideração a posição de Gonçalves Viana para apresentar a sua a respeito do vocábulo, já que, segundo Rocha (2016), Viana fixou a palavra Brás com -s e acento gráfico. Essa forma, porém, somente se consagrou definitivamente em 1940.

Cabe ressaltar que tanto o *Acordo Ortográfico* de 1945 quanto o de 1990 estipularam que a grafia original da palavra poderia ser mantida, desde que fossem nomes próprios, nomes comerciais, marcas ou títulos que fossem inscritos em registros públicos. Isso explica por que até hoje são encontradas as seguintes grafias para o mesmo nome: *Brás*, *Braz* e até *Bráz*.

Além disso, verificou-se que Figueiredo mais uma vez utilizou o critério da autoridade para fundamentar sua consulta. Afirma, por fim, de maneira indelicada, que apenas pessoas sem instrução utilizam o vocábulo finalizado com a letra -z. Possivelmente sua intenção com essa atitude foi mostrar-se como autoridade do saber.

Ainda sobre o uso da letra -z, foi selecionado outro consultório:

O referido *Studiosus* observa:

-"Como em todos os dicionários, antes do seu, não havia asa com s, não terá o vocábulo direito nenhum ao z?"-

Pois se o vocábulo veio do latim *ansa*, onde não há sombra de z, ¿ aonde se há de este ir buscar!

É claro que me não refiro aos que sistematicamente evitam o s intervocálico, e escrevem *aza*, *roza*, *caza*, *fuzo*...É um sistema, e póde haver trinta; mas quem assim escreve abstrai da razão morfológica das palavras, e procura escrever como pronuncia do sistema, não sei se o manteria.

Cada letra tem sua razão de ser, e é absolutamente inexequível, por um lado, representar por uma só letra todos os fonemas idênticos, e, por outro, criar sinais para todas as modulações de cada vogal. Logo, só a história da língua e a origem do vocábulo, conciliadas com a fonética, poderão produzir grafias úteis e justificáveis.

O demônio é que temos s em *asa*, *fuso*, *rosa*, *pesar*, *pêsame*, *empresa*, *defesa*..., e temos z em *prezar*, *fazer*, *razão*, *realizar*, *organizar*...e muita gente se vê aranhas no emprego do z e do s. Para tais casos, se o estudo não convier, porque faz queimar as pestanas, só há o recurso de um dicionário razoável, ou de qualquer autoridade que tenha voz no assunto. Para as primeiras necessidades, há um capítulo a tal respeito no vol. I de *O que se não deve dizer*.

Se isto fosse reclamo eficaz, já do livro se teriam esgotado trinta edições. Mas está na 2ª.

E muitas graças a Deus. (FIGUEIREDO, 1922, p. 85 – volume II) (Grifos do autor) (ANEXO AA).

O primeiro fato notado foi o codinome que o consultor utilizou para referir-se ao consulente: *Studiosus*. É possível que essa característica tenha sido atribuída ao leitor, porque a dúvida tinha relação com o dicionário elaborado por Figueiredo. Mais um artifício utilizado para mostrar proximidade com o público leitor.

No que se refere à palavra, constatou-se que o jornalista concordava com os escritos de Viana (1885) ao utilizar o -s entre vogais. Argumentou que pela etimologia não havia razão para empregar o -z no vocábulo *asa*. Além disso, comenta que não está se referindo a quem utiliza sistematicamente o -z no lugar do -s em palavras como: “roza, aza, caza, fuzo...” (FIGUEIREDO, 1922, p. 85 – volume II). Para ele, quem escreve dessa forma abstrai a morfologia das palavras e as escreve de acordo com a pronúncia.

Figueiredo declara que cada letra tem uma razão de existir e somente a história da língua e a origem do vocábulo, juntamente à fonética, poderão produzir grafias justificáveis. O grande problema é que existem diversas palavras que utilizam o -s e outras diversas que utilizam o -z e isso já é motivo para polêmicas linguísticas.

Dessa forma, recomenda, para casos em que a consulta não for útil, a utilização de dicionários ou a consulta a estudiosos que dominem o assunto. Como primeira fonte de consulta, recomenda um capítulo do volume I de *O que se não deve dizer*. Em consulta ao *corpus*, o capítulo indicado é um artigo que envereda por um plano mais teórico, intitulado “Duas letras fatais” (FIGUEIREDO, 1922, p. 41 – volume I), que trata justamente das letras em questão. Conclui a consulta de maneira bem-humorada, assumindo o papel de autoridade do saber linguístico.

6.2.2 As heranças do período etimológico

Nos consultórios analisados, foram ainda observados alguns exemplos de heranças do período etimológico. Um deles diz respeito ao uso das consoantes dobradas.

Nos formulários consultados, temos as seguintes resoluções sobre o tema:

- 2.º São banidos da escrita os símbolos gráficos sem valor. São eles as consoantes dobradas ou grupos de consoantes não proferidas e sem influência na modulação antecedente, sem necessidade por derivação manifesta de outro vocábulo existente em que haja de proferir-se cada uma das consoantes, como é Ejipto de que se deriva ejipto. (VIANA, 1885, p. 9)
- Na 6ª. Proposição, suprimiam-se todas as consoantes geminadas, salvo quando tivessem som (escrever fala e não falla, mas escrever infecção, pois que os dois cc soam distintamente) (RIBEIRO, 2011, p. 208).
- VII [consoantes duplas] - Nenhuma consoante se duplicará no interior ou fim de vocábulo, senão quando a pronúncia assim o exija, o que só acontece com rr, ss, mm, nn, como nas seguintes palavras: carro, cassa, emmalar, ennegrecer.
Nesta conformidade, escrever-se hão com letras singelas as seguintes palavras, e outras que é hábito escrever com letras dobradas: abade, acusar, adição, affecto, sugerir, agravo, ele, ela, aludir, chama, pano, anexo, aparecer, atribuir, meter, atitude, etc. As letras r e s dobram-se, se a pronúncia o exige, quando a qualquer vocabulário se antepõe prefixo terminado em vogal; ex: pressentir, prorrogar, ressuscitar: cf. arrasar, de raso, assegurar, de seguro. (FORMULÁRIO ORTOGRÁFICO DE 1911).

Na análise, foi encontrado um consultório diferente dos já apresentados. Nele, verificou-se que um consultante anônimo faz uma advertência quanto ao uso das consoantes dobradas:

Advertência de um anônimo:

“Erros diários de escrita: *affigurar, affastar, sôffrego e approximar*, em vez de *aproximar, sôffrego, afastar, afigurar*.”

A duplicação das consoantes, ainda quando a etimologia as indica, parece-me que está por ponco. A Filologia portuguesa deu-lhe já o golpe de misericórdia, pô-la fora de uma grande parte da imprensa periódica, tal duplicação é desprezada nas escolas públicas, e está destinada a passar á história, num futuro, mais ou menos próximo. Os únicos obstáculos, por ora, são os hábitos de muita gente e a indiferença de outra.

Por em quanto, podemos considerar-nos no regime da legitimidade das consoantes geminadas, sempre que a etimologia as explica. E, assim, temos por legítimas as fórmulas *bello, permitir, ocasião*, etc.

Nos erros acima indicados por um anônimo, alguma coisa há que distinguir.

Evidentemente, *affastar, approximar, e sôffrego* são erros crassos. Os que escrevem *sôffrego* relacionam talvez a palavra com *soffrer*, em que os dois *ff* tem explicação; mas uma coisa não tem nada com outra, e ainda ninguém descobriu, ao certo, a etimologia de *sôffrego*. Portanto, a duplicação dos *ff* neste caso é disparate sem mistura.

Approximar tolerar-se-ia, se trouxesse do latim os dois *pp*. Mas não: formou-se cá, de *próximo* e do prefixo *a*, não se descobrindo o mínimo pretexto para os dois *pp*, a não ser a reminiscência de um falso latim medieval.

Afastar veio do velho castelhano *fasta*. Não há meio de achar pretexto para dois *ff*.

Agora, *affigurar*, com duplicação de *f*, tem alguma desculpa. Não nos veio, é verdade, da idade áurea da latinidade, mas encontramos *affigurare* nas *Noites Átticas* de *Aulo Gélio*. É uma razão; e quem gosta de duplicação

inúteis, tem ao menos um bordão em que se apoie. (FIGUEIREDO, 1922, p. 171 – volume II) (grifos do autor) (ANEXO AB)

Nota-se que o próprio consulente estava ciente das mudanças que ocorriam na ortografia. Então, com a intenção de alertar sobre as variações, resolveu escrever para o consultor. Durante a análise da coluna, constatou-se que Figueiredo concordava com a advertência do consulente, porque argumentou a favor da simplificação ortográfica e afirmou que muitas duplicações ocorriam de maneira equivocada.

O próximo exemplo de herança do período etimológico a ser estudado é o uso da consoante -y. O -y, de acordo com Bechara (2009), “é um som vocálico pronunciado como /i/ com função de vogal ou semivogal” (BECHARA, 2009, p.92). No final do século XIX e início do século XX, todas as propostas de simplificação consultadas eram a favor da extinção dessa letra:

- 2.º São banidos da escrita os símbolos gráficos sem valor. São eles as consoantes dobradas ou grupos de consoantes não proferidas e sem influência na modulação antecedente, sem necessidade por derivação manifesta de outro vocábulo existente em que haja de proferir-se cada uma das consoantes, como é Ejipto de que se deriva ejípcio.(...) Y=i. – Lyrio=lírio; physica=física. (VIANA, 1885, p.9)

- A 4ª **proposição** suprimiu o y, com excessão dos nomes indígenas (grifo do autor) (RIBEIRO, 2011, p.208)

- [letras k, w, y] são proscritas de todas as palavras portuguesas, ou aporuguesadas, as letras k, w, y, as quais serão respectivamente substituídas pelas seguintes: k por qu antes de e, i; por c em qualquer outra situação; w por u, ou por v, conforme for a sua pronúncia; y por i. Escreveremos, pois, caleidoscópico, quermes, Venceslau, valsa, tipo, lira, fisiologia, etc.

Excepções: 1.ª Poderão usar-se essas letras em vocábulos derivados de nomes próprios estrangeiros, em que sejam legitimamente empregadas; ex.: kantismo, darwnismo, byroniano (Kant, Darwin, Byron), os quais, porém, será lícito escrever, em harmonia com a pronúncia, cantismo, daruinismo, baironiano. Confrontem-se Copérnico, de Kopernik, Antuérpia, de Antwerp, (h) iate, de yacht (FORMULÁRIO ORTOGRÁFICO DE 1911).

Também durante a pesquisa, percebeu-se que a dúvida padrão dos leitores era quando utilizar o -i e quando usar o -y. No consultório a seguir nota-se que a existência de duas grafias para a mesma palavra causava confusão na hora da escrita:

Piorreia

Leitora galante diz-me que sofre da maldita piorreia, como escreve o Sr. Cília, mas que vê também nas gazetas *pyorrhœia*, e deseja saber como se escreve aquilo.

Como todos os quindins etimológicos, seria *pyorrhœia*, ou *pyorrhêa*, ou *pyorrhœia*, do grego *puon* (pus), e *rhein* (correr); mas, em escrita racional e não menos legítima, é, como diz o Sr. Cília³⁴, piorreia.

Em suma: quem tem o mau gosto de escrever *diarrheia*, por exemplo, terá de escrever *pyorreheia*; e quem escreve, como é de razão, diarreia, tem de votar pela *piorreia*, que também tem o meu voto e de todos os pontífices da Filologia portuguesa.

O que é pena é que a *piorreia* assalte os dentes de uma *Leitora galante*. Se ele o sabe, - aquele que nós sabemos, - nem eu quero imaginar os embaraços, que podem surgir nos mais deliciosos momentos.

Não se descuide, minha senhora. Diga ao Sr. Cília que a liberte do pus dentário, ou então prometa á Senhora da graça e da elegância um amorzinho de cera. (FIGUEIREDO, 1927, p. 136 – volume III) (grifos do autor) (ANEXO AC).

A leitora, auto-intitulada Leitora Galante, afirma já ter visto o vocábulo *piorreia* grafado de duas maneiras diferentes: uma delas redigida com *-i* e outra com *-y*. Notou-se durante a análise da coluna que Figueiredo mostra-se favorável à simplificação e extinção da letra *-y*.

Como forma de convencer os leitores da coluna, Figueiredo utilizou o critério dos literatos para justificar e reforçar sua opinião. Os dois parágrafos finais da consulta são direcionados à própria consulente que sofre do problema. Possivelmente ele utiliza essa estratégia como forma de mostrar que a leitora deve se preocupar mais com o problema que a aflige, do que com a grafia da palavra.

É importante salientar que a letra *-y*, no alfabeto brasileiro, sempre foi utilizada com restrições. No formulário de 1943, ficou estabelecido que o alfabeto teria 23 letras e o *-y*, juntamente com o *-w* e o *-k* seriam utilizadas somente em casos especiais: para grafar nomes próprios originários de outras línguas (e seus derivados), siglas, símbolos e palavras designadoras de unidades de medida e termos técnicos internacionais.

Com o *Novo Acordo Ortográfico* essas letras foram incorporadas ao alfabeto, que passou a ter 26 letras. Apesar dessa resolução, entretanto, os empregos das letras *-y*, *-k* e *-w* continuam sendo os mesmos do acordo de 1943, isto é, somente nos casos especiais da língua. Desse modo, conclui-se que o *Novo Acordo* procurou tornar oficiais as letras que já eram utilizadas.

³⁴ Não foram encontradas referências a essa pessoa.

Outra herança do período etimológico que gerava muitas dúvidas a respeito de seu uso diz respeito à letra *-h*. No que concerne ao tema, observou-se que todos os acordos analisados seguiram a proposta de simplificação de Viana (1885):

2.º São banidos da escrita os símbolos gráficos sem valor. São eles as consoantes dobradas ou grupos de consoantes não proferidas e sem influência na modulação antecedente, sem necessidade por derivação manifesta de outro vocábulo existente em que haja de proferir-se cada uma das consoantes, como é Egipto de que se deriva ejipto.

Exemplos de símbolos sem valor próprio em português:

Th=t.-Termometro=termômetro; ether=éter; thio=tio.

Ph=f.-ethnographia=etnografia; philtro=filtro.

Ch=g(u).-chimica=química; machina=máquina; chimera=quimera.

Ch=c(a,o).-chorographia=corografia; mechanica=mecânica.

Grupo de consoantes:- Christo =Cristo; Demosthenes=Demóstenes; Mattheus (que já se escreve, sem razão, Matheus) = Mateus; schola=escola; sciencia=ciência; phthisica=tísica. (...)

2.º Escólio.-Mantemos as representações gráficas das palatais ch, lh, nh, emquanto não houver símbolo único para cada uma delas.

3.º Escólio- Só ao Congresso compete tratar da exclusão ou conservação da aspirante h (VIANA, 1885, p.9 e 10).

Para exemplificar o uso da letra referida, foi escolhida para análise uma dúvida a respeito do emprego do *-h* em posição medial. Essa letra, em geral, estava ligada a outras letras para a formação de um dígrafo. O consultório a seguir mostra a dúvida de um consulente:

Tuphão

Estranha *Santelmo* que escrevem *typho* e *tufão*.

Tufão, efectivamente, tem ph na sua etimologia, mas *vulgarizou-se* e com isso perdeu a *noção etimológica*, como dizem os filólogos; e é pela mesma razão que todos nós escrevemos *feijão*, *carta*, *côro*, *pranto*, e não *pheijão*, *charta*, *choro*, *proncto*, fórmãs que ninguém aceita nem se devem aceitar, mas que teriam a mesma justificação que *typho*, com *y* e *ph*.

Em-quanto a palavra é erudita ou não vulgar, os padres-mestres todos se derretem deante das belezas do *y*, do *ph*, do *th...* e quejadas inutilidades.

Felizmente, o culto delas está reduzindo a alguns grãos de incenso, que ainda fumam no turíbulo de algum caturra serôdio³⁵, e ao significativo escolher de ombros da maior parte dos jornalistas.

Daqui á vitória completa da uniformização e simplificação ortográfica são dois passos.

E então já ninguém terá medo do *typho*, porque todos escreverão *tífo*, e não se provocará a febre com a xaropada do *y* e os dois cobertores *ph*.

É assim mesmo. (FIGUEIREDO, 1922, p. 28 – volume II) (grifos do autor) (ANEXO AD).

³⁵ “que se tornou obsoleto” (MICHAELIS DICIONÁRIO, 2017).

Constatou-se, com a leitura do texto, que Figueiredo tinha a mesma opinião de Viana (1885), isto é, era favorável à exclusão desse tipo de dígrafo. Assim, o colunista iniciou sua consulta argumentando que o *-ph* do vocábulo *tufão* é etimológico, mas perdeu essa noção com a vulgarização da língua latina, assim como em diversas palavras. Ele afirma que poucas pessoas utilizam essa grafia obsoleta, já que o uso de *-ph*, bem como do *-y*, eram “inutilidades” (FIGUEIREDO, 1922, p.28 – volume II). Para ele, a oficialização da simplificação era apenas questão de tempo.

Com base no que foi observado na análise dos consultórios do capítulo, aponta-se a necessidade de uma política linguística que simplificasse a ortografia vigente da época, visto que as diversas palavras que poderiam ser grafadas de maneiras diferentes geravam confusão na população. Essa a razão que justifica o grande número de dúvidas a esse respeito encontradas no *corpus* de estudo.

Em vista disso, Figueiredo, que foi fortemente influenciado pelas ideias de simplificação ortográfica, utilizava-se de sua posição de autoridade do saber linguístico para difundir suas atitudes e crenças a respeito da língua enquanto uma nova ortografia não era oficializada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo investigar as atitudes e crenças que circulavam no imaginário de um grupo social constituído pelos leitores das colunas redigidas por Cândido de Figueiredo, no final do século XIX e início do XX. Como todas as publicações abordavam os usos da norma padrão e o purismo da língua, partiu-se da hipótese de que poderia existir tanto um normativismo saudável quanto um purismo saudável.

À vista disso, procurou-se exemplificar, a partir das perguntas e das respostas que compunham os consultórios gramaticais, como esses imaginários refletiam as crenças no que diz respeito ao purismo e ao normativismo no léxico, bem como na inclinação do autor em optar pela unidade linguística entre Brasil e Portugal.

Para esse fim, objetivou-se a delimitação de um *corpus* que atendessem aos propósitos desse estudo. Essa tarefa, entretanto, não foi tão simples. Em primeiro lugar optou-se em somente analisar o gênero consultório gramatical, apesar de existirem outros gêneros na obra, uma vez que se aproximava mais dos objetivos desse estudo.

Em segundo lugar, como a gama de assuntos era grande, priorizou-se os que apareceram em maior recorrência e que, conseqüentemente, foram considerados os mais relevantes para o presente estudo, ou seja, o foco no léxico e na ortografia.

Além disso, cabe ressaltar que a escolha dos consultórios gramaticais mostrou-se interessante para os propósitos metodológicos do estudo, mesmo que a relação entre locutor e interlocutor não ocorra em tempo real (dado que há a questão da elaboração da pergunta do consulente, elaboração da resposta pelo colunista, tempo de produção da informação e tempo de leitura) o jornal mostrou-se como veículo importante no processo de construção da identidade, tanto por parte dos colunistas quanto por parte dos leitores.

De acordo com Charaudeau (2010) a atividade de conceitualização é mais analítica do que na oralidade. A escrita, nesse caso, desempenha o papel de prova para instauração da verdade. Essas características, próprias da imprensa escrita, permitem reconhecer porque essa mídia é eficaz.

Durante a realização desse estudo, observaram-se muitas crenças e atitudes em relação aos estudos linguísticos. Os grupos, tanto os puristas quanto os

progressistas, influenciavam diretamente os leitores. A partir disso surgiram algumas considerações interessantes.

Como mencionado anteriormente, as colunas expuseram comentários a respeito dos fatos da língua que se consideravam erros gramaticais. E Figueiredo para “corrigir” o que julgava incorreto, nas colunas, utilizava variados critérios de correção. Foi constatado que essa oscilação entre os critérios era uma forte característica de uma geração inteira de prescritivista.

Muitos autores contemporâneos classificaram essa atitude de Figueiredo como preconceito linguístico. Entretanto, optou-se pela utilização do termo intolerância linguística em vez de preconceito linguístico, já que a intolerância é explícita, exatamente por se manifestar por um discurso metalinguístico modelado por dicotomias como por exemplo: tradição x modernidade; saber x não-saber, entre outros.

Ademais, foi visto que nem todo discurso normativo é preconceituoso, pois existe, também, um normativismo saudável. É importante destacar também que antes de julgar Figueiredo é preciso levar em consideração que na época estavam ocorrendo muitas transformações e, especificamente, nesse caso, estabelecer critérios para a correção seria essencial para a difusão da língua.

Outro aspecto a ser levando em consideração se deve ao fato de Figueiredo fazer parte de uma corrente purista, isto é, prezava por um modelo de língua livre de influências estrangeiras. Foi constatado que, segundo Câmara Junior (2011), o purismo era um fenômeno que se refletia na língua padrão.

No entanto, como no final do século XIX e início XX a língua utilizada na imprensa era a padrão, esse sentimento purista se refletia nos textos jornalísticos, como por exemplo, o consultório redigido por Figueiredo. Outro fator que contribuiu para a rejeição de estrangeirismos, neologismos e empréstimos linguísticos foi a intenção, do grupo mais tradicionalista, de padronização da língua entre Brasil e Portugal.

Contudo, foi verificado também que existe um purismo saudável. Dessa forma entende-se que o purismo é um fenômeno relacionado à norma culta de interesse da política do idioma, que pode ser definido como “purismo inteligente”. Assim, conforme Calvet (2007), há uma intervenção na forma da língua, ou seja, são aplicadas políticas linguísticas de fixação da escrita, luta contra influências estrangeiras, enriquecimento do léxico, padronização entre outros.

Para Oliveira (2004b) esse combate aos estrangeirismos na língua, não é algo que se possa classificar como certo ou errado, visto que se trata de uma questão de política linguística. E, embora essa questão possa gerar polêmica, pois parece estigmatizar os dialetos sociais, esse processo não é condenável, dado que ajuda na solidificação da língua, mostrando uma língua madura e uma gramática estável.

No caso do *corpus* de análise, verificou-se que a maior parte das dúvidas estava relacionada aos galicismos, isto é, aos empréstimos franceses. Foram ainda identificadas dúvidas relativas a empréstimos de outras línguas como inglês, espanhol e alemão. Além disso, foram observadas questões sobre estrangeirismos e neologismos.

De maneira geral, o que se observou foi que ora o consultor condena esses tipos de uso, ora afirma terem sido incorporados ao léxico pelo critério de usos. Muitas vezes a solução para o colunista seria o aportuguesamento do vocábulo. Esse fato ajuda a reforçar a heterogeneidade de critérios de correção assumido pelo colunista.

Um outro ponto a evidenciar para a análise da obra foi a identificação do ethos do autor. Essa imagem criada pelo colunista, tem relação direta com o gênero consultório gramatical, que segue um contrato de comunicação midiático. E para que essa troca comunicativa seja realizada de maneira eficaz é necessário que se faça uso de estratégias importantes para a elaboração do discurso. Ademais, é preciso considerar as estratégias utilizadas que foram essenciais para a construção da imagem do autor.

Para exemplificar esse tema, foi utilizado como base de análise o prefácio da obra, pois nele o autor convida o leitor a aproveitar a leitura e o prepara para o conteúdo que está por vir. Em alguns casos provoca o leitor a tomar posturas de natureza analítica.

Diante desse contexto, com o estudo do prefácio, foi possível identificar os tipos de ethos mais evidentes do jornalista. De modo geral, Figueiredo tentou mostrar credibilidade nos seus textos, isto é, assumiu um ethos da credibilidade. Por meio de seu discurso mostrou-se, também, como autoridade do saber, por isso teria plenas condições de atender nas consultas.

Ainda no que diz respeito ao discurso, ele afirmou ter utilizado uma linguagem mais simples e menos rebuscada, muito provavelmente como maneira de cativar o

leitor leigo em gramática normativa. Com isso, poderia atingir o maior número de pessoas, uma vez que o canal de comunicação era voltado para o público geral. Esse fato, também, contribuiu para que o autor criasse um imaginário a respeito da língua.

Verificou-se também que Figueiredo quis transmitir um ethos de inteligência. Esse artifício contribuiu para que o consultor reforçasse a ideia de detentor de conhecimento. Além disso, foi verificado que o colunista deixava clara sua posição purista e tradicionalista.

No que corresponde às ideias linguísticas que circulavam nos consultórios gramaticais, observou-se que se o leitor concordasse com as ideias do consultor, ele respondia às questões utilizando um tom ameno e amigável no discurso. Entretanto, se o consulente se mostrasse contrário às ideias linguísticas do consultor, contrariamente a situação anterior, era utilizado um tom mais agressivo. Possivelmente, com o objetivo de persuadi-lo de suas convicções.

Uma outra forma de mostrar-se como autoridade do saber foi a afirmação do colunista em responder e debater somente com aqueles que dominavam os fatos da língua ou que fossem estudiosos do assunto. Por fim, foi identificado que o consultor assumiu o papel de formador de opinião, tendo em vista que, em conformidade com Charaudeau (2016), se constrói um saber coletivo de crença sobre os interesses da vida em sociedade e de seu ordenamento político.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração diz respeito às questões ortográficas. Foram encontrados no corpus muitos consultórios com dúvidas relativas à ortografia. Esse fato deveu-se ao período pseudoetimológico, que com o desenvolvimento dos estudos humanísticos acarretou o eruditismo na língua escrita. Por esse motivo, era observada na ortografia uma tentativa de aproximar a grafia das palavras portuguesas com a grafia das latinas e gregas.

Conseqüentemente, devido ao período conflituoso que a ortografia passava era aceitável que surgissem dúvidas a respeito da língua e seus usos, pois eram encontradas duas ou três grafias para o mesmo vocábulo. Com base nesses aspectos e com o estudo do *corpus* constatou-se que Figueiredo era a favor da simplificação do sistema ortográfico.

Dessa maneira, é importante destacar que uma política linguística era, naquele momento, essencial para a padronização da língua portuguesa. Convém

salientar que as dúvidas retiradas do consultório, atualmente, não são consideradas mais dúvidas, porque essas questões já estão cristalizadas na gramática normativa.

Assim, pode-se dizer que o imaginário que circulou na sociedade pôde ser considerado uma fonte de identificação entre os falantes, uma vez que a instabilidade na língua gerava insegurança linguística nas pessoas e elas precisavam de alguém que estabelecesse critérios de correção coerentes. Além disso, notou-se que as crenças que o colunista nutria a respeito da língua, atreladas às estratégias de discurso, serviram como fonte persuasão para os leitores.

Considerando-se o estudo realizado, chegou-se à conclusão de que algumas crenças e atitudes em relação à língua foram fundamentais para políticas linguísticas. E, apesar da heterogeneidade de critérios, Figueiredo cumpriu para o que ele se propôs, dado que o público só desejava saber afinal qual era o certo.

Portanto, o interessante deste estudo foi observar como as atitudes e crenças de um estudioso da língua puderam influenciar uma camada importante da sociedade brasileira. Da mesma forma, mostrou-se importante considerar as transições pela qual a sociedade passava, no que se refere às questões linguísticas, para entender a posição taxativa que o colunista assumia. Ademais, foi visto que nem toda postura purista e normativista pode ser considerada ruim, já que existe o purismo saudável e um normativismo saudável, que influenciam diretamente no processo de política linguística.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL on line. VOLP Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>. Acesso em: 3 nov 2016.

AGUIAR, Monalisa dos Reis. As reformas ortográficas da língua portuguesa: uma análise histórica, linguística e ideológica. *Filol. linguíst. port.*, n. 9, p. 11-26, 2007.

ALENCAR, José de. *Iracema*. 24. ed. São Paulo: Ática, 1991.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANDRADE, Adriano da Guerra. *Dicionário de pseudônimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1660].

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAKHTIN, Mikahail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. 5. ed. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010.

BASILIO, Margarida. *Teoria lexical*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

BECHARA, Evanildo. *O que muda com o novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2008.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOCK, Ana M. et al. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOURDIER, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas: introdução, organização e seleção* Sérgio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CABAÑAS, M. A. *Marcas de Intolerância no Combate aos Estrangeirismos: O Caso dos Galicismos na Língua Portuguesa*. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARDOSO, Elis de Almeida. *Drummond, um criador de palavras*. São Paulo: Editora Fapesp; Annablume, 2013.

CARDOSO, Wilton. Louvor a Mestre Aires. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 39-46, nov. 1979. ISSN 2359-0076. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/4253/4093>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. As políticas linguísticas e de ensino de língua em Timor-Leste: desafios de um contexto multilíngue. *Revista Filologia e linguística portuguesa*, v.12, n.1, p.10-25, 2010. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/flp/article/view/59854/62963>>. Acesso em: 30 maio 2017.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Os estudos de português no Brasil*. Letras. [Curitiba] (Universidade do Paraná), 1969.

_____. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAMBRIDGE DICTIONARY on line. English Dictionary & Thesaurus. Cambridge, Cambridge University Press, 2016. Disponível em: <<http://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/>>. Acesso em: 2 maio 2016.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALIERE, R. S. A gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Limite: revista de estudos portugueses y de la lusofonía*, v. 6, p. 217-236, 2012. Disponível em: <<http://www.revistalimite.es/volumen%206/11cava.pdf>>. Acesso em: 16 mar 2016.

_____. A respeito Gramática Descritiva, de Maximino Maciel. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, v. 2, p. 40-52, 2004. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/2/139.pdf>>. Acesso, em 16 de mar. de 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens at de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____; MAINGUENEAU, Dominique (Org.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. In: H., Boyer (Org.). *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*, L'Harmattan, 2007. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Les-stereotypes-c-est-bien-Les,98.html>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

_____. *Discurso político*. 1. Reimpr. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia (Org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 309-326. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010a.

_____. O discurso propagandista: uma tipologia. In: Machado, Ida Lucia & Mello, Renato. *Análises do Discurso Hoje*, vol.3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna) 2010b, p. 57-78. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-propagandista-uma.html>. Acesso em: 20 Ago. 2017.

_____. Identidade linguística, identidade cultural. In: Glaucia Proença Lara, Rita Pacheco Limberti (orgs.). *Discurso e (des)igualdade social*, São Paulo: Contexto, 2015, p.13-30. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-linguistica-identidade.html>). Acesso em: 22 jun. 2017.

_____. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *O que é ideologia*. São Paulo: Ática, 1980.

CHOMSKY, Noam. *Lingüística cartesiana: un capítulo de la historia del pensamiento racionalista*. Madrid: Editorial Gredos, 1969 [1966].

CLARE, Nícia de Andrade Verdini. *Ensino de Língua Portuguesa: uma visão Histórica*. N.23, p. 7 – 24, 2003. Disponível em: <<http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/23/idioma23.pdf>>. Acesso em: 16 Maio. 2016.

CORREIA, Cesar. *Dr. Candido de Figueiredo: ligeiro esboço biográfico*. Viseu: Tip. da Província, 1907. (Universidade de Coimbra Faculdade de Letras).

CORREIA, Margarida; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

CRISTOVÃO, Tiago. *Ficha Bio-bibliográfica Antônio Cândido de Figueiredo (1846 – 1925)*. Lisboa: Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, 2007. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/ConteudosAreasDetalhe_DT.asp?I=1&ID=2116>. Acesso em: 26 Fev 2016.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. A língua portuguesa no Jornal do Comércio: as colunas de Cândido de Figueiredo. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL. *DOMÍNIOS DO SABER: HISTÓRIAS, INSTITUIÇÕES, PRÁTICAS*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/ViewPDFInterstitial/61/55>> Acesso em: jan. 2014.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E PATRIMÔNIO; DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA (Org.). *Estudos em Homenagem a José Amadeu Coelho Dias, v.2*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

DICIONÁRIO ABERTO. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Cândido de Figueiredo – 1913*. Portugal: [s.n] [2007 - 2010]. Disponível em: <<http://www.dicionario-aberto.net/estaticos/about.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

DICIONÁRIO HOUAISS: eletrônico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

FARACO, Carlos Alberto. Mudanças Ortográficas no Horizonte. *Revista Linguagem*. 5 ed, fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/especial_ao/05_faraco.php>. Acesso em: out. 2017.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Peregrinações (1868 a 1908) Versos de Cândido de Figueiredo (escolhidos, corridos e anotados)*. Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1908. Disponível em: <<https://archive.org/details/peregrinaes100figu>>. Acesso em: 4 mar 2016.

_____. *O que se não deve dizer*. Bosquejos e notas de filologia portuguesa. 4. ed., v. 1. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1922.

_____. *O que se não deve dizer*. Bosquejos e notas de filologia portuguesa. 3. ed., v. 2. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1922.

_____. *O que se não deve dizer*. Bosquejos e notas de filologia portuguesa. 3. ed., v. 3. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1927.

_____. *Lições práticas da língua portuguesa*. 8. ed., v.1. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930.

_____. *Lições práticas da língua portuguesa*. 7. ed., v.2. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Lições práticas da língua portuguesa*. 6. ed., v.3. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1929.

FIORIN, José Luiz. E agora, Portugal? *Revista Língua Portuguesa*, ano 3, n. 28, 2008. Disponível em: <<http://www.stellabortoni.com.br/index.php/artigos/1041-fioaio-fala-sobai-o-aioaio-oatogaafio-io-poatugues>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. O acordo Ortográfico: uma questão de política linguística. *Revista Veredas*, v.13, n.1, p. 07 – 19, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo012.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

FORMULÁRIO DE 1911. *Formulário ortográfico conforme o plano de regularização e simplificação da escrita portuguesa*. Portal da Língua portuguesa, Instituto de Linguística teórica e computacional, Lisboa. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1911>>. Acesso em: 1 abr 2016.

GOUVEIA, Francisco de. *Cândido de Figueiredo – Biografia por Francisco de Gouveia*. Lobão da Beira, Portugal: Lobão da Beira Web – Produções Amadoras 2007. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/196128315/CANDIDO-DE-FIGUEIREDO-BIOGRAFIA-POR-FRANCISCO-DE-GOUVEIA>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

GRADIM, Anabela. *Manual de jornalismo*. Covilhã: livros LabCom, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMELLI, C., *Lá Pensée sociale, collection, Que sais-je?*. PUF, Paris, 1999.

HEITLINGER, Paulo. Tratado de Confissom (1489). *Blog Tipografos.net*, 2007. Disponível em: <<http://tipografos.net/historia/tratado-confissom.html>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

HENRIQUES, Claudio Cesar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. *A nova ortografia: o que muda com o novo acordo ortográfico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ILARI, R. BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

JESPERSEN, Otto. Correct and good language. In: _____. *Mankind, nation and individual; from a linguistic point of view*. London, George Allen, Unwin, 1946.

LEITE, Marli Quadros. A intolerância linguística na imprensa. São Paulo, 2005. *Revista Linha D'água*, n.18, 2005. Publicado em 2013 – 03 – 12 Programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas universidade de São Paulo.

_____. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Ethos, Cenografia, incorporação. In: AMOASSY, Ruth (Org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2016. p. 68.

MARCONDES, Iara Lúcia. *Os consultórios gramaticais: um estudo de preconceito e intolerância linguística*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 179f.

MARCUSCHI, Luíz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2012.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTÍN, Vivaldi Gonzalo. Gêneros periodístico. In: *El Periodismo – teoría y práctica*. Madri: paraninfo, 1973.

MARTINS, Nilce Santa'Anna. *História da língua portuguesa V. Século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a "Língua Brasileira"*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003. 204p.

MICHAELIS DICIONÁRIO on line. *Moderno Dicionário brasileiro da língua portuguesa: melhoramentos*, 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2017.

NASCIMENTO, Erivaldo P. *Jogando com as vozes do outro: a polifonia – recurso modalizador – na Notícia Jornalística*. 2005. Tese (Doutorado) - UFPB, João Pessoa, 2005.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Como e quando interferir no comportamento linguístico do aluno. In: JÚDICE, Norimar et al. (Org.). *Português em debate*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 65-82.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Língua padrão, língua culta, língua literária e contrato de comunicação. *Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro, série 7, n.10, p. 84 – 94, 2004a. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno10.html>>. Acesso em: jan. 2012. Rio de Janeiro..

_____. Galicismos em Mário Barreto: uma questão de política do idioma, *Trabalho apresentado no VIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA (I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Linguísticos)*, UERJ, agosto de 2004b.

_____. Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar; SIMÕES, Darcília (Org.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2004c.

_____. Repensando o conceito de “correto” na linguagem. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, ano 3, n.3, p. 64 – 71, 2004-2005. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/3/065.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2016.

_____. Ensino do léxico: o problema da adequação vocabular. *Matraga: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*. Rio de Janeiro, v.13, n.19, p. 49-68, jul./dez 2006.

_____. Gêneros textuais e conceitos afins: teoria. In: VALENTE, André (Org.). *Língua portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Caetés: 2007.p.79-92.

_____. Neologismos, política da língua e produção de textos. In: VALENTE, André C.; PEREIRA, Maria Teresa G. (Org.) *Língua portuguesa: descrição e ensino*. São Paulo: Parábola, 2011a.

_____. Ortografia e unidade lusófona – *III Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (Simpósio 21 – terminologia linguística, acordo ortográfico e ensino de português: soluções e problemas*. Coordenado por Cláudio Cézars Henriques), Macau, China, 28/ago. A 2/set./2011b. Disponível em: <<http://heleniofon.blogspot.com.br/>>. Acesso em: jan.2014.

_____. O temor de corrigir a linguagem do aluno: suas origens. *Revista Humanidades*, v. 29, n. 1, Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rh/article/view/4683/3753>>. Acesso em: fev. 2018.

_____. Por uma política humanizadora de prescrição. *Língua Portuguesa, descrição e ensino: diálogos – anais do XI fórum de Estudos linguísticos da UERJ – Grupos temáticos/ André C. Valente, Denise Salim (Org.)*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2015.

OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ORLANDI, Eni P. (Org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. São Paulo: Pontes; Unemat Editora, 2001.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma História das Ideias no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2002.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento humano*. 12. ed. Rio de Janeiro: AMGH Editora Ltda, 2013.

PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa IV. Século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

PINTO, Renata Cristina Barreto. *Comentário Crítico do “O que se não deve dizer” de Cândido de Figueiredo: um estudo de atitudes e crenças sobre a linguagem*. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. 78f.

POLIDO, André Guilherme. *Michaelis dicionário de sinônimos e antônimos*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

HAUGEN, Einar. Dialect, language, nation. *American Anthropologist*. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, Janet (Ed.) *Sociolinguistics*. Middlesex: Penguin Books, 1972.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo G. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro, Codecri, 1978.

RIBEIRO, Manoel P. A Reforma ortográfica da Academia Brasileira de Letras em 1907. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, ano 9, n. 9, Nova fase, p.206 – 210, 2011. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/206.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. Gladstone Chaves de Melo e o ensino de Língua Portuguesa. *Cadernos do CNLF*, série 7, n. 05, 2003. Homenagem a Gladstone de Melo. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno05-07.html>>. Acesso em: 12 Jun. 2017.

ROCHA, Carlos. *A história da grafia do nome Brás*. Lisboa, 2016. Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/alguma-historia-da-grafia-do-nome-bras/34101>>. Acesso em 25 out 2017.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

SAID, Eduard W. *Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia da Letras, 2007.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil: império e república*. São Paulo: Moderna, 1990.

SILVA, Maurício. Superando a “anarquia ortográfica”: A Academia Brasileira de Letras e a Reforma ortográfica da Língua Portuguesa (1907). *Revista Socioleto*. v.4. n.12. p. 541-554, 2014.

SILVA, Maximiniano de Carvalho e. Sousa da Silveira – O homem e a obra. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, n.16, p. 8 -26, Nova Fase, primeiro semestre, 2015. Disponível em: < <http://www.filologia.com.br/arquivos/REV%20XVI.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA DA SILVEIRA, Álvaro Ferdinando de. *Trechos seletos*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Briguiet, 1966 [1919].

TEIXEIRA, Eni Ferreira. *O vocativo “nem” no imaginário linguístico brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 96f.

_____. Os Gêneros textuais consultório gramatical e artigo metalinguístico na obra de Cândido de Figueiredo. *Vozes dos vales*, v. 10/2014, p. 1, 2014.

_____. Breve panorama historiográfico da gramaticografia: as conjugações da língua portuguesa. *Revista Temporis [ação]*, v.14, p.61-73, 2015.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. [1997].

VALENTE, André. *Neologia na mídia e na literatura: percursos linguísticos-discursivos*. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas; Pontes, 2002.

VIANA, A. R. Gonçalves; ABREU, G de Vasconcelos. *Bases da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. Disponível em: <<http://purl.pt/437>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

VILAR, Anita. A poetisa do Sado. Setúbal, Portugal: *Blog do núcleo de Poesia de Setúbal*, 2007. Disponível em: <[http://quebralemes.blogspot.com.br/2012/09/canto—do-s-poetas-poetisa-do-sado.html](http://quebralemes.blogspot.com.br/2012/09/canto-do-s-poetas-poetisa-do-sado.html)>. Acesso em: 1 abr. 2016.

WIKIPÉDIA. *A enciclopédia livre*. Wikimedia Foundation: 2016. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tungst%C3%AAnio>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

ANEXO – Os consultórios gramaticais

ANEXO A

Em vez de prefácio

(Da 1.ª edição)

O que se não deve dizer tem sido, e talvez continue a sêr, o título genérico de vários e numerosos artigos, por mim estampados na imprensa periódica de Portugal e do Brasil.

Este livro porém não é a compilação d'esses artigos, não só porque eles abrangeriam muitos volumes, senão também porque muitas das páginas, que se seguem, só agora aparecem subordinadas ao aludido título.

É título, a final, que quadraria a qualquer dos volumes que tenho publicado em matéria de língua-portuguesa, — afora o *Dicionário*, é claro. Com efeito, nos últimos quinze anos, a minha atenção de estudioso e de publicista tem recaído especialmente nas mais vulgares incorrecções ou delírios de linguagem, isto é, no que se não deve dizer, falando

ou escrevendo. Mas, concluída uma série de *Lições Práticas*, o volume imediato teve já outro título, *Estrangeirismos*, e o de agora outro título vai ter, que poderia competir a todos eles, mas que ficará pertencendo a um só, para que o leitor ingênuo não considere os meus livros dependentes uns dos outros, e os possa adquirir pela ordem que mais lhe aprouvé.¹

O subtítulo *notas de filologia* justifica-se pela variedade e natureza despreteusiosa destes estudos. Um ou outro capítulo daria, só por si, matéria para volume; mas o escopo do autor não é fazer dissertações eruditas, nem escrever para os sábios, aos

¹ Actualmente, (1916), *O que se não deve dizer* é o título de uma série de 3 volumes. (*Nota da 3.ª edição*).

quais aliás não poderia dar novidades: é difundir, pelos meios mais eficazes e em benefício da língua nacional, o que os sábios e a experiência lhe ensinam. Ora, aquele benefício será tanto mais sensível, quanto mais numerosos forem os leitores; e é sabido que o número destes está sempre na razão directa da simplicidade da forma, da estreiteza da exposição e da variedade do assunto. Nem de outra forma se explica a excepcional e lisonjeira aceitação e procura dos meus modestos trabalhos sobre linguagem portuguesa. Não os recomendo certamente o nome nem os méritos do autor: recomendo-os a forma ligeira, despreocupada e às vezes humorística, a sua variedade e oportunidade, e talvez um pouco de patriotismo, inerente a todos os esforços em prol da linguagem nacional.

Pela própria natureza dos assuntos, são naturais as divergências e as discussões em matéria de linguagem. Por isso, tenho discutido serenamente opiniões alheias e replicado á contestação das minhas, por forma que a segunda parte d'este livro, contendo algumas discussões e críticas, é complemento da primeira, visto como a discussão apresenta em maior espaço e sob vários aspectos uma ou outra afirmação, que ficou feita succintamente.

Claro é que não aparece em público resposta minha a todas as divergências que a letra redonda me tem oposto. Por dever de dignidade literaria e dignidade pessoal, não costumo responder aos que não sabem discutir sem ofender o adversário, e aos que, ignorando os mais simples rudimentos de flogia e história da lingua, julgam poder t'er opinião

assente em questões de linguagem. Com a audácia da ignorância e com a grossaria de escrevedores lapuzes, mal avisado andaria eu, se gastasse tempo e tinta. Discutido por homens de juizo claro e boca limpa, honra-me a discussão e não fujo a ella, antes de convencido pelos que mais sabem.

Vai nisto resposta a uns, que ainda não sabem porque deixo impunes tais ou tais asinidades, que uns *quidans*, anónimos illustres, me atiram ao ca-minho.

Não curemos d'elles, que não seria airoso fazer concorrência ás m'óscas; e tratemos de coisas limpas, como homens de bem e de tino.

Lisboa, 1 de Março, 1903.

C. DE F.

Tuphão

Estranha *Santelmo* que escrevam *typho* e *tyfão*. *Tufão*, efectivamente, tem *ph* na sua etimologia, mas *vulgarizou-se* e com isso perdeu a *noção etimológica*, como dizem os filólogos; e é pela mesma razão que todos nós escrevemos *feijão*, *carta*, *corvo*, *pranto*, e não *pheijão*, *charta*, *chorvo*, *pranco*, formas que ninguém aceita nem se devem aceitar, mas que teriam a mesma justificação que *typho*, com *y* e *ph*.

Emquanto a palavra é erudita ou não vulgar, os padres-mestres todos se derretem deante das belezas do *y*, do *ph*, do *th*... e quejandas inutilidades.

Felizmente, o culto delas está reduzido a alguns grãos de incenso, que ainda fumam no turbulo de algum caturra serôdio, e ao significativo encolher de ombros da maior parte dos jornalistas.

Daqui á vitória completa da uniformização e simplificação ortográfica são dois passos.

E então já ninguém terá medo do *typho*, porque todos escreverão *tyfo*, e não se provocará a febre com a xaropada do *y* e os dois cobertores *ph*.
É assim mesmo.

Monte Mór

De *Caturra-Mór*:

— «Monte-Mór, ou Montemór?» —

Nenhuma destas formas é errada, mas a primeira é pretensiosa, inusitada e inútil. É como se escrevêssemos *Monte-Negro*, em vez de *Montenegro*, *Valle-Bom* em vez de *Válbom*, *água-ardente*, em vez de *aguardente*, *ante-ver*, em vez de *antever*...

Portanto, *Montemór*.

Bonda

Ana deseja saber se se pôde usar *bonda*, no sentido de *é bastante*.

Isso é provincialismo, ouve se muito na Beira, vem do verbo *bondar*, aférese de *abondar*, por *abun-*

alegou que, apesar de não subscrever tal sintaxe, poderia ela defender-se com a prática do juriscônsulto Ferreira Gordo, — que, aqui para nós, nunca foi autoridade literária.

Se o caso se desse comigo, eu, não querendo dizer o *mea culpa*, justificaria aquela sintaxe com clássicos de primeira água, incluindo o próprio Camões. Não quero porém reproduzir aqui os textos desses clássicos, porque há ingênuos, que aceitam cegamente quanto se lê nos clássicos, e eu não quero a responsabilidade de contribuir para a difusão de uma prática que, se teve atenuantes na infância da linguagem nacional, não tem hoje desculpa fácil.

Como verbo intransitivo, no sentido de existir, *haver* não tem hoje plural. Se pudéssemos dizer *houveram roubos*, poderíamos dizer *hão homens*, em vez de *há homens*. Mas *há homens* é construção corrente e legítima, justificada pelo uso dos mestres e pelas regras dos gramáticos. *Houveram homens* é forma que só vejo praticada por ignorantes e irrisponáveis; e, na história da lingua, é caso esporádico que não destrói nem deve abalar a tradição constante e a prática de todos os séculos. ¹

¹ Cf. C. DE FIGUEIREDO, *Lições Práticas*, vol. 5, e vol.

Táfulo

Alpha deseja saber se *tafulo* é palavra portuguesa; e, sendo o mesmo que *taful*, qual é o plural.

Táfulo é uma variante popular de *taful*, e, pelo menos, serviu-se dela o Garrett e o Camilo, (*Cançãoeiro Alégre*, pág. 301).

Quanto ao plural, isso agora não parece sério. É questão de instrução primária: *taful*, *tafulis*; *tafulo*, *tafulos*...

Estes meninos de bigode custam mais a aturar que os meninos de bibe.

Pyramidon

De *Um farmacêutico*:

— «*Pyramidon*, ou *pyramidão*, ou *pyramidó*?» —
O *pyramido*, ou, antes, *piramidão*, não me re-

Vai-te com ira má. — Ali o *ira má* terá relação com o *Ahriman* oriental ?

Não, senhor; é corruptela morfológica e fonética de uma antiga expressão adverbial, *eramá* ou *eramá*, usada por Gil Vicente, Jorge Ferreira, etc.

No vol. I, pág. 15, da edição hamburguesa de Gil Vicente, lê-se:

— «Fartos *eramá* de pão.» —

Eramá, *era má*, *era má*, já por si era corruptela de *hora má*. *Eramá* é o mesmo que *em má hora*, *na má hora*...

Li

Et

Um *Indiano* ficou surpreso de ver que em Portugal se dá ao *t* final em palavras latinas, como *est*, o valor de *ç*, e acha que é mais fácil dar-lhe o próprio som de *t*, como se faz na Índia.

Isto aqui não é escola de latim, mas a boa hospitalidade é a norma desta casa...

Isso de ser mais ou menos fácil dar um valor ou outro ao *t* final em latim, é uma ideia *absolutamente relativa*, desculpem o paradoxo.

A exacta pronúncia de todo o latim, visto que

o latim morreu para a linguagem dos povos de hoje, é um problema insolúvel, a meu vêr.

Cada nação moderna lê o latim a seu modo. Se *Um Indiano*, que usa a pronúncia que lhe ensinaram, for ouvir missa a um padre francês, por exemplo, foge espavorido, porque nunca ouviu tais latins.

Em Portugal, todavia, procurou-se lêr latim, como o leriam nos tempos de Cícero; e estávamos todos muito descansados a este respeito, quando a Filologia veio mostrar que, em muitos casos, liamos o latim á portuguesa, e não á latina. Produziu escândalo a revelação, porque é sempre perigoso mexer na rotina, e rebou um côro de dichotes e facécias contra os *kákeros*, que tiveram a ingenuidade de falar a sério com quem só se leva a rir. E continuámos, e continuaremos, a lêr o latim, como no-lo ensinaram até o século XIX.

Portanto, leia *Um Indiano* como o ensinaram, e os Portugueses farão o mesmo, sem risco da paz uropeia.

Lii

Verão-se

De *Um Teimoso*:

— «Em vez de *vêr-se-ão*, não se poderá escrever *verão-se?*»

Poderia. E até Camões, segundo parece, escreveu este verso:

«Verá-se em fim toda a Índia conjurada.»

Mas não se usa; e já San-Vicente de Lélis afirmava que é *verdade o que se diz sempre e em toda a parte*.

Vamos com os santos, que não vamos mal.

Se *Teimoso* não quere ir para o diabo.

Se fór, escreva de lá.

LIII

Ecran

De *Alda*:

— «Em vez de *écran*, que geralmente traduzem por *guarda-fogo*, costumamos dizer em nossa casa *velador*. O meu mestre recalcitra. Tem razão?» —

Sim, minha senhora. *Velador*, como substantivo, designa especialmente um utensílio, muito conhecido nas províncias, formado de uma haste sobre uma peanha, e que serve para segurar a candeia.

Ecran não é precisamente o guarda-fogo: este encosta-se ao fogo, a fim de evitar o perigo do resalto das faúlhas para o pavimento da quadra; e

o *écran* é um artefacto, mais ou menos luxuoso, espécie de anteparo, que se firma sobre dois pés adiante do fogo, não para livrar de incêndio, mas para atenuar o calor que do fogo recebemos. Podemos chamar-lhe *para-fogo*, para o distinguir do *guarda-fogo*, embora esta última designação não seja despropositada.¹

LIV

Mação

O sr. M. C. M. discorre:

— «*Mação*, em português, significa pedreiro-livre; mas, talvez porque este significado dificulte as derivações, tirou-se de *maçon* a *maçonaria*, *maçonico*, etc. Se o *maçon* se desprezasse, como faríamos os derivados de *pedreiro-livre*? E, se a *maçonaria* não deve desterrar-se, teremos de apontue-sar o *maçon*?» —

Não é preciso apontue-sá-lo: já está apontue-sado. É *mação*; e não é, entre nós, palavra nova. Há um século, já o Padre José Agostinho invecti-

¹ Cf. C. DE FIGUEIREDO, *Lições Práticas*, vol. I.

ziada fina, por causa de quem os padeiros se levantam a desoras, etc.

2.^a — Porque falar português á francesa é *chic*, é distinto, nos camarotes de San-Carlos, no Chiado, na Baixa, no Martinho, e até nos escriptorios de jornaes que se prezam.

3.^a — Porque a noticia de casamentos illustres tem lugar de honra em o noticiário indigena, e o noticiário faltaria aos seus mais sagrados, etc., se, falando de *corbeilles*, *cadeaux*, *parures*, *raouts*, não desse á noticia a cor local... de Paris: *penes em tartaruga*, *porte-brosses em damasco*, *porte-montres em alumínio*, *caneta em ouro*, *tinteiro em prata*...

Então V. Ex.^a não sabia a razão da asneira? Bem se vê que reside em Paris, e não conhece a cabeça ôca de uns manequins lusitanos que, se vissem passar V. Ex.^a, não resistiriam á tola petulância:

— «Que lindo vestido em seda!»

É uma lindeza esta praga de manequins. ¹

¹ Cf. C. DE FIGUEIREDO, *Falar e Escrever*, vol. III.

Se eu fôsse a ti...

Ponderações de um curioso:

— «Oigo dizer — eu se fôsse a ti, em vez de — eu, no teu lugar... Parece-me asneira.» —

Sará; mas é forma popular, autorizada por Gil Vicente e outros. Depois de eu ter visto no fundador do teatro português a forma

«Porque tal fui coma ti.»

também o Sr. Júlio Moreira, no seu recente e interessante livro *Estudos da Língua*, (pag. 17 e seguintes), colligiu novos e numerosos exemplos clássicos daquelle dizer popular, como — eu, se fôsse a ti; eu, se fôsse a vós.

É hoje sintaxe anormal, mas é popular, e tem n. titos...

se-lhe dever imperioso ir registando as conquistas que lhe é dado realizar, contra o erro e contra a rotina mais ou menos inconsciente.

Se o meu querido leitor, com a isenção das almas grandes e com algum amor á verdade, não leva a mal essas conquistas, pratique-as ou não as pratique, mas fique sabendo que, perante a sciência da linguagem, não admitem já hoje sombra de dúvida as seguintes fórmulas:

Açúcar, em vez de *assúcar*;

Çapato, em vez de *sapato*;

Maçulmano, em vez de *musulmano* ou *musulmano*;

mano;

Çamefa, em vez de *samefa*;

Çalema, em vez de *salema*;

Çalamaleque, em vez de *salamaleque*;

Çaguão, em vez de *saguão*;

Çarça, em vez de *sarça*;

Çape, em vez de *sape*;

Çaraza, ou *çaraca*, em vez de *sarasa*;

Çaloto, em vez de *saloto*; etc., etc.

Quem tivér olhos, veja. ¹

VI

Duas letras fatais

Se a prática de se escrever z em lugar do s medial obedecesse a um plano de ortografia sónica, indá essa prática se poderia sustentar, por meia hora ao menos; mas, no estado actual da lingua portuguesa, a *sónica* é um ideal intangível, e nem pensam nela os que escrevem *Brazil*, *empresa*, *atraz*, etc., porque, ao mesmo tempo escrevem, e bem, *coisa*, *casa*, *fuso*, etc., e perpetram até a generalizada incorrecção de *rasão* e *civilisar*, á francesa, (*raison*, *civiliser*).

Portanto, as incorrecções como *Brazil* não derivam de um sistema, mais ou menos defensável, mas do hábito, em que os nossos escriptores se comprazem, de se não importar da razão do que escrevem, e inda da prática, que chegou a generalizar-se no século xviii e no principio do xix, de se escrever sempre z em lugar do s medial: *caza*, *coaza*, *rosa*, *Azia*, *Brazil*...

¹ Cf. C. de Figueiredo, *Livros Práticos*, vol. n, cap. 60; *Problemas da Linguagem*, vol. II, cap. 10.

O assunto, porém, não é dos mais simples para quem não disponha de algumas noções históricas da língua, e de umas tinturas de filologia românica. Tenho, porém, já procurado esclarecer, a tal respeito, os meus lidos, apresentando-lhes a lista de grande número de termos, em que se tem dado mais geralmente a confusão do *s* e do *z*, e dispensando-me de dissertações filológicas, quase sempre impróprias para a maioria do público leitor, se é que tais dissertações têm leitores, fora do escasso âmbito de algum cenáculo filológico.

Em 1890, como se vê do primeiro volume das *Lições Práticas*, já me impressionava a aludida confusão e não me parecia que os nossos filólogos e gramáticos tivessem dado à matéria a devida atenção e largueza. Posteriormente, porém, há pouco tempo ainda, — e é-me gratíssimo confessá-lo, — fui informado de que o notável foneticista Gonçalves Viana, cuja reputação nos principais centros científicos da Europa dispensa encontros meus, havia já chamado a atenção dos estudiosos para tal confusão, escrevendo sobre ela na *Romania*, de Paris, e em outras publicações.

Não vi esses escritos; mas creio bem que a doutrina daquele douto romanista é a sólida confirmação do que tenho dito e direi á cerca das duas *letras fatais*...

Em duas circunstâncias diversas se comete o erro da substituição do *s* por *z*, e do *z* por *s*: no final de uma palavra ou entre vogais.

Eu, já por mais de uma vez, sustentei e provei que a ortografia correcta e exacta é *Brasil*, e não *Brazil*: a etimologia da palavra, a sua forma no latim bárbaro (*Brasilis*), e a sua forma em todas as línguas cultas, não deixam dúvida de que o tal *z* é uma intrusão injustificável, que a imprensa portuguesa e brasileira deviam ter expungido há muito. Mas se no espirito claro de alguns leitores destas linhas ainda houver restos de dúvida a tal propósito, poderão abrir as minhas *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, vol. II, onde mais de espaço me refiro ao assunto, ou poderão dirigir-me o fundamento das suas hesitações, a fim de que eu reforce a demonstração já feita.

Por hoje, e como não valha a pena repetir arrastados meus, bastará deixar, como assente, que *Brasil* não pôde legitimamente ter *z*, mas, sim, *s*. Creio, até, que é indiscutível o caso.

Mas não é caso esporádico a tal forma *Brazil*: é uma das numerosas incorrecções, em que muita gente cai, por efeito da desastrada confusão de duas letras distintíssimas, o *s* e *z*.

São realmente duas letras fatais, porque têm levado, não digo só escritores incipientes ou pouco eruditos, mas até escritores de primeira ordem, a perpetrar, de ânimo leve, disparates ortográficos como *rasão*, *civilisar*, *faser*, e outros de feição contrária, como *atravez*, *mezes*, *empreza*, *meza*, e muitos outros, que até o meu amável leitor tem cometido, sem dar por isso.

mais indispensáveis sinais diacríticos, como o tro-
ma, o acento grave, o *y* acentuado, etc. E, como o
z final torna geralmente *aguda* uma palavra e o
acento circunflexo não abundava nos calxotins, en-
trou-se a escrever e a compor *ez* em vez de *ês*. E a
tal ponto o êrro se radicou, que, embora já hoje
nas escolas portuguesas se mande escrever *portu-
guês, inglês*, etc., como escrevia Herculano e todos
os nossos mestres antigos, inda não é fácil emen-
dar, por exemplo, o *marquez*, que aliás se deve
escrever *marquês*.

Mais fácil é corrigir *princeza, freguez, freguezia,*
etc., que também são escritas errôneas, mas que a
rotina *moderna* não fará sacrificio em substituir
por *freguesia, freguês, princeza*, etc.

Mas o fatal *z* não serviu só para transformar o
ês em *ez*. A analogia levou o público inconsciente a
escrever *puz, poz, quiz, quizer, Luiz*, etc., e os escri-
tores modernos, na sua grande maioria, por indi-
ferença ou irreflexão, deixaram-se ir na onda e che-
garam a dar foros de uso autorizado a verdadeiros
disparates ortográficos. A ortografia exacta é *Luís,*
quis, quizer, pus, puzer, atrás, através, etc.

Mas daqui não conclua algum leitor ingénuo,
como já vi discorrer um pobre professor, que o *z*
final se pôde dispensar sempre.

Não, senhores: cada letra tem o seu o lugar, *par-
ticit de naissance*, e não *par droit de conquête*. O *z* fica
onde deve estar: por exemplo em *talvez, fez, luz,*
traz, capaz, infeliz, atroz, etc. Aqui, sim; acolá, não.

Como se sabe, os substantivos abstractos com
o sufixo *eza*, correspondente ao sufixo latino *itia*,
só por êrro crasso se escreverão com terminação
esa: *bristesa, bellesa*, etc. Mas, por uma falsa analogia,
há muitos que escrevem *defesa, empresa, mesa*, etc.

É êrro: o latim *mensa, emprehensa, defensa*, etc.,
ordena que se escreva *defesa, mesa, empresa*, etc.
Umaz vezes por ignorância, outras por desleixo,
e outras ainda por influencia do francês, (*raison,*
civiliser, etc.), também se perpetra, vulgarmente, o
êrro de escrever *rasão, civilisar, realisar*, etc.

Em português correcto, visto que o *ti* prevocá-
lico latino (*ratio*) nunca pôde representar-se por *s*,
nem o sufixo grego *izan* por *isar*, só se deve es-
crever *razão, realisar, civilizar*, etc.

É também êrro vulgar confundir-se o verbo *co-
zer* (carne, legumes, etc.), com o verbo *cozer* (as ca-
misas, as ceroulas, etc.). E contudo são vocábulos
distintos, de diversa origem e de diversa escrita:
coze-se a camisa e *coze-se* a carne ao lume.

Mas inda mais generalizado é o êrro, perfilhado
levianamente por quase todos os escritores portu-
gueses do último século, de se finalizar uma pala-
vra em *z*, onde devia estar *s*: *portuguez, francez,*
atráz, atravez, freguez, etc.

Este êrro, evidentemente oposto ás tradições
da lingua, á prática de todos os antigos mestres e
aos mais correntes principios da sciencia da lingua-
gem, derivou sobretudo da pobreza das nossas tipo-
grafias, onde inda hoje escasseiam ou faltam os

Bem sei que aos menos lidos nem sempre será fácil discriminar os direitos do s e do z; mas inda que elles não estejam dispostos a vêr os bons mestres e os bons dicionários, o que eu digo lhes poderá servir para se deixarem tomar de algum escrupulo, e vêr se podem travar o mau hábito de escrever ao acaso, como quase todos temos feito.¹

¹ A respeito do errado emprego do s e do z, cf. C. de Figueiredo, *Lições Práticas*, vol. II, cap. 60 e 86; vol. III, cap. 11, 59 e 106; *Falar e Escrever*, vol. I, cap. 94; vol. II, cap. 1, 33, 63, 116, 147; vol III, cap. 12 e 196; *Problemas da Linguagem*, vol. I, 2.ª parte, cap. 4; vol. III, cap. 45 e 46.

VII

O Y

A história ou odisseia desta letra y através da lingua portuguesa poderia dar tema a uma curiosa comédia de caprichos e insânias.

Costumam filia-lo na Grécia, e chamam-lhe *i grego*. Mas na Grécia não tinha aquella forma, com uma cauda pendente, nem se pronunciava como nós o pronunciamos. Chamava-se *úpsilon*, e o seu valor era mais o do *u* francês que o do *i* portuguez.

Os Latinos, em muitas palavras, representaram o *úpsilon* por *y*; mas muitas vezes o representaram também por *u* e por *i*, como nas palavras *betulus*, *stilus*, *lirrus*, *lacrima*, etc.

Os Italianos e os Espanhoís tiveram o bom senso de, nas palavras de origem grega, mandar o tal *y* para a Grécia. Na Espanha conserva-se em casos restritos, não como representação do *úpsilon*, mas como convenção ou como letra semi-consoante antes de vogal, como elemento ditongal, e inda como re-

Através

Um Leitor ainda tem dúvidas sobre se deve dizer *através* os tempos ou *através dos tempos*...

É que realmente os nossos adoráveis francesistas não fazem por aí senão *através os tempos*... exactamente como em francês. Mas o português é outra coisa. Em português, nunca se disse, em tempo nenhum, senão *através dos tempos, através do campo, através da janela*...

Os nossos reformadores do ensino público ainda, infelizmente, se não lembraram de incluir nas suas reformas este §:

— Fica proibido, durante vinte anos, o ensino do francês nas escolas de Portugal. —

Seria um dos meios mais seguros de voltarmos todos a falar português ás direitas.

De outra fôrma, é o sarrabulho e a burundanga que se vê.

Bom proveito. ¹

¹ Cf. C. de Figueiredo, *Falar e Escrever*, vol. III, p. 205.

Descanso semanal

O Sr. S. Gomes tem esta dúvida:

— «Dizendo-se *descanso dominical*, se o dia escolhido é o domingo, como deverá dizer se, referido a qualquer dos outros dias?» —

Esta dúvida, como tudo neste mundo, tem um lado sério e um lado cómico.

O lado sério é que o Sr. S. Gomes aprende ortografia nalguns jornais, ao que parece, e escreve erroneamente *descanso*, coisa que não há em português de lei. O latim *quassare* ordena que se escreva *can-sar*, e, por tanto, *descansar*, DESCANSO.

Mas vamos ao lado cómico.

Seja no domingo ou seja noutro dia, o descanso é, em todo o caso, *semanal*, que também se diz *dominical* se é no Domingo. Se é nos outros dias, ainda se não convencionou o adjectivo correspondente. Mas, se tem empenho em o enriar, há dois recursos para o Sr. S. Gomes:

1.º — «Como des *Póvoa do Varzim* se derivou *povoense*, sem nos importarmos do *Varzim*, poderia aventurar um descanso *segundense, tercense, quarzense, sextense, e sabático ou sabaino*; ou *secundão,*

— 176 —

façam os escrupulosos o que a consciência lhes indicar.

Bósporo é que é, e não *Bósforo* nem *Bósforo*.
h, ali, não tem pés nem cabeça. Tem apenas uma scora : a robina.

XXXIX

Csar, Czar e tsar

Ao tratarem do imperador da Rússia, é vulgar empregar-se uma destas quatro designações: *csar*, *czar*, *tsar*, *tzar*.

Todas elas andam em uso, mas nem todas são legítimas em português.

Em tal caso, a investigação da legitimidade depende de se conhecer e de se observar o tronco, donde brucejou o vocábulo.

O tronco é a lingua russa; e lá o vocábulo pronuncia-se *tsári*, tendo igual pronúncia no polaco. O som do *i* final é brando, quase imperceptível.

Não podemos orientar-nos pela ortografia russa, porque os respectivos caracteres diferem dos nossos; mas podemos e devemos orientar-nos pela fonética, que é a base capital da escrita.

Ora, das quatro formas indicadas, a única, que se aproxima do valor fonético do termo russo é *tsar*, que melhor se representaria por *tzar*.

12

VOL. I

— 178 —

Mas *tçar*, embora grafia exacta, teria poucas probabilidades de êxito. Fiquemos pois com o *tsar*, que ficamos bem. ¹

¹ A errada interpretação de alguns apontamentos, pouco claros, do eminente poliglota e foneticista Gonçalves Viana, fez-me crer que a verdade estaria na forma *tsar*, e essa crença consignei na primeira edição deste livro. Lendo melhor, e melhor pensando, rectifico hoje, com a devida lealdade, o que eu então pensei e não devia pensar.

tido o enxerto, deveríamos dizer *nível*, e não *nível*, como geralmente se diz. O termo exacto é *livél*, e assim o diz o povo, com carradas de razão, visto que o latim *libellum* autoriza a forma e a pronunciação *livél*, quase suplantadas hoje pelo disparatado *nível*.

A rotina não gosta desta franqueza, mas nunca terei remorsos de esconder a verdade.

LXXV

Coisíssima

Almirador e *Triângulo* estranham que o superlativo *coisíssima* apareça em letra redonda.

Que se lhes há de fazer? Eles confundem o es-tilo grave e irrepreensível com o *faceto* ou *burlesco*, que admite todas as formas populares. *Coisíssima*, *verdadíssima*, etc. são formas estranhas às normas gramaticais, mas admitem-se em dadas conjunções, e Garrett, Júlio Dinis, Camilo, etc., assim o entenderam e executaram.

terço, *quartão*, *quintão*, *sextão*... Se também temos *maiteas tercans e quartans!* e, se o ouvido dos indigenas não recalcitrasse, ficaria o Sr. Gomes nas suas sete quintas, — sete adjectivos novos.

2.º recurso: «Se é erudito, preferirá talvez formas eruditas; e, como os dias da semana, afóra o sábado, se designam no latim, no francês, no castelhano, etc., por *dia da Lua*, *dia de Marte*, *dia de Mercúrio*, *dia de Júpiter*, *dia de Vénus*, tem o consulente ao seu dispor, e á escolha, o *descanso lunar*, o *descanso marcial*, o *descanso mercúrial*, o *descanso venéreo*...»

Servem-lhe estes descansos?

Eu ia jurar que não.

LXXIV

Nível

Borboleta deseja saber:

— «Porque se emprega *livelar* em vez de *nivelar*?» —

O mais usado na escrita é *nivelar*, mas o mais exacto, embora menos usado, é *livelar*.

O francês com o seu *niveau* transmitiu-nos o *nivel*, em que até erramos a acentuação, porque, admi-

res se têm estávelado, é o que pôde intitular-se *em-prêgo e colocação de pronomes pessoais*.

Várias hipóteses se podem figurar e discutir a tal propósito, mas cifrarei a palestra de hoje no ponto que me é sugerido, ao mesmo tempo, por dois dos meus leitores brasileiros.

Um deles, cuja assinatura eu não pude decifrar, escreveu-me do Rio-de-Janeiro:

— «... achincalharam-me por escrever: *quem deu-lhe o direito?* Seria meritório que V. reduzisse a regras esta matéria. As que Júlio Ribeiro expõe não servem para que se diga errônea a locução acima.» Etc.

É verdade que o notabilíssimo e finado gramático não figurou a hipótese aludida e muitas mais; mas figurou-a outro erudito gramático brasileiro, que felizmente inda vive, para lustre das nossas letras. Refiro-me ao Sr. João Ribeiro, que na sua *Gramática*, para o 3.º ano de português, prescreve:

— «Em toda a proposição que começa pelo vocabulo *que* (conjunção ou pronome) e pelas variantes *qual, quem, cujo, etc.*, há próclise, isto é, anteposição do pronome.»

Quere elle dizer, e diz bem, que *quem deu-lhe o direito* é erro. *Quem lhe deu o direito* é que é forma portuguesa.

Em Portugal, este assunto nunca mereceu grande atenção dos gramáticos. Tenho ao meu alcance talvez duas diziças das mais faladas *Gramáticas Portuguezas*, desde João de Barros e Fernão de Oli-

*

XI

A babel dos pronomes

Não se escandalizem os gramáticos, se me abeiro do santuário das suas regras com pouca fé e sem a gravidade com que se costuma aludir aos *altos mistérios do advérbio e conjunção*, como diria Tolentino.

Mas é que realmente, quando estudamos os pronomes através dos gramáticos, a confusão e as divergências têm o seu quê de Babel. Não se contentaram elles em emaranhar o que devia ser simples e claro em um matagal bravo de terminologias híbridas e esdrúxulas, como o passadiço cubico de Manuel Mendes Enxúndia: deixaram muita vez o estudioso ás escuras, a tactear terreno alagadiço, no encalço de alguma luz e de um pedaço de terra firme...

Um dos capítulos gramaticais, em que mais embicam os estudiosos, e em que vários escrevedo-

veira até Soares Barbosa, Epifânio, Ribeiro de Vasconcelos, etc., e em nenhuma vejo regras á cêrca da collocação de pronomes pessoais. E uma das razões dessa omissão é que poucos escriptores nossos se enganam na collocação dos pronomes; e na linguagem geral não são vulgares os erros dessa espécie. Inda assim, já tenho notado e corrigido erros desses, colhidos especialmente em jornais e livros de autores pouco escriptulosos.

No Brasil não succede a mesma coisa. Pelo menos, Julio Ribeiro e João Ribeiro deram um pouco de attenção ao assunto, certamente pela razão de que, entre brasileiros, a collocação dos pronomes tem soffrido sorte vária. Tenho até conhecido brasileiros que, escrevendo com a mais louvável correção, não podem, falando, esquivar-se á influencia da linguagem comum, e, com a maior naturalidade, saem-lhes dos lábios dições como estas:

— « Me disseram que o câmbio baixou. »

— « Agora, já a imprensa dá-lhe razão . . . », etc.

Serão dições erróneas?

Se o são, por qué?

O moderno Brasil, maiormente na linguagem fallada, exhibe frequentes hesitações e irregularidades quanto á collocação de pronomes pessoais.

Este facto, quase insensível em Portugal, mereceria que os gramáticos, especialmente os do Brasil, lhe estudassem as origens, porque, além de muito interessante sob o ponto de vista syntactico, deve parecer a estranhos a nota discordante do cuidado e

amor, com que no Brasil se estudam e se discutem as questões da linguagem.

Eu não sei se os idiomas indigenas têm contri-buido para esse facto, nem tenho á mão elementos para um largo e attento estudo da questão.

O que eu sei é que, neste ponto, há notáveis diferenças entre brasileiros e portugueses, e que pelo menos dois gramáticos do Brasil têm procurado regularizar o que, a tal respeito, julgam sêr a verdadeira doutrina.

Em Portugal, e antes de eu conhecer os estudos gramaticais do Sr. João Ribeiro, tentei eu formular algumas regras, a que pudessem aborçoar-se alguns estudiosos, e que deixei incluídas num dos volumes das minhas *Lições Práticas*.

*

Tomando em conta o desejo manifestado pelo correspondente fluminense, a que já aludi, reproduzirei as mencionadas regras:

« 1.^a — O pronome pospõe-se ao chamado gerúndio: « António, levantando-se, disse. » Excepto quando o gerúndio é precedido da particula *em*: « Meu pai, *em se levantando*, vem ter comigo. »

« 2.^a — Quando os pronomes indefinidos *tudo, nenhum, ninguém, nada* e outros, antecedem um verbo, o pronome *se*, como reflexo e como pronome que apassiva os verbos, também o antecede, e vice-versa: — « *Muito se falou hoje!* » — « Hoje falou-se muito. »

- « 3.^a — Nas proposições afirmativas e independentes, o pronome é enclítico, isto é, segue o verbo — « João suicidou-se. »
- « 4.^a — Se a proposição é subordinada e começa por conjunção ou preposição, então o pronome antecede o verbo: — « Dizem que João se suicidou. »
- « Veio cá para me falar. »
- « 5.^a — A mesma coisa nas interrogativas: — « Que me dizes? » — « Para que lho disseste? » — « Aonde te diriges? »
- « 6.^a — Nas proposições optativas ou subjuntivas, o pronome está antes ou depois do verbo, consoante o sujeito. — « Acuda-lhe Deus; Deus lhe acuda. »
- « 7.^a — Nas proposições negativas, o pronome é sempre proclítico: — « Não lhe fales; de modo nenhum te atendo. »
- « 8.^a — Quando concorrem dois verbos, um no modo finito e outro no infinito, dá-se próclise e ênclise, desta forma: — « Quero que me venhas falar; quero que venhas falar-me. »
- Claro é que outras hipóteses podem ainda ocorrer e que, entre as regras até agora formuladas pelos dois gramáticos brasileiros e por mim, alguma mas há que têm excepções.
- Confesso que não é sem alguma repugnância que contribuo com uma pedra para o edificio interminável das *regras gramaticais*. Porque a verdade é que, se alguma coisa conheço da lingua do meu país, não o devo aos compêndios de gramática; e mal avisados andam os que supõem ficar sabendo por-

tuuguês, depois de conhecer e estudar todas as *Gramáticas* desta lingua. Dos escrevedores que mais pecam contra a pureza, a correção e os direitos da nossa lingua, raro será o que não tenha estudado uma *Gramática* escolar; mas nenhum d'elles estudou português.

Antes das *Gramáticas*, existiu a lingua, e os gramáticos apenas procuraram metodizar as regras que se podem deduzir da prática dos que bem escrevem.

Esta prática é que é a base do verdadeiro conhecimento da lingua; mas, no tempo de agora, lê-se pouco e mal: afóra a leitura franceza, lêem-se de preferência, em português, exactamente os escriptores que menos autoridade podem ter em assuntos de boa linguaagem.

Em geral, os meus contemporâneos não têm paciencia para compulsar alfarrabios bolorentos, que são ás vezes bons repositórios da lidima linguaagem portuguesa. Mas nem por lhes escassear pachorra para estudar velharias, elles ficariam privados de saber português, se tal saber os interessasse de veras.

Os que nem sequer têm a coragem e o bom gosto de lêr e reler, ao menos, Camões, Tomé de Jesus, Bernardes, Sousa e Vieira, podem, em alguns escriptores do século findo, colher lição proveitossissima. A questão é que elles queiram lêr, com *olhos de vêr*, as obras de Castilho, de Herulano, de Latino e a maior parte das de Camilo.

Quem conhecer de veras estes escriptores pôde

gabar-se de conhecer a sua língua, e pôde dispensar todas as Gramáticas existentes e possíveis.

Será muito difícil conhecer ao menos quatro es- critores?

Já que os gramáticos da minha terra têm pas- sado por este assunto como gato por brasas, e como dos meus contemporâneos não são muitos os que conhecem os gramáticos brasileiros, ampliarei, á custa d'êstes, as regras que deixei registadas.

a) Quando concorrem dois pronomes antes do verbo, o pronome sujeito vai antes do outro: *Man- dou que eu lhe entregasse o livro.*¹

b) O pronome é proclítico depois de qualquer advérbio de tempo, quando por este começa a frase: *Imediatamente se levantaram.*²

Esta regra todavia tem numerosas excepções, como se pôde vêr num recente trabalho do notável gramático baiano, Dr. Ernesto Ribeiro.³

c) Nas orações que têm o verbo no modo im- perativo, vai depois d'êste o pronome pessoal com- plemento: *Entregai-me o dinheiro.*⁴

¹ João Ribeiro *Gramm. Port.*, 3.º ano, 5.ª ed., p. 233.

² Pacheco Junior, *Gramm.*, p. 492.

³ Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, *Ligeiras observações sobre as emendas do dr. Rui Barbosa, feitas á redacção do Projecto do Código Civil*, p. 89.

⁴ Fernandes Pinheiro Junior, *These de Concurso*, p. 81.

d) O pronome pessoal complemento nunca se pôde unir ao particípio passado; deve antepor-se ou pospor-se ao verbo auxiliar ou regente: *A certeza da vitória tinha-se desvanecido.*¹

e) Quando concorrem junto de um verbo dois pro- nomes pessoais objectivos, o pronome objectivo indi- recto deve preceder o directo, se este fór expresso pelas fórmulas pronominais *o, a, os, as*: *Deu-me hoje.* Se porém as fórmulas directas forem outras, o objectivo directo precede o indirecto: *Jcão apresentou-se-me.*²

Como síntese de várias hipóteses, repita-se o seguinte:

f) Certos elementos de frase exercem atracção sobre os pronomes:

Ninguém me viu

Assim se exprime António

Talvez te não lembres

Muito me dói

Pouco se adianta

Tuão se admite

Logo lhe direi

Bons ventos o tragam

*Sempre se verá; etc.*³

¹ *Idem, ib.*

² Alfredo Gomes, *Gramm., Port.*, 9.ª ed., p. 175.

³ A. Raggio Nóbrega, *Estudos de Português*, p. 37. — De- pois de escritas estas páginas e publicado este volume, consa- grei á colocação dos pronomes pessoais átonos nada menos que um grosso volume de quase 400 páginas, que se inti- tula *O Problema da Colocação de Pronomes*, (1.ª edição, 1909, e a 4.ª em 1921).

apareceu a forma *caudalaria*, que só pôde derivar se de *caudel*. *Caudel* não era termo usado, mas justificava-se melhor que *coudel*, visto como o latim hipotético *capitellum* (de *caput*, cabeça, chefe, mais facilmente explica o *caudel* do que o *coudel*.

É provável que a forma primitiva fosse *caudel*; e a sua transformação em *coudel* era tão passível, que até o vocabulo *caudillo* aparece nas *Ordenações do Reino* com a forma de *coudillo*. É note-se que a etimologia de *caudillo*, o latim hipotético *capitillum*, tem o mesmo radical da etimologia de *coudel* (*capitillum*).

De maneira que, das duas grafias, *coudel* e *caudel*, esta seria a mais exacta, mas é inusitada. Optamos por ella, se ambas fossem igualmente usadas; mas o maior uso, e uso autorizado, está do lado de *coudel*, e com esse uso nos temos de conformar.

Ao escrevermos, tem de preponderar a etimologia, ainda que a grafia seja racionalmente simplificada; mas, quando a etimologia ou a fonte de um vocabulo diverge da pronúncia normal é esta que prevalece.

Talvez isto sugira dúvidas a casuistas pirrónicos, mas tais dúvidas não podem resistir aos factos.

Ora, entre centenares de factos, em que a pronúncia normal e incontestável se afastou do rigor etimológico, bastará apontar os seguintes:

- . *Tisana*, do latim *pitisana*;
- . *Ribeira*, do latim *ritaria*;

Redondo, do latim *rotundus*;

Navalha, do latim *novacula*;

Fraco, do latim *flaccus*;

Nespera, do latim *mespilum*;

Cédula, do latim *schedula*;

Torrão, de terra;

Beliscar, do latim *cellicare*;

Barrets, do baixo latim *birrectum*;

Estrebaria, de *estribo*;

Coudel, do latim hipotético *capitellum*;

Portanto, fiquemos com o *coudel*, que não ficamos mal, e não duvidemos da *caudalaria*.

Pretensão

O Sr. J. M. T., do Rio-de-Janeiro, tem visto *pretensão* e *pretensão*, mas não sabe qual é a forma exacta ou preferível, e bate-me á porta.

Talvez não fosse preciso vir tão longe. Alexandre Magno, segundo a lenda e segundo os *Lusiadas*, tinha sempre á cabeceira a *Ikada* de Homero. Os tempos mudaram: e hoje, aquém e além-mar, em Africa, na Arábia, Pérsia e Etiópia, não há ninguém que se preze, que não tenha á cabeceira uma

obrinha em três volumes, chamada *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, sem ofensa para os manes de Alexandre e de Homero.

Pois no volume I dessa obrinha, pág. 201 da 1.^a edição, tem o Sr. T. meia dúzia de palavras, que lhe dispensariam a consulta.

Mas, já que se incomodou em vir tão longe, não quero que se vá sem resposta, e acrescentarei algumas palavras mais algumas, elucidativas e pertinentes oportunas.

Se me não engano, os nossos velhos clássicos conheceram pouco ou nada o vocábulo *pretensão* ou *pretensão*. Vemo-lo, porém, já registado na *Prosódia* de Bento Pereira, sob a forma eirónea de *peritensão*, por influência talvez de *peritense*, além da metátese vulgar de *pre* e *per*: *perguntar* e *preguntar*, *precalço* e *percalço*, *perfeito* e *prefeito*, *precisão* e *pergusão*...

Veio depois o Bluteau, veio o Morais, e começou-se a ver que o verbo *pretender* não deveria esquecer-se *peritender*, porque o latim diz *praetendere*; e entreviu-se que *pretensão* ou *pretensão*, sendo substantivo verbal de *pretender*, não devia ter *per*... mas *pre*...

Ficava, porém, a dúvida: *cão*, ou *são*?

Os dicionários mais modernos revelam divergência e hesitações curiosas.

Adolfo Coelho, no seu *Dicionário Etimológico*, por culpa sua ou do seu revisor, faz uma salgada dos demónios: regista *pretensão*, e dá-lhe como etimologia o latim hipotético *praetentio*, Mas, eviden-

tamente, não pôde ser. O latim *praetentio* só podia dar *pretensão*, e nunca *pretensão*. Compare-se o latim *ratio* e o português *razão*, o latim *navigatio* e o português *navegação*, etc.

Mas, ao mesmo tempo, Adolfo Coelho regista *pretencioso*, o que não faz sentido com *pretensão*. Donde eu concluo que ele teria escrito *pretensão*, e que os seus revisores, — porque os teve, — trocaram o *ç* por *s*.

Caldas Aulete, (leia-se Santos Valente), no seu *Dicionário Contemporâneo*, dá-nos *pretensão*, aludindo ao radical do latim *praetentus*.

Eu fiz proximoamente a mesma coisa, sobretudo pela razão de que a forma *pretensão* se vulgarizou mais do que a outra. *pretensão*.

Mas eu tive ainda outro fundamento.

O latim *praetendere* não tem substantivo verbal, que nos servisse de etimologia ou fonte proxima. Tem, porém, dois particípios passivos, *praetentus* e *praetensus*. Dêste derivámos nós o particípio irregular *pretense*, que poderia abonar, até certo ponto, a forma *pretensão*; mas o latim *praetensus* era rarissimo, ao passo que *praetentus* é vulgar na literatura latina, parecendo-me, portanto, que a base mais sólida do nosso substantivo seria o latim *praetentus*, que mais depressa daria *praetentio*, do que *praetensus* daria *praetensio*.

Em suma: *pretensão* explica-se; mas a forma *pretensão* é mais segura e generalizada. !

! É o que se dizia na 1.^a edição. Posteriormente, modificou-se o parecer do autor, em favor de *pretensão*, com VOL. II 14

Pureia

De *Um médico*:

— «No livro de um colega meu sobre a alimen-
tação dos doentes, vejo *pureia*, como tradução do
francês *purée*. Mas vejo também num tratado de co-
zinha *polme*, em vez de *pureia*. Qual das formas é
preferível?»

Eu lhe digo. Geralmente, diz-se o *puré* (do fran-
cês *purée*), e não sei se esta forma desaparecerá.
Mas eu vi *pureia* em documentos antigos, pelo me-
nos num regulamento conventual, e notei que já no
baixo latim havia *purea*. Registei portanto *pureia*
no meu dicionário e nenhum outro a tinha ainda
registrado. Prefiro-a, pois, evidentemente ao *puré*.

Quanto a *polme*, é certo que este vocábulo pode
abranger o significado da *pureia*; mas é mais exten-
sivo, porque há muita coisa que é *polme* e não é
pureia.

Em todo caso, antes *polme* que *puré*; e, para
mim, antes *pureia*, que *puré* e *polme*.

O que é certo é que me está a crescer a água
na boca.

Vamos jantar.

Almiara

Do Sr. E. D. F., de Elvas:

— «Nesta região, chamam *almearas* às mēdas
de palha; mas certos indivíduos, que se julgam ins-
truídos, dizem *almearas*. Como é que se deve
dizer?»

Almevara existe, mas não tem nada com as
mēdas de trigo e de palha: é o que os francesistas
costumam designar por *minarete*.

Almevara não é forma exacta: deve preferir-se
almiara, como se registou no meu *Dicionário*, o
único em que aparece tal vocábulo. Veio este do
árabe *almiari*, o que mostra que *almeara* não é forma
correcta, embora o arabista Dozy tivesse consignado
almear.

Portanto, os que ás *almearas* chamam *almearas*,
já irão para onde o paguem, se o Sr. D. F. não pre-
ferir puxar-lhes as orelhas até aos olhos.

É gente que ouviu cantar o galo, e logo disse
que era *Chantecler*.

ANEXO M

Como estas observações foram feitas por quem as podia fazer, e sem a menor contestação científica de quem tenha voto na matéria, o referido vocabulário registou o que devia: *real*, para uns casos, e *rial*, para outros.

Eu sei que a distinção pôde produzir equívocos em gente menos letuada, o que explica o facto de se têr usado só a forma *real*, e de continuar talvez a usar-se, até que a razão do caso entre bem na consciência pública.

Mas quem rigorosamente quisér escrever, a despeito dos usos, tem de fazer distincção: *casa rial*, *familia rial*, *divertimentos riais*, *Vila-Rial*, *opulência rial*, etc.; e *sucesso real*, *verdade real*, *realmente*...

Não sei se *Salmomate* fica sufficientemente *grelhado* a tal respeito. Se ficar, deito-lhe um raminho de salsa e sirvo-o aqui ao meu amigo, autor do tal vocabulário.

Um almôço rial! ou principesco!

CLXXVIII

Marinato

Um seringador; que escreve *adjetivo* com acento agudo na antepenúltima sílaba, como se aquillo fôsse palavra esdrúxula, pergunta-me se seria admissivel

214

o neologismo *marenato*, para designar individuo nascido em viagem marítima.

Talvez; mas *marnato* seria mais explicável, não obstante os conhecidos hibridismos de *marégrafo* e *marémetro*. Em todo caso, não lhe vejo probabilidade de êxito, porque não conheço palavra composta, em que o primeiro elemento seja substantivo, e o segundo o adjectivo *nato*, (do latim *natus*), salvo ao admitirmos a forma *mornato*, correspondente ao francês *mort-né*.

E depois não basta construir palavras, para que o público as aceite: importa que o neologismo seja realmente preciso e que os entendidos o apadrinhem.

E quem não tem padrinho...

CLXXX

Governanta

De Novo Maçador: . . .

— «Uma *governanta*, ou uma *governante*?»

Os adjectivos, de terminação *ante*, são de dois gêneros; e, quando se substantivam, mantêm a mesma qualidade: *um inocente*, *uma inocente*; *um ignorante*, *uma ignorante*, etc.

215

ANEXO N

CL

Lilá

De Z. M.:

— «Um ramo de *lila*, ou de *lila*es?»

Por meu voto, nem uma coisa nem outra.

Bem sei que alguns jardineiros, e os que aprendem português com os jardineiros, dizem e escrevem *lila* e *lila*es;

Não são fórmulas portuguesas: português é o *lilá* e os *lilás*.¹

Z. M. estranha; não é verdade?

Pois não devia estranhar, porque *lilá* é nacional da gema; e, eu, dos ovos, só aproveito a gema.

Se quisér, dou-lhe a clara.

CLI

Sanatório

Dúvidas ingénuas de *Constante leitor*, do Rio de Janeiro:

¹ Cp. *O que se não deve dizer*, vol. II, cap. II.

174

1.ª — «Sanatório ou Sanitário?»

São duas coisas distintas. *Sanitário*, adjetivo, quer dizer — relativo á saúde. E *Sanatório* é um substantivo moderno, que se criou para designar estabelecimento ou residência apropriada a enfermos ou convalescentes. O termo derivou-se do latim *sanare* (sara, curar) que tem o particípio *sanatus* (sarado, curado), e já entre os Romanos produzira o substantivo *sanator* (aquele que sara ou cura).

O termo *sanatório*, embora de invenção moderna, é perfeitamente aceitável e de grande afinidade morfológica com *purgatório*, *crematório*, *preparatório*, *parlatório*, *peditório*, *conservatório*, etc.

CLII

Aula. — Galopim

De *Carvalho*, da Fortaleza (Brazil):

1.º — «*Aula*, em português, poderá têr o significado de *palácio*, como vejo em *Castilho*?»

Sem dúvida. É desusada essa significação, mas é clássica. *Castilho*, só por si, já seria abonação idónea, mas há mais, como póde vêr no *Dicionário da Academia*.

175

aleijões...; estrangeirites agudas...; más digesões do francês...; abortos morfológicos... Pequenas coisas, em suma, tratadas com algum sumo de limão, que é apetitivo...

CXXV

Aerosteiro

De *Zé do Arte*:

— «Nas últimas reformas do exército, a propósito de *aerostatos*, fala-se de *aerosteiros*. Que é isto?»

É um neologismo, tradução do francês *aerostier*. Claro é que tanto o vocábulo francês como o português acusam o fenómeno morfológico, que os filólogos chamam *haplogia*.

Os Franceses também dizem *aerostatier*, como nós poderíamos, e deveríamos, dizer *aerostateiro*; mas a haplogia não é caso esporádico em nossa língua. Basta mencionar *saudoso*, por *saudadoso*; *bondoso*, por *boudadoso*; *formicida*, por *formicidada*; *romantismo*, por *romanticismo*; *semínima*, por *seminúmina*; *candura*, por *candadura*; *sericultura*, por *sericultitura*; *aerosteiro* por *aerostateiro*...

Isto não é justificar o *aerosteiro*: é mostrar que os Franceses procederam análogamente e que, em

146

português, há fórmulas consagradas e há precedentes, que abonem o neologismo.

E *Zé do Arte* bem sabe quanto se tem feito, em virtude dos precedentes...

Nunca assistiu em San-Bento á defesa de um escândalo?

Eu também não; mas lia os papéis...

CXXVI

Banana

De *A. Oliveira*:

— «Os do norte dizem *banána*, os do sul *banãna*.

Quem diz bem?»

Eu nunca ouvi *banána*, mas tenho ouvido *Cândido*, *têmpo*, *câma*...

Como pronúncia regional, (Minho e Doiro), não há que dizer. A modulação das vogais impõe-se a um homem, mas não se impõe a uma região.

A ortoépia normal é *Cândido*, *têmpo*, *âno*, *câma*, *banãna*...

Até o Venceslau Policarpo Banana é da mesma opinião.

147

Tem razão. O *Transvaal* pertence exclusivamente a algumas gazetas nossas, porque nunca existiu noutra parte.

A região, que fica entre o rio Orange e o rio *Vaal*, nunca foi senão *Transvaal*. *Transvaal*, com *w*, é fantasia pura, facilmente remediável para quem se disponha a abrir qualquer sofrível atlas ou dicionário geográfico. — o do Bouillet, por exemplo. O disparate do *Transvaal*, com o enxêrto de um *w* impossível, pertence á famosa categoria de *Buenos-Ayres*, *Monção*, *Valle Passos*, etc., nomes que nunca existiram em linguagem de gente que se preza: o que há é *Monção*, *Valpaços*, *Buenos-Ayres*. *Buenos-Ayres* não tem nada com os nossos *Ayres*, que não dispensam *y*, e estão no seu direito. E outra coisa: são duas palavras castelhanas, *buenos*, *bons*, e *ayres*, *ares*. Os *ares*, na sua forma castelhana, nunca tiveram *y*. Portanto, *Buenos-Ayres*.

Mas, lá para as bandas da Lapa, ha uma rua, em que se lê, numa esquina, *Buenos-Ayres*; e ha muita gente ditosa, que aprende ortografia nas ta-boletas e nos letreiros das ruas.

Era melhor não aprender nada.

CLXX

Neologismo

São hoje vulgares os neologismos em *prêmeira mão*, e natural é que os leitores pouco experientes

CLXVIII

Saudoso

O Sr. V. da C. J., do Rio-de-Janeiro, pergunta-me:

— «Se *saudoso* se diz de quem tem saudades, poderemos dizer numa carta — *cumprimntamos a V. S. e aos saudosos primos*, querendo significar que temos saudades deles?»

Saudoso quer dizer que tem saudades, mas não quer dizer só isso; diz-se também daquilo ou daquele que causa ou inspira saudades. Por isso, a *inda Inez* colhia o doce *fruito* dos seus anos, posta em sossego

«Nos *saudosos* campos do Mondego».

isto é, campos que causam saudade.

E não foi só Camões quem emprega o termo naquêlé sentido, na estância 120 do canto III dos *Lusiadas*, e na estância 84 (*águas saudosas*); foi também Amador Arráiz, foi o autor da *Eufrosina* (*areais saudosos*), etc.

CLXIX

Transvaal

De *Fernão Pres*:

— «Que me diz V. ao *Transvaal* das nossas gazetas?»

ou muito escrupulosos hesitem na aceitação ou rejeição dessas criações vocabulares.

Para que elas se aceitem, é mister que não representem meros caprichos ou pruridos de novidade; isto é, deverão satisfazer, pelo menos, os seguintes requisitos:

1.º — A necessidade de exprimir um invento ou uma ideia nova, que ainda não tenha expressão no vocabulário usual;

2.º — Formação ou derivação, em harmonia com a índole da língua, sem hibridismos e sem arbitrios morfológicos;

3.º — Que a nova forma não seja repelida pelos que têm voto e autoridade no assunto.

E nestes requisitos vai incluída a resposta a um *Cenáculo de Caturróides*, que deseja o meu parecer á cerca de uma enfiada de neologismos, colhidos em publicações de algum valor, segundo a expressão do *Cenáculo*:

1.º — «Beicejar (mover os labios sem falar)».

Não é mal derivado, tem analogia morfológica com *bocejar*; mas não sei se é preciso e duvido que o público o aceite.

2.º — «Boiseta».

Para quê, se temos *bolsinha*?

3.º — «Bocéjante».

Pôde sêr: mas já cá temos *bocejador*.

4.º — «Brilhantar».

Não é preciso: temos *abrilhantar*, embora as duas formas pudessem coexistir, como *juntar* e *ajuntar*; *sentar* e *ossentar*, *baixar* e *abaixar*, etc.

5.º — «Lapidar um diamante».

Mas que dúvida há? Isso não é neologismo, é linguagem corrente.

6.º — «Destinde, desindamento».

Desindamento anda nos dicionários, e *destinde* tolera-se.

7.º — «Dessaudoso».

Isso tem um século: foi invenção do Filinto, mas creio que não pagou...

8.º — «Dessipor».

Feio vocábulo! E para que serve isso?

9.º — «Desusual».

Justifica-se, mas talvez não seja preciso. Como antónimo de *usual*, temos *desusado*, *inuitado*, *esporádico*, *eventual*, *casual*.

10.º — «Contra-cilada».

Pôde sêr.

11.º — «Ebri-sedento».

Em que sentido?

12.º — «Evober».

Sim, senhores: é o mesmo que *evolucionar*, e vale a pena preferi-lo ao audacioso *evoluir* e ao disparatado *evoluir*.

13.º — «Infrégil».

Ora adeus! O contrário de *frágil* é *sólido*, *dura-doiro*.

14.º — «Meftizar».

Pôde tolerar-se.

15.º — «Polifónico».

Está bem.

16.º — «Reeverguer».

VOL. II

É tão legítimo como *redizer, reaver, reagir, reanimar, reeleger, reimprimir, relet, revender, etc.*

18.º — «*Sorvente*, adjetivo».

Não há que dizer. Se *absorver* deu *absorvente*,

sorver também pôde dar *sorvente*...

E não estiqueemos mais a corda.

CLXXI

Eclipse

A cerca deste vocábulo, o articulista do *Diário de Notícias* da Baía, que assina *Alencastro*, sugere uma dúvida...

Mas, antes de mais nada, cumpre notar que o vocábulo, tal como aparece naquela folha, nunca existiu em língua nenhuma. O que há é *eclipse* e não *eclipse* com *y*, porque o ditongo *ei* do grego *ekleipsis* é representado por *i*, e não por *y*, em todas as línguas românicas.

Temos, pois, o *eclipse*, que é termo masculino em português.

Mas o Sr. *Alencastro* entende que o devemos empregar como termo feminino, porque já tinha este género no grego, donde nos veio.

Podia acrescentar que também no latim é feminino, e melhor pretexto então teria ainda a sua dúvida.

Digo *pretactio*, porque não há razão sólida para tal dúvida.

O género dos vocábulos está sujeito a evoluções, mais ou menos imperiosas.

Darei alguns exemplos:

O vocábulo *foca* é feminino em latim e no português moderno, mas Camões considerou o termo masculino:

— «O mar... que só dos *féos focas* se navega...» (*Lusiadas*, I, 52).

E, em tempos muitos mais próximos de nós, também Filinto empregava o termo no género masculino:

— «Mataram um grande *foca*.» (*Vida e Feitos de D. Manuel*, vol. I, pag. 57).

Planeta é masculino em latim e no português de hoje, mas era feminino entre os nossos quinhentistas, como se vê em vários documentos desse tempo e até em Camões:

— «Mas já a *planeta*... cinco vezes apressada...» (*Lusiadas*, v. 24).

Cuidado porém não se faça obra pelas modernas edições dos *Lusiadas*, onde se vê outra coisa...

Samuel Usque, nas *Tribulações de Israel*, não se serve de *planeta*, senão no género feminino. Exemplo:

— «Aquela mayor excellencia que sobre *todas outras planetas* tem o Sol...»

A *tribo*, a *linguagem*, a *linhagem*, a *base*, a *coragem*, a *origem*, a *torrente*, a *dor*, a *frase*, a *virgem*, já foram termos masculinos e são hoje femininos.

— 120 —

os Ingleses, os Franceses; nós, com *Hespanha* e *Hispánha*, temos escrito muito mal e sem vislumbre de justificação científica.

Escrevam como quiserem; mas fique-se sabendo que a forma exacta é *Espanha*, *espanhol*, *espanholada*...

Ensina-o a etimologia, a fonética, a analogia e até o exemplo de bons e antigos mestres. Cite-se apenas Rui de Pina, capítulo LXXXVI da *Crónica de D. Afonso V*:

—«...segundo foro d'*Espanha*, qualquer Pyncepe...» (*Inéditos de História Portuguesa*, vol. I, pág. 352).

XXIII

Explosir

Nenhuma lingua culta é estacionária. O seu enriquecimento progressivo depende necessariamente da adaptação de vocábulos estranhos, da criação de vocábulos novos, que correspondam a novas ideias e a novos inventos, e das derivações que se operam dentro da própria lingua.

Este último recurso é geralmente preferido pelos mais escrupulosos escritores: no conceito das pessoas bem governadas, os recursos da casa são sempre preferíveis aos empréstimos e aos subsídios de fazenda alheia.

Sucedê, porém, que nem sempre o processo das derivações, adoptado pelos que delas precisam, está de acôrdo com a índole da lingua e com os preceitos da morfologia.

Temos por exemplo em português o bom e antigo vocábulo *explosão*, de onde se tem feito caprichosas e arbitrárias derivações.

Um respeitável prelado, abalizado homem de letras, o Sr. Bispo de Betsaida, para formar o verbo que designasse *fazer explosão*, entendeu que, assim como de *acção* tirámos *acionar*, de *ocasião* *ocasionar*, de *revolução* *revolucionar*, etc., poderia escrever *explosionar*.

E não entendeu mal; e o seu alvitre seria perfeitamente aceitável, se não tivéssemos, como temos, outra forma preferível.

Alguns neógrafos, geralmente gente moça, de imaginação viva e ciência duvidosa, embora de talento às vezes, lembraram-se de criar o verbo *expluir*, que não tem por onde se lhe pegue. *Expluir* ainda se poderia defender por cinco minutos; mas *expluir*, com *u*, não tem defesa possível.

Perante a necessidade de formar o verbo de *explosão*, o genial Camilo, que, em matéria de derivações, teve extravagâncias quase comparáveis às de Filinto, julgou que de *explosão* podia derivar *explorir*, e deixou este verbo na *Corja*, pág. 141, § nos *Críticos do Cancioneiro*, pág. ix, pelo menos.

O *explorir* agradou, pareceu eufónico, chegou a lancar raizes, e ouvi a defesa do verbo a um homem de letras, baseado simplesmente em que a palavra lhe soava bem... E contudo não há derivação mais arbitrária do que *explorir*, de *explosão*.

Das três formas indicadas, a única aceitável seria *explosionar*, se precisássemos dela. Mas não precisamos: o latim, de onde tirámos *explosão*, lá tem

o verbo correspondente, que lhe deu origem: é *explodere*.

Portanto, para termos o verbo de *explosão*, basta-nos traduzir o verbo latino.

A tradução é *explodir*, única forma verbal portuguesa que corresponde ao substantivo *explosão*.

1 Cf. C. de Figueiredo, *Lições Práticas*, vol. I, cap. 7 e nota 1.ª; vol. II, cap. 75.

ANEXO R

Mas, *Mendonça* amigo, *sabotage* é coisa que não há nem póde haver.

O que há em francês é *sabotage*, de que os Portugueses também se servem, quando não conhecem coisa melhor. Provavelmente *Mendonça* tinha na ideia o *boycotage*, que é outra lénia, e escorregou-lhe a pena para o fático ¹.

Sabotage, propriamente, significa fabricação de tamancos; mas na técnica industrial é a deterioração, causada voluntariamente pelo operário mal intencionado no material que lhe é confiado ou na produção do trabalho.

O povo chama a isso uma estragação, um estrago, um desitôço, malfeitoria, ou coisa assim; os outros, os que timbram de sabidos, servem-se do *sabotage*, como quem diz obra de tamanqueiro.

Com um tamanco, precisavam êtes . . . lição.

XCIV

Madama

Uma constante leitora pergunta se *madama* é palavra portuguesa ou *authorisada* . . .

Authorisada, não; *authorizada*, sim.

Madama é a forma portuguesa do francês *madame*, como *dama* é apontuguesamento de *dame*.

102

Filinto e os mestres escrupulosos escreveram *madama*, e tiram-se da *madame*, que é um exotismo inútil.

O nosso povo, enião, escusado é dizer que só aceita *madamas*:

— «O chapeleiro vai hoje ao Coliseu com a sua *madama*.»

— «Hoje na praia estavam muitos janotas e muitas *madamas*.»

As damas é que nem todas gostam de que as chamem *madamas*.

É uma fraqueza perdoável, contanto que também não queiram sêr *damas*, e, sim *dames*.

Aquela França. . . ¹

XCV

Perlongar. — Óndula

Lisitano Caturra, algo indignado, vem denunciar que um jornal lisboêta empregou *perlongar*, verbo, e *óndula*, substantivo. E pede explicação, ou que eu lhe diga se aquilo é português.

¹ Cp. *Falar e Escrever*, vol. I, cap. 149; *O que se não deve dizer*, vol. II, cap. 77 e 147.

103

É muito louvável o zelo de *Lusitano*, mas, desfa feita, não há motivo nem pretexto para indignações.

Perlongar é português de lei. Usou-o Fernão Mendes Pinto, João de Barros, as *Ordenações do Reino*, etc. Se quisér, cito-lhe as passagens, mas não vale a pena, porque o caso não pôde oferecer dúvida séria.

Quanto a *ondulas*, não lhe direi que é português autorizado, porque só agora o vejo. Mas é neologismo perfeitamente aceitável, no sentido de pequena onda, ou oncinha. No latim, há *unda*, que é a etimologia da nossa *onda*; e há o diminutivo *undula* que, apertuguesado, produz naturalmente *óndula*.

Em suma, *óndula* é filha legítima dos Latinos, é nova e não é feia.

Diga-me agora *Lusitano* se negaria o seu aprêço a uma mulher, filha de gente limpa, e que é nova e não é feia. Depois, aplique *el cuento*, se *Lusitano* não é um bárbaro, como, segundo Estrabão, eram os habitantes da Lusitânia.

Se o é, não me apareça mais, nem sobre elle desça um olhar de mulher nova e linda.

As feras!

Adónis

De *Uma curiosa*.

— «Desejava a significação da palavra *Adónis*. Hia quem entenda que só se pôde dar este nome a um homem bonito, visto que *Adónis*, mitologicamente falando, era uma *estampa de beleza*; mas, na minha opinião, tanto se pôde chamar *Adónis* a um homem bonito, como a um homem feio: basta ser adorado pelas damas. V. que diz?»

O nome do gentil mancebo, filho do fabuloso Cí-niras, não se applica a qualquer homem *bonito*, nem a qualquer homem *feio*, nem ao que tenha a invejável fortuna de sêr adorado pelas damas, — se é que as damas caem na ingenuidade de *adorar* alguém; applica-se ironicamente ao mancebo de bela aparência, se êle é pretensiosamente casquilho ou pintalegrete.

Em loiça das Caldas, há bonecos d'este género, e têm muito consumo nas barracas de feira.

Não se applica pois o nome a homens feios, nem a qualquer homem gentil, nem ao mortal que é querido das damas: applica-se ao homem-boneco; e este, pelo que me dizem, não tenta nunca a mulher que raciocina.

tuguês *espada*; etc. Portanto, tem-se também escrito *specimen*. Mas...

O *n* final, em palavras não *agudas*, só se mantém nalguns termos eruditos: *ílion, léquen, cólon*... Em palavras correntes ou vulgarizadas, desapareceu o *n* final latino, como se vê em *lume, crime, nome*, etc., que, escritas á latina, seriam *lumen, crimen, nomen*, etc.

Assim, a forma genuinamente portuguesa do latim *specimen* é *espécime*; e assim *tentame, regíme, abdome*...

CIV

Lunch

Preguntor-me alguém se *merenda* poderia, entre nós, substituir o inglês *lunch*.

Poderia, mas não substitue. Em primeiro lugar, porque a legítima *merenda* é posterior ao jantar e o *lanche* é anterior; e, depois, o *lanche* aclimatou-se e já o não podemos reexportar. Aclimatado ela, como creio que está, temos de lhe dispensar a

¹ Cf. C. DE FIGUEIREDO, *Falar e Escrever*, vol. 1, 2.^a ed., p. 66.

fôrma inglesa, (*lunch*), e escrever á portuguesa, *lanche*.

Mas o curioso é que inda há gente que, entre nós, escreve *lunch*, e faz o verbo *lunchar*, para ler *lunchar*, como se o *u* português valesse *a*!

Com perdão de suas senhorias, não passamy de deita-gatos.

CV

Egreja

Porque eu, no livre exercício de um direito, e com a consciência de cumprir um dever, notei que alguém atribuisse ao Padre Vieira a fôrma *Egreja*, que elle nunca usou nem usaria, porque, embora muito usada hoje em livros e jornais, não é portuguesa, *Um admirador* vem lembrar-me que o latim *Ecclesia* autoriza *Egreja*.

Está enganado; mas efectivamente o francês *Église* e o latim *Ecclesia* fôram a cillada, em que caiu muita gente, no século XIX, abandonando a fôrma *Igreja*, constantemente seguida até ali na lingua portuguesa, e confiando cegamente numa etimologia que o não é.

Admirador admira-se de que eu lhe diga que a etimologia de *igreja* não é *ecclesia*; não é verdade?

LXXVII

Sindapso

Estudante curioso viu nas obras do Filinto o termo *Sindapso*, e pede-me o significado.

Confesso que me surpreendeu o descobrimento de *Estudante*. Desde tamanho, conheço o bom Filinto, mas nunca esbarrei no exótico vocábulo, que, para mim, é novo.

O poeta diz:

«Balotos Biltras, mazorraes Syndapsos»,

mas não se infere do texto a significação do termo, nem o encontrei registado em nenhum dicionário português, castelhano, francês, italiano, inglês, alemão, latino e grego.

Inclino-me portanto a que é invenção do Filinto, e não seria a única: *mulhermente*, *manicoshumes*, etc., são invenções dele.

Mas é natural que a invenção do *sindapso* tivesse qualquer base.

Como a forma do termo é erudita, decompulamos seus elementos, e achei o prefixo grego *syn* (com) e o substantivo latino *daps* (banquete). É possível portanto que Filinto, com a sua imaginação e

a sua autoridade, criasse os *sindapsos*, como equivalente a *comensais*. Achou talvez pouco poético o *comensal* e preferiu-lhe *sindapso*.

Será isto? Só os espirritistas no-lo poderão dizer, consultando o espírito de Filinto.

Vou escrever ao Sr. Lacerda, que é a pessoa mais relacionada com os que já passaram e não fallam á gente.

LXXVIII

Wolfram

Fralope revolta-se contra a introdução de vocabulos estrangeiros, e, a esse propósito, diz que tem visto *wolfram*, e pede esclarecimento sobre o termo.

Há de perdoar, mas *wolfram* ainda não entrou nem pôde entrar nos domínios da nossa língua. Aquelle *w* não é de cá, nem o pôde sêr, apesar da embirração dos *Wenceslaus*, que não dispensam o *W* para alemão vêr.

Quando o *wolfram* se apontuguesar, será *wolfrão*. Mas talvez nem isso seja preciso, porque *wolfram* é sinónimo do *tungstênio*, e já cá temos este termo, para designar um metal escuro, durissimo e pesado, descoberto em 1780.

O *wolfram* só serviria para os *Wenceslaus*, e

para os ditosos *Insiadas*, que desconhecem *magão* e escrevem tolamente *magon*... para inglês vêr. Perdoai-lhes, Senhor...

LXXIX

Convento, cenóbio, mosteiro, coio.
— Balandrau e hábito

De *Um frade ignorante*:

1.º — «Qual é a diferença de significação entre *convento*, *cenóbio*, *mosteiro* e *coio*?»

Convento é expressão genérica, que designa a habitação de qualquer comunidade religiosa.

Cenóbio é a habitação de monge. (*monge*, antigamente, era sinónimo de *anacoreta*; depois, passou a designar qualquer frade de mosteiro).

Mosteiro é a habitação de monges, e sinónimo de *convento*.

Coio é expressão popular, que designa especialmente abrigo de malfeitores.

2.º — «Que diferença há entre *hábito* e *balandrau*?»

O *balandrau* é um *hábito*, mas poucos *hábitos* são *balandraus*.

Hábito é qualquer vestuário, especialmente de frade ou de freira; e *balandrau*, em sentido pró-

prio, é a opa, que usam certas irmandades em actos solenes.

As irmandades, e certas sociedades secretas, segundo dizem.

Que eu cá não sei.

De coisas secretas só conheço a polícia, que apes- sar de secreta, fala a toda a gente.

LXXX

Tão, quão

Provinciano viu numa tradução portuguesa: — «solidão tão mais cruel, quão mais intenso era o desejo...» — E tem dúvidas sobre aquele *tão* e *quão*.

Pudera! Substitua-os por *tanto* e *quanto*, e tem linguagem de gente.

Mas, se *Provinciano* está disposto a examinar traduções portuguesas, endoidece.

Quando Francesca de Rimini, no *Inferno do Dante*, diz do seu Paolo:

«La bocca me bacciò tutto tremante»,

e acrescenta que os dois mais nada puderam lêr naquele dia, sabe que livro êles tinham pôsto de lado?

Etiquetar

De *Um Caiurra*:

— «*Etiquetar*, (pôr etiquetas), é palavra portuguesa?»

Se *etiqueta* fosse bom português, no sentido de rótulo, justificava-se o *etiquetar*, e os Brasileiros empregam isto.

Mas *etiqueta*, naquele sentido, é galicismo inútil. Em vez dele, há *rótulo*, *letrero*...

Queluz

Andam vários caturras a martelar-me o ouvido, pedindo que lhes diga alguma coisa sobre a pronúncia de *Queluz*, havendo até razões, que opinam sêr surda ali a vogal *e*, como na proposição *de* e no pronome *que*.

Pois se o vocabulo veio do latim *ansa*, onde não há sombra de *z*, ¿aonde se há de êste ir buscar!

É claro que me não refiro aos que sistemática mente evitam o *s* intervocálico, e escrevem *aza*, *roza*, *caza*, *fuzo*... É um sistema, e pôde haver trinta; mas quem assim escreve abstrai da razão morfológica das palavras, e procura escrever como pronuncia; se pensasse porém mais um pouco nos resultados do sistema, não sei se o manteria.

Cada letra tem sua razão de ser, e é absolutamente inexequivel, por um lado, representar por uma só letra todos os fonemas idénticos, e, por outro, criar sinais para todas as modulações de cada vogal. Logo, só a história da lingua e a origem do vocabulário, conciliadas com a fonética, poderão produzir gratias úteis e justificáveis.

O devónio é que temos *s* em *asa*, *fuso*, *rosa*, *pezar*, *pêsame*, *empresa*, *defesa*... e temos *z* em *prezante* se vê ás aranhas no emprego do *z* e do *s*. Para tais casos, se o estudo não conviér, porque faqueimar as pestanas, só há o recurso de um dicionário razoavel, ou de qualqér autoridade que tenha voz no assunto. Para as primeiras necessidades, há um capitulo a tal respeito no vol. I de *O que se não deve dizer*.

Se isto fosse reclamo eficaz, já do livro se teriam esgotado trinta edições. Mas está na 2.^a

E muitas graças a Deus.

CXIII

Arresto? ou aresto?

Usam-se as duas formas, cada uma em sentido diferente do da outra; mas, primitivamente, o vocabulo é só um. Do verbo *restar* com o prefixo *a*, fizeram os juriconsultos *arrestar*, lendo provavelmente *ar-restar*; mas, como a escrita mostrava um só *r* entre vogais, começou a dizer-se *arrestar* e *aresto*, pronunciando-se brandamente o *r*, e assim se escreveu a se pronúncia, applicando se o termo a decisões judiciaes.

Não se expungiu porém a pronúncia primitiva; e, falando-se de aprecusões ou penhoras judiciaes, continuou-se a dizer *arrestar*, o, em tal caso, representou-se bem a pronúncia com os dois *r r*: *arrestar*, *arresto*.

CXIV

Sahará? ou Sahára?

J. C. P. deseja saber se alguma palavra é original ou paroxitona, visto que muitos a escreverem *Sahara*, sem acentuação gráfica.

Mas os que assim escrevem, copiam a forma francesa; e, como esta não precisa acentuação para ser oxitona, induzem os ingenuos em erro de pronúncia.

Em português, a pronúncia exacta é *Sahará*; mas a escrita rigorosa não é precisamente esta. Os filólogos e os arabistas modernos mostram que deveríamos escrever *Çahará*. Em quanto porém os nossos escrevedores não puseram de lado a repugnância que lhes causa o ç em princípio de vocabulox, e em quanto a maioria d'elles escrever *sahama*, *sapato*, *sarga*, etc., em vez de *çarça*, *çapato*, *çalama*, etc., que são as formas exactas, iremos escrevendo *Sahará*, por amor á rotina e nos Franceses.

CXX

Hombro

— «Hombro terá direito ao h?»

Não é toixa a pergunta. Quase toda a gente, inclusivamente os escritores e os lexicógrafos, têm escrito *hombro*. Os próprios dicionaristas latinos consignam a forma *humerus*; mas já há anos o Quicherat se deixou tomar de dúvidas, e o seu dicionário regista as duas formas, *humerus* e *umerus*. Abert

Redondo, do latim *rotundus* ;
Navalha, do latim *navacula* ;
Fraco, do latim *flaccus* ;
Nespera, do latim *naespilus* ;
Cedula, do latim *schedula* ;
Torrão, do terra ;
Beliscar, do latim *bellicare* ;
Barrete, do baixo latim *biroscum* ;
Condela, do estribo ;
Condal, do latim *hypothecae capitulum* ;
 Farianto, siquemos com o condal, que não ficamos
 mal, e não duvidemos da *condelaria*.

CXLI

Pretensão

O Sr. J. M. Z. do Rio-de-Janeiro, tem visto
pretensão e *pretensão*, mas não sabe qual é a forma
 exata ou preferível, e bate-me à porta.

Talvez não fosse preciso vir tão longe. Alexan-
 dra Magno, segundo a lenda e segundo os *Lusiadas*,
 tinha sempre à cabeceira a *Ilíada* de Homero. Os
 tempos mudaram: o hoje, aqui e além-mar, em
 África, na Ásia, Pérsia e Babilónia, não há nin-
 guém que se prese, que não tenha à cabeceira uma

temente, não pôde ser. O latim *praesens* só podia dar *praesentio*, e nunca *praesensio*. Compare-se o italiano *ritiro* e o português *resão*, o latim *navigatio* e o português *navegação*, etc.

Mas, ao mesmo tempo, Adolfo Coelho regista *praesentio*, o que não faz sentido com *praesentio*. Dende em coadunco que de teria erorito *praesentio*, o que se seus revisores — porque eu tava, — trocaram o *s* por *t*.

Caldas Aulest, (Acad. de Santa: Palatia), no seu *Dicionário Contemporâneo*, dá-nos *praesentio*, aliudindo ao radical de *intem praesentio*.

Eu fiz proximamente a mesma coisa, sobretudo pelo razão de que a forma *praesentio* se vulgarizou mais do que a outra, *praesentio*.

Mas eu tive ainda outro fundamento.

O latim *praesentio* não tem substantivo verbal, que nos servisse de etimologia ou fonte proxima. Tem, porém, dois particípios passivos, *praesentus* e *praesentus*. Deste derivamos nos o particípio irregular *praesens*, que parecia abonar, em certo ponto, a forma *praesentio*; mas o latim *praesentus* era rarissimo. No passo que *praesentus* é vulgar na literatura latina, parece-me, portanto, que a base máxima sólida do novo substantivo seria o latim *praesentus*, que mais depressa daria *praesentio*, do que *praesentio* daria *praesentio*.

Em suma: *praesentio* explica-se; mas a forma *praesentio* é mais segura e generalizada.

E o que se dá na 1.ª edição. Posteriormente, mudou-se o parecer do autor, em favor de *praesentio*, e os

obra em três volumes, chamada *Lição Praesentio* do *Lingua Portuguesa*, sem ofensa para os manes de Alexandro e do Honoro.

Pois no volume I dessa obra, pág. 201 da 4.ª edição, tem o Sr. T. meia dúzia de palavras, que lhe dispensariam a consulta.

Mas, já que se incomodou em vir tão longe, não quero que se vá sem resposta, e acrescentarei algumas palavras mais algumas, elucidativas e porventura oportunas.

Se me não enganar, os nossos velhos clássicos conheceram pouco ou nada o vocabulo *praesentio* ou *praesentio*. Vemo-lo, porém, já registado na *Prosodia* de Bento Pereira, sob a forma errônea de *praesentio*, por inducência talvez de *perquerar* e *perquerar*, além da metáfora vulgar de *per* e *per*: *perquerar* e *perquerar*, *perquerar* e *perquerar*, *perquerar* e *perquerar*.

Voio depois, o Blunzeu, vai o Moraes, e começo-se a ver que o verbo *praesentio* não deveria escrever-se *praesentio*, porque o latim diz *praesentio*, e crever-se *praesentio* ou *praesentio*, sendo substantivo verbal de *praesentio*, não devia ter *per*... mas *praesentio*.

Ericava, porém, a dúvida: são, ou não?

Os dicionários mais modernos revelam divergência e hesitações curiosas.

Adolfo Coelho, no seu *Dicionário Etimológico* por culpa sua ou do seu revisor, faz uma asgalaibada dos demônios: regista *praesentio*, o dá-lhe como etimologia o latim hipotético *praesentio*. Mas, evidente-

ANEXO X

É contudo não me repugna a prosódia *cardonária*, considerado o vocábulo como substantivação do adjectivo *carbónario*, e não como formação portuguesa, em que entre o sufixo *ia*.

Donde afinal se conclue que é lícito defender qualquer das duas pronúncias, e que portanto vigora já aquela que entra nos hábitos.

O hábito não faz o monga, mas faz a língua, que sempre vale um pouco mais que o capuz monástico.

XXVI

Assetinar

De *Arbero*:— «*Assetinar* cu *asseñar*?»

A forma usual e correcta é *assetinar*. Embora venha de *scipi*, que tem um só *s*, também *scipro*, *scício*, *sombra*, *senhor*, etc., têm só um *s*, e escrevemos *assetinar*, *assombra*, *associar*, *assoprar*, com dois. Com um só, haveria o risco de nos pormos a dizer *scoprar*, *scombra*, *scociar*, etc., como há

1. Se a forma exacta é *scipi*, como parece, e como escreviam os antigos, deveríamos ter *scetinar*.

30

quem diga *preservar*, por ver só um *s* intervocálico em *preservar*.

Por isso, já o Castiño entendia, e entendia bem, que devíamos escrever *ressentir*, *presentir*, *ressur-*
sir, etc. Todos vêem a vantagem de aliviar, e não há nada como escrever claro.

Se não quermos enganar os outros.

XXVII

Furco

De *Costa*:

— «Um periódico da tarde, a propósito de versos mal medidos, diz que o Sr. Candido de Figueiredo chama *furco* ao metro coxo de poesia coxa. É verdade?»

É e não é. O que eu fiz foi que se incluisse, pela primeira vez, no vocabulário nacional o termo *furco*, que é a distância que vai do extremo do dedo polegar ao do indicador, abertos, e corresponde a três quartos de palmo; e o periódico, grasejando, diz que os tais versos são medidos a furco, nome que eu de-a-to metro da poesia coxa. Não o dai, mas pôde dar-se, como quem diz que certos versos são medidos a palmos ou pelo comprimento das mãos.

31

ANEXO Y

31

O autor explica isso no período que antecede essa expressão. Há nomes e engenhos *masmopóllus*, perante a solidariedade da civilização; e Descartes e Locke foram no, porque não eram *promiscuários*, não se insularam daquela solidariedade.

*

5.º — «Porque é que os Gregos chamavam à *Harmonia* virgem de olhos bovinos?»

Porque não é difícil, maiormente aos poetas, descobrir no olhar do boi ternura e meiguice. O boi até já foi chamado filósofo por um poeta.

Filósofo de verdade, só o reconheço, quando ele faz justiça por suas próprias armas nas panturrilhas e tecidos adjacentes dos seus gratuitos e ferinos agressores.

*

6.º — «Se *presentir* o *passage* é boa escrita, também o devia ser *meuítolo*. . . »

Certamente. *Minirulo* não é disparate, mas do-cha-se-lhe o *r* por causa das oúvidas, como se há de dobrar o *s* em *passage*, *presentir*, *ressurreição*. Assim reconheçava Castilho, assim praticou o nosso Gonçalves Vianna e outros, e assim será.

mas que, em todo caso, não é o mesmo. Como os dois têm proximamente a mesma pronúncia, e como o *Conrad* corresponde ao português *Conrado*, e nunca se aportuguesou o *Conrart*, explica-se como ao *Conrart* de Boileau temos dado sempre o nome de *Conrado*.

Conrart daria, em português, *Conrarte* ou *Conrardo*; e, em qualquer dos casos, já seria tarde para substituímos o *Conrado* do prolóquio por uma daquelas formas. Depois, achar forma rigorosa em todos os prolóquios é quase tão difícil, como vêr os dentes das galinhas.

Deixemos ficar pois o *Conrado*, em vez do *Conrardo*, que é áspero e torto, como um verso nefeliático.

XCIII

Braz

I., com a sua grave perpendicularidade, pergunta:

— «*Bras* ou *Brais*?» —

Não gasto tempo com isso, que lhe podem desaccatar a perpendicularidade.

Em todo caso, irei dizendo, *obliquamente*, que a escrita *recta* é *Brais*.

Braz é como, nos tempos modernos, tem pintado este nome quase toda a gente. Por uma razão, principalmente: como as velhas tipografias curavam de accents gráficos ainda menos que as modernas, convencionaram *portuguez*, *Thomaz*, *Luiz*, *Braz*, etc., fórmulas que estão muito longe de sêr portuguezas. Portuguezs direito é *Luiz*, *português*, *Thomás* ou *Thomás*, *Brás*...

Os mestres antigos, exemplo o *Brás Garcia*, autor do *Viriato Trágico*, nunca escreveram *Braz*. E tinham razão: o latim eclesiástico *Blasius*, o castelhano *Blas*, o francez *Blaise*, etc., nunca autorizariam senão *Brás*.

Mas os sábios modernos de quôlquer enveredaram pelo *chemin des écus*, e toda a gente foi atrás deles.

Nô *I. quisér*, vá também. Ou vai te deitar, Basílio.

XCIV

Atentar

Um aplaudido escritor conversou comigo uns minutos, á côrta da expressão *atentado*.

Parecera-lhe a ôie que não andam bem os que chamam *atentado* a um regicídio e a qualquer crime

LVIII

Intemerato

Do *Studiosus* :

— «Unam muito, até em verso, o adjectivo *intemerato*, no sentido de *intrepido*. Não é erro ?» —

É, e de calibre 19.

Os que o usam ouviram cantar o galo...

Como há *timorato*, supõem que *intemerato* é o antónimo. Se fosse *intimorato*...; não é usado, mas justificava-se. Agora, *intemerato* existe, mas o que significa é *íntegro*, *inaculado*; é o contrário de *temerato*, que significa *maculado*, *desprezível*.

LIX

Aza

O referido *Studiosus* observa :

— «Como em todos os dicionários, antes do seu, não havia *aza* com *z*, não terá o vocábulo direito nenhum ao *z* ?» —

Pois se o vocábulo veio do latim *ansa*, onde não há sombra de *z*, *z* aonde se há de éste ir buscar!

É claro que me não refiro aos que sistemáticamente evitam o *a* intervocálica, e escrevem *aza*, *roza*, *eaza*, *fuzo*... É um sistema, e pôde haver trinta; mas quem assim escreve abstrai da razão morfológica das palavras, e procura escrever como pronuncia; se pensasse porém mais um pouco nos resultados do sistema, não sei se o manteria.

Cada letra tem sua razão de ser, e é absolutamente inequívoca, por um lado, representar por uma só letra todas as fonemas idênticos, e, por outro, criar sinais para todas as modulações de cada vogal. Logo, só a história da língua e a origem do vocabulário, conciliadas com a fonética, poderão produzir graças úteis e justificáveis.

O dionóio é que temos *a* em *asa*, *fusa*, *rosa*, *paçar*, *plume*, *empresa*, *defesa*... e temos *z* em *prezar*, *fazer*, *razão*, *realizar*, *organizar*... e muita gente se vê às aranhas no emprego do *z* e do *a*. Para tais casos, se o estado não convier, porque fôr queimar as pestanas, só há o recurso de um dicionário razoável, ou de qualquer autoridade que tenha voz no assunto. Para as primeiras necessidades, há um capítulo a tal respeito no vol. 1 de *O que se não deve dizer*.

Se isto fosse reclamação eficaz, já do livro se teriam esgotado trinta edições. Mas está na 2.^a

É muitas graças a Deus.

O respectivo substantivo verbal é *engranzament* e a *endentaço*.

Dacoroja-me, porém, que a *engrenagem*, como pivô francês (e por isso mesmo), cheira melhor à perversão pituitária da maioria dos nossos contemporâneos; e, como no sistema constitucional, as maiorias mandam... sua alma, sua palma.

Abuso de consoantes

Advertência de um anónimo:

— «Erros alírios de escrita: *afigurar*, *afastar*, *sôffrego* e *approximar*, em vez de *aproximar*, *sôffrego*, *afastar*, *afigurar*.»

A duplicação das consoantes, ainda quando a etimologia as indica, parece-me que está por pouco. A Filologia portuguesa deu-lhe já o golpe de misericórdia, pô-la fóra de uma grande parte da imprensa periódica, tal duplicação é desprezada nas escolas públicas, e está destinada a passar á história, num futuro mais ou menos próximo. Os únicos obstáculos, por ora, são os *hábitos* de muita gente e a indiferença de outra.

Por em quanto, podemos considerar-nos no ra-

gimo da legitimidade das consoantes geminadas, sempre que a etimologia as explica. E, assim, temos por legítimas as formas *bello*, *permitter*, *occisio*, etc.

Nos erros acima indicados por um anónimo, alguma coisa há que distinguir.

Evidentemente, *affastar*, *approximar*, e *sôffrego* são erros crassos. Os que escrevem *sôffrego* relacionam talvez a palavra com *soffrer*, em que os dois *ff* tem explicação; mas uma coisa não tem nada com outra, e ainda ninguém descobriu, ao certo, a etimologia de *sôffrego*. Portanto, a duplicação dos *ff* neste caso é disparate sem mistura.

Approximar tolerar-se-ia, se trouzesse do latim os dois *pp*. Mas não: formou-se cá, de *próximo* e do prefixo *a*, não se descobrindo o mínimo pretexto para os dois *pp*, a não ser a reminiscência de um falso latim medieval.

Afastar veio do velho castelhano *fasta*. Não há meio de achar pretexto para dois *ff*.

Agora, *affigurar*, com duplicação de *f*, tem alguma desculpa. Não nos veio, é verdade, da idade áurea de latindade, mas encontramos *affigurare* nas *Noites Áticas* de Aulo Gélío. É uma razão; e quem gosta de duplicações inúteis, tem ao menos um bordão em que se apoie.

Porba-os antes ás castas, que elles gostam de cavalitas.

CXIX

Piorreia

Leitora galante diz-me que sofre da maldita *piorreia*, como escreve o Sr. Cilia, mas que vê também nas gazetas *pyorrhœia*, e deseja saber como se escreve aquillo.

Com todos os quinellas etimológicos, seria *pyorrhœa*, ou *pyorrhœa*, ou *pyorrhœia*, do grego *puon* (pus), e *rhein* (courer); mas, em escrita racional e não menos legitima, é, como diz o Sr. Cilia, *piorreia*.

Em suma: quem tem o mau gosto de escrever *diarrheia*, por exemplo, terá de escrever *pyorrhœia*; e quem escreve, como é de razão, *diarreia*, tem de votar pela *piorreia*, que também tem o meu voto e de todos os pontífices da Filologia portugueza.

O que é pena é que a *piorreia* assalte os dentes de uma *Leitora galante*. Se elle o sabe, — aquelle que nós sabemos, — nem eu quero imaginar os embarracos, que podem surgir nos mais deliciosos momentos.

Não se desespere, minha senhora. Diga ao Sr. Cilia que a liberte do pus dentário, ou então prometa á Senhora da graça e da elegância um amorzinho de cera.

28

XIV

Tuphão

Retranha Santelmo que escreviam *typho* e *tufão*.

Tufão, efectivamente, tem *ph* na sua etimologia, mas vulgarizou-se e com isso perdeu a noção etimológica, como dizem os filólogos; e é pela mesma razão que todos nós escrevemos *feijão*, *carta*, *choro*, *pranto*, e não *phrijão*, *charla*, *choro*, *pranto*, fórmulas que ninguém aceita nem se devem aceitar, mas que teriam a mesma justificação que *typho*, com *y* e *ph*.

Em quanto a palavra é erudita ou não vulgar, os padrea-mestres todos se derretem diante das belezas do *y*, do *ph*, do *th*. . . e quejandas inutilidades.

Felizmente, o culto delas está reduzido a alguns grãos de incenso, que ainda fumam no turbulo de alguma caturra serúpio, e no significativo accolher de ombros da maior parte dos jornalistas.

Daqui á vitória completa da uniformização e simplificação ortográficas não dois passos.

E então já ninguém terá medo do *typho*, porque toda a escruração *tifo*, e não se provocará a febre com a zampada do *y* e os dois cobertores *ph*.

É assim mesmo.

ANEXO AE

IX

Me melem...

Um advogado de Piracicaba, (Brasil), pondera-me, com amável cortesia, que, perante a sua gramática, não acha justificação para a seguinte locução minha: «Me melem, se eu comprehendo...»

Acha elle que a collocação daquele pronome *me* destoa da collocação geral dos pronomes.

Aparentemente, é fundado o reparo. Mas eu me explico.

Na lingua portuguesa, maiormente em lingua-gem familiar, há locuções especiais, *idiotismos*, que brigam aparentemente com as *regras gerais* da gramática, mas que nem por isso deixam de ser portuguezas.

Eu não conheço nem tenho agora tempo para investigar a *genealogia* daquela locução «me melem», mas talvez não seja difficil entrever a razão d'ella.

Seguramente, é forma eliptica, em que, por abre-

— 208 —

viatura ou por eufemismo, terá desaparecido o sujeito: «Demónios no melem».

Será isto? O que eu sei é que «me melem» é expressão familiar, autorizada pelo grande clássico, o povo português.¹

¹ Também na linguagem familiar, reproduzida em livros de Camilo, há, em princípio de frase, esta expressão análoga:

— «Torronego...» —

O conteúdo é evidente n'epitha: — *Ku te arroza jo.*

Gl. G. de Figueiredo, *Problemas da Linguagem*, vol. III, cap. 3.

Quanto a *surpresor*, disse eu no mesmo livro que, onde se lê *surpresado*, deveria ler-se *surpreendido*.

Opõe o sr. Barreto que *surpresor* é do formação variácula; que o trazem os léxicos, e que o usa o Camilo.

De *reprimeção*, lê-se nas *Lições Práticas*, vol. II, que não é termo peremptório.

Observa porém o citado professor que a palavra se pode *acionadizar*, e que o Camilo se serviu dela.

Quanto a *lige*, ficou dito nas mesmas *Lições Práticas* que é palavra estreitamente fiavel, e que só por grãcia auctoria é quando autoridade virá a ter forças de expressão variácula.

Contestação do Sr. Barreto: Camilo serviu-se da palavra.

Há sobre tudo isto uma nuada de equívocos, que não descobrem desenhamantar. Vejam-se.

1.º *Repêso* — A minha intransigência, a respeito de *repêso*, é de tão pouca monta que o registei no *Novo Dicionário*, porque achei usado o termo, e os dicionaristas têm de registar os factos da língua, e não são eles quem a fez.

Isso porém não invalida a minha asserção: não me constava que o termo fosse antecedido. Surge entretanto o exemplo de Camilo, e, a esse respeito, já lhes falo.

VOL. I

Repêso — Surpresor — Reprimenda — Tigo

Numa revista literária do Rio-de-Janeiro, a 15.ª página, o Sr. professor Mário Barreto faz-me a mercê de consagrar alguns períodos amáveis aos meus estudos sobre a língua portuguesa, desculpando na sua cavante amabilidade o desatendimento que está comigo, a respeito de algumas palavras que eu não considero variáculas.

As palavras aludidas são: o adjetivo *repêso*, o verbo *surpresor*, e os substantivos *reprimeção* e *lige*.

A côrta de *repêso*, dizem as minhas *Lições Práticas*, vol. I.

— « *Repêso*, como sinónimo de *arrepentido*, usa-se, mas não me consta que seja locução autorizada...; nunca a subscriverei. »

Contestação, alega o Sr. Barreto que o Camilo usa várias vezes do adjetivo *repêso*.

2.º *Surpresas*—Rigorosamente, não temos aqui formação vernácula, em que pese ao Sr. Barreto. O que temos é um neologismo inútil, que legrou a acceitação suficiente, para que alguns dicionaristas, e eu próprio, o incluíssemos no vocabulário da linguagem mais ou menos usada.

Das *Lições Práticas* não se infere a condenação absoluta de tal verbo, mas simplesmente que *lha é preferível* o vernaculíssimo *surprender*, *surprender* ou *surprender*, três grañas legítimas de um só verbo.

Quanto ao exemplo de Camilo... eu já lhes falo.

+

3.º *Reprimenda*—Que uso é termo português, disse eu; mas que se *pode nacionalizar*, diz o Sr. Barreto.

Essamos de accordo, visto que uso é português tudo que se pode nacionalizar.

So a *reprimenda* se *pode* nacionalizar, é porque ainda não está nacionalizada. Nem o Vene-slan Bannana julgaria de outra forma.

Ora, se ainda não está nacionalizada, ainda não é portuguesa.

Mas o exemplo de Camilo? Eu já lhes falo.

*

1.º *Tijje*.

Não contesto o Sr. Barreto, e linguagem contes-

tará, que tal vocabulo é claramente francez. Mas servin-se áhe o Camilo, diz o Sr. Barreto.

Assim está, (que eu não não ri); mas, seja ou não seja, é preciso que eu diga alguma coisa de esticção professor sobre o páso que, em questões de linguagem, devem ter os exemplos do grande romancista português.

Ora olha.

O professor de portuguez do Colégio Lúlar do Rio-de-Janeiro, tendo pelo notável escritor Camilo Castelo Branco a mais louvável e justificada admiração, leva o seu feiticão a julgar imperceível o mestre e o tomar como circ de lei e pedádes que quo o mestre, propostadamente, eu por espácho, acristor em muitas paginas dos seus livros admiráveis.

Mais exemplar que o próprio Camilo foi Casillo, e nem Casillo foi irrepovél, como ninguém o é.

Camilo teve, sobretudo, o mérito enorme de extrair da unha popular castanhas de preciosidades, purísimos lusismos que os escriptores e esdicionaristas desconfidaram. São este ponto de vista, deve-lhe muito o tesoro da lingua, deve-lhe mais do que a nenhum outro escritor português, sua exclusão de Euzão e Casillo.

Mas as suas obras são esse tolar modelo de linguagem irrepresentável. Na sua vida de escritor, cam-pre, antes de tudo, separa do *Livro de Euzão*,

*^o

— Que... experimentasse.
 — Com Christo em pat. preto...
 N. se queya em desconfianças ortográficas, abia
 qualquer livro de Camille, e diga-me se approvam
 alguns dos seus almas (as) em um exame, perpe-
 trassem estas barbaridades:

- *Nobler*, (*Estados Provs.*, pág. 62);
- *Silvico*, (*Quarta de um dia*, pág. 235);
- *Tropacuda*, (*Narcisicos*, II, pág. 214);
- *Macidas*, (*Legi de Marquis*, pág. 107);
- *Jacencado*, (*Four emonards*, *Idem*, pág. 81);
- *Alphango*, (*Id.*, pág. 45);
- *Iphio*, (*Id.*, pág. 53);
- *Rozzo do mar*, (*Brasileira*, pág. 272);
- *Emoscor*, (*Id.*, pág. 391);
- *Lampiar*, (*Id.*, pág. 313).

Eu não sei se isto vai abalar as da verosas creen-
 ças do Sr. Barreto; mas creio que devo a Camillo
 grande parte do pouco que sei: (se tenho pelo
 glorioso escritor profunda e real veneração; mas
 que, em questões de linguagem, é preciso enten-
 dermos de que não ha qualquer impetuo), e não
 ir ás cegas, afias de qualquer exemplo, eoludas
 nas obras dos que foram ou são nossos mestres.

Estavam escritas as lingo precedentes, quando
 meo artigo do Sr. Mario Barreto me veio (a pedir
 do continuar a replicar-las.

das *Tres Irmãs*, do *Amor de Perdão*, e de outros
 primores, o joio e as venturas dos seus primeiros
 livros. Há livros d'ele, que se não devem recomen-
 dar como exemplo de linguagem castiça, só pelo
 facto de terem o seu glorioso nome.

Depois, Camillo não era um humanista, como
 Herculano, Castello e Latino. Sabendo áhaz muito,
 conhecia escosamente a historia e a evolução da
 linguagem, e chegava ás vezes a fingir o mais olim-
 pico desprezo pela indole e pureza da lingua nacio-
 nal. Veja o Sr. Barreto como elle, em momentos de
 capricho ou de extravagancia, fingiu que era capaz
 de escrever prosa acadêmica, e teve a coragem de
 publicar a *Corja* e o *Escudo Macário*!

E não foram essas as suas únicas extravagân-
 cias. Além da construção artificial e corria de
 certos vocábulo, como o adverbio *lucracamente*,
 (a rapariga resistiu *lucracamente*...), mais de
 uma vez Camillo dormitor, emuldo e sibaxe a a
 ortografia, como qualquer jornalista de sexta ordem.
 O Sr. Barreto não acredita? Então abra o romance
 a *Brasileira*, pág. 313:

— e... que se avizinhavam a *facisaciam* as ca-
 poetas. r —

Claro é que, cado se lê *facisaciam*, se deve lê:
facisac.

No próprio *Homem de Brão*, podem lêr-se tales
 três locuções, nenhuma das quais é legitimamente
 portuguesa:

— «Ea quanto a mil...»

primário não desdenharia para uso dos seus meninos, fingiu que me esteve discutindo.

Não percebo, — ou percebo demais, — discussões desta índole. Acabe o estudioso professor a publicação dos seus apontamentos; e, se depois lhe sobrar espaço e lóe só, redara a poucas palavras a sua contestação e os fundamentos dela, que talvez eu inda tenha o desígnio de lhe provar que está gastando mal o seu papel.

Por agora, não há que discutir.

Primeiro, parece-me que aquelle professor discutia com delicadeza e convicção umas afirmações minhas quaisquer; e por isso lhe respondi como pude e soube.

Depois, vi que ele, ao tocar outros pontos de divergência, me impossibilitava de lhe responder, tomando por camuflado, em que não acompanhava ninguém.

A título de curiosidade, registare que, num seu artigo do 27 de Setembro de 1902, assevera o *meu afêro ao passado e grande afêro á tradição*, e accusa-me de *insensates de querer entrar a roda do progresso linguístico*.

E, sobre estas insinuações, cuja falsidade eu tenho demonstrado em toda a minha vida literária, e que nem demonstração exige, porque toda a gente que pensa reconhece o progresso linguístico, e aceita para uma língua todas as conluições e carraças que ela precisa e que se acceptem á indole dela, sobre essas insinuações, digo eu, escreven cinco columnas de um jornalinho, certamente para vêr em letra recônda uns apontamentos que destinava aos seus alunos...

Depois, emista três afirmações das minhas *Lições Práticas*; mas, em vez de razões serenas, dirigio aos tais apontamentos, o que acima me occupo; suppone-me adverso a casos e hipóteses que eu nunca podia conceber; confunde o valor sintáctico do verbo *campir* com o do verbo *encontrar*; e, tendo feito uma apostilla, que qualquer professor

X

Resposta a um crítico

Um dos provados amigos que en conto no Brasil enviou-me dois n.º de um diário fluminense, em que se faz a crítica de algumas afirmações minhas.

A aludida remessa era acompanhada das seguintes informações, que me dispuseram bem para a leitura e apreciação da crítica:

— «O autor é advogado conceituado e foi deputado no tempo do império. Não sabia eu que elle se occupasse de *vernaculismo*; como porém é filho do Maranhão, a terra de Sotero, Odorico Mendes, Lishoa e Gonçalves Dias, e talvez com elles convivesse, não admira essa predilecção.
 Como verás, é cortês e polido na discussão. . . » —

Com effeito, nos dois artigos, a que o meu amigo se refere, e que são firmados pelo Sr. Heráclito Greco, não se se me revela mais um sítudo conhecedor

de lingua portuguesa, e que foilimento não é raro em terras do Brasil, se não também um critico sensato que, para evidenciar o seu desacôrdo com o criticado, não recorre á indelicadeza e á má fé, como succede ás vezes com vários criticos da minha terra. Aos dste esteofo, se acaso me surgem de frente, claro é que os não discuto nem lhes respondo, porque com a mocidade foi-se-me o prazer e a pachorra de deslombiar justicainmente a ignorância petulante e a prosúpia grosseira; mas a quem discuto como o Sr. Heráclito Graça, com conhecimento do assunto, e com as melhores inteuções, facilmente entrevistas, e com a demonstração de haver tomado chá em pe- queno, nunca em rejtariaia combato, pronto sempre a ceder-lha lealmente terreno, quando as suas armas sejam de melhor tãpera que as minhas, ou a re- pe- lir correctamente o assulto, se me reconheço em terreno mais firme.

E assim é que, antes de mostrar ao Sr. Graça que não posso concordar com a maior parte das suas alagações, comparei, no introito do zorneto, por cumprimentar o adversário, fazendo-lha uma concessão, demonstrativa da minha boa fé e do es- prêo em que tenho a destreza do meu inesperado e hábil contondér.

Dos centenas de questões, mais ou menos im- portantes, e mais ou menos ligeiramente tratadas nos três volumes das *Lições Práticas*, há até agora, que eu saiba, quatro, a respeito das quais o Sr. Heráclito Graça contesta o que affirmai.

Aquelas quatro questões têm por objecto quatro expressões, que o Sr. Graça supoe rejtadas por mim, como opostas ou estranhas á linguaagem verná- cula: *accêto; afueter; afuzilar; amado*.

Mas, antes de lhe fazer a concessão, e que já paguei me referi, examinemos o corpo de delib., começando por *afuzilar*.

Afuzilar. — Perguntámo-me alguém se poderia empregar indifferentemente *fuzilar* ou *afuzilar*, não rejtarei expressamente nenhuma das duas formas e respondi simplesmente:

— *a Afuzilar*, nunca vi. (*Lições Práticas*, vol. II, 2.ª ed., pág. 137).

Sa a verdade me não trahi, respondi verdade. Mas, como judiciousmente observa o Sr. Graça, bus- taria abrir o *Dicionário de Moraes*. — O autor não é cioso, — para se vêr que a forma *afuzilar* apa- rece em bons documentos: da lingua.

Também é verdade; e parece realmente que me corria a obrigação de estudar a pergunta, antes de dar a resposta. Succede, porém, como já tenho notado, que grande parte das perguntas que entra- ram nas *Lições Práticas*, maiormente as perguntas que me não ofereciam difficuldades essenciaes, tãham respecta inodora, redigida na própria banca dos es- critórios do Journal em que eu *colaborava*, longe dos meus livros e de qualquer razoavel dicionário.

quando a concessão é devida, e em questões de linguagem há sempre que aprender e corrigir: e por isso escrevi: — «*Às vezes francosimo inútil, se não vimos ali uma locução já popularizada.*»

Esta mesma doutrina eu ensinei na parte supleantar do *Novo Dicionário*, explicando a formação do termo, *no caso de um ser francosimo*.

A este respeito, notarei que o grande romancista Gonçalves Vianna não subscraven a minha tolerância, nem considera ainda vulgarizada aqua expressão.

Aventuroso lá com ela o Sr. Graça, se pôde.

Orá, não obstante haver eu já concedido tolerantemente, a tal respeito, o mais que podia conceder, e talvez mais do que devia, o Sr. Heráclito Graça achou oportuno o curso para dizer: que ao equivocar, a junção mostrar que *afazeres* não é galicismo.

Não conseguio, porém, mostrá-lo. Se ele me tivesse ao meus um mestre da lingua, — de que tanto conheço, — que houvesse usado aquella expressão, poderia concluir que ela, embora fosse galicismo, se tornou toleravel e até legitima. Mas não; as suas razões cifram-se em que o *Dicionário* de Adolfo Coelho faz derivar aquelle termo do verbo *afazer*, e que este verbo existe desde os primeiros tempos da lingua.

Equivocou-se porém o Sr. Heráclito Graça: em questões etimológicas, não podemos invocar o arbítrio de autoridades, sendo quando desconhecemos

Tive porém a prudência de não rejeitar a forma *afazilar*, porque, embora eu a desconhecesse, não accria difficil justificá-la perante dezenas de exemplos autologos: *juadar e ajudar, apresentar e apresentar, levantar e adeantar, fazer e afazer* . . ., etc.

Nem seria, portanto, mister accezir textos para legitimar aquella forma.

Subsista, pois, e simplesmente, o peccado, mais venial que mortal, de não ter notado o caso com autorizados tira-beimas, quando aquilo passou para livro. *Mãe errai*, mas deixei de esclarecer um ponto que facilmente se desludava. Se isto e caso para palmatonáas, aqui tom a mão, Sr. Heráclito Graça.

Depois desta concessão espontânea e franca, temos de entrar no campo das divergências, o que aliás nunca é desagradável, quando as divergências se entandem e se respeitam.

Afazeres.

Na 1.ª edição do vol. I das *Lições Práticas*, disse eu que a expressão *afazeres* é um francosimo inadmissivel. Posteriormente, vendo a expressão usada por indivíduos que são limpos no dizer, deixei-me tomar de dúvidas a tal respeito: e na 3.ª edição do mesmo vol., pág. 116, modifiquei a severidade daquelle conceito, porque nunca fiz mal corrigir-mos

o ébano; e, não obstante as boas relações pessoais que me ligam ao erudito galego Adolfo Coello, toda a gente instruída, e portanto de próprio, reconhece que o seu *Dicionário* está recheado de defeitos, talvez independentes, muitos deles, da responsabilidade do autor. Mas isso é história que não vem para aqui.

O que eu devo dizer ao Sr. Henrich Graça é que, realmente, *afazeres* não podia previr do verbo *afazer*.

E eu já lhe digo porque.

*

Afazeres não podia provir do verbo *afazer*, porque, perante os mais elementares princípios filológicos, não basta a semelhança das formas nem a aparente comunhão dos radicais, para que se admita que tal ou tal palavra proceda daquela ou daquelas: a comunhão ou parentesco entre o signifi- cado das raízes é que entra, como elemento decisivo, nas afirmações etimológicas.

Orá, o verbo *afazer*, que significa e significou sempre *habitar, acastelar*, não podia produzir o substantivo *afazeres*, que tem significado diversísimo (agências, tarefas...).

Perante, se não é um galego, mais ou menos tolerável, que se filia no francês *affaires*, (e os que escrevem *afazeres*, com dois *f*, assim o dão a enten- der), seria, se fôsse bom português, um derivadinho

verbo *fazer*, formado-se pelo processo indicado no aludido *Suplemento do Novo Dicionário*, isto é, como nos dizíamos — e lido muito que *fizer*, levou muitas coisas a *fazer* v., essas duas últimas palavras, constituindo uma locução substantivada, (*o-fazer*), explicitam o plural *o-fazeres*—*afazeres*.

Por este processo, lida se podem sustentar que *afazeres* é termo vernáculo, do que eu aliás duvido. Com o verbo *afazer* é que nada se prova a tal respeito. E vamos a outro ponto.

Avisado.

A respeito deste abrevio (*avisado*), eu consultei o verbul (*a avisado*), disse eu, (*Leções Práticas*, v. o. t. 3.ª ed., pag. 51), que alguns dicionários o registam como português, por leviandade ou irrelexão, mas que é corrupção do advérbio *avisado*.

Com os dicionaristas fui talvez um pouco injusto, porque eles citados, têm o dever de registar os factos da linguagem, por menos justificáveis que esses factos sejam perante a Filologia. Eu própria, como dicionarista, registei essa heresia, mas para a considerar lidicamente portuguesa, mas para mostrar que tem sido empregada como equivalente de *avisado*, eue, a men vde; é a forma exacta.

A este respeito, opõe-me o Sr. Graça duas orções de argumentos, a favor do *o avisado*; argu- mentos de autoridade, e argumentos de Filologia. Vamos aos primeiros:

vol. I 51

— Que *amidade* é usado por clássicos, mas que a *amizade* também o é. —

— E quem lhe disse que não? Não fui eu de certo. Vi quem lhe disse em Camões, Sá de Miranda, António Ferreira, Aráiz, Ferrão Lopes, Castilho, etc., mas também vejo a *amizade* em Nunes de Leão, no autor da *Expresina*, etc.

— Prova isto não só que *amizade* não é corruptela? Pois os clássicos nunca se serviram de palavras corruptas? Não é novidade para o Sr. Graça que a escripta dos clássicos oferece corruptelas em barba: *carência* (por *chrencia*); *viacento* (por *cincento*); *mentia* (por *mesa*); *esterna* (por *estória*); *Aurique* (por *Aurique* ou *Esrique*); *posternamente* (por *posternamente*); *destrinça* (por *determina*); *de marte* (por *o infante*); etc. Basta vêr Rui do Piná, Ferrão Lopes, Ferrão Mendes Pinto, etc.

Segundo o critério do Sr. Graça, parece que não ficaria mal escrever hoje *esterna*, *destrinça*, *aurique*, etc. Pelo amor de Deus!

Ferrão, ou o ficentense era um asno, ou o emprego de a *amizade* em documentos da língua não tira o carácter de corruptela morfológica á *amizade*. Mercê de Deus, não é pois por este lado que faz agua o barão das *Lições Práticas*. Era o lado de bombardeio. Vejamos esbordo.

A esbordo, açitam o barão argumentos de Filologia:

— Que a *beução* a *amizade* realiza muito natural

mente do adjectivo *amado*, e não e mais portuguez que *amizade*; *que amizade* se não justifica historicamente, porque na lingua portuguez nunca existiu a forma *amizade*. —

— Mais uma vez se equivocou o Sr. Graça, mandando a nuvem por Junho.

Que *amizade* se poderia têr derivado de *amizade*, não há dúvida nenhuma. Mas o facto não é esse: é que, unido a umas de varias usadas por escriptores á forma *amizade* ou a *amizade*, foi usada a outra, *amizade*, (veja-se o *Leal Conselheiro*, o *Conde de B. Ferrandis*, etc.); e, por infirmitade do adjectivo *amizade*, o *amizade* começou a romper-se, passando para *amizade* ou a *amizade*, na linguagem de um a outro.

O publico insente, que de certo não sentava com as honras de têr por paladino o Sr. Graça. — Começa por locução adverbial e que era um puro advérbio, (*amizade*); e, como não em bocca *amizade*, mas sim, *amizade*, disseret como o Sr. Graça, (puro impossível) e faz *amizade*, e até a *amizade*.

Por esta teoria, todas as palavras portuguezas se leriam formado dentro da própria lingua, e nenhuma se seria derivado de outros idiomas. A doutrina das gerções espontaneas é que havia de ficar com tal teoria; mas o Sr. Graça sabe, e sabe, que auct. conclusão seria um monstruoso disparate; e, como a conclusão se contém nas premissas, vê-se logo que é, pelo menos, impensada a observação de que *amizade* não tem justificação histórica, por não haver *amizade* na nossa lingua.

Em primeiro lugar, não posso esquivar-me a notar com sentimento que o Sr. Graça, neste ponto, haja sido, muito de relance, as *Lições Esdras*, attribuindo-me a greixa de que muitos, incluindo o meu azuleiro, digam *accite*, em vez de *accitit*. Quem tal disse foi um dos meus consultores, A. M., na página do 2.º vol. das *Lições Esdras*, 2.ª edição. Também não é exatto que eu dissesse não ter visto o tal *accite* em escriptores *dignos de nota*: referi-me a escriptores excessivos, mas não alguma differença de que me attribuim o Sr. Graça.

Posto isto, contemos:

Ha doze annos, um critico quibador, não menos competente que o Sr. Graça em assuntos filológicos, mas mais acido e menos travél, e no qual eu tive o desenhido de responder pelo caso *em que se fez a pergunta*, como ordena a gramatica latina; esse critico, digo eu, se apparecer o primeiro volume das *Lições Esdras*, veio tambem em defesa da particípio *accite* e, por sua vez, com as mesmas armaz, que hoje se vem ao Sr. Graça.

Não na fórma, mas na ideia, a resposta, que eu dei ao aludido critico, tem applicação ao caso do Sr. Graça. Por isso, reproduzo

— «*P.* não quero que *accite*, em vez de *accitit*, seja erro. E, apesar de ver que nenhum bom escriptor diz *accite* como adjectivo em participio, entendo que *accitar* pode dar o participio *accite*, como *finar den hori*, *quitar den quita*... »

Ora, nós não temos *mitide*, nem pressamos de tal termo, para possarmos, desde os principios da lingua, o advérbio *mitide*, advérbio e não locução adverbial, como a *mitida*.

E que, evidentemente, não tendo nós *mitide*, e havendo os primeiros escriptores de lingua usado *mitide*, não tornaram o termo: acharam-no já, como a nullissimos outros, derivados do latim.

O Sr. Graça deve saber latin. Nem se comprehende que a ignorasse, comparando-se em assuntos da lingua em portuguez, e discutindo-os. E, assim, não lhe darei novidade, dizendo-lhe que no latim de Cicero, de Quintiliano, de Séneca, topanos o advérbio *mitide*, que deu em portuguez, *mitide*, e só irregularmente, ou, corruptamente, poderia dar a *mitida*.

Já se que alho não tentamos *mitide*, o advérbio *mitide* tem derivação legitima e deixa ver a razão por que apparece na lingua, antes de corruptela a *mitida*.

E agora o *accite*, que nada me parece mais interessante que o mesmo a *mitide*.

*
Aviso.

Dizera eu, (*Lições Esdras*, vol. I, 3.ª ed., pag. 36) que *accite* é substantivo, (acto de *accitar* uma letra de tambor), e que o adjectivo participio de *accitar* é *accitit*, (irregular), e *accitido*, (regular), não havendo escriptores, *dignos de nota*, que tenham praticado *accite* por *accitit*.

«Deante de tão peregrina teoria, beize-se a gente três vezes. Acendo ela nos levante, Santo Deus! Louguem: como de *herar se faz lire, de acellar* pôde fazer-se *acelle*; de *lousar, lousada*; de *escrever, escrele*...»

«Não falemos mais nisso.

«Ah, é verdade: *F.* alega em favor do supposto particípio *acelle*, que o Sr. Epifanio e o seu amigo Adolfo Coelho o consideram português.

«Mas que nos importa a isso que o Sr. Adolfo Coelho, ou o Sr. Epifanio, ou o Sr. *F.*, sobem português o recubido, se nenhum mestre da língua o considerou tal?

«O que nos importa é que os maiores gramáticos da língua nacional, (vej. Soares Barbosa, Leôni, Júlio Ebberto, etc.) ensinam que o particípio *introgular* ou *concurrido* de *acellar* é *acelle*.

«O que nos importa é que os melhores mestres da língua, — o bastará citar Ferechlaro, Castilho e Latino, omitindo os antigos, e com os quais seia irreverência detronar Epifanio e quejandos, — nunca escreveram o particípio *acelle*, mas, sim, *acelle*...»

O Sr. Heracleito Graça, seguindo, sem o saber talvez, o trilho daquele crítico, epónimo também de dois gramáticos, que são aliás das muitas relações de meu apêçco, embora se não possa medir com os que cita acima. Ora eu, neste caso, não me atribui especialmente em gramáticos; — até pela razão de que raro será o gramático que seja escritor

autorizado; — os gramáticos podem servir para muito, mas nunca serviram para fazer a língua. Quanto a escritores, porém, o Sr. Graça opte-me Filinto, Camillo e Garrett.

Esta citação de Garrett, a respeito da veracidade de um vocábulo, nem parece do Sr. Graça. Pois não sabe ele, e não sabrá toda a gente, que o genial autor do *Two Lads of Sarat*, o reformador do teatro nacional, nunca foi nem sem autoridade em questões de veracismo? Pois o importador do *Josephateno*, — anglicismo inulissimo, — e outras muitas barbaridades, que se lhe perdão pelo muito que valia, podem lá justificar a legitimidade de *acelle*? E Camillo, que, antes e depois de escrever o esboço da língua nacional com milhares de precisões, até ali desconhecidas do clero dos acabou por brincar com a língua, fazendo sinaxe franceza, transigida com algumas formas de Lya, a subvertido, com escuridão dos povistas, uma fúncã introduzida a um dicionário francez portuguez. Com tudo, digo eu, bastará para justificar o que os mestres indistinctos nunca praticaram?

Mas Filinto? — dirá o Sr. Graça. — E eu respondolle o provelho que tanto, não obstante os seus desrechos mercenários, não perseguiu meus extravagâncias do que Camillo. Querirá o Sr. Graça que seja verdadeira toda e qualquer expressão autorita por Filinto? Nem pensar nisso! Basta lembrarmos que é dele o estram-jético adverbio *au-*

hermente, o arbitrário substantivo *monticostuneez*, os exóticos superlativos *milguncado*, *millido*...

Que nos resta pois? O *aceite*, tratado pelo Sr. Graça, á sombra de duas ou três autoridades devidas; e o *aceito*, preferido por mim, á sombra da autoridade incontestada de Castilho, Herculano, Lally, Jacinto Freire, Bernardim Ribeiro, D. Francisco Manuel, Camões, Rodrigues Lobo, frei Luis de Sousa, António Pereira, Amador Arráiz, Garcia de Resende, frei Bernardo de Brito, João de Barros, Mansinho de Quevedo, Fernão Mendes Pinto, e até do *Dicionário* da Academia, cujos sábios autores, registando o particípio *aceito*, não sequer imaginaram que a forma *aceite* inda seria defendida por homens de letras!

Como os tempos mudam!

¹ Escrevo o que acima se vê, vejo que o Sr. Heráclito Graça continúa a dispensar as *Leções Poéticas* a sua análise, que não sei quando nem onde parará. Terminada esta, não se demorará a minha resposta, em lugar oportuno.

P. S. — Depois de escrever as linhas precedentes, succedeu o Sr. Dr. Heráclito Graça as suas anotações, a que respondo largamente, como se pôde vêr nos meus *Problemas da Língua*.

XI

A questão ortográfica

(Carta aberta ao Sr. J. Verissimo)

Ex.^{mo} Sr. e meu illustrado confrade. — Apenas o nosso bom e querido Ramalho Ortigão me communicou hoje em conversa, na Academia das Sciencias, que V. Ex.^a publicára no *Jornal do Comercio*¹ dois interessantes e largos artigos á vèrca da orthographia portugueza, a natureza do assunto e o bom nome de V. Ex.^a levaram-me a tratar logo de obter os respectivos números daquela folha, convencido de que a leitura dos alludidos artigos era deveria pelo

¹ O Sr. J. Verissimo, em dois mais artigos publicados brasileiros, publicou os alludidos artigos no *Jornal do Comercio* do Rio-de-Janeiro de 29 de Outubro e 5 de Novembro de 1900. Posteriormente, tratou do mesmo assunto, em carta a um alludido, e inserta no seu livro *Estudo de Literatura Brasileira*, 1903, edição da casa Conalor, do Rio.

no em vez de *ei*, *scripto* em vez de *escribto*, *y* em vez de *i*, etc.

Nesde 1868, em que se publicou o meu primeiro livro, e em que a mais simpática gente pensava a sério em tais questões, até o terceiro volume das *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, recentemente publicado, todos poderão ter visto a insistência, a sinceridade e, digamos, a coragem do fugiar, quase só, pelo desideratum de V. Ex.^{sa}

Nos últimos döz ou doze annos, se tanto, a Filologia começou a ter distinctíssima cultura em Portugal, os quaes, em nome da sciência e do bom senso, se converteram em outros tantos paladinos da simplificação ortográfica. Tal é Gonçalves Viana, o primeiro publicista e functionalista português; Vasconcellos Abreu, erudito orientalista e lente de cáuzario, no Curso Superior de Letras; Gonçalves Guimarães, lente de Philoſofia na Universidade, latinista e jornalista de mérito excepcional; e tudo outros.

Atende, porém, V. Ex.^{sa} aos suppletos reformados da orthographia portugueza, e cabe-me a honra de ser citado por V. Ex.^{sa} ao facto de mais um apenas, Diogo de Vasconcellos, catedratico da Universidade. Por ele, cuido poder dizer que a sua *Grammatica* não representa precisamente o seu ideal orthographico, porque, se o representasse, não seria admittida nas escolas officiaes; e de mim, — embora em me não compraza em tratar de coisas a feitas muitas sem necessidade. — mais alguma coisa vou dizer, em vista da obsequiosa referencia que V. Ex.^{sa}

meios alguns momentos de prazer e porventura algum oportuno ensinamento.

De facto, acabo agora mesmo de me deliciar com a desejada leitura, e a essa prazer me restringiria, sem expansões do qualquer espécie, se da simples leitura daqueles artigos não pudesse deduzir-se que cavaríamos essencialmente em muita coisa, quando a verdade é que, na imprensa de Portugal e do Brazil, raramente se me terá deparado publicista que mais unisonantemente preconizo comigo a nossa orthographia ortográfica e a necessidade e vantagens de orthographia fonetica. Quaisquer divergencias fortuitas, entre o meu modo de vêr e o de V. Ex.^{sa}, são tão adaltes, que mal servem de pretexto a uma simples palestra epistolar.

E é tal a nossa concordância sobre a simplificação da orthographia que, durante trinta annos, e em algumas dezenas de volumes que tenho atirado ao mercado, nunca pratiquei senão a orthographia fonetica, excepto em algumas publicações escolares e officiaes, porque o mundo official tem a irrisoria pretensão de que possate orthographia sua.

Claro é que, como as reformas se não fazem de salto, e um só homem difficilmente faria uma reforma orthographica, tenho transgido *provisoriamente* com a duplicação de consoantes, até porque dois *ll* ou dois *pp* não soam mais nem menos do que um só.

Mas o que eu nunca escrevi *especialmente* foram palavras com *ph* em vez de *f*, *ch* em vez de *t*, *ch* em vez de *q*, *oo* em vez de *ou*, *oe* em vez de *e*,

Ex.^a denuncia aos seus leitores, com involuntário, é clara.

Acresce, ali, que parece ler-se a respeito a epígrafe de V. Ex.^a — que devo ser a opinião de toda a gente ilustrada, — e que V. Ex.^a sintetizou nestas suas palavras: — «Os dicionários da língua, para serem bons, deviam trazer para palavra nos seus fórmulas diversas».

Orá, como não me se lê, o *Novo Dicionário* regista a maioria das fórmulas autorizadas, por e por, *leite e leite*, *bezojo e phisopóia*, etc. E dizem dois escholas negatistas: 1.^o, que eu não sou *etymologista* intransigente, e no dia em que a orthographia fórmica fosse gerahavada acuta, o *Novo Dicionário* onde representaria (esse) estado da linguagem; 2.^o, que o *Novo Dicionário*, reproduzindo os vocabullos das suas diversas fórmulas autorizadas, já se vê, é considerado *com* por V. Ex.^a, o que muito me envidará, se eu fosse susceptível de vaidades.

Vê-se a final que V. Ex.^a acia de accordo com os que em Portugal e no Brasil apresentam a possível simplificação orthographica. Também — diz V. Ex.^a muito bem, — de cabiar facilmente toda a gente a ler o escrever.

Mes, senão assim, não compreendo bem o desamor com que se refere a actualisação gráfica proposta e praticada por alguns gramáticos e escholas portuguezes. Como poderemos nós *evitar a orthographia*,

faz ao sistema orthographico do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*.

V. Ex.^a, tendo em vista o *Novo Dicionário*, confidencia-me etimologista, o que não é desleixo; mas V. Ex.^a figura-me em opposição à orthographia fórmica, o que está em desacordo, não só com os actos litterários de toda a minha vida, mas até com as palavras que se lêem na introdução do dito *Dicionário*, pag. XV:

«O dictionarista não tem o direito de escrever somente como entende. A sua missão não é precizar sistemas, nem fazer reformas, nem manter intolerancias exclusivistas... Por isso é que o leitor encontrará nesta obra numerosas variantes autorizadas... As correções do autor sobre orthographica portuguesa ratam-se nesta obra, para dar lugar ás correções da maioria do publico leitor... Aliás, para éle na última plana, se as não expuzesse inteiramente, todas as fórmulas orthographicas em que aparece o invidiosismo y, o prejudicial *ck* por *c* ou *q*, o falso *ph*, o falso *th*, as consoantes geminadas, e todas as convenções que, sem valor scientificas, só servem para dificultar a exatidão do actualisação o tornar a escrita portuguesa um privilegio de sábios...»

E assim por diante, através de quatro grandes págnas.

E aqui está o *etimologista* intransigente, que V.

elas terminam em *o*, em *e*, em *es*, ou *ez*, es: *acará*, *juarú*, *veitê*, *alô*, *piê*, *arô*. Mas, se terminam em *i*, em *u*, em *es* e *us*, o acento gráfico na última sílaba é inteiramente inútil, e nunca em o português: *epô*, *sofi*, *banda*, *Caramuru*, *fôbra*, *alcaças*. A regra é serem agudas as palavras terminadas em sílaba, cuja vogal dominante é *i* ou *u*. Por isso, julgo que devo acenar as raras excepções: *Tôes*, *Vêzes*, *Aryza*, *París*, *ôrus*, etc.

E aqui está em que se resume o meu amor à acentuação gráfica, que V. Ex.^{ta} parece achar exagerado, embora entenda que se deve *marcar a leitura*. Pardo: temos toda o acento grave, que V. Ex.^{ta} julga não existir em português, o o tronco, que considera banido.

Contanto a não comprehendet como é que V. Ex.^{ta} deseja que se simplifique a ortografia e que se *facilite a leitura*, dispensando-se o tremo e o acento grave. É possível que, no dialecto brasileiro, não haja inconveniente em dispensar-se o acento grave, visto como si se pronunciam geralmente com som aberto as vogais átonas de muitas palavras. Mas, em Portugal, a regra de pronúncia é dar som aberto ao *vogal tónica*.

Assim, *ordendo* só tem entre nós uma vogal aberta, o *o*; as outras são todas surdas. E, como esta é a regra, não há ali nada que accentuar graficamente, e já sabemos que se se *ordonda*.

Mas temos excepções. Se eu escrevo *ordado*, a regra manda-me ler *ordádo*, porque só posso conside-

se escrevermos as palavras por forma que possam ser lidas da maneira diversas?

Se escrevermos, como geralmente se escrevo, *hypódromo*, o aprender da leitura hesita e lê naturalmente, como por aqui se diz, *hipódromo*; mas, se accentuarmos graficamente a palavra e escrevermos *hipódro*, toda a gente lerá como deve. Não será isto facilitar a boa leitura?

Como a grande maioria das palavras portuguesas são graves, o leitor insciente tende para ler como graves as palavras esdrúxulas, maiormente aquelas que nunca ouvira pronunciar. E a prova aí a temos no *hipódromo* e no *crisântemo*, que são palavras esdrúxulas e que quase toda a gente lê como se fossem graves, — sem o acento tónico na penúltima sílaba.

Quanto às *graves*, a acentuação gráfica nem sempre é indispensável nelleas: *lôcos* sabem como se pôde ler *casa*, *bedô*, *moda*, *intêro*, *romaria*, sem necessidade de acentos gráficos. Mas há palavras graves, em que a vogal tónica tem modulação excepcional, e, se quisermos ensinar a ler *fôrômente*, temos de mostrar graficamente que há ali uma excepção de modulação.

E assim é que, escrevendo-se geralmente *alameda*, sem mais nada, uns dizem *alameda*, porque o valor normal do *e* é aberto, e outros dizem *alameda*, que é a pronúncia portuguesa, e que por todos se observa, se não poupássemos um acento gráfico.

Quanto ás palavras agudas, evidentemente V. Ex.^{ta} não quer a liberta-las do acento tónico, se

raz tónica uma vogal; mas leio erradamente porque a primeira sílaba não é tónica, mas é aberta; e não posso pôr nela um acento agudo (*esdrúdo*), porque então se leria como palavra esdrúcia, quando ela é grave. Convencionou-se, pois, — convenção que infelizmente V. Ex.^a ainda não subscreveu, — usar o acento grave nas vogais abertas, mas átonas: *corado, pregar*, (isto aliás se confundiria com *pregar* mais deira e outras coisas), *sózido, diéto, sócavante*, etc.

Se isto não é facilitar a leitura, embora por meios convencionais, então não entrego porque é que V. Ex.^a preconiza, como eu, a simplificação ortográfica que depende unicamente de *convenções*. Mas vou-me ao trema.

V. Ex.^a considera *trema* o trema; mas a verdade é que nem Portugal nem o Brasil o baniu, e ainda bem.

Em Portugal, não só é prescrito e praticado em livros escolares, oficialmente aprovados, senão também praticado pela maioria dos que a sério se occupam de coisas filológicas; e, quanto ao Brasil, tanto a satisfação de poder citar, em abono do meu asserio, um dos primeiros grammaticos dessa grande nação, o Sr. Dr. Augusto Freire, professor da Grammatica e lingua nacional no curso anexo á Facultade de Direito, em San-Paulo.

Na *Grammatica* do Sr. Augusto Freire, 6.^a edição, pág. 96, lê-se felizmente:

— O trema, que se chama *diérese, diéresis*, ou *circunflexão*, indica que a vogal, sobre a qual se acha, não se lê mais de longo com a que lhe está junta; *ruína, saúde*, etc. — Não está, pois, banido o trema. Resta ver se pôde ou deve ser banido.

Nos dois exemplos, citados pelo Sr. Augusto Freire, pôde efectivamente dispensar-se o trema; basta substituí-lo pelo acento agudo: *ruína, saúde*.

Imagino agora V. Ex.^a que era exacta a doutrina de João Ribeiro, e de outros grammaticos, que *propõem uma letra a quadsyler notação gráfica*, e inventaram um *h* em *caír* e *saír*, para desfazer o ditongo: em tal caso, teríamos de escrever *rubicín, saúde*.

Mas V. Ex.^a, a esta hipótese, parece que dispensa, não só o *h*, mas também o acento gráfico. Contudo, porém, como V. Ex.^a reconhece, assim se a ler facilmente, como é que ensinaremos ás crianças o nos-estrangeiros o duplo valor de grupo vocálicos *ai*? Porque umas vezes é *ai*, como em *arado*, outras é *ai*, como em *arado, saúde, maude*.

Se dissermos simplesmente que *ai* é um ditongo, o estrangeiro e a criança tom todo o direito de ler *Arado, saúde, maude*; mas, se lhe ensinarmos um sinal que separe os sons das duas vogais, (sinal que é o acento agudo, quando a segunda vogal do grupo é a vogal tónica da palavra, o que tem de ser nos ditos casos, um trema), lerão immediatamente *Arado*, como devem ler.

V. Ex.^a accusellus, em tanto bem, que se escreva *saír, caír*, que é como eu sempre escrevi e como escrevi.

A Academia das Sciéncias, embora tarde, começou a estudar seriamente a questão ortográfica, postergada em desconhecida dos antigos acadêmicos, e menesprezada até por Latino Coelho, a quem em outro tempo e em sessão da Academia me vi forçado a opôr modestas observações, por elle nos *anuaes* (o termo é meu) de começar a publicação do *Diccionario* da Academia, primeiro que esta se manifestasse sobre a orthographia da obra.

A stuidida publicação procrastinou-se, e antes de se fazer, — se se fizer, — resolver a Academia estudar a questão orthográfica e assentar conclusões a respeito della.

Se bem me lembre, o meu esclarecido consórcio, Sr. Assis Brasil, não propôs que a Academia portugueza se entendesse a tal respeito com a brasileira, que eu não sei se já existia aquella época; mas propôs, judiciosamente, que fossem curvidos os sócios brasileiros da Academia portugueza. E isso se approvou com toda a cordialidade, devendo aqueles sócios tãr já recebido, em receber brevemente, o questionário respectivo.

E, como entre os sócios brasileiros da Academia das Sciéncias inda se notava a falta de alguns nomes, que no Brasil honram a litteratura dos dois paizes, foi entom (13 de Dezembro), apresentada a candidatura de V. Ex.^a, de Sr. Machado de Assis e do Sr. Silvio Romero, e socios correspondentes da Academia das Sciéncias.

Destes factos já V. Ex.^a pôde inferir que, da

creve toda a gente que quere saber a razão do que faz; mas não há de querer cártamente que o subjunctivo de *cair*, (*caia*), se escreva como o imperfeito do indicativo, (*caiz*, ou *caia*), e reconhece aqui a necessidade do trama, embora e possa substituir por acento agudo.

Aplicada, porém, esta doutrina a palavras em que o acento ténico não está em nenhuma das letras de um grupo vocálico, o trama já não pôde substituir-se por acento agudo, porque isto só pôde collocar-se na sílaba tónica. Um dos derivados de *sair* é *saimento*. Se *sair* e *saida* devem sêr acentuadas grãficamente, *saimento* tem igual direito e notação gráfica; e, como o é da palavra, por sua sôr ténico, não pôde tãr acento agudo, temos de recorrer ao trama: *saimento*.

Não haverá nisto lógica e até alguma comprehensão do que seja *simplificar* o *facilitar* o estudo da lingua?

Muito sentirei que V. Ex.^a opne diversamente, mas isso nao obsta a que eu reconheça as suas altas qualidades de saber e de critério, e me congratule por o ver encorporar-se na corajosa falange, por ora escassa, des que prezamizam a passivel simplificação da orthographia portugueza.

E agora, sô mais duas palavras, por que já é tempo de fazer ponto nesta longa e fastidiosa epistola. Não desejo fazer ponto, sem atudir a mais uma ou duas passagens, que nas judiciosas observações de V. Ex.^a podem suscitar reparo, talvez expliçavel.

litteratos do Brasil, pensaram a tal respeito. O que eu sei, como sei em dois e dois são quatro, é que a grafia *portuguez* e *apôcar*, além do ceter de perfeito accordo com a pronuncia, é a grafia *correcta*, e grafia genuinamente portuguesa.

O: nossos mestres antigos, como João de Barros (*Década* 7, liv. 1, cap. 3), nunca escreveram senão *apôcar* e *portuguez* ou *portugues* (sem acento, porque os acentos esnasceavam nas velhas tipografias e até nas modernas): e *portuguez* escreveu em nosso tempo o grande Alexandre Herculano, Luiz Rabier e outros respeitáveis honres de letras. E nunca acesse que, perante a sciencia da linguaem, nenhum gramião, nenhum filólogo ou seria cetera a grafia, heje muito uanel, de *portugues* com z.

— É uma convenção, — dirá V. Ex.^a, — e muitas outras nós accitemos sem discussao. — Mas se com vadoes acitantes e chegam até a ser respeitáveis, quando constituem uma regra. Ora, se se convenção escrever *portuguez* com z, para evitar o acerto circumlo e no e, conclue-se que oevitamos também escrever: «Quero que me dez essa livro que tu lez, porque leu rez que preciso dele.»

Re-se V. Ex.^a E a lógica que pede aqui: evitatar o acanto, substituíndo o s por z, como fizeram se *portuguez*.

E contudo, meu estimável e esclarecido senhor, é tal o meu desejo de que esse a aequia orthogrfica e se uniformize a posse escrita, que, se a Academia portuguesa, ou a brasileira, ou ambas,

parte da Academia das Sciencias, como talvez de todo o Portugal, há o sincero empenho de que os litteratos dos dois países irmãos coooperem na devedada e necessaria obra da uniformização orthogrfica; e embora todos devíamos sentir que um ou outro litterato brasileiro nem sempre disfarce o seu desamor e nem sempre ajuda com justiça ás letras e aos litteratos do Portugal moderno, creio bem que, no Brasil, os homens de mais incontestado merito e probidade litteraria correspondem sem reserva á cordialidade das atempões, com que os litteratos portugueses se lembram dos litteratos brasileiros.

No questio orthogrfica, e por ventura em outras, é pois ábito esperar muito da coooperação dos dois países, e chegar-se, como V. Ex.^a diz, a um resultado pratico, que ponha termo ao estado anárquico da nossa orthografia.

Não me refiro á orthopia, porque essa é evidentemente inconciliavel; mas, na própria orthografia, V. Ex.^a deixa-me rascear um obstaculo áquello utilissimo resultado.

Por um lado, V. Ex.^a cita e parece que louva, a unanimidade com que em França se acceita a orthografia da Academia, mesmo nos pontos em que essa orthografia tenha extravagâncias.

E por outro lado, desejando aliás o accordo das duas nações na reforma orthogrfica, declara, talvez só em seu nome, que se não acceitaram no Brasil as graficas etimológicas de *apôcar*, *portuguez*, etc.

Eu não sei o quo a Academia Brasileira e outros

— 326 —

sancionassem a injustificável grafia *portuguez*, eu protestaria talvez contra tal absurdo, atentatório das tradições da língua, menosprezador da sciência, e até oposto á genuína e antiga orthoépia nacional, porque no português antigo e ainda no trasmontano o z final não sôa com s final; mas aceitará o veredicto e praticaria o absurdo, em nome e por conveniência da uniformidade orthográfica.

Já vê V. Ex.^a que, embora se trate de verdades axiomaticas, a minha intransigência não é absoluta, quando a trêzo dela posso subscrever um alto beneficio para a escrita nacional.

E porque V. Ex.^a, mesmo perante o veredicto da Academia ou das Academias, não perderia o amor á simples convenção do *portuguez*, *assucar*, etc., moderna e restricta, se convenção se pôde chamar, receio eu que o trabalho das primeiras corporações scientificas e literarias dos dois paizes não consiga o inteiro aplauso de V. Ex.^a, o que todos sentiriamos, por faltar a uma obra meritória o voto de pessoa tão esclarecida e respeitada.

Criado de V. Ex.^a, apreciador e agradecido,

CANDIDO DE FIGUEIREDO.

Lisboa — 14 — XII — 1866.

FIM